

Universidade Federal do Espírito Santo
Centro de Artes
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Ivana Souza Marques

**Apropriação do Espaço Público Urbano pelo
Comerciante Informal na Avenida Expedito Garcia,
Campo Grande, Cariacica-ES**

Vitória
2010

IVANA SOUZA MARQUES

**APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO PELO
COMERCIANTE INFORMAL NA AVENIDA EXPEDITO GARCIA,
CAMPO GRANDE, CARIACICA-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Arquitetura e Urbanismo, do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça

VITÓRIA

2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

M357a Marques, Ivana Souza, 1980-
Apropriação do espaço público urbano pelo comerciante informal na Avenida Expedito Garcia, Campo Grande, Cariacica-ES / Ivana Souza Marques. – 2010.
228 f. : il.

Orientador: Eneida Maria Souza Mendonça.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Espaços públicos. 2. Comerciantes. 3. Apropriação indébita. 4. Espaço urbano. 5. Planejamento. 6. Cidadania. I. Mendonça, Eneida Maria Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

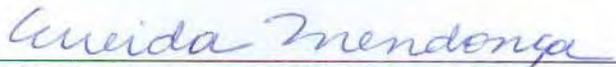
IVANA SOUZA MARQUES

**“APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO PELO
COMERCIANTE INFORMAL NA AV. EXPEDITO GARCÍA,
CAMPO GRANDE, CARIACICA-ES”**

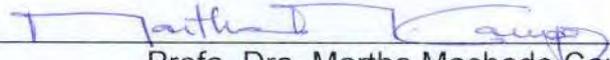
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 10 de dezembro de 2010.

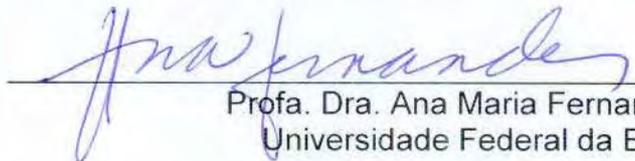
Comissão Examinadora



Profa. Dra. Eneida Maria Souza Mendonça
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientadora



Profa. Dra. Martha Machado Campos
Universidade Federal do Espírito Santo



Profa. Dra. Ana Maria Fernandes
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

Para cada percurso ultrapassado, contei com a ajuda de pessoas essenciais, sem as quais obviamente todo trabalho faria menos sentido. É hora de agradecê-los.

Ao PPGAU, especialmente na pessoa da professora Eneida, que aceitou o desafio de uma orientanda tão desorientada e fugidia e, não menos respeitosamente, aos demais professores, pelos caminhos revelados e o emaranhado de questões provocadas.

Aos amigos e colegas de turma, pela parceria, alegria e todo o colorido a mais.

Às professoras Martha e Ana, por aceitarem o convite e dividirem a responsabilidade da avaliação dos meus resultados.

À CAPES, pelo apoio ao desenvolvimento do programa e, conseqüentemente, da pesquisa.

À minha família (e àqueles que assim se fizeram), a quem constantemente me esforço em alimentar o carinho, o orgulho e o respeito. Agradeço especialmente pelas orações, aproximações e distanciamentos, sendo cada ação mais fundamental do que a outra.

Às amigas e amigos que, mesmo sem citar nomes, sabem o quão importante foram para a conclusão deste trabalho e o quão trabalhoso foi manter-me, aparentemente, afastada. À Denise, Gaia (e Sofia), Alice, Patrize (e família), Patrícia, Fernanda (e Isabeli) e Salu, um sorriso especial por tudo de sempre.

À PMC, em especial à Secretaria de Desenvolvimento Urbano; a Renato Laures, Sônia Mareth, Ricardo Vereza e toda a equipe do DPU/GPU, pelo grande apoio e suporte para o andamento da pesquisa. Agradeço também à Coordenação de Postura, pela permissão para o acompanhamento em reuniões e vistorias junto aos comerciantes informais de Cariacica.

Ao encontro com Cariacica. Agradeço muito a todos que se permitiram encontrar, conversar, fotografar, analisar, aprender e trocar.

Por fim, cabe ressaltar que por várias vezes, devido à intensidade do momento, tive a sensação de que meus agradecimentos deveriam ser uma grande e longa lista de *descréditos*. *Descréditos* ao sol, que era forte demais, ou à chuva, que atrapalhava a visita, ao telefone sem bateria, à máquina fotográfica com defeito, ao computador lento, à biblioteca fechada, à falta de uma impressora, ao joelho machucado, ao filho do vizinho e sua fase dos porquês, aos problemas de saúde familiares, ao samba convidativo demais e ao pandeiro, aos amigos empolgados demais, a tantas outras pessoas, às expectativas e ao amor... Porém, nessa hora, acredito ser melhor manter a tradição e seguir dizendo apenas:

MUITO OBRIGADA!

As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem uma nem outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas.

Ítalo Calvino

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: VENDEDORES AMBULANTES RETRATADOS POR JULES RENOUARD (1874).	27
FIGURA 2: COMERCIANTE INFORMAL DE DVDs E CDs “PIRATAS” NA AV. PRINCIPAL NO BAIRRO LARANJEIRAS, SERRA-ES.	29
FIGURA 3: CATADOR DE RECICLÁVEIS NA AV. EXPEDITO GARCIA, CARIACICA-ES.	29
FIGURA 4: JORNALISTAS PELAS RUAS DE PARIS	37
FIGURA 5: VENDEDORES DE BRINQUEDOS NO BULEVAR (PARIS) EM 1900.	37
FIGURA 6: HOMELESS VEHICLE, PROJETO DO ARTISTA KRZYSZTOF WODICZKO EM NOVA YORK	39
FIGURA 7: PROJETO DO HOMELESS VEHICLE.	39
FIGURA 8: ABRIGO IMPROVISADO POR MORADORES DE RUA NA PRAIA DE CAMBURI, VITÓRIA-ES.	39
FIGURA 9: ABRIGO IMPROVISADO POR MORADOR DE RUA NA FLÓRIDA, EUA.	39
FIGURA 10: AMBULANTE NA AV. NOSSA SENHORA DA PENHA, PRAIA DO CANTO, VITÓRIA-ES	48
FIGURA 11: COMERCIANTE INFORMAL DE MELANCIAS EM ITACIBÁ, CARIACICA-ES.	48
FIGURA 12: PUBLICIDADE IMPROVISADA EM FRENTE À RESIDÊNCIA DO PRÓPRIO PRESTADOR DE SERVIÇOS, OFERECENDO SERVIÇOS DE BOMBEIRO HIDRÁULICO. MARCA DA EXISTÊNCIA DA “NOVA INFORMALIDADE”.	58
FIGURA 13: COMÉRCIO INFORMAL IMPROVISADO EM UMA VARANDA DE RESIDÊNCIA LOCALIZADA EM ÁREA DE INTERESSE SOCIAL – BAIRRO NOVA CANAÃ, CARIACICA-ES.	58
FIGURA 14: COMERCIANTE INFORMAL DE CD E DVD PIRATA.	62
FIGURA 15: COMERCIANTE INFORMAL DE CD E DVD PIRATA.	62
FIGURA 16: CARGAS APREENDIDAS PELA POLÍCIA CIVIL EM CARIACICA.	63
FIGURA 17: CARGAS DE CD’S E DVD’S PIRATAS.	63
FIGURA 18: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL EM FORTALEZA.	72
FIGURA 19: CENTRO DE SALVADOR.	75
FIGURA 20: CENAS DO PELOURINHO, SALVADOR-BA.	75
FIGURA 21: RUA 25 DE MARÇO, SÃO PAULO-SP.	79
FIGURA 22: SHOPPING POPULAR OIAPOQUE, BELO HORIZONTE-MG.	81
FIGURA 23: SHOPPING OI, BELO HORIZONTE-MG.	81
FIGURA 24: MICRORREGIÕES DO ESPÍRITO SANTO COM DESTAQUE PARA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA (ALTERADO PELA AUTORA).	84
FIGURA 25: PRAÇA COSTA PEREIRA, DATA NÃO IDENTIFICADA. DESTAQUE PARA A PRESENÇA DOS BONDES E GRANDE NÚMERO DE AUTOMÓVEIS DE CARGA.	88
FIGURA 26: ESPLANADA CAPIXABA ANTES DO ATERRO DE JONES DOS SANTOS NEVES. 1950.	89
FIGURA 27: ESPLANADA CAPIXABA COM O ATERRO DE JONES DOS SANTOS NEVES CONCLUÍDO. 1956.	89
FIGURA 28: CENTRO DE VITÓRIA DÉCADA DE 1980.	92
FIGURA 29: RUA DA ALFÂNDEGA. CENTRO DE VITÓRIA DÉCADA DE 1980.	92
FIGURA 30: MUNICÍPIO DE CARIACICA - SISTEMA VIÁRIO. EM DESTAQUE OS BAIRROS DE CARIACICA SEDE E CAMPO GRANDE.	96
FIGURA 31: MUNICÍPIO DE CARIACICA – REFERENCIAIS DE EXPANSÃO URBANA.	97
FIGURA 32: FOTO AÉREA DO BAIRRO DE CAMPO GRANDE, MUNICÍPIO DE CARIACICA, DÉCADA DE 1970.	98
FIGURA 33: CONTEXTUALIZAÇÃO TERRITORIAL.	100

FIGURA 34: IMAGEM AÉREA DA REGIÃO DE CAMPO GRANDE E ARREDORES. EM DESTAQUE A CEASA, O TERMINAL DE CAMPO GRANDE E O PRÓPRIO BAIRRO. FONTE: GOOGLE EARTH. EDITADA PELA AUTORA. ___	101
FIGURA 35: CAMPO GRANDE – 1970. DESTAQUES: EM AMARELO, LIMITE DO BAIRRO; EM AZUL, A BR 262; E EM VERMELHO, A EF LEOPOLDINA. FONTE: ARQUIVO IJSN. EDITADO PELA AUTORA. _____	104
FIGURA 36: CAMPO GRANDE – 1978. DESTAQUES: EM AMARELO, LIMITE DO BAIRRO; EM AZUL, A BR 262; E EM VERMELHO, A EF LEOPOLDINA. FONTE: ARQUIVO IJSN. EDITADO PELA AUTORA. _____	104
FIGURA 37: EVOLUÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE CARIACICA, DE 1940 A 1990. _____	106
FIGURA 38: EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO TERRITORIAL, NO PERÍMETRO URBANO, DEMONSTRADA PELA DELIMITAÇÃO DOS LOTEAMENTOS RECONHECIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIACICA (1940 A 1960). _____	107
FIGURA 39: VISTA DA ENTRADA DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA, NA DÉCADA DE 1980, BAIRRO CAMPO GRANDE. CARIACICA-ES. _____	109
FIGURA 40: VISTA DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA, NA DÉCADA DE 1980, BAIRRO CAMPO GRANDE. CARIACICA-ES. _____	109
FIGURA 41: SHOPPING CAMPO GRANDE, LOCALIZADO NA AV. EXPEDITO GARCIA, CAMPO GRANDE, CARIACICA-ES. _____	110
FIGURA 42: MAPA ESQUEMÁTICO DE ESPACIALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS DA GRANDE VITÓRIA. _____	111
FIGURA 43: CAMPO GRANDE E SEUS EQUIPAMENTOS URBANOS. _____	113
FIGURA 44: CAMPO GRANDE - CARIACICA, 1998. _____	113
FIGURA 45: EVOLUÇÃO URBANA COM DESTAQUE PARA IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL DE CAMPO GRANDE. _	114
FIGURA 46: SISTEMA VIÁRIO ESTRUTURANTE DE CARIACICA. _____	115
FIGURA 47: EMPREENDIMENTOS NA REGIÃO DO ENTORNO DE CAMPO GRANDE. _____	117
FIGURA 48: SIMULAÇÃO DA FACHADA PRINCIPAL DO EDIFÍCIO VITA SHOPPING EM CARIACICA-ES. _____	118
FIGURA 49: ESTRUTURA ERGUIDA PARA A IMPLANTAÇÃO DO VITA SHOPPING. _____	118
FIGURA 50: IMAGEM DA OBRA DO RESIDENCIAL MOXUARA, MARÇO/2009. _____	119
FIGURA 51: SIMULAÇÃO GRÁFICA DE UMA DAS TORRES DO RESIDENCIAL MOXUARA. _____	119
FIGURA 52: INFOGRÁFICO: PROJETO DO NOVO ESTÁDIO KLEBER ANDRADE. _____	120
FIGURA 53: MONTAGEM A PARTIR DE RECORTES DE JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E ESTADUAL. _____	121
FIGURA 54: ANEXO 03 – MAPA DE ZONEAMENTO – DO PDM. EM DESTAQUE A ZONA DE OCUPAÇÃO CONTROLADA SITUADA NO BAIRRO CAMPO GRANDE. _____	122
FIGURA 55: PRAÇA PRINCIPAL, BAIRRO CARIACICA SEDE. DESTAQUE PARA BARRACA DE LANCHE DE COMERCIANTE INFORMAL. _____	123
FIGURA 56: SUBCENTROS DE CARIACICA, SEGUNDO O PDM. _____	124
FIGURA 57: CONCENTRAÇÃO DE COMÉRCIO AO LONGO DA RODOVIA ES-080, BAIRRO ITACIBÁ. _____	126
FIGURA 58: RODOVIA ES-080, BAIRRO ITACIBÁ. CAMELÔ UTILIZANDO O CARRO COMO SUPORTE DA MERCADORIA E BARRACA DE ÁGUA DE COCO. _____	126
FIGURA 59: COMÉRCIO INFORMAL DE FRUTAS LOCALIZADO NA AVENIDA MANOEL JOAQUIM DOS SANTOS. _	127
FIGURA 60: MAPA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO (EM AZUL). _____	129
FIGURA 61: FOTO AÉREA DO BAIRRO CAMPO GRANDE E SEUS ARREDORES. DESTAQUE PARA A DENSIDADE DE OCUPAÇÃO DEMONSTRADA PELA IMAGEM. FONTE: PMC, 2005. _____	130

FIGURA 62: TIPOLOGIA CONSTRUTIVA DE DOIS PAVIMENTOS E AUSÊNCIA DE AFASTAMENTOS. _____	131
FIGURA 63: PERSPECTIVA AÉREA DA AV. EXPEDITO GARCIA. DESTAQUE NA PARTE INFERIOR DA FIGURA PARA A PRAÇA PRINCIPAL, LOCALIZADA NA AV. EXPEDITO GARCIA E O TRECHO DA PRÓPRIA AVENIDA. FONTE: PMC, 2005. _____	132
FIGURA 64: LOTES EDIFICADOS E NÃO EDIFICADOS DO BAIRRO DE CAMPO GRANDE. _____	133
FIGURA 65: IMAGEM ESQUEMÁTICA (EDITADA PELA AUTORA) DE PARTE DO BAIRRO CAMPO GRANDE E ÁREA VAZIA ONDE ESTÁ LOCALIZADO O LOTEAMENTO DONA AUGUSTA. _____	134
FIGURA 66: LOTEAMENTO DONA AUGUSTA: BAIXA DENSIDADE DE OCUPAÇÃO. _____	134
FIGURA 67: FOTO DA DISPUTA DE SOM REALIZADA NO LOTEAMENTO DONA AUGUSTA. _____	135
FIGURA 68: FOTO DA DISPUTA DE SOM REALIZADA NO LOTEAMENTO DONA AUGUSTA. _____	135
FIGURA 69: FOTO DE EVENTO DE FUNK, CONHECIDO COMO CORREDOR DONA AUGUSTA, NO LOTEAMENTO DONA AUGUSTA. FONTE: WWW.YOUTUBE.COM. ACESSO MARÇO DE 2010. _____	135
FIGURA 70: APROPRIAÇÃO DAS RUAS DO LOTEAMENTO DONA AUGUSTA POR CICLISTAS DA MODALIDADE FREE STYLE. _____	135
FIGURA 71: FOTO PANORÂMICA DA PRAÇA PRINCIPAL DE CAMPO GRANDE. _____	136
FIGURA 72: PRAÇA PRINCIPAL DE CAMPO GRANDE. EM DESTAQUE, A PRESENÇA DE IDOSOS NAS MESAS DE JOGOS DE TABULEIRO. FONTE: SEMDUR/PMC, MAIO DE 2008. _____	137
FIGURA 73: FOTO DE PARTE DA PRAÇA PRINCIPAL. EM DESTAQUE, A PRESENÇA DE MORADORES DE RUA. FONTE: ARQUIVO DA AUTORA, DEZEMBRO DE 2009. _____	137
FIGURA 74: ATO PÚBLICO DA ACAD (ASSOCIAÇÃO CARIACIQUENSE DE AMIGOS DOS DEFICIENTES) EM PROL DA SENSIBILIZAÇÃO PELA ADAPTAÇÃO NOS ACESSOS ÀS LOJAS DE CAMPO GRANDE. _____	138
FIGURA 75: CAMINHADA DE LUTA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. _____	139
FIGURA 76: TOPOGRAFIA DO BAIRRO CAMPO GRANDE. _____	140
FIGURA 77: ESQUINA DA RUA BARBERINA GIRLE CUNHA COM A AV. EXPEDITO GARCIA. _____	141
FIGURA 78: ESQUINA DA RUA BARBERINA GIRLE CUNHA COM A AV. EXPEDITO GARCIA. _____	142
FIGURA 79: MAPA DE USO DAS EDIFICAÇÕES EXISTENTES NO BAIRRO CAMPO GRANDE. _____	143
FIGURA 80: ZONEAMENTO COM BASE NO ÍNDICE DE ATIVIDADES COMERCIAIS. _____	144
FIGURA 81: TRECHO DO MAPEAMENTO ELABORADO PARA O DIAGNÓSTICO DO PROJETO CALÇADA VIVA. _____	148
FIGURA 82: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CALÇADA VIVA (FOTO 201 / TRECHO 27). DESTAQUE PARA A GRANDE CONCENTRAÇÃO DE AMBULANTES NA RUA PERPENDICULAR À AVENIDA. _____	148
FIGURA 83: RELATÓRIO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CALÇADA VIVA (FOTO 202 / TRECHO 27). DESTAQUE PARA A PRESENÇA DE CAMELÔ UTILIZANDO SUPORTE PARA MERCADORIAS QUE POSSIBILITE FÁCIL LOCOMOÇÃO PELA AVENIDA. _____	149
FIGURA 84: PROPOSTA DE LOCALIZAÇÃO DO “CAMELÓDROMO”. _____	150
FIGURA 85: SIMULAÇÃO DO PROJETO CALÇADA VIVA. TRECHO DA AVENIDA CAMPO GRANDE. _____	151
FIGURA 86: SIMULAÇÃO DO PROJETO CALÇADA VIVA. TRECHO DA AVENIDA CAMPO GRANDE. _____	151
FIGURA 87: TRECHO DA AV. EXPEDITO GARCIA COM ACABAMENTO DE CALÇADA MAL EXECUTADO. _____	152
FIGURA 88: RAMPA PARA ACESSO À CALÇADA NA AVENIDA EXPEDITO GARCIA. _____	153
FIGURA 89: RECORTE DE JORNAL RELATANDO O ABANDONO DAS OBRAS DO PROJETO CALÇADA VIVA. _____	154
FIGURA 90: DIAGNÓSTICO ELABORADO PARA O PROJETO CALÇADA VIVA. _____	155

FIGURA 91: DIAGNÓSTICO PROJETO CALÇADA VIVA - DESTAQUE 01. _____	156
FIGURA 92: NO MAPEAMENTO, FOTO 226 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	157
FIGURA 93: NO MAPEAMENTO, FOTO 22 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	158
FIGURA 94: NO MAPEAMENTO, FOTO 20 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	158
FIGURA 95: NO MAPEAMENTO, FOTO 216A DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	159
FIGURA 96: NO MAPEAMENTO, FOTO 216 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	159
FIGURA 97: NO MAPEAMENTO, FOTO 29 A DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC _____	160
FIGURA 98: DIAGNÓSTICO PROJETO CALÇADA VIVA - DESTAQUE 03. _____	161
FIGURA 99: NO MAPEAMENTO, FOTO 50 B DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC _____	162
FIGURA 100: NO MAPEAMENTO, FOTO 49 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC _____	162
FIGURA 101: NO MAPEAMENTO, FOTO 52 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC _____	163
FIGURA 102: DIAGNÓSTICO DO PROJETO CALÇADA VIVA - DESTAQUE 04. _____	164
FIGURA 103: NO MAPEAMENTO, FOTO 72 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC _____	165
FIGURA 104: NO MAPEAMENTO, FOTO 264 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC _____	166
FIGURA 105: NO MAPEAMENTO, FOTO 249 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	166
FIGURA 106: NO MAPEAMENTO, FOTO 251 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	167
FIGURA 107: NO MAPEAMENTO, FOTO 68 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	167
FIGURA 108: NO MAPEAMENTO, FOTO 64 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	168
FIGURA 109: DIAGNÓSTICO PROJETO CALÇADA VIVA - DESTAQUE 05. _____	169
FIGURA 110: NO MAPEAMENTO, FOTO 117 DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	170
FIGURA 111: NO MAPEAMENTO, FOTO 172 A DO LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DA PMC. _____	170
FIGURA 112: ZONEAMENTO COM BASE NO ÍNDICE DE ATIVIDADES COMERCIAIS INFORMAIS – USO DO SOLO EM CAMPO GRANDE. _____	175
FIGURA 113: BARRACAS PADRONIZADAS PELA PMC NA RUA JOSÉ VIEIRA. _____	176
FIGURA 114: AVENIDA EXPEDITO GARCIA DURANTE O DIA. _____	177
FIGURA 115: AVENIDA EXPEDITO GARCIA DURANTE A NOITE. _____	178
FIGURA 116: ESTRUTURA DE BARRACA UTILIZADA POR COMERCIANTE INFORMAL NOTURNO. _____	179
FIGURA 117: BARRACA DE COMERCIANTE INFORMAL COM EQUIPAMENTOS DE TV E DVD. _____	180
FIGURA 118: CARRO ADAPTADO PARA VENDA DE CACHORRO-QUENTE E BEBIDAS. _____	181
FIGURA 119: CARRO ADAPTADO PARA VENDER LANCHES SEM ESTRUTURA DE ILUMINAÇÃO. _____	182
FIGURA 120: COMERCIANTES INFORMAIS DE ALIMENTOS (DOCES) E CD'S E DVD'S PIRATAS. _____	183
FIGURA 121: ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO ESTUDO. FONTE: GEOBASES. EDITADO PELA AUTORA. _____	186
FIGURA 122: TRECHO 01 – DETALHE DA AV. EXPEDITO GARCIA. _____	187
FIGURA 123: TRECHO 01 - FOTO DA AV. EXPEDITO GARCIA. _____	188
FIGURA 124: FOTO DA AV. EXPEDITO GARCIA. _____	188
FIGURA 125: ESQUINA DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA COM A RUA BARBERINA G. CUNHA. _____	189
FIGURA 126: ESQUINA DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA COM A RUA MANUEL CARDOSO. _____	189
FIGURA 127: DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO. _____	190
FIGURA 128: COMERCIANTES INFORMAIS NA AV. EXPEDITO GARCIA. MAPA DE LEVANTAMENTO DE CAMPO REALIZADO ENTRE 2008 E 2010. FONTE: GEOBASES (2008). EDITADO PELA AUTORA. _____	191

FIGURA 129: RECORTE DE TRECHO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA – TRECHO 02.	192
FIGURA 130: ESQUINA DA RUA GIL VELOSO COM A AV. EXPEDITO GARCIA.	193
FIGURA 131: PRAÇA PRINCIPAL DA AV. EXPEDITO GARCIA.	193
FIGURA 132: PROXIMIDADES DA PRAÇA PRINCIPAL DA AV. EXPEDITO GARCIA.	194
FIGURA 133: CALÇADA LOCALIZADA EM FRENTE À UNIDADE DO BANESTES, NA AV. EXPEDITO GARCIA.	194
FIGURA 134: PRAÇA PRINCIPAL DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA.	195
FIGURA 135: PRAÇA PRINCIPAL AVENIDA EXPEDITO GARCIA.	196
FIGURA 136: ESTABELECIMENTO COMERCIAL UTILIZANDO AS PAREDES EXTERNAS E O ESPAÇO DA CALÇADA PARA A EXPOSIÇÃO DE MERCADORIAS.	197
FIGURA 137: COMERCIANTE INFORMAL EXPONDO SEUS PRODUTOS COM SUPORTE NAS PAREDES EXTERNAS ÀS LOJAS DA AV. EXPEDITO GARCIA.	197
FIGURA 138: RECORTE DE TRECHO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA – TRECHO 03.	198
FIGURA 139: COMERCIANTE INFORMAL UTILIZANDO A ESTRUTURA DA EDIFICAÇÃO PARA A EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS.	199
FIGURA 140: COMERCIANTE INFORMAL UTILIZANDO A LOJA FECHADA PARA A EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS.	199
FIGURA 141: COMERCIANTES INFORMAIS NAS RUAS DA CIDADE DE VITÓRIA-ES. [1] VENDEDOR DE COLCHAS E REDES NO BAIRRO JARDIM DA PENHA. [2] VENDEDOR DE BOLSAS NA AVENIDA RETA DA PENHA. [3] VENDEDOR DE ABACAXIS NO BAIRRO JARDIM DA PENHA. [4] CATADOR DE RECICLÁVEIS NO BAIRRO JARDIM DA PENHA.	205
FIGURA 142: MORADORES AVALIANDO AS MERCADORIAS DO COMERCIANTE INFORMAL EM PORTO DE SANTANA, CARIACICA-ES.	206
FIGURA 143: COMERCIANTE INFORMAL NA RUA MANUEL COUTINHO NO BAIRRO PORTO DE SANTANA, CARIACICA-ES.	207
FIGURA 144: FOTOMONTAGEM DE TRECHO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA, DESTAQUE PARA PRESENÇA DE COMERCIANTE INFORMAL (JOIAS) NA FOTO DA ESQUERDA E AUSÊNCIA DO COMERCIANTE NA FOTO DA DIREITA.	207
FIGURA 145: COMERCIANTE INFORMAL DE PEIXES NAS IMEDIAÇÕES DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DO EIXO ESTRUTURADOR LESTE-OESTE, CARIACICA-ES.	208
FIGURA 146: TRECHO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA. DESTAQUE PARA A BANCA DE REVISTAS “JN VARIEDADES” CONTENDO UM ESTANDE DE VENDA DE CDs E DVDs.	210
FIGURA 147: INTEGRAÇÃO ENTRE O PROPRIETÁRIO DA LOJA E COMERCIANTE INFORMAL, EM UM REGIME DE COOPERAÇÃO.	210
FIGURA 148: DETALHE ESQUEMÁTICO DA PRESENÇA DO COMERCIANTE INFORMAL EM UMA APROPRIAÇÃO HÍBRIDA. [1] TRECHO EXEMPLIFICANDO A PRESENÇA DE COMERCIANTES INFORMAIS. [2] APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO INDICADA NAS MANCHAS EM ROSA. [3] INÍCIO DA RELAÇÃO HÍBRIDA COM A INTEGRAÇÃO ENTRE O ESPAÇO PÚBLICO DA RUA E DA CALÇADA. [4] PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA CALÇADA COM A EXTENSÃO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO PRIVADO.	211
FIGURA 149: CENAS DA INTERVENÇÃO ARTÍSTICA URBANA DA URUCUM DANÇA-TEATRO – BUNDA E PROGRESSO – REALIZADA NA AVENIDA EXPEDITO GARCIA, EM MAIO DE 2011.	212
FIGURA 150: ARTISTA DE RUA PRODUZINDO AZULEJOS PINTADOS À MÃO. CARIACICA-ES	213
FIGURA 151: ARTISTA DE RUA EM CALÇADA DA AV. EXPEDITO GARCIA, CAMPO GRANDE.	213

FIGURA 152: ÁREA DEMARCADA POR COMERCIANTE INFORMAL PARA DELIMITAÇÃO DO ESPAÇO DE SUA BARRACA. CARIACICA –ES. FONTE: ARQUIVO DA AUTORA. AGOSTO/2010. _____ 214

FIGURA 153: CARRO “GUINCHANDO” BARRACA PARA OCUPAR ESPAÇO RESERVADO PELO PRÓPRIO COMERCIANTE INFORMAL. _____ 214

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: EVOLUÇÃO DOS PEQUENOS EMPREENDIMENTOS NA ÁREA URBANA – BRASIL – 1997/2003	49
GRÁFICO 2: EMPRESAS NÃO AGRÍCOLAS COM ATÉ 5 EMPREGADOS, POR TIPO DE EMPRESA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ATIVIDADES – BRASIL - 2003	50
GRÁFICO 3: PIB E ÍNDICE DE ECONOMIA SUBTERRÂNEA	60
GRÁFICO 4: PRINCIPAIS PONTOS NEGATIVOS DO CENTRO	95
GRÁFICO 5: COMERCIANTES INFORMAIS NA AV. EXPEDITO GARCIA - 2009	173
GRÁFICO 6: TIPO DE ESTRUTURA PARA EXPOR A MERCADORIA	173
GRÁFICO 7: PRODUTO COMERCIALIZADO	180
GRÁFICO 8: FONTE DE ENERGIA	182
GRÁFICO 9: TEMPO DE ATIVIDADE	183

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: CARACTERÍSTICAS DOS PRINCIPAIS AGENTES VAREJISTAS	47
QUADRO 2: TAXONOMIA DA ECONOMIA SUBTERRÂNEA	61
QUADRO 3: HISTÓRICO POLÍTICO MUNICIPAL DA DÉCADA DE 1980 AO GOVERNO ATUAL.	105

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: PIB MUNICIPAL <i>PER CAPITA</i> – 2003 (R\$ 1,00)	18
TABELA 2: CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA GRANDE VITÓRIA	102
TABELA 3: HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CARIACICA.	108
TABELA 4: ACOMPANHAMENTO DE IPTU POR BAIRRO (EXERCÍCIO DE 2010)	116

LISTA DE SIGLAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
CDL – Clube de Diretores Lojistas
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
ETCO – Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial
FGV – Fundação Getúlio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibre – Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas
IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LC – Lei Complementar
PATRA – Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda
PIB – Produto Interno Bruto
PMC – Prefeitura Municipal de Cariacica
PMV – Prefeitura Municipal de Vitória
PREALC – Programa Regional de Emprego para a América Latina
RMGV – Região Metropolitana da Grande Vitória.
OIT – Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização não Governamental
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
UNIVINCO – União de Lojistas da 25 de Março e Adjacências

RESUMO

Fortemente presente na imagem da cidade, o comerciante é personagem fundamental para o entendimento de sua formação e corresponsável pela evolução e consolidação dos centros urbanos. O trabalho aqui apresentado se desenvolve diante das diversas escalas existentes na apropriação do espaço urbano pelo comerciante informal (também popularmente conhecido como ambulante ou camelô), que tem o espaço público da rua como local de trabalho. Através da revelação dos conflitos existentes nas relações entre pedestres, usuários, comerciantes formais e informais, este estudo busca examinar o modo de ocupação e, conseqüentemente, a criação de territórios e territorialidades na apropriação do espaço público das ruas (esquinas, calçadas e pista de veículos). Constantemente vistos como um obstáculo nos espaços da cidade, estudos sobre a economia subterrânea exibem outra preocupação acerca do ambulante: dados relativos a 2009 afirmam que os valores da economia subterrânea gerada pelas atividades informais atingiram um percentual de 18,4% do PIB do país. Dessa forma, a aproximação da Avenida Expedito Garcia, no bairro de Campo Grande em Cariacica-ES, município de menor arrecadação na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), se fez pertinente. A avenida, ao longo da ocupação urbana do município, tornou-se referência como importante centro comercial da RMGV. O espaço de comércio se consolidou em um município carente de políticas de desenvolvimento territorial e, portanto, em um campo de experimentação ainda pouco explorado por planejadores e demais responsáveis pelo ordenamento territorial. É nesse sentido que este trabalho apresenta a conturbada realidade e as diferentes possibilidades de um território constantemente construído e apropriado, usando como objeto as diversas alternativas de escape do comerciante informal ambulante na avenida. Partindo do entendimento do espaço público como ambiente estruturador das relações existentes na cidade, buscou-se a utilização de bibliografia específica relacionada ao espaço público contemporâneo, ao surgimento dos ambulantes nas cidades, à economia informal e às intervenções físicas e políticas em centros urbanos. Diante da dificuldade de se obter dados oficiais sobre a evolução urbana de Cariacica e, conseqüentemente, sobre o comerciante informal, utilizou-se dados secundários de pesquisas disponíveis em institutos e outras entidades estaduais, reportagens de jornais, revistas e, outras publicações, além de dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Cariacica (PMC), somando-se a esses, índices e mapeamentos de trabalhos acadêmicos que possuem o bairro de Campo Grande como local de estudo. Buscando a atualização de tais dados e maior apreensão na vivência do espaço de estudo, optou-se pela realização de levantamentos de campo seguidos de entrevistas com os comerciantes e demais agentes envolvidos com a temática da pesquisa. Os resultados do trabalho apontam a coexistência entre formal e informal e, conseqüentemente, o caminho para a inexistência desse limite em um meio comercial como a Avenida Expedito Garcia.

Palavras-chave: espaços públicos, apropriação indébita, espaço urbano, planejamento, cidadania

ABSTRACT

As a strong image presented in the city scenario, the trader is also an essential character to the whole comprehension of how the city is formed and one of the keys to the evolution and consolidation of the urban centers as well. This paper develops itself over the different types of scales when it comes to the informal trader (known in Portuguese as "ambulante" or "camelô") owning the streets and public spaces as their workplaces. By revealing the existing conflicts in the relations among pedestrians, buyers, formal and informal traders, this study aims to examine how the occupation is actually done and, consequently, the creation of territories and limits in public spaces and how they get appropriated (corners, pavements and roads). Constantly seen as an obstacle around the city spaces, studies on underground economy show a distinct concern about the informal trading. Data from 2009 say that the values from the underground economy, generated by informal activity reached a mark of 18, 4% of the country's GDP. That way, the proximity with Expedito Garcia Avenue, in the Campo Grande neighborhood, in Cariacica-ES, is highly considerable. Cariacica is a metropolitan area of the city of Vitória with lower tax collection. The avenue, which extends itself all the way through the neighborhood area, has become an important reference as a commercial centre in the Metropolitan Vitoria Area. The commercial space has become a strong one in a place where territorial development is highly needed, therefore in an experimental field that has not been quite explored by planners and other people who are responsible for territorial organization yet. It is, in this sense, that this paper presents the disturbed reality and the different possibilities of a constantly built and proper territory, using, as an object for that, the trader's ways of escaping from the informal trader along the avenue. Starting from the point that the public space is an environment that helps building the structures of the relations happening in the city, the reach is for the use of specific bibliography that relates to the contemporary public space, the beginning of informal trading in the cities, the informal trading and the physical and political interventions in urban centers. Since the whole series of difficulties in obtaining official data on the urban evolution of the Cariacica area, and, consequently, specific studies about informal trading, secondary research data has been used, which were available in state institutes and other entities, along with articles from newspaper, magazine and similar publication. The Cariacica Municipal City Hall has also provided information, usefully adding ratings and academic work mappings that bring the Campo Grande neighborhood as a study field. Reaching for the updating of those data and also for greater comprehension in living and feeling that study space, the chosen option was for field exploring along with interviewing the traders and other agents directly involved in this theme. The results of this paper point to the co-existence between the formal and the informal, therefore the way to the non-existence to this limit in commercial grounds, such as the Expedito Garcia Avenue.

Keywords: public spaces, misappropriation, urban planning, citizenship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 CAPÍTULO 01: O AMBULANTE E O ESPAÇO PÚBLICO URBANO	22
1.1. O ESPAÇO PÚBLICO URBANO	23
1.2. O AMBULANTE (CAMELÔ)	34
2 CAPÍTULO 02: A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO INFORMAL	46
2.1. A ECONOMIA INFORMAL: ABORDAGENS CONCEITUAIS	46
2.1.1 <i>Economia Subterrânea</i>	59
2.2. POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO SETOR INFORMAL	64
2.2.1 <i>Modernização</i>	70
2.2.2 <i>Transição</i>	73
2.2.3 <i>Revitalização</i>	73
2.2.4 <i>Limpeza Social: o “jogo de gato e rato”</i>	77
2.2.5 <i>Criação de Camelódromos ou Shoppings Populares</i>	79
3 APROPRIAÇÃO DO COMERCIANTE INFORMAL NA AVENIDA EXPEDITO GARCIA	84
3.1 DE VITÓRIA A CARIACICA: A CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO CAMPO GRANDE COMO UM SUBCENTRO METROPOLITANO	87
3.1.1 <i>Evolução e consolidação do centro urbano de Vitória</i>	87
3.1.2 <i>A expansão do Centro de Vitória a Campo Grande</i>	96
3.2 A AÇÃO DO PODER PÚBLICO NO ESPAÇO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA	128
3.2.1 <i>Campo Grande - comércio, serviço e lazer</i>	129
3.2.2 <i>Projeto de Urbanização e Paisagismo da Av. Expedito Garcia – Calçada Viva</i>	146
3.2.3 <i>Coordenação de Postura Municipal: cadastro e fiscalização – diurno</i>	171
3.2.4 <i>Coordenação de Postura Municipal: cadastro e fiscalização – noturno</i>	177
3.3 O COMERCIANTE INFORMAL E A APROPRIAÇÃO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA.	185
4 CAPÍTULO 04: A ESPACIALIZAÇÃO DA APROPRIAÇÃO DOS COMERCIANTES INFORMAIS	202
4.1 APROPRIAÇÃO AUTÔNOMA/NEUTRA	205
4.2 APROPRIAÇÃO HÍBRIDA/INTEGRADA	209
4.3 APROPRIAÇÃO BRANDA	212
4.4 APROPRIAÇÃO DE COERÇÃO	214
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	218
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	221

INTRODUÇÃO

Planejar uma cidade requer mais do que o reconhecimento e a apreensão de seus espaços construídos, vazios, apropriados, expandidos, construção e aplicação de uma legislação ou da configuração natural do território. Requer, entre outros aspectos, entender o uso do espaço como um agenciador de relações; buscar atuar de forma colaborativa e apreender do território relações diversas entre corpo e espaço urbano. Requer reconhecer os fenômenos, acontecimentos e alternativas que escapam e vão além do que é sintetizado através de mapeamentos e dados estatísticos.

A dissertação aqui apresentada busca evidenciar tais relações a partir do reconhecimento de acontecimentos e alternativas presentes no espaço público urbano, provocando a discussão do planejamento urbano como disciplina obrigatória para revelar e atender aos anseios não previstos pela população, porém revelados em seu cotidiano. Nesse sentido, buscou-se um elemento que possibilitasse maior aproximação à abordagem proposta: o comerciante informal ambulante (camelô).

O ambulante será definido como comerciantes que têm em sua forma de trabalho a apropriação informal de espaços da cidade: calçadas, esquinas, ruas (pistas de rolamento), becos, paredes, grades, edifícios abandonados, entre outros –, e que estejam fixados (todos os dias) em um mesmo ponto de venda ou transitem por entre os espaços públicos e privados de maior circulação de pessoas.

A pesquisa realiza uma aproximação ao espaço público delimitado pela Avenida Expedito Garcia, em Campo Grande, Cariacica-ES, apresentando um ambiente diversificado em um centro urbano que, embora ainda tímido diante da arrecadação financeira que proporciona ao município, torna-se referência na RMGV enquanto região comercial.

Posto pela leitura de ABE (1999), Campo Grande, ao longo da ocupação urbana da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), se faz um subcentro com características e importância de centro comercial, concentrando um comércio especializado, embora diversificado. Hoje, a avenida Expedito Garcia concentra grande parte do comércio de referência regional, abrigando filiais de diversas lojas especializadas em móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, confecções, entre outros.

Cabe acrescentar que Cariacica, dentre os municípios do estado e da RMGV, até o ano 2000, possuía a menor renda *per capita*. Segundo pesquisa divulgada pelo IPES, desde 2003 o município ocupa o terceiro lugar, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 1: PIB municipal *per capita* – 2003 (R\$ 1,00)

Município	1999	2000	2001	2002	2003
Cariacica	3.581	3.996	4.133	4.494	5.089
Fundão	3.918	4.065	3.804	5.094	4.759
Guarapari	4.401	4.655	4.535	4.372	4.340
Serra	8.211	9.250	10.286	11.584	13.603
Viana	4.947	5.292	5.361	6.243	8.942
Vila Velha	5.741	6.477	6.489	6.645	8.942
Vitória	17.799	20.152	21.836	22.269	26.534
RMGV	8.178	9.126	9.705	10.220	11.914
Espírito Santo	6.105	6.880	7.078	7.631	8.792

Fonte: IPES

Campo Grande, concentrando grande parte da população economicamente ativa do município e, principalmente devido à consolidação da ocupação urbana e de sua configuração como subcentro, representa o bairro de maior arrecadação municipal. Tal realidade torna ainda mais importante o estudo da utilização dos espaços públicos dessa região, ainda em constante construção e apropriação.

Ao espaço público urbano, principalmente em regiões metropolitanas, têm sido atribuídos valores onde reinam o medo e a violência e é, portanto, diante de tais valores que são construídas ações de planejamento impositivas em busca apenas do ordenamento territorial.

O que se vê constantemente são ações de revitalização ou reestruturação de espaços centrais, com a criação de ações e políticas públicas relativas à regulamentação do uso do solo, em que ao setor informal limita-se a erradicação, a convivência ou propostas de realocação dos ambulantes. Nesse sentido, cabe a indagação do verdadeiro alcance de tais ações para proporcionar o acesso pleno à cidade e, conseqüentemente, a seus espaços, por todos os seus habitantes.

A partir da estrutura de três capítulos, a pesquisa busca apresentar as formas como o comércio informal ambulante se **apropria e modela** o espaço público urbano, articulando-se com o papel do **urbanista (do planejador)** enquanto auxiliar na promoção do **direito de todos à cidade**, contrapondo-se aos modelos atuais de ação do planejador urbano, visto, portanto, como ordenador territorial.

O primeiro capítulo – O AMBULANTE NO ESPAÇO PÚBLICO URBANO – traz uma aproximação das duas primeiras questões do trabalho: o espaço público, direcionado ao espaço da rua, e sua apropriação pelo ambulante, camelô ou comerciante informal, mostrando abordagens ainda no início da consolidação deste termo camelô como um importante agente construtor das relações e, conseqüentemente, dos espaços públicos urbanos.

Para a construção deste capítulo foram utilizadas as abordagens de Mollier (2009), e Serpa (2007), além de artigos de Jacques, Smith (2000) e Haesbaert.

O segundo capítulo – A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO INFORMAL – apresenta a realidade da economia informal brasileira, trazendo demonstrativos em tabelas, gráficos e demais análises, realizadas principalmente em pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além do trabalho sobre o setor terciário realizado pela arquiteta e economista Heliana Comin Vargas (2001).

O terceiro capítulo – O ESPAÇO DO ENCONTRO: PELA APROPRIAÇÃO DO COMÉRCIO INFORMAL – completa a abordagem do espaço territorial a ser apresentada, buscando relatar a consolidação do bairro Campo Grande como um importante centro urbano ainda em expansão. Nesse sentido, o capítulo se subdivide em três momentos de análise, determinados pela aproximação com as delimitações do espaço estudado, sendo elas: AV. EXPEDITO GARCIA 01: a consolidação da centralidade: do centro de Vitória à Campo Grande; AV. EXPEDITO GARCIA 02: o espaço público da avenida; e AV. EXPEDITO GARCIA 03: a apropriação do centro de Campo Grande pelo comércio informal.

Neste terceiro capítulo é de fundamental importância a utilização das Teses de Doutorado de Abe (1999), que discorre sobre a formação da RMGV, e Reis (2007), além de estudos elaborados pelo Instituto Jones de Santos Neves (IJSN), importante órgão de pesquisas urbanas do Governo do Estado do Espírito Santo.

A partir da apropriação do comércio informal analisa-se o espaço público de um centro urbano em desenvolvimento, numa cidade em que o planejamento urbano e a preocupação com a construção do desenho urbano acessível a todos se encontra em uma grande lacuna de ausências de um território relegado aos acontecimentos cotidianos.

O trabalho busca potencializar os acontecimentos cotidianos, materializados pela apropriação do espaço da Av. Expedito Garcia pelo comércio informal. Sendo assim, os resultados demonstrarão a coexistência entre formal e informal como atividades complementares importantes na consolidação de um espaço de centralidade.

Para a elaboração da análise apresentada pelo trabalho foram utilizados ainda dissertações e teses de semelhante abordagem temática como: Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995) de Eustógio Wanderley Correia Dantas (2005) e Estrutura e dinâmica da ocupação informal na região metropolitana de Salvador: uma análise dos anos 90 de Thaiz Silveira Braga (2003). Outros dados, tais como entrevistas com pessoas-chave, recortes de jornal impresso e vídeos disponíveis em meio virtual também fazem parte do material analisado.

A luta pela sobrevivência dos comerciantes informais indica uma reação ou mesmo uma fuga do sistema funcionalista ditado pela globalização. A capacidade de explorar o espaço, de descobri-lo como suporte para sua sobrevivência, de resgatar funções esquecidas, de explorar a mobilidade, a dinamicidade e as diversas possibilidades do espaço físico em parceria com o corpo humano, fazem dos ambulantes exemplos de alternativas não absorvidas pelo planejamento formal.

Da falta cria-se a oferta para a sobrevivência, a escolha do produto, o suporte para vendê-lo, o ponto ou o percurso, os bordões de propaganda e, aos poucos, recriam-se o “novo” trabalho, a “nova” profissão.

Trabalhar nessas condições é uma forma de sobrevivência, às vezes a única, para milhares de brasileiros. Sem esses empregos, a taxa de desemprego no país seria muito mais alta que os atuais 10 a 11 por cento. Os economistas, no entanto, dizem que empregos e empresas não registrados representam um grande problema para a maior economia da América Latina por conta da ineficiência e da evasão de impostos. Para eles, o país deve resolver tal questão se quiser atingir crescimento sustentável.

Para apreender melhor essa apropriação diversificada do território é preciso estabelecer áreas e limites de estudo, ainda que ao longo da pesquisa estes sejam rizomáticos, como a ação dos ambulantes, e se apropriem de mais ou menos espaços territoriais.

Nesse sentido, o trabalho apresenta uma análise do Centro Urbano Comercial de Cariacica, o bairro Campo Grande, numa aproximação direta com as relações existentes na Av. Expedito Garcia e seu entorno imediato, assumindo o espaço público urbano em sua dimensão caótica e temporal e, a partir do estudo, busca a importância da relação existente entre espaço público e o comerciante informal.



CAPÍTULO 01

NAPOLI ITALIA FONTE: LIANE DESTEFANI

1 CAPÍTULO 01: O AMBULANTE E O ESPAÇO PÚBLICO URBANO

Entendendo a cidade como um território fragmentado, composto de colagens, sobreposições e fluxos, o espaço público apresenta-se como um importante componente para o entendimento das dinâmicas urbanas expressas em cada fragmento. Lugar de respiro, onde criatividade e facilidade de fluidez das relações são fortemente evidenciadas, é fato que o espaço público desempenha um papel importante na formação sociocultural de seus habitantes.

Não obstante, a predileção cada vez maior na vivência de espaços constantemente vigiados e privados, como os *shoppings centers*, tem ocasionado mudanças nos espaços públicos das grandes cidades, indicando um possível declínio de sua função social. Mudanças estas que, ao longo da expansão do espaço urbano, acumulam valores e significados, e contribuem para novas definições dos territórios da cidade.

Tendo este trabalho uma abordagem específica sobre a interferência nos processos de construção do espaço público a partir da apropriação do comerciante informal, o primeiro capítulo apresenta a análise de conceitos que visam a desvendar e apresentar o objeto estudado.

1.1. O ESPAÇO PÚBLICO URBANO

A conceituação de espaço público transita entre o espaço da vida pública onde se formam as opiniões e vontades políticas – um espaço de discussão – e as áreas de domínio do poder público, definidas por um território formalizado com desempenho de funções iguais ou semelhantes às praças, parques e ruas. Porém, além da constituição formal, outras apropriações e, sobretudo, a utilização por moradores pode definir a existência de um espaço público em diferentes locais, como terrenos vazios ou abandonados, restantes de quadras ou lotes, becos, etc.

Serpa (2007) exalta o espaço público como um elemento da cidade onde se multiplicam as possibilidades. Lugar onde se reforça a função de espaço da ação política ou da possibilidade de acontecimento dessa ação, reafirmando-o como ambiente do simbolismo, do multiplicar de culturas, da relação entre os sujeitos e suas diversas percepções na produção do espaço do cotidiano. Um espaço de coletividade onde se reproduzem os processos políticos.

Em meio às diversas tentativas de planejamento e controle, é no espaço público que se manifestam formas efêmeras de apropriação, ultrapassando os padrões convencionais de ação do planejamento urbano. Algo que foge à lógica do planejamento formal da cidade e exige uma avaliação das manifestações subjetivas, da espacialização dos desejos, exaltando, nas relações do campo da arquitetura e do urbanismo, a importância de um “olhar outro” sobre a produção dos espaços da cidade e, em especial, dos espaços públicos urbanos.

Pode-se dizer que a construção dos espaços públicos está diretamente relacionada à construção do meio urbano. Dessa forma, devem ser levados em consideração *“aspectos físicos, naturais e/ou construídos, caracterizados pelo desenho de formas, que, muitas vezes, além de representarem os espaços públicos a que se destinam, passam a corresponder à imagem de determinado lugar, cidade, região, ou país”*¹.

Na busca destas imagens, que exprimem a identidade de determinado lugar, constroem-se as cidades, os espaços públicos e as relações de interesses e arranjos sociais e econômicos que envolvem o meio urbano. Ainda que possuam funções predefinidas, apropriações, fluxos ou acontecimentos, outras combinações ou a (des)combinação de

¹MENDONÇA, Eneida Maria Souza; Apropriações do espaço público: alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia (online), V.2, UERJ- RJ, 2007.

arranjos não programados expressam-se a partir de desejos e expectativas não atendidas, materializando-se em possibilidades de novos encontros. Observa-se, portanto, no uso e apropriação, consideráveis transformações nos espaços públicos tanto em suas atribuições funcionais como formais.

A Legislação Federal de Parcelamento do Solo (Lei nº 6766/79), aprovada em 1979, institui a obrigatoriedade de existência de áreas públicas desde a aprovação de um loteamento. Na Lei, as áreas de propriedade do Poder Público são instituídas a partir do projeto proposto para um novo parcelamento urbano, aprovado pelo poder público e registrado em cartório. Posteriormente, tais áreas são determinadas para a implantação de equipamentos de lazer (praças ou parques), saúde (postos de saúde, hospitais, etc.), educação (escolas e creches), entre outras edificações para o abrigo de serviços voltados à população. Ao quantitativo das áreas destinadas ao poder público somam-se ainda as vias ou logradouros que, assim como as demais áreas, a Lei determina que devem ser respeitadas, buscando garantir sua preservação desde a implementação do loteamento.

É sabido que, isoladamente, a existência de uma legislação não é garantia do seu cumprimento. O poder público encontra grande dificuldade, especialmente na fiscalização de seus imóveis, o que contribui com a manutenção da prática de ilegalidades, como a implantação incorreta dos parcelamentos aprovados, principalmente na alteração do sistema viário ou no dimensionamento e posicionamento das áreas públicas.

Após a definição de usos como os de lazer e execução de locais de contemplação em espaços de praças e parques, alguns equipamentos implantados são reinventados. A reinvenção do espaço se dá na forma de apropriação dos elementos que o compõe ou ainda na inserção de novos elementos. Porém, é a partir da permanência cotidiana, e da utilização das ruas, praças ou parques, que se reafirma a necessidade de manutenção dos espaços públicos na malha urbana, reiterando-os como espaços de possibilidades.

Se os lugares podem, esquematicamente, permanecer os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam – ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem (SANTOS, 1988)

Na citação acima, Milton Santos (1988) vai além e discorre sobre a acumulação de histórias e atribuição de novos valores aos elementos da cidade, um conjunto de fragmentos com diferentes funções e significados a partir da vivência de cada tempo. O espaço público como parte do conjunto do espaço urbano acumulou nítidas alterações no passar da história. As praças e parques possuem, em cada tempo, usuários específicos, que provocam e reivindicam por determinadas necessidades, construindo identidades que se somam com o passar do tempo.

Em um contexto contemporâneo, Serpa (2007) alerta para o valor conferido às ações institucionais de interferência direta na configuração dos espaços públicos. Intervenções urbanas de revitalização e requalificação que se apropriam do espaço público gerando valorização imobiliária e são, em parte, um grande programa imobiliário. Grandes parques, operações que promovem uma intensa renovação urbana através da inserção de novos equipamentos públicos e, ao mesmo tempo, incitam questionamentos sobre o efetivo atendimento desses equipamentos à população.

As mudanças ocorridas nos espaços públicos das grandes cidades são impulsionadas pelo sentimento de insegurança cada vez mais latente na população. Ações como cercamento de praças e privatizações de ruas e parques são frequentes e, conseqüentemente, provocam o declínio dos espaços públicos em detrimento do crescente individualismo e promoção de espaços fechados (semipúblicos) de convívio, como os *shopping centers*.

Embora a abordagem sobre o espaço público abranja um conjunto de elementos que constituem o espaço urbano, este trabalho tem como foco as apropriações do espaço público pelo comerciante informal ambulante. Tendo ainda um olhar ampliado sobre a Avenida Expedito Garcia, caminha-se para o estudo da apropriação do espaço da rua, bem como dos elementos que a constituem, como calçadas e fachadas de edifícios (grades, paredes cegas, degraus, etc.), levando em consideração as relações sociais que por ela transitam.

Na leitura realizada por João do Rio (1908), o imaginário das ruas, no século XX, demonstra um claro encantamento entre o homem e a construção do espaço daquele contexto histórico. O espaço da rua descrito vai além de toda magia e encantamento existentes, criando uma relação simbiótica entre o homem e o espaço físico da rua.

Mas o importante, o grave, é ser a rua a causa fundamental da diversidade dos tipos urbanos. Não sei se lestes um curioso livro de E. Demolins, Comment la route crée le type social. É uma revolução no ensino da Geografia. A causa primeira e decisiva da diversidade das raças, diz ele, é a estrada, o caminho que os homens seguirem. Foi a estrada que criou a raça e o tipo social. Os grandes caminhos do globo foram, de qualquer forma, os alambiques poderosos que transformaram os povos. Os caminhos das grandes estepes asiáticas, das tundras siberianas, das savanas da América ou das florestas africanas, insensivelmente e fatalmente criaram o tipo tártaro-mongol, o lapão-esquimó, o pele-vermelha, o índio, o negro (RIO, 1908)

João do Rio (1908) expõe a construção de relações sociais a partir da construção do espaço físico da rua, sendo então um importante elemento de reflexão do próprio ser humano. Embora o autor discorra sobre as ruas do século passado não há como negar a função primordial do espaço definido como rua.

Ao discorrer sobre o espaço público das áreas centrais, Ferreira (2002) reforça a relação entre o homem e o espaço público, defendendo a rua como espaço “de circulação para a

*convivência, os encontros e a recreação*² em detrimento do que vem ocorrendo com os espaços comuns como consequência do “esvaziamento do homem público” (do distanciamento dos espaços públicos em detrimento da multiplicação dos espaços de consumo).

Historicamente marcada por acontecimentos que acompanham a evolução do espaço urbano, até a Idade Média a rua não possuía uma função definida. Na Cidade Medieval sua configuração era marcada ora por largos ou pátios abertos, berço de lutas, e ainda controlada por instituições feudais (sendo a Igreja uma delas), que impediam a livre circulação. Porém, já nesse contexto, as ruas contavam, entre seus diversos usuários, com a presença do comércio realizado por artesãos e verdureiros, entre outros (FERREIRA, 2002).

Ainda na cidade medieval, observa-se uma confusa conceituação no espaço constituído como público. O que é público facilmente é confundido com o que é comum e, portanto, um lugar para ser utilizado de qualquer forma, por qualquer pessoa. A imagem das ruas era ainda constantemente marcada pela insalubridade e desordem. Insalubridade existente pela quantidade de canais abertos, pela conturbada animação onde os pedestres e outros cidadãos armados, que dividiam espaço com a sujeira e a desorganização de animais domésticos que transitavam soltos e alimentavam-se do lixo espalhado.

Não há precisões a respeito do aparecimento do comércio nas ruas. Porém, ao descrever um quadro cotidiano, Tuan (1980) apresenta como pano de fundo as ruas de Londres, no século XVIII. Na sequência da citação, as figuras retratam as movimentações de comerciantes, semelhantes aos camelôs, homens e mulheres “mascateando” alimentos, artigos de artesanato e shows de rua e que, assim, registram um possível aparecimento e a apropriação típica do comerciante informal:

A vendedora de maçãs ou a mulher das tortas instalavam suas barracas onde queriam, o vendedor de chapéus com várias caixas penduradas em uma vara colocada sobre seus ombros entupia a estreita rua, os consertadores de foles e cadeiras faziam seus consertos na rua. Homens e mulheres mascateavam tortas duras e pó de argila, capachos e agriões, pães de gengibre bem condimentados, peras verdes (as primeiras da estação), apregoando seus produtos à medida que passavam. Faziam frequentes paradas nas esquinas para oferecer seu espetáculo, bloqueavam a rua e assustando os cavalos. (Tuan, 1980, apud Ferreira, 2002).

² FERREIRA, Willian Rodrigues. O Espaço Público nas Áreas Centrais: a rua como referência – um estudo de caso em Uberlândia-MG. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 2002.



Figura 1: Vendedores ambulantes retratados por Jules Renouard (1874).
 Fonte: <http://grande-boucherie.chez-alice.fr/Cris-Paris.htm>. Acesso em janeiro de 2010.

As ilustrações acima, de autoria de Jules Renouard, retratam o cotidiano das ruas de Paris descrito na citação de Tuan (1980) - "les rues et les cris de Paris au XIIIème siècle" – na Paris de 1874. Embora não haja os possíveis consumidores, os artigos ilustrados são itens tipicamente comercializados no contexto temporal da imagem.

Reforçando a construção do imaginário da rua no século XVIII, vê-se surgirem os famosos cafés e, mais posteriormente, os bares que se apropriam das ruas de passeio para atrair sua clientela. Certamente, o processo de modernização traz novas mudanças ao espaço público, atribuindo-lhe funções cada vez mais atreladas ao espaço de passagem.

Após a revolução burguesa (século XVIII) quando se explicitam as divisões de classes, a reivindicação pelo espaço público (seja ele o espaço físico ou não) e do papel da cidade na formação do cidadão tornam-se cada vez mais exaltados. Ferreira (2002), afirma que as intervenções direcionadas ao ordenamento do espaço público, nesse momento, objetivavam puramente o controle social. Nesse sentido, desarticulam-se os grupos sociais e suas atividades e, ao mesmo tempo, impulsiona-se a velocidade de circulação, o que provoca uma alteração considerável na paisagem urbana no que diz respeito à funcionalidade do espaço público.

O antagonismo existente entre público e privado torna-se cada vez mais marcante quando expresso no território. Um exemplo disso é a transitoriedade de atividades que anteriormente eram desenvolvidas ao ar livre – teatro, jogos, disputas esportivas, feiras, refeições, conversas, reuniões – e que aos poucos alteraram-se e encontram-se cada vez mais confinadas, seja no espaço da casa ou em edifícios.

O ataque ao modo de vida popular passa a incidir diretamente sobre o espaço onde a sociabilidade popular encontra recursos para robustecer: a rua. A rua, e não a casa, é o que cimenta a solidariedade. As redes populares de pessoas, de famílias, de sociabilidade, de solidariedade em sua espacialização são crescentemente percebidas como perigosas e ameaçadoras (Tuan, 1980, apud Ferreira, 2002).

O urbanismo tem fundamental importância para as novas configurações da cidade, onde algumas ruas são aos poucos substituídas por avenidas de carga, que ao mesmo tempo proporcionam maior fluidez e afastam a população mais carente em alguns centros urbanos, iniciando um processo defendido por Haussmann como um modelo de cidade homogeneizada, com pobres e ricos isolados uns dos outros. (SENNETT, 1988)

Aos diversos planos idealizados, para assegurar a qualidade de vida aos cidadãos (ainda que a preocupação girasse em torno apenas da vida dos mais afortunados), somam-se intervenções no espaço público de forma a criar padrões de vida predeterminados. Jacobs (2000) crítica o planejamento e a implantação das cidades-jardins, feitas para uma população homogênea, e afirma serem as *"cidades realmente muito agradáveis se os moradores fossem dóceis, não tivessem projetos de vida próprios e não se incomodassem em levar a vida em meio a pessoas sem projetos de vida próprios"*. Apenas aos urbanistas cabia a tarefa de pensar a melhor forma de viver a cidade.

Já no século XX, os planos estruturadores das cidades modernas, ainda pautados em avenidas de grande capacidade e na consolidação do automóvel como principal meio de transporte, delegam à rua o caráter de lugar de passagem e cada vez menos da possibilidade do encontro de acontecimentos. A negação da cidade como palco da vida pública é paulatinamente mais forte, potencializa-se o automóvel como item fundamental para a determinação do traçado da cidade e, em consequência, afasta-se a permanência nas ruas.

Ainda no início do século XX, Ferreira (2002) relata o aparecimento de trabalhadores informais apropriando-se das ruas na cidade de São Paulo. O espaço das ruas aparece novamente como alternativa à população que se encontra à margem das estatísticas populacionais.

A lista de ambulantes deste tempo é bem variada: há os que circulam a pé e os que vendem em carrocinhas, que se tornam muito populares. Dos transeuntes fortuitos das ruas dependiam ainda os não estabelecidos, que anunciavam à porta: "cobrem-se botões; costura-se; cozinha-se para fora". Teatrinhos de rua e pessoas excêntricas exibiam-se circulando em vários pontos do centro e em alguns bairros. A mendicância e a prostituição completavam o quadro daqueles cuja sobrevivência dependia da rua (Tuan, 1980, apud Ferreira, 2002).

Carregando consigo um espaço compartimentado pelo capital e pelo trabalho, composto de uma série de grupos de trabalho, serviços e ações, o comércio movimentava significativamente a estrutura física, a qualidade ambiental urbana e, conseqüentemente, o planejamento dos espaços públicos urbanos.

É difícil, portanto, discorrer sobre os espaços públicos e seus diversos significados sem abordar os atores destes espaços: hippies, ciganas que lêem a sorte, engraxates, vendedores ambulantes de CD's e DVD's "pirata", de amendoim, de salgadinhos, de queijo,

de colcha para cama, de limpadores de para-brisas, de canga de praia, de protetor e bronzeador, de óculos escuros e tênis, vendedores de cofre, de cadeira de vime, de churrasquinho, de água de coco, de churros, de bala e caneta no ônibus, de compra e venda de vale transporte, etc.



Figura 2: Comerciante informal de DVDs e CDs “piratas” na Av. Principal no bairro Laranjeiras, Serra-ES. Fonte: Arquivo da autora. Fevereiro/2009.



Figura 3: Catador de recicláveis na Av. Expedito Garcia, Cariacica-ES. Fonte: Arquivo da autora. Julho/2009.

Assim, encontra-se nos espaços públicos urbanos uma parcela da população que sobrevive da ilegalidade, da informalidade e da inventividade próprias do ser humano. Aqueles que constantemente se movem pelas cidades constroem uma movimentação própria, criam um circuito informal de fluxos de serviços e mercadorias, e expressam no território suas consequências e necessidades.

Ainda que transgressoras é importante salientar que, na medida em que os espaços se constroem sobre fluxos, as apropriações, formais ou não, tornam-se cada vez mais refletoras das ações cotidianas. Além disso, ainda que ilegais, não devem ser dadas a estas apropriações apenas o tratamento de indícios de marginalidade, mas também a possibilidade de se tornarem ferramentas de reapropriação de estruturas, muitas vezes para um melhor aproveitamento da infraestrutura existente. Portanto, identificam-se potencialidades e renovação dos espaços da cidade de acordo com os desejos e necessidades de seus usuários (MENDONÇA, 2007).

Diante disso, nota-se que as políticas aplicadas ao planejamento urbano ainda usam de pouca flexibilidade e capacidade de adaptação, quando comparadas à capacidade de resistência e mobilidade dos ambulantes, visto que a burocratização para o seu vigoramento muitas vezes tarda à “solução” do problema.

O crescimento de possibilidades de acontecimentos no espaço da rua e a sobreposição de funções nada tem a ver com a perda de sua função primordial: a circulação de bens e pessoas e a interligação entre lugares e edifícios. A interação nas vias públicas sofre significativas alterações, porém é verdadeiramente com a inserção do automóvel, a partir do início do século XX, que a liberdade de trânsito nas vias públicas é limitada.

No conjunto composto por veículos, transeuntes, jogos, festas, encontros, define-se a expressão exaltada por João do Rio (1908), a “alma da rua”. A rua torna-se um conjunto de eventos e relações. *A par de caminhos, são locais onde a vida social acontece ao ritmo do fluxo constante que mistura tudo. Um “microcosmo real” de espaços e relações que tem a ver com repouso e movimento, com dentro e fora, com intimidade e exposição e assim por diante.*³

Nesse sentido, Santos (1985) afirma que as ruas são ainda mais importantes do que as praças e parques, pois representam o que há de mais característico dos espaços comuns das cidades. A rua é o lugar onde se dão as relações formais e informais, expostas e visíveis, mediadas pela legalidade e pela ilegalidade, pelo dinheiro e pela miséria.

³ SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (Coord). Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. São Paulo, Projeto, 1985.

A análise da função social da rua vem pontuar também os conflitos existentes nas relações entre seus usuários – pedestres, ambulantes ou comerciantes – e a adaptação da utilização de espaços previamente planejados. Preenchem-se esquinas, calçadas e passeios com uma animação efêmera (embora em muitos momentos com caráter permanente), pontual e informal, imprimindo ao território “a necessidade de uma organização espacial capaz de criar espaços flexíveis” (NISHIKAWA, 1984). Espaços que segundo Carlos (2007) materializem as relações sociais que estão articuladas em uma combinação espaço-tempo.

A apropriação do espaço público urbano por relações cotidianas criam e recriam as formas e funções urbanas, dando a elas novas configurações. “As marcas do rápido processo de transformação que vivemos atualmente, em meio à constituição do processo de mundialização da sociedade, estão impressas tanto na paisagem, como na consciência”.⁴ Carlos (2007) afirma ainda que, quando entendemos que o espaço se torna produto da história e dos acontecimentos sociais do lugar, percebemos que a atividade social tem “o espaço como condição de sua realização”.

Ao discorrer sobre o controle imposto à população, nas cidades modernas, como forma de garantir a dominação e preservação dos espaços públicos às classes dominantes (após a Revolução Francesa), Cortés (2008) afirma que o controle dos espaços das ruas, ao mesmo tempo em que isola a população, suprime a sua função de rua.

Nesse sentido, ao se isolarem em edifícios fechados em atividades prioritariamente desenvolvidas para espaços comuns, como ir às compras, vê-se surgir um espaço de consumo que, aliado às novas formas de relações sociais, acabam por substituir aspectos importantes da vida urbana.

Público e privado se confundem, enfraquecendo o constante confronto entre espaços antagônicos que se tornam cada vez mais complementares e subordinados. Cortés (2008) faz referência a este “antagonismo” atribuindo ao termo privado um caráter de espaço do indivíduo, imerso em “uma esfera de intimidade que não se torna pública”. O termo público define-se por ele como o espaço da manifestação, que é “comum e notório” e chama atenção para a necessidade de pensá-los (público e privado) como uma “relação dialética” onde é possível ultrapassar um e outro de acordo com as “circunstâncias socioculturais e históricas”.

⁴ CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo, 2007. Disponível em: www.ffch.usp.br/dg/gesp.

Do contrário, ultrapassar o público em detrimento do privado, tem sido a direção no tratamento do espaço público contemporâneo. Ações cada vez mais contraditórias reforçam o que Serpa (2007) alerta para um exemplo específico de espaço público, o parque, quando afirma:

(...) me parece importante reafirmar que, na cidade contemporânea, o parque público é um meio de controle social, sobretudo das novas classes médias, destino final das políticas públicas, que, em última instância, procuram multiplicar o consumo e valorizar o solo urbano nos locais onde são aplicadas (LEITE, 2007).

A valorização do solo urbano, nesse contexto, privilegia principalmente as propriedades privadas, já que se encontram nos arredores dos parques urbanos. Conjuntos habitacionais de luxo, grandes redes de hotéis e restaurantes (retratos de uma grande indústria de entretenimento), empreendimentos que usufruem da paisagem agradável de um parque e vendem, além do conforto e da segurança, a dita qualidade de vida proporcionada na convivência direta com a natureza. O privado usufrui dos benefícios da presença do público e em contrapartida nada é atribuído de grande valor ao público; pelo contrário: o que se vê são lugares pouco utilizados onde a diversidade típica de um espaço público está limitada.

Semelhantes são as intervenções de requalificação em bairros degradados, exemplo utilizado no início deste subcapítulo. Nos centros antigos a requalificação oferece a transformação do patrimônio em “mercadoria cultural”, uma estratégia de marketing urbano onde o espaço público é assemelhado às praças de alimentação do *Shopping Center* (o bairro). Voltada ao incremento da economia local, recuperação da imagem do bairro, valorização do patrimônio ambiental e cultural, espetacularização do espaço urbano, a principal consequência de planos e ações desta qualificação é o gradual agravamento do processo de *gentrificação*.

Porém, há uma linha de articulação entre a população e o plano, em que a definição de revitalização urbana é concebida a partir da revitalização do espaço público, aproximação conceitual atribuída à proposta de abertura das áreas públicas e aproximação da “sociabilidade pública” à rua. *“Ao tornar central o conceito de rua como espaço público, o plano recolocava os moradores do bairro como ‘sujeitos’ centrais da proposta de reabilitação”.* (LEITE, 2007)

Nesta visão, a rua é qualificada como o lugar onde os direitos sociais são realmente firmados; é o espaço da cidadania. Sendo assim, para que o espaço urbano seja qualificado como tendo como ponto central a qualificação do espaço público é necessário o desprendimento do conceito de espaço do plano físico, para a potencialização da relação entre os processos de *construção social do espaço* e *construção espacial da sociabilidade pública*. (LEITE, 2007)

Se a rua é, por definição, um espaço urbano público, o controle das apropriações efêmeras e informais, assim como qualquer obstrução privada, pode interferir diretamente na “construção de seu sentido “público”. Da mesma, forma a proibição e coibição dos mesmos acontecimentos efêmeros e informais que privatizam o espaço público não garantirá o desencadeamento de usos e práticas características do espaço público (LEITE, 2007).

A efemeridade das relações contemporâneas se reflete na constituição da efemeridade das formas urbanas. Surgem novos espaços que transparecem a “constituição da mundialidade” e definem padrões urbanos e culturais, valores, signos e comportamentos que influenciam diretamente as transformações do uso do espaço público urbano e das relações destes com os cidadãos.

A informalidade, o aparecimento e apropriação dos espaços públicos pelo comércio informal ambulante, manifestam-se como fenômenos da *“evolução da cidade que enfatizam a necessidade de consideração das características do processo de modernização”*⁵ e principalmente do tratamento da cidade como condição para compreender, também, a reprodução destes fenômenos.

O trabalho apresentará o comerciante informal como um elemento importante na constituição da rua como espaço público urbano. Nesse sentido, é relevante que os próximos passos caminhem para a validação desta afirmação, tendo o comerciante informal como exemplo de sociabilidade e manifestação social.

⁵ DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995). Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales - vol. IX, núm. 202 - Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005. Disponível em www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm. Acesso em 13 out. 2006.

1.2. O AMBULANTE (CAMELÔ)

E, durante muito tempo, fez-se um vaivém de mercadores. Apareceram os tabuleiros de carne fresca e outros de tripas e fatos de boi; só não vinham hortaliças, porque havia muitas hortas no cortiço. Vieram os ruidosos mascates, com as suas latas de quinquilharia, com as suas caixas de candeeiros e objetos de vidro e com o seu fornecimento de caçarolas e chocolateiras, de folha-de-flandres. Cada vendedor tinha o seu modo especial de apregoar, destacando-se o homem das sardinhas, com as cestas do peixe dependuradas, à moda de balança, de um pau que ele trazia ao ombro (AZEVEDO, 1970).

Textos literários como o de Aluizio de Azevedo, em *O Cortiço*, refletem as cenas do cotidiano da animação provocada por habitantes da rua que, nas mãos de escritores, transformam-se em importantes personagens da cidade.

O ambulante, camelô, ou comerciante informal tornou-se um personagem da cidade marcado pela criatividade e instinto de sobrevivência, à medida que se apropriou dos espaços públicos e, conseqüentemente, auxiliou na construção do cenário das grandes cidades no Brasil e no mundo. Poucos são os registros oficiais da efetivação da atividade como uma profissão ou mesmo do marco regulatório do aparecimento de camelôs, embora seja difícil não percebê-los nas leituras de textos e imagens com o enfoque no espaço público ou nas atividades desenvolvidas pelo setor terciário.

Na busca de uma definição para esse grupo social responsável por grande parte da animação das praças, ruas e calçadas das cidades, encontram-se semelhanças entre antigas formações sociais, de personagens e comerciantes de rua, e os atuais camelôs, marcadas principalmente pela forma de abordagem e comercialização de seus diversos produtos.

Ainda antes da formação das grandes cidades, comparam-se a eles a figura ora dos escravos ou escravos libertos, ora de viajantes, ou qualquer indivíduo, empregado ou desempregado, em busca de complementação de renda ou simplesmente da venda do excedente de sua produção.

É importante ressaltar que a consolidação do comércio como atividade produtiva (atividade terciária) e o reconhecimento de sua contribuição ao desenvolvimento econômico das cidades foi dificultosa. Antes do século XVI, na Europa, a atividade era controlada pela doutrina da Igreja Católica, que condenava o lucro e a exploração, desenvolvendo-se, portanto, apenas pela troca de produtos. *“A atividade de troca também vai responder, num segundo momento, à necessidade de abastecimento das populações não autossuficientes, principalmente as urbanas” (VARGAS, 2001)*

É no século XVIII que a atividade comercial se consolida, sendo este um marco da transição do capitalismo comercial para o industrial. Ao final do século, observa-se o crescimento da riqueza e afirmação da nova burguesia e com eles a busca pelo bem-estar que se veste de uma nova roupagem de produtos e serviços para melhor atender às novas expectativas do homem. Tais fatos serão discutidos mais adiante neste texto.

Permeando a consolidação do comércio como atividade produtiva e do comerciante como profissional, podemos notar a presença do camelô ainda como uma atividade indefinida e popularmente mal vista. Ora presente apenas como complementação de renda, ora assumindo um papel de atividade principal, aos poucos o comércio informal torna-se a profissão de uma parcela da população (principalmente das áreas urbanas), carente ou não.

Os dicionários da atualidade registram as alterações de grafia e os novos componentes gramaticais, legitimando a grafia deste ou daquele verbete popularmente utilizado. A expressão camelô desde cedo aparece na contextualização dos espaços urbanos, cabendo, portanto, uma busca da origem da palavra para que possivelmente se encontre a delimitação histórica da atividade do camelô. Sendo assim tem-se:

Camelô: s.m. Mercador que apregoa e vende na rua objetos de pouco valor.

*Ambulante: adj. Que não tem lugar fixo de trabalho ou atividade: vendedor ambulante.*⁶

Indagando-se pela mesma definição e em busca do surgimento do camelô, Jean-Yves Mollier (2004) registra a presença do camelô nas grandes cidades, entre os anos 1870 e 1914, destacando Paris-França e o território que inicia a se configurar com a modernidade. Nessa leitura atribui-se às ruas e “*boulevards*” o palco de ação dos camelôs e ao seu discurso irreverente e algumas vezes contestador, a iniciativa como de um agente politizador.

Mollier (2004) recorre aos registros de diversos dicionários de época como o *Grand Dictionnaire universel du XIX siècle*, redigido por Pierre Larousse, em 1869. Nele, Larousse registra o reconhecimento desse personagem urbano que se assemelha a um camelô, citando a palavra camelô como um derivado do grego *kameleos* (camelo): “*indicando o vendedor ambulante que empurra uma carreta com os braços e encurvando as costas, o que faz lembrar um camelô*”⁷.

⁶ Definições disponíveis no Dicionário Virtual do Aurélio: www.dicionariodoaurelio.com.

⁷ MOLLIER, Jean-Yves, O Camelô: Figura Emblemática da Comunicação (São Paulo: Editora da USP, 2009), p. 49.

Mais adiante Mollier (2004) mostra a evolução da definição desse termo ao citar trecho do *Supplement du Grand Dictionnaire universel du XIX siècle*, em 1890, que diz:

O termo camelô aplica-se a uma nova classe de negociantes essencialmente característica das grandes cidades e em particular de Paris. Ativo, esperto, inteligente, o camelô geralmente tem verve e espírito suficientes para reunir a multidão em torno de seu modesto mostruário, que cabe em um pano estendido na calçada.

É possível notar que em diferentes contextos históricos no dicionário estudado, os personagens são redefinidos segundo o tipo de atividade desempenhada ou de mercadoria comercializada. Em *La Grande Encyclopédie* de Marcellin Berthelot os camelôs aparecem ora como jornalheiros, que além do jornal vendiam outros artigos e anúncios da época, ora como vendedores de mercadorias e, pela primeira vez, Mollier cita o aparecimento do camelô como comerciante de mercadorias ilícitas.

La Grande Encyclopédie acabou por admitir que o termo camelôt podia estar ligado à famosa camelôte, aquela mercadoria ilícita conhecida dos dicionários do Antigo Regime e que depois de 1800 se tornou sinônimo de produção mais ou menos indigna do verdadeiro lojista. Assim, a função é marcada de forma mais ou menos definitiva pelo sentido original, pejorativo, do verbo camelôter para designar a fabricação de estofos grosseiros e, depois, aquele que rouba seu próximo, o que levou a se considerar a priori o comerciante “ambulante”, girívago, como suspeito de intenções desonestas mesmo sem a devida constatação de práticas ilícitas (MOLLIER, 2004)

A busca pela origem do camelô apresentada por Mollier (2004) revela ainda a figura de um agente politizador. Em Paris, quando se ausenta da cidade, conforme o relato de *La Grande Encyclopédie*, o camelô, retratado pela figura do jornalheiro, desempenha também uma atividade junto às campanhas eleitorais na distribuição de panfletos, cédulas e demais informativos partidários, além de excitar a população e organizar comícios ou criar tumultos em comícios adversários. Cabe notar que tais atividades não fazem parte de uma iniciativa própria. Os camelôs eram então agentes contratados para exercerem tais funções, que aos poucos se tornam referência nessa atividade, o que desencadeia uma ação coerciva.

Mollier (2004) relata a criação de uma brigada, iniciativa da Chefatura de Polícia de Paris, em 1889, para vigiar, conter e dispersar os agrupamentos provocados pelos agentes politizadores – os camelôs. Sob esta ótica histórica observa-se o início da tentativa de controle, por parte de um ente administrativo, das atividades desenvolvidas pelos camelôs; embora com enfoque diferenciado, a ação assemelha-se ao controle imposto nas cidades por algumas autoridades administrativas atuais.

Afirmando-se como “referência negativa”, reflexo de uma “imprensa demagógica” que crescia disseminando-se pelas ruas e boulevards, os camelôs parisienses – jornalheiros ambulantes – vivenciam um alívio momentâneo na perseguição de suas atividades apenas com a promulgação da Lei de Liberdade de Imprensa de 29 de julho de 1881, época em que

se multiplicava a procura por exemplares dos diversos impressos existentes em Paris. Enquanto a imprensa gozava de tal liberdade, processos repressivos surgiam, buscando conter a ação de “intelectuais peticionários”, repressão essa que atingiria diretamente a imprensa popular.



Figura 4: Jornaleiros pelas ruas de Paris
Fonte: MOLLIER, 2009.



Figura 5: Vendedores de brinquedos no bulevar (Paris) em 1900.
Fonte: MOLLIER, 2009.

Ainda que os relatos de Mollier reforcem a existência dos camelôs como agentes políticos – politizadores –, o autor relata a existência dos comerciantes ambulantes habitualmente responsáveis pela animação das ruas de Paris. Os camelôs dividiam o espaço das ruas com

verdureiros, comerciantes de roupas, varredores, reparadores de castiçais, entre outros profissionais oportunistas (no sentido de quem vê a oportunidade nas atividades e demandas do cotidiano). Ainda assim, o autor exalta os camelôs por sua criatividade e desenvoltura e demonstra sua consolidação e surgimento.

Ao lado do jornaleiro, com seu grito inconfundível e seu jeito gozador típico do moleque parisiense – “Levem La Pêtrie, importantes despachos, La Pêtrie” -, do vendedor de canções, do distribuidor de panfletos e do colador de cartazes, o camelô estava prestes a eclipsar todas as outras profissões ao ar livre. Exercendo de fato essas quatro atividades, e algumas outras mais ocasionais, dependendo da época considerada, das facilidades que ela oferecia e, sobretudo, da remuneração esperada, o camelô tirou partido das mudanças da sociedade para impedir que os velhos ofícios desaparecessem completamente (MOLLIER, 2004)

Ao defender a existência, nas grandes cidades, de uma força dos fracos constituída através de seu tempo “lento”, Pereira (2010) expõe o conceito de Santos (1994), que contrapõe a acelerada velocidade de passagem das imagens superficiais, pré-fabricadas e vazias em relação à vivência cotidiana do habitante que desvenda o território por uma necessidade de sobrevivência. Os homens lentos de Santos (1994) habitam o espaço da horizontalidade, que constrói novas possibilidades de fuga da globalização e restauração da vida comum.

Ao propor ao urbanista um exercício de desprendimento do olhar controlado para a prática da “errância”, Jacques (2006) se aproxima do espaço horizontal de Santos (1994), propondo a experiência do cotidiano e da descoberta dos homens lentos. A errância torna-se um exercício de revelação da cidade: *“para o errante, são sobretudo as vivências e ações que contam, as apropriações com seus desvios e atalhos, e estas não precisam necessariamente serem vistas, mas sim experimentadas, com todos os outros sentidos corporais”*⁸.

Na busca desse “olhar outro” Smith (2000) fortalece o discurso de apropriação e avaliação do urbano a partir da vivência da errância. Evidenciando o dever de amplo acesso ao que é público em defesa do lugar da libertação política, utiliza o “Veículo do sem-teto”, na obra de Wodiczko, como um grito de atenção àquilo que não se faz notório, apesar de cotidiano.

O projeto realizado pelo artista polonês Krzysztof Wodiczko, o “Veículo do sem-teto” ou Homeless Vehicle, foi exibido pela primeira vez na década de 1980, em Nova York. O Homeless Vehicle era um protótipo planejado para ser um habitat móvel para os moradores de rua.

⁸ JACQUES, Paola Berenstein. Elogio aos errantes: a arte de se perder na cidade. In: JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUUFBA, 2006.

Em uma declaração, Wodiczko diz:

Quando colocamos o protótipo do Homeless Vehicle nas ruas, as pessoas que não são desabrigadas nos perguntavam: para que serve isso? Como funciona? Essas pessoas vêm sem-tetos todos os dias e não perguntam nada. Estavam sendo provocadas pelo objeto a questionar as coisas.



Figura 6: Homeless Vehicle, projeto do artista Krzysztof Wodiczko em Nova York
Fonte: www.secsp.org.br. Acesso em março/2009.

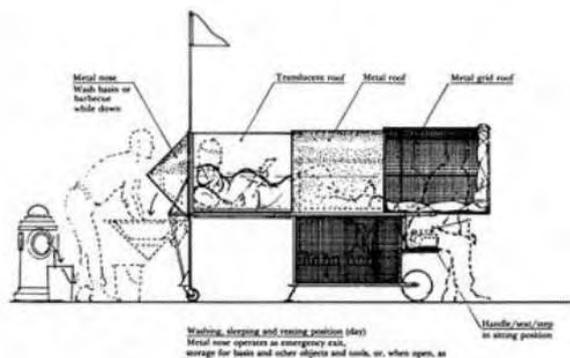


Figura 7: Projeto do Homeless Vehicle.
Fonte: Disponível em <http://onoff.aiz.es/category/disenho>. Acesso em julho/2008



Figura 8: Abrigo improvisado por Moradores de rua na Praia de Camburi, Vitória-ES.
Fonte: Fábio Vicentini. Disponível em www.gazetaonline.globo.com. Acesso em março de 2010.



Figura 9: Abrigo improvisado por morador de rua na Flórida, EUA.
Fonte: Disponível em <http://pqliving.com/the-future-of-dcs-homeless>. Acesso em julho/2008

Na criatividade existente no projeto de Krzysztof Wodiczko, o Homeless Vehicle, põe em discussão o direito e a garantia à habitação e a nítida existência da diferença de classes estampada pela população excluída de rua. Wodiczko atrai o olhar do transeunte através de um veículo aparentemente estranho, e com isso levanta as discussões para tais problemas existentes nas ruas das cidades.

Nesse sentido, Smith (2000) reforça que “a diferença se expressa na semelhança” e para melhor compreender as semelhanças existentes no espaço público urbano é necessário romper a idéia de espaço físico, capaz de ser medido e quantificado e, portanto, entendê-lo também como espaço moral, de temporalidades e cidadanias diferentes, dando aos acontecimentos oportunidades.

Ao apresentar o “Veículo do sem-teto” como exemplo de alcance de uma escala da comunidade, Smith (2000) ressalta a importância da conexão dos detalhes do cotidiano nas relações sociais e da apropriação do corpo, algo extremamente próximo ao que Jacques (2007) entende como relacionar corpo do cidadão e corpo urbano, na necessidade de dar alma ao espaço público urbano.

Citando Lefebvre (1970), Smith (2000) enfatiza a importância do reflexo dessas conexões na produção dos espaços, na produção do desenho, do projeto de intervenção urbana, e reproduz: *“hoje, qualquer projeto revolucionário, seja utópico ou realista, deve, se quiser evitar a banalidade, fazer da reapropriação do corpo, em associação com a reapropriação do espaço, uma parte não negociável de seu programa”*.

Neste momento, o que se propõe não é o reforço da abordagem do comerciante informal como agente excluído, comumente ligado às temáticas de abordagem de parcelas menos favorecidas da população. Não é objeto do trabalho a execução de um projeto que enfatize a permanência ou proporcione a facilidade de mobilidade nos espaços públicos urbanos.

O espaço público como espaço da diferença e lugar de potencialidades é berço de escalas que se sobrepõem: a escala do corpo, da casa, da comunidade, do espaço urbano, da região, da nação e das fronteiras globais; todas são explicitadas por Smith (2000) e devem ser espacializadas (ou não) e levadas em consideração para as futuras e possíveis intervenções no espaço urbano.

Diante das diferentes escalas identificadas e apresentadas por Smith (2000), levando em consideração a exploração do espaço público e das relações sociais existentes nele, o mesmo autor identifica quatro aspectos importantes a serem analisados:

(1) a identidade, ou as características que tornam cada escala coerente; (2) as diferenças internas; (3) as fronteiras com outras escalas; e (4) as possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas específicas, a revogação de fronteiras, o “saltar escalas” (SMITH, 2000).

Assim, as diversas escalas são fundamentais para o entendimento da produção do lugar, pois *“na medida em que os lugares são diferenciados uns dos outros; a escala é o critério de diferença, não tanto entre lugares como entre tipos diferentes de lugares.”* (SMITH, 2000).

Retornando ao exemplo do “veículo do sem-teto”, Smith (2000) utiliza a analogia para expor a oportunidade criada para os sem-teto do que ele denomina a possibilidade de “saltarem escalas”, ou seja, disporem da produção e reprodução da vivência do cotidiano na escala da comunidade e resistirem *“à opressão e à exploração numa escala maior, num campo geográfico mais amplo”*. Nessa leitura, o comerciante informal, à medida que transgredir (escapa) às regras ditadas pelo formal, permite *“dissolver as fronteiras espaciais que são em larga medida*

impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução da vida cotidiana”. (SMITH, 2000)

Para Smith (2000) o desafio da abordagem das escalas existentes no espaço é algo maior do que o reconhecimento das diferenças entre elas; é o desprendimento entre o estudo do espaço como plano físico e do espaço como plano social e político. É o entendimento das influências e interferências entre os diversos campos e da interdependência entre eles, responsáveis pela configuração, manutenção ou recriação das relações contemporâneas existentes no espaço, necessárias para compreendê-lo.

É no encontro das relações entre corpo e urbano, da conexão social e política, que se dá o que Smith (2000) denomina como o reconhecimento das diferenças nas semelhanças. *“A questão é justamente não “congelar” um conjunto de escalas como blocos de uma política espacializada, mas compreender os meios sociais e os propósitos políticos mediante os quais e para os quais esse congelamento das escalas é, todavia, realizado – embora transitoriamente”.*

Nesse sentido, valendo-se das ideias de Smith (2000), este trabalho também abordará, nos capítulos subsequentes, as escalas presentes na relação de apropriação do espaço público urbano pelo comerciante informal, transitando principalmente nas escalas do corpo, da comunidade, do espaço urbano e da região.

Na escala do corpo, Smith (2000) relaciona o espaço físico e o espaço social como sendo apropriados pelo corpo - *“local físico primário da identidade pessoal”*. O corpo que é capaz de delimitar territórios, ultrapassar fronteiras e oferecer ao espaço público urbano o controle sobre seu próprio corpo.

Se a escala do corpo é o local da identidade pessoal, a escala da comunidade é o local da reprodução social. Smith (2000) apresenta a escala da comunidade como sendo a escala menos definida, porém aparecendo sempre com um significado afirmativo onde *“o acesso diferenciado ao espaço leva a diferenças de poder na construção da escala espacial da vida cotidiana”* (SMITH, 2000).

A escala regional, fortemente marcada pela produção econômica, é delimitada pela homogeneidade da produção de uma determinada região. Marx e Engels (1970), na visão de Smith (2000) apresentam a relação entre o que se é e o que se produz, afirmando que o que as pessoas são *“coincide com sua produção, tanto o que elas produzem quanto como produzem”*. Nessa escala, a divisão do trabalho tem uma influência marcante, assim como a economia social.

Passando de escala em escala, demonstrando as relações existentes na descoberta de cada uma e levando sempre em consideração as divergências e aproximações, as sobreposições e disparidades, Smith (2000) aponta a importância no planejamento, da

absorção de elementos que evidenciem o espaço social em detrimento da superficialidade contemporânea, imposta por planos de intervenção na construção dos espaços públicos urbanos e, conseqüentemente, na apropriação das cidades.

Identificar as diversas escalas, trabalhar outras formas de apreensão do corpo urbano e enxergar as sobreposições de territorialidades são alternativas necessárias frente às diversas formas existentes de apropriação do espaço urbano. O urbano é, nesse sentido, constantemente criado e recriado, construído e desconstruído por agentes interventores que reinventam atividades, funções e criam novas possibilidades de vivência do espaço.

O espaço público urbano é o espaço de possibilidades, de alternativas, lugar de acontecimentos e escapes. Sendo a rua palco da abordagem proposta, o comerciante informal é aqui apresentado como elemento fundamental da construção e apropriação deste espaço que é permeado por escalas diversas, seja pela forma de utilização de seu próprio corpo ou do espaço público urbano.

É fato que a reestruturação dos espaços da cidade, voltada ao incentivo do aumento e facilidade do fluxo de pedestres, pressupõe a potencialização de estruturas necessárias para a instalação do comércio ambulante informal, uma vez que este, para existir, depende apenas, e simplesmente, de um espaço onde transitem pessoas, clientes em potencial, e de sua própria disposição para o trabalho.

Mesmo quando o trânsito de pedestres não é favorável, as estratégias dos ambulantes mudam e adaptam-se em cruzamentos de ruas, dentro dos transportes coletivos, avenidas movimentadas ou pontos de parada como os sinais de trânsito.

Uma política espacializada coerente terá de encontrar modo de expor essas conexões. Como sustenta Lefebvre (1970:167), "hoje, qualquer projeto revolucionário, seja utópico ou realista, deve, se quiser evitar a banalidade, fazer da reapropriação do corpo, em associação com a reapropriação do espaço, uma parte não negociável de seu programa" (SMITH, 2000).

Ao utilizar-se do comércio como "meio de sobrevivência" o comerciante informal, inevitavelmente, aproxima-se do comerciante formal em diversos aspectos. Compartilhando a lógica onde a venda pressupõe o lucro, o comerciante informal busca destacar-se utilizando artimanhas como o baixo preço, em contraponto à baixa qualidade da mercadoria (muitas vezes falsificada ou vendida ilegalmente, sem o pagamento de impostos, o que barateia o repasse do produto), e a criatividade da forma de venda, tanto na exposição (onde busca melhor adaptação ao espaço, de forma a deixar as mercadorias sempre à mostra), como na atração da clientela por meio de promoções (compre isso e leve mais aquilo).

O que se tem certeza é que criatividade e disposição são características indispensáveis aos comerciantes, sejam eles formais ou informais. Em um centro urbano confundem-se as iniciativas; lojistas utilizam animadores contratados que nas portas de suas lojas, em meio ao anúncio de promoções, declamam frases divertidas e músicas que atraem o público. Da mesma forma, alguns ambulantes destacam-se pela criação de divertidos *jingles*, que os identificam e criam personagens no imaginário popular (o pipoqueiro, o cachorro-quente, o muambeiro, etc.).

Certo também é o compartilhamento do espaço público urbano e a necessidade desse espaço para que ambas atividades, formais e informais, aconteçam com sucesso. Ao apresentar os ambulantes como obstáculos à utilização do espaço público, que deve ser de livre acesso a todos os cidadãos, cria-se um impasse com a liberação, ainda que de maneira onerosa, da implantação de bancas nas calçadas ou vagas de estacionamento exclusivas aos clientes em estabelecimentos formais. O mesmo espaço que não é cedido em uma situação é negociado em outra.

A quantidade de comerciantes informais, a especificidade dos produtos e a forma de apropriação do espaço público não reflete apenas o problema social e econômico da falta de emprego ou instrução, ou o que de imediato vem à mente quando se fala da apropriação informal da rua. A possibilidade de compreensão dos espaços da cidade a partir de um olhar diferenciado apresenta a configuração do espaço público contemporâneo como um corpo sem alma, um espaço que é consequência de uma série de processos de intervenção urbana – “patrimonialização, museificação, musealização, culturalização ou estetização” – e, no conjunto desses, tem-se uma cidade espetacularizada (JACQUES, 2007).

Os espaços públicos contemporâneos, constantemente convertidos em cenários publicitários, estão cada vez mais sujeitos às intervenções que visem a conter eventos espontâneos e apropriativos, que controlem a ocupação informal e, portanto, reflitam a lógica cartesiana dos planejadores e urbanistas tradicionais, com a justificativa de acionarem o mito da comunidade homogênea que estrangula a subjetividade individual, “*celando el deseo y el impulso aventurero para garantizar sua comunidad cerrada*”⁹.

Buscando apresentar e analisar os diversos tipos de intervenções projetuais e suas consequências no espaço público que se propõem a “qualificar”, “requalificar”, “potencializar”, “modernizar” ou qualquer outro tipo de proposta de tratamento aplicado ao

⁹ PERAN, Martín (org.). Catálogo publicado pela Direção de Comunicação de Barcelona. Post-it city. Cidades Ocasionais. Centro de Cultura Contemporânea de Barcelona (CCCB): Barcelona, 2008.

uso e à ocupação do local, os capítulos seguintes apresentarão primeiramente um estudo do setor informal e da constituição deste espaço de relações informais. Em seguida, apresentarão o espaço de estudo – a Av. Expedito Garcia, Campo Grande, Cariacica-ES – e a análise e apropriação desses fatores de planejamento a ele aplicados.



CAPÍTULO 02

PRAIA DE CASTELLDEFELS, ESPANHA. FONTE: MARIANA BETARELO

2 CAPÍTULO 02: A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO INFORMAL

2.1. A ECONOMIA INFORMAL: ABORDAGENS CONCEITUAIS

No capítulo anterior apresentou-se o espaço público reforçado pela apropriação e animação do comércio informal. Um espaço composto por importantes agentes e usuários que dão alma e contribuem consideravelmente com o desenvolvimento político e social desse espaço. Nas ruas, *boulevards* e vias de pedestre, quase sempre aliadas às atividades do comércio, se criam e recriam funções, espaços, fluxos e relações importantes para a manutenção do corpo urbano.

São recentes os estudos efetivamente voltados às atividades terciárias informais e seu rebatimento no espaço urbano. É fato, porém, que o comércio movimenta significativamente a estrutura física e a qualidade ambiental urbana, agindo de forma direta sobre as decisões do planejamento urbano. Torna-se difícil discorrer sobre os espaços públicos da cidade e seus fluxos sem questionar os atores diretamente relacionados a estes espaços: agentes do comércio e serviços varejistas, que se desenvolvem desde o e-commerce¹⁰, até o comércio informal ambulante.

A arquiteta e economista Heliana Comin Vargas (2001) expõem em seu livro – Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio – a dificuldade encontrada ao propor-se o estudo das influências do setor terciário no espaço urbano. Ainda assim, apresenta um apanhado de conceitos e abordagens referentes à constituição deste setor, que é um dos principais dentro da dinâmica do desenvolvimento econômico e social.

Ao elaborar o quadro 1, Vargas (2001), apresenta um resumo das principais características dos agentes envolvidos nas atividades do setor terciário, as vantagens da existência de cada agente na cidade e os aspectos que, segundo a autora, deveriam ser controlados ou revisados para a manutenção de sua existência.

Expostos assim, é possível perceber a formação de um quadro comparativo entre cada tipo de comércio apresentado e a absorção do entendimento das ações já existentes e elaboradas pelo poder público em cada atividade. Porém, é preciso ainda considerar a

¹⁰ Após o surgimento da Internet, que agilizou a forma de comunicação, absorção de informações e conhecimentos, ainda que com todas as dúvidas sobre a autoria dos conteúdos e textos ali expostos, vê-se surgir outro canal de comercialização que tem se fortificado muito nos últimos anos, o chamado *e-commerce*. Capaz de estabelecer uma relação à distância entre fornecedores e consumidores, segundo dados da empresa e-Bit, este tipo de comércio cresceu 319% entre os anos de 2001 a 2005. (VARGAS, 2001)

realidade de cada cidade onde tais atividades se concentram, não sendo pertinente a generalização da ação ou resposta imediata a cada demanda levantada.

Sendo o trabalho aqui apresentado voltado para a análise da apropriação da rua pelo comércio informal, e embora os demais agentes tenham uma proximidade de relações diretas com esse comércio, a análise se deterá principalmente nos aspectos apresentados por Vargas para o comércio informal ambulante.

Quadro 1: Características dos principais agentes varejistas

AGENTES	CARACTERÍSTICAS	VANTAGENS	CONTROLE/REVISÃO
AMBULANTES (Periódicos/móveis, não permanentes)	Móvel Sem condições sanitárias Baixa qualificação Sem garantia para o consumidor Baixa arrecadação	Oportunidade de trabalho Abastecimento Turismo Diversidade do conjunto	Da localização Do uso do espaço público Das mercadorias vendidas Da geração de fluxos Das condições sanitárias Das obrigações tributárias Do desenho das barracas Da sublocação dos pontos
INDEPENDENTES (pequeno lojista)	Ausência de visão empresarial Baixa qualificação Idade avançada, conservadorismo, resistência às mudanças. Pouca preocupação com o espaço físico Desconsideração para com o mercado	Dinâmica da cidade Geração de empregos e receita Abastecimento Turismo Diversidade do conjunto	Da localização Da oferta e do tipo de negócio (mix) Da imagem física Das condições de segurança Do horário de abertura Do horário e condições de carga e descarga Das normas trabalhistas Das obrigações tributárias
GRANDES LOJAS (de departamentos, hipermercados, franquias)	Administração para o mercado Grande poder de compra Atenção ao ambiente da loja Atendimento qualificado	Abastecimento Preços competitivos Segurança/ estacionamento Facilidade de crédito Atividades conjugadas	Da localização Do impacto urbano Sobre a formação de monopólios
EMP. IMOBILIÁRIO (shopping centers, centros empresariais)	Oferta de atividades sociais Geração de receita externa Sem compromisso com a cidade Especulativo	Geração de receitas externas Criação de empregos Segurança/ estacionamento Criação de novas centralidades turismo	Da localização Sobre a pertinência do negócio Do impacto urbano Sobre a qualidade do projeto Da qualidade da inserção urbana
E-COMMERCE	Virtual Independente do espaço físico	Mercados não alcançados Idosos/deficientes Produtos de baixa demanda	Da distribuição (horários e tipo de veículos)

Fonte: VARGAS, Heliana Comin; O comércio e os serviços varejistas: principais agentes e sua inserção urbana, 2007.

Como mostra o quadro (1) de Vargas (2001), os ambulantes buscam na apropriação informal dos espaços da rua uma oportunidade de trabalho, aproveitando-se muitas vezes da movimentação do turismo. Pelo baixo preço cobrado e pelas diversas estratégias de abordagens, proporcionam ao cliente facilidade de acesso aos produtos ofertados, além da diversificação da mercadoria, marca registrada do ambulante de rua.

Este tipo de comércio, ao mesmo tempo em que **contribui com a movimentação das ruas atraindo consumidores**, quando instalado de “maneira desordenada”, torna-se impedimento na circulação das vias. É certo, ainda, que devido à falta de condições sanitárias, e à qualidade duvidosa das mercadorias (muitas vezes vendidas sem nota fiscal – o que reforça a participação insignificante entre as atividades arrecadoras – e sem nenhuma garantia) o comércio informal proporciona insegurança no que diz respeito à saúde física e financeira do cliente.



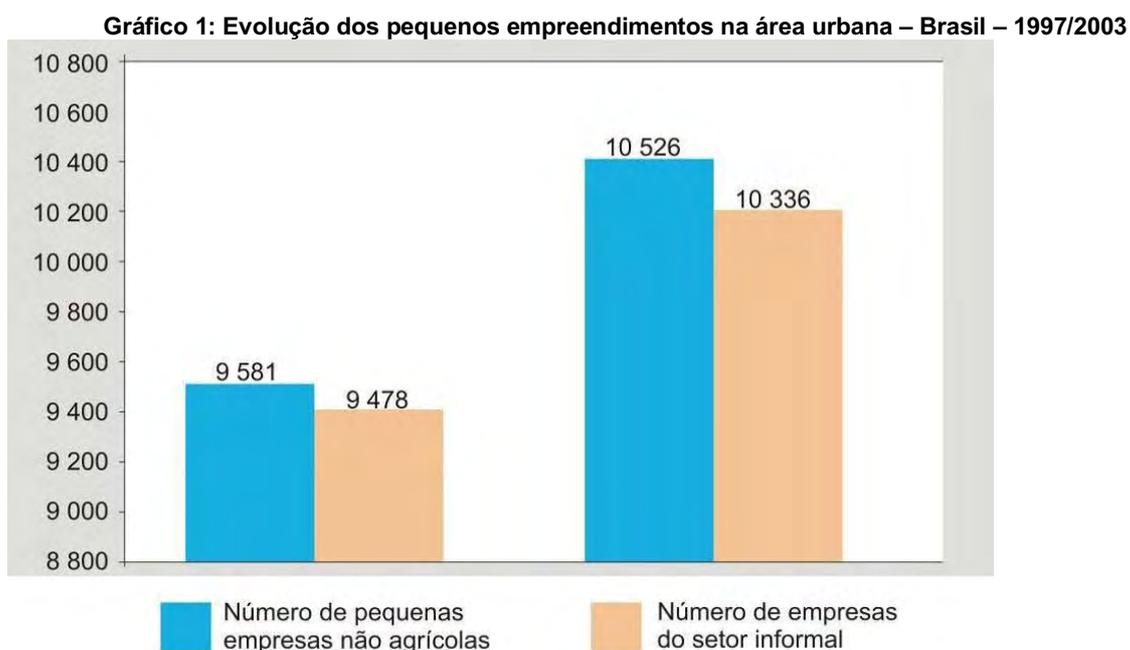
Figura 10: Ambulante na Av. Nossa Senhora da Penha, Praia do Canto, Vitória-ES
Fonte: Arquivo da autora. Janeiro/2007.



Figura 11: Comerciante informal de melancias em Itacibá, Cariacica-ES.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2009.

As imagens acima ilustram os serviços ou produtos oferecidos pelo mercado informal, que variam de peças de eletrodomésticos – antenas de TV, copos de liquidificador, baterias –; produtos perecíveis como frutas, verduras e alimentos preparados no próprio local de venda; ou ainda artigos de artesanatos e serviços de conserto – guarda-chuva, estofamento, amoladores, entre outros.

Os dados do IBGE referentes à pesquisa de Economia Informal Urbana de 2003¹¹ identificam a existência de 10.525.954 pequenas empresas não agrícolas no Brasil, o que significa um crescimento de 10% em relação à última pesquisa, realizada em 1997, quando se apresentou um montante estimado de 9.580.840 de empresas. Dentre as empresas não agrícolas com até cinco empregados, faziam parte do setor informal, em 2003, 10.335.962 de empresas informais, que ocupavam 13.860.868 pessoas, incluindo trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada, além dos trabalhadores não remunerados. (IBGE, 2003)



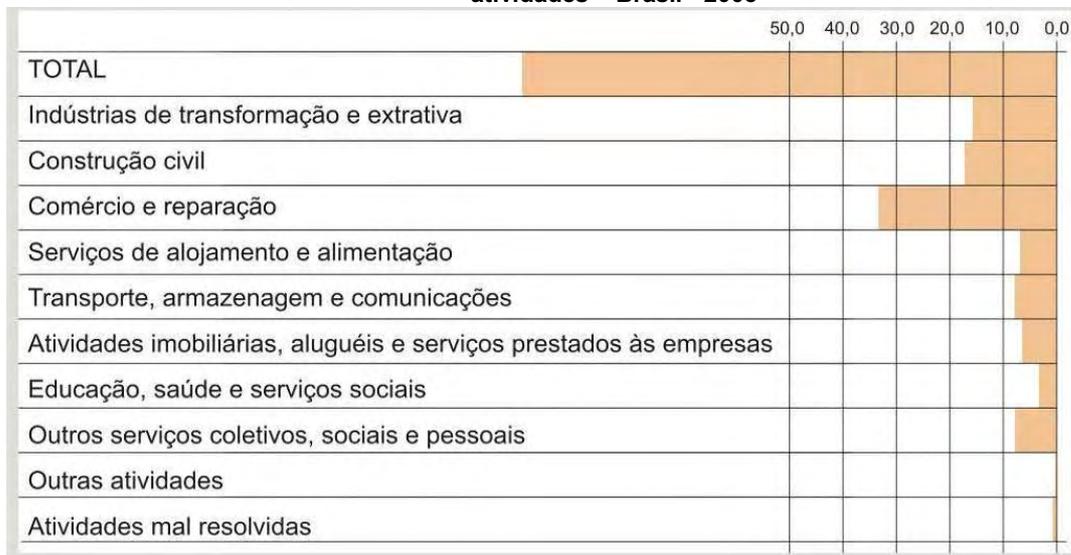
Fonte: Pesquisa Economia Informal Urbana – Ecinf 2003, IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/segundo_aspectos.shtml

Ao setor informal misturam-se pequenas empresas de trabalhadores autônomos com até 5 empregados e trabalhadores de rua. Cabe reforçar que todos desenvolvem atividades não regulamentadas (costureiras, doceiras, carpinteiros, entre outros) que se encontram

¹¹ É fato que os índices aqui apresentados tornam-se desatualizados, visto que se referem a uma pesquisa do IBGE – Ecif 2003 –, realizada em 2003. No entanto, para este trabalho é importante a inserção de alguns indicadores e, principalmente, o registro da inexistência de outras iniciativas nesse sentido.

distribuídas conforme o gráfico 02 e tem o comércio e a construção civil como as áreas mais atrativas.

Gráfico 2: Empresas não agrícolas com até 5 empregados, por tipo de empresa, segundo os grupos de atividades – Brasil - 2003



Fonte: Pesquisa Economia Informal Urbana – Ecinf 2003, IBGE. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/sipd/segundo_aspectos.shtml

Embora estes dados tracem um perfil da indústria informal no Brasil, é preciso entender o que é o setor informal e mesmo quais são as abordagens adotadas nessas pesquisas para a definição e levantamento desse setor. Marginalidade, ilegalidade, alternativa, escape, outra opção: quais são os fatores que determinam a informalidade de uma determinada atividade?

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresenta estudos que mostram a existência de 1,8 bilhão de pessoas no mundo atuando como trabalhadores informais, e esse número poderá chegar a 2/3 da força de trabalho em 2020. Estima-se que existam hoje aproximadamente 217 mil empresas informais atuantes no ES.

Baseadas nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticas do Trabalho promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1993, as pesquisas do IBGE¹², publicadas em parceria com o SEBRAE, demonstram importantes dados estatísticos do setor informal. Objetivando buscar conceitos que possam ajudar na definição do comércio informal ambulante, os dados, assim como a forma de abordagem deste e demais trabalhos expostos adiante, serão utilizados como base para o estudo; portanto, cabem aqui as seguintes considerações:

¹² IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Economia Informal Urbana - Ecif 2003. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2005.

- Na delimitação da pesquisa o IBGE utiliza como base para seus dados a existência de “unidades econômicas”, ou seja, não são contabilizados trabalhadores individuais; a contagem se dá por empreendimento pertencente a trabalhadores por conta própria e tais empregadores devem ter no máximo cinco empregados, ainda que hajam outros proprietários (sócios) desses;
- As “unidades econômicas” são constituídas por unidades não agrícolas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar emprego e rendimento para as pessoas envolvidas, estando fora dessa análise a produção de bens para o autoconsumo;
- O critério de unidade informal não é definido pela ausência de registro de qualquer espécie, referindo-se ao modo de organização e funcionamento da unidade econômica, e não a seu status legal ou às relações que mantém com as autoridades públicas;
- A definição de uma unidade econômica como informal não depende do local onde é desenvolvida, da utilização de ativos fixos, da duração das atividades (permanente, sazonal ou ocasional) e do fato de tratar-se da atividade principal ou secundária do proprietário da empresa;
- O universo analisado, embora atinja os vendedores ambulantes, não engloba a “população de rua” que não possui residência fixa, tampouco as atividades tidas como ilegais, tendo como foco as práticas econômicas “socialmente aceitas”, levadas a efeito por indivíduos domiciliados.

Algumas organizações e instituições visam a apresentar os números desempenhados pelo comércio informal; entre elas encontram-se: a OIT (Organização Internacional do Trabalho), a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), a PREALC (Programa Regional de Emprego para a América Latina), e o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Embora tais instituições desenvolvam conceituações para a economia informal, em alguns estudos esta aparece apenas como um item secundário. Entre estes e outros estudos, ainda mais direcionados à temática relativa à economia informal, buscam-se definições, tabelas e dados que orientem a pesquisa aqui apresentada. (BRAGA, 2003)

Segundo Braga (2003), a expressão setor informal surge inicialmente elaborada por Keith Hart em uma conferência na África em 1971, em um trabalho sobre o Emprego e a Renda Urbana no Gana, organizado pela OIT. Nessa primeira definição, Hart classifica os termos setor formal e informal ligados, respectivamente, à existência do emprego assalariado e a auto-ocupação, constituindo tais parâmetros a partir da análise do estabelecimento produtivo. Outros estudos são realizados ainda com base no continente africano, e os conceitos, reformulados e alterados com o passar do tempo. Braga (2003) mostra essa evolução da conceituação citando Sethuraman (1976) e transcreve as principais características do setor informal apresentada por ele em um estudo realizado no Quênia. Assim, tem-se o setor informal predefinido pelo(a):

- acesso relativamente fácil aos novos trabalhadores ingressantes;
- utilização de recursos locais e de propriedade familiar;
- operação em pequena escala, em mercados não regulamentados e competitivos;

- utilização de tecnologia adaptada e com grande densidade de mão-de-obra;
- qualificação obtida fora do sistema escolar oficial.

Atribui-se ainda a inserção de trabalhadores no sistema informal à falta de oportunidade de emprego do setor formal, devido principalmente à desqualificação da mão de obra.

Na primeira metade da década de 1970, com a implantação do PREALC – Programa Regional do Emprego para a América Latina – e parceria da OIT, começam-se estudos na América Latina envolvendo o setor informal¹³. A PREALC, baseada no histórico já desenvolvido em Gana e no Quênia, pela OIT, preocupa-se também com a proposição da definição de políticas de emprego e com a vinculação do setor informal ao funcionamento geral do mercado de trabalho.

Braga (2003) cita o aparecimento de algumas questões preocupantes, como a dinâmica dos fluxos migratórios e a abordagem do fortalecimento do setor informal como alternativas à utilização do excedente de mão de obra, ao mesmo tempo em que indica o setor informal como complementar às atividades do setor formal. Deste modo, foi constatado que o avanço da economia formal não se reduz com a formação do setor informal.

A PREALC desenvolve as seguintes definições com relação ao setor informal:

- o setor informal é o verdadeiro ajuste do mercado de trabalho entre quantidade de pessoas que deve obter renda por seu trabalho e a quantidade de postos de trabalho disponíveis nos setores mais organizados;
- o setor informal é a porta de entrada dos migrantes no mundo do trabalho;
- o emprego não está vinculado ao nível de produção do setor, ou seja, embora alguns setores gerem grande produção, o trabalho pode ser específico e especializado, o que requer mão de obra de alto nível de qualificação, ou ainda, não gere grande número de mão de obra;
- o ajuste do nível de produção e quantidade de ocupados no setor informal se fazem pelo nível de rendimentos, ou seja, no setor informal, diferente de outros setores, o rendimento é proporcional ao número de pessoas trabalhando e à quantidade de mercadoria vendida.

Sobre as proposições de ação, buscando redefinir ou minimizar algumas características do setor informal, o PREALC chama atenção para a existência desses dois espaços (formal e informal) que coexistem entre si na reprodução da força de trabalho, porém são dotados de diversidades em sua estrutura e dinâmica de funcionamento, e podem estimular tanto a complementaridade quanto a competição. É neste ponto que os autores propõem políticas

¹³ Tais estudos são elaborados na Colômbia (1970), Gana e Sri Lanka (1971), Quênia e Costa Rica (1972), Iran, Filipinas, Paraguai, São Domingos, Nicarágua (1973), México, São Salvador e Panamá (1974).

que possibilitem a organização e o desenvolvimento do setor informal, além do rompimento com a visão dualista da ocupação.

Passado os anos 1980, aos estudos sobre o setor informal somam-se as evidências empíricas e, aos poucos, distancia-se a relação direta de informalidade com pobreza e inserção de imigrantes. O setor informal é então reconhecido como produto da lógica capitalista e não apenas como complemento da atividade formal – como foi afirmado anteriormente pelas pesquisas do PREALC –, mas uma forma dinâmica de organização que se molda aos movimentos capitalistas de produção.

Braga (2003) cita, a concepção alternativa de Souza (1983) sobre a inserção da pequena produção não capitalista no funcionamento global do mercado de trabalho e sua inter-relação com o resto da economia:

- o setor informal é representado por unidades produtivas não tipicamente capitalistas, que se reproduzem nos interstícios dos espaços produtivos, determinados pelo núcleo capitalista;
- o setor informal não tem dinâmica própria, amoldando-se aos espaços não ocupados pelas empresas capitalistas;
- a associação entre pobreza e setor informal é prejudicada pela heterogeneidade do setor;
- a acumulação capitalista no seu movimento cíclico determina, em última instância, o nível de produção e renda de todos os segmentos econômicos, não havendo uma relação direta entre o nível dos salários no núcleo capitalista e a magnitude da renda nos setores informais de fácil entrada;
- a facilidade de entrada não é condição geral das atividades não capitalistas; as barreiras à entrada podem ser significativas.

Na abordagem de Cacciamali (1983) são expostas características marcantes da ocupação do território pelo setor informal indicando como as atividades informais ocupam espaços intersticiais e subordinados da cidade, *“espaços ainda não ocupados, abandonados, criados e recriados pela produção capitalista, e seu espaço econômico é delimitado pela dinâmica do capital, sendo continuamente redefinido”*. Sendo assim, Braga observa que a apropriação do comércio informal vai além dos espaços da rua, passando por espaços tradicionais até os setores criados ou transformados pelo próprio “movimento do capital” (BRAGA, 2003).

Assim como a apropriação do espaço público urbano é marcada por diferentes e diversas relações entre espaço físico, atividades e usuários, o setor informal é também marcado por uma diversidade de oportunidades que fazem de sua composição um espaço heterogêneo e extremamente marcado por contradições.

Diante dessas contradições, há um lado do setor informal em que é permitido o acúmulo de grandes rendas e sua utilização como trampolim de ascensão social. O mercado informal torna-se então, auxílio para trabalhadores qualificados que nele alcançam condições

satisfatórias de acúmulo de renda e melhores condições de trabalho. A afirmativa de que o setor informal engloba apenas a parcela da população desempregada, migrante e/ou desqualificada, e que é estruturado por condições precárias, estrutura informal e improvisada, com baixo requerimento tecnológico e de capital, pode ser desmentida a partir dessas observações, reforçando a existência das contradições mencionadas.

A heterogeneidade abre caminhos para uma conceituação generalizante, o que leva a um menor alcance ou falha na aplicação e elaboração de políticas públicas. Por isso é necessário um maior rigor sobre os limites da informalidade. A definição do setor informal de Cacciamali (1983) enfatiza:

- o núcleo básico do trabalho informal é caracterizado pela ocupação por conta-própria, onde o produtor direto é possuidor dos instrumentos de trabalho, podendo recorrer ao trabalho de membros da família ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho;
- o produtor direto, apesar de ser possuidor dos instrumentos de trabalho, é simultaneamente patrão e empregado;
- esse tipo de atividade é guiado pelo fluxo de renda (e não pela perseguição de uma taxa de lucro competitiva), de onde é tirado o montante para o consumo individual e familiar, além das remunerações dos ajudantes, os quais guardam vínculos pessoais com aquele que os contrata;
- o avanço produtivo do setor informal depende estreitamente de suas relações com o setor formal.

Nas diversas conceituações, nota-se a dificuldade na delimitação de uma definição concisa da economia informal e seu impacto negativo frente à economia formal. Contudo, há muito mais escondido nas estruturas improvisadas pelas esquinas, praças e cruzamentos dos espaços da cidade. O conceito, a caracterização e a composição da economia, assim como do comércio informal alteram-se, entre outros aspectos, com a velocidade de alteração das relações existentes no espaço público.

Das conceituações apresentadas, pode-se observar que a definição de informalidade está diretamente ligada à ausência de registro da atividade e, conseqüentemente, ao não pagamento de impostos, desvinculando-a da forma de ocupação do espaço público ou privado e da permissão concedida, seja pelo poder público, para permanência nesse local. Tal abordagem se dá pela preocupação da perda econômica gerada ao Estado na manutenção dessas atividades informais.

Interessa, portanto, após o entendimento da economia informal e sua constituição, a definição e aproximação das formas de territorialização desta economia, materializadas pelo comerciante informal. Sendo assim, para a definição do comércio informal e sua apropriação nos espaços públicos urbanos o presente trabalho utilizará inicialmente dois artigos, sendo eles: Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995), de Eustógio Wanderley Correia Dantas e A nova informalidade na Região Metropolitana de Salvador, de Patrícia Pugliesi Silva.

Em sua abordagem sobre a apropriação do espaço público pelo comércio ambulante em Fortaleza, Dantas (2005) relata uma série de políticas realizadas na cidade, em gestões e enfoques diferenciados, mostrando as articulações entre as diversas partes da cidade e o Centro¹⁴. Dantas (2005) aponta a divergência entre dois grupos: o dos empresários do setor terciário (atacadistas e varejistas) e o dos comerciantes ambulantes.

A divergência entre o setor terciário, segundo Dantas (2005), encontra-se no benefício gerado aos comerciantes atacadistas, pois os ambulantes são os maiores consumidores de seus produtos, enquanto para os comerciantes varejistas a presença dos ambulantes nos espaços públicos causa, além da concorrência desleal, que aumenta ou diminui o lucro de uma das partes, a degradação da imagem da cidade e o bloqueio do trânsito de pedestres nas ruas. Ultrapassando as duas visões, temos ainda os empresários que se beneficiam do turismo e vêem a improvisação dos ambulantes como causadora da deterioração do patrimônio do Centro histórico.

O resultado das discussões implicou em intervenções por parte do poder público na busca da resolução dos impasses levantados. Dessa forma, em Fortaleza, a Prefeitura propôs a criação de um novo parcelamento no Centro da cidade, que redefinisse o uso dos espaços, regulamentando então, áreas específicas com a permissão de instalação do comerciante informal ambulante.

Ações para conter ou “organizar” o espaço apropriado pelo comerciante informal, surgem principalmente em centros urbanos onde a exposição nas calçadas, aliada ao grande fluxo de pessoas, os tornam mais vulneráveis e expostos às críticas. Nesse sentido, a análise das ações públicas de tratamento do centro urbano que tem rebatimento sobre os comerciantes ambulantes tendem à *“ampliação ou redução da área ocupada pelo comércio ambulante e à*

¹⁴ Muitas vezes por um vício de linguagem, utiliza-se a denominação “Centro” para o bairro, ou o espaço físico, delimitado pelo principal centro urbano da cidade, fato que também ocorre em Vitória onde o bairro que possuía a atenção principal, econômica, política e mesmo social, ainda que não possuía as mesmas características na atualidade, é denominado historicamente como Centro de Vitória.

modificação das suas características quanto à legalidade, mobilidade e às formas de apropriação do espaço público” (DANTAS, 2005).

A relação de dependência e coexistência entre lojistas e ambulantes (principalmente entre atacadistas e ambulantes), resulta em uma sobreposição de ações que buscam remediar os problemas gerados nas estruturas da cidade, ora de forma radical – propondo a extinção com a expulsão – ora de maneira ponderada – propondo estudos para a permanência ou o deslocamento dos comerciantes informais, acompanhando a escolha da proposta de tratamento urbano oferecida ao local.

Ainda que as tentativas de revitalização ou renovação dos centros, por parte do poder público, em grande parte, não possibilitem a inserção do comércio informal com o efetivo envolvimento dos comerciantes ambulantes em suas iniciativas, vê-se o crescimento contínuo da atividade, incluindo, cada vez mais, a população com mão de obra especializada e fortalecendo as relações de interdependência entre o formal e o informal.

As atividades informais, entretanto, inspiram insegurança e medo. Inúmeras reportagens jornalísticas retratam o comércio ilegal relacionado aos ambulantes. Notícias de roubos de carga de eletroeletrônicos, cigarros e outros artigos vendidos pelas ruas, são frequentes. Aos roubos atribuem-se o mercado ilegal comprovado na venda de mercadorias sem nota fiscal e com preços muito inferiores aos do mercado formal. Mas é preciso saber quando generalizar e, assim, fugir dos prejulgamentos.

Acreditar que a vendedora de salgadinho na rua faz parte de uma ambiciosa rede de manipulação pode ser exagero. Mas ao se propor entender o que a leva a esta saída, que parcela do mercado ela atende, quais as condições de preparo e manutenção de seu produto, qual a melhor forma de venda, qual ou o porquê do percurso realizado, revelam-se aspectos importantes da dinâmica da cidade e as relações que ela “carrega” dentro de seu isopor.

O universo das relações de trabalho sofreu consideráveis mudanças ao longo dos últimos 30 anos e o fenômeno da informalidade reflete cada vez mais essas mudanças, provocando diversas discussões sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil. Parte-se da concepção de que profundas transformações a partir do final do século XX – políticas neoliberais, o processo de reestruturação produtiva, a terceira revolução tecnológica e o fenômeno da globalização – têm provocado tais modificações no mercado de trabalho.

A precarização do mercado de trabalho e o aumento do desemprego, seguida de terceirizações e a criação de subempregos, são algumas das consequências destas

transformações advindas de um cenário econômico contemporâneo incerto e pouco crescente. Diante desse cenário, acredita-se que a reformulação das relações de trabalho no mercado formal passou a influenciar e modificar o mercado de trabalho informal, redefinindo as relações de produção, os processos e relações de trabalho e as formas de inserção dos trabalhadores.

Uma nova informalidade se constrói por trabalhadores desempregados em longos anos de trabalho no setor formal. Dentre esses, alguns detêm relativo nível de escolaridade, conhecimentos adicionais ou experiências acumuladas anteriormente e, ao entrarem para a informalidade, reconfiguram o setor informal, reformulando as atividades tradicionais e introduzindo atividades inovadoras, diferenciando-se da visão clássica de trabalhador informal.

A nova dinâmica econômica alimenta o setor informal, seja ao forçá-lo a absorver ex-assalariados de baixa qualificação em ocupações bastante precárias, como o comércio ambulante, seja ao estimular a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação. Neste último caso, a atividade fim seria a prestação de serviços ou o fornecimento de produtos ao setor organizado ou, ainda, o desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vem se estabelecendo como fruto da reconfiguração produtiva (SILVA, 2002).

É importante considerar que os fatores que contribuem para o surgimento destes “novos informais” são diferentes daqueles que conduziram os que sempre estiveram no setor informal. Estes últimos seguem o chamado circuito tradicional da informalidade, ou seja, geralmente provêm de famílias cuja atividade informal já se constituiu em única fonte de renda. Ou ainda, aqueles que, desde cedo, engajam-se na atividade informal como auxiliares ou ajudantes e, quando crescem, ao não conseguir emprego, ou continuam na mesma atividade ou passam a exercer outras atividades afins (também de subsistência), priorizando sempre a busca pela “sobrevivência”, em detrimento da formação escolar e profissional.



Figura 12: Publicidade improvisada em frente à residência do próprio prestador de serviços, oferecendo serviços de bombeiro hidráulico. Marca da existência da “nova informalidade”.

Fonte: arquivo da autora.



Figura 13: Comércio informal improvisado em uma varanda de residência localizada em área de interesse social – Bairro Nova Canaã, Cariacica-ES.

Fonte: arquivo da autora.

Destaca-se que o surgimento desse novo circuito da informalidade não elimina o anterior, ao contrário, eles operam simultaneamente, conduzindo os trabalhadores para velhas e novas

ocupações no mercado informal, principalmente sobre a forma de trabalhadores prestadores de serviços por conta própria (como ilustram as figuras acima).

2.1.1 Economia Subterrânea

A utilização do termo economia subterrânea destacou-se nos discursos sobre a informalidade no Peru, por Soto (1987), na década de 1980. Entretanto, há uma divergência entre Soto e outros autores e institutos de pesquisa da época. Nos países industrializados, denominam-se “subterrâneas” apenas as atividades ilegais como o tráfico de drogas, a prostituição e os jogos de azar, diferenciando-os do restante das atividades enquadradas como informais.

Em seu contexto, porém, Soto (1987) expõe a economia subterrânea como solução, nos países subdesenvolvidos, frente à grande crise de desemprego, não levando em consideração os estudos já realizados pelo PREALC ou a OIT, nem mesmo a grande incidência e influência, na economia, do tráfico de drogas no Peru.

Como anteriormente apresentado, os estudos do PREALC e da OIT vinculam a existência do setor informal principalmente à incapacidade do setor formal de absorção da mão de obra insurgente. Nesse sentido, Soto (1987) atribui que a desigualdade econômica poderia ser facilmente resolvida com a liberação e diminuição da interferência estatal no setor informal, apontando-o como uma solução para a crise econômica.

A informalidade, do ponto de vista de Soto (1987), deveria ser tolerada por razões socialmente bem intencionadas e legítimas. Dessa forma, durante muito tempo as políticas públicas elaboradas para tal questão tratam igualmente a informalidade como um problema social, ao invés de econômico. Tal iniciativa vem sendo alterada em estudos mais aprofundados realizados a partir dos dados de informalidade levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e informações sobre circulação monetária determinadas pelo Banco Central (BC).

O Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), com a assessoria do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), são os responsáveis por um desses estudos, utilizando dados do IBGE desde 2003. Recentemente, os órgãos divulgaram o Índice da Economia Subterrânea no Brasil, levando em consideração toda a produção de bens e serviços que não é reportada aos governos.

A leitura da pesquisa demonstra que as atividades informais tendem a evadir impostos, evadir contribuições para a seguridade social, evadir o cumprimento de leis e regulamentações trabalhistas e evitar custos decorrentes do cumprimento de normas

aplicáveis. Para o Ibre/FGV, os principais fatores que contribuem com o crescimento da economia subterrânea são: o nível de atividade da economia (desemprego), a corrupção e as cargas tributárias.

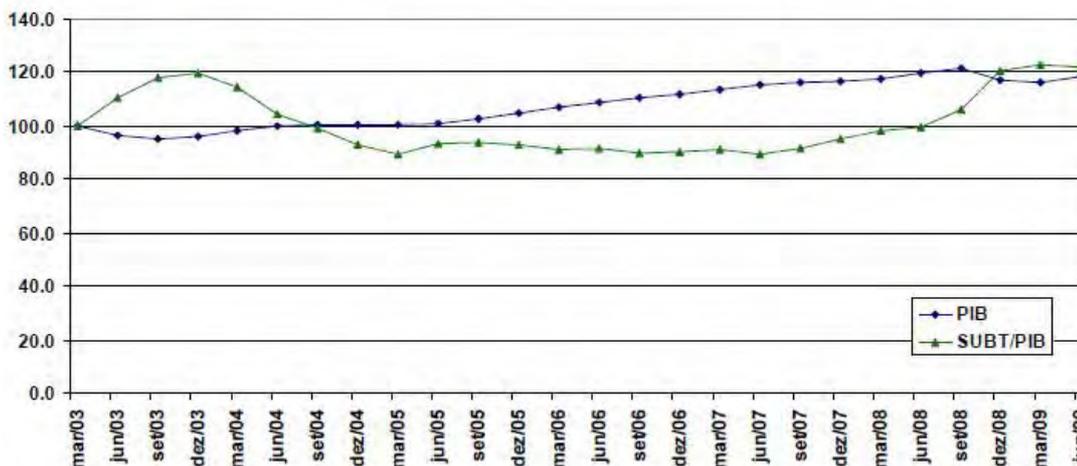
Os primeiros resultados divulgados demonstram, portanto, a existência de uma economia subterrânea no Brasil equivalente a R\$ 578 bilhões em 2009, superior ao PIB da Argentina no mesmo ano e correspondente a 18,4% do PIB brasileiro, o que evidencia a gravidade apontada pelos índices.

O Ibre-FGV afirma que, ao contrário do que parece, o crescimento da economia subterrânea caminha junto ao crescimento da economia formal. Em entrevista, Fernando de Holanda Barbosa Filho pesquisador do instituto, garante:

Podemos ver que, quanto maior a atividade e maior o crescimento do PIB, a economia subterrânea também cresce junto. (...) As duas economias (formal e subterrânea) crescem em paralelo. Uma alimenta a outra. A renda ganha na economia formal é gasta na economia subterrânea, e vice-versa.¹⁵

Marco dessa afirmação é a crise mundial enfrentada em 2008. Durante a crise, os dados apontavam que a economia informal subiu 27,6%¹⁶, enquanto no mesmo período, a economia subterrânea, como fração do Produto Interno Bruto (PIB), cresceu 27,1%. Dessa forma, como demonstra o Gráfico 3, o índice passou de 94,9 pontos, em 2007, para 120,7 pontos, em 2008.

Gráfico 3: PIB e Índice de Economia Subterrânea¹⁷



Fonte: Ibre/FGV

¹⁵ TRABALHO - Informais enfrentam a crise e têm expansão. Do Jornal do Comercio. Disponível em www.jc.com.br. Acesso em julho de 2010.

¹⁶ Números levantados entre dezembro de 2007 e dezembro de 2008.

¹⁷ Índice Sobre Economia Subterrânea IBRE-FGV/Instituto ETCO. Disponível em www.etc.org.br/texto.php?SiglaMenu=EPS. Acesso em julho de 2010.

Ao apresentar a taxonomia da economia subterrânea brasileira, o Ibre/FGV expõe, no quadro abaixo, a existência de uma economia formada por atividades ilegais e atividades legais.

Quadro 2: Taxonomia da Economia Subterrânea

Atividades Ilegais	Transações Monetárias		Transações NÃO Monetárias
	Venda de bens e produtos roubados. Venda de drogas. Prostituição, jogo, contrabando e fraude.		
Atividades Legais	Razão Fiscal	Normativas	Razão Fiscal
	Renda não declarada por conta própria e trabalhador informal. Renda e ativos de atividades legais não declarados.	Normas e regras aplicáveis em determinada atividade.	Troca de bens e serviços legais. Trabalho realizado em casa e/ou com vizinhos.

Fonte: IBRE-FGV/Instituto ETCO

O quadro demonstra que as atividades ilegais são definidas por atos criminosos de tráfico de drogas, roubo, prostituição e fraudes. As atividades legais, no entanto, estão vinculadas aos trabalhadores que buscam fugir do pagamento de tributos ou normas preestabelecidas, e vão desde os comerciantes domiciliares (que trabalham em casa com venda de alimentos ou pequenos serviços) aos trabalhadores informais (ambulantes ou camelôs).

A taxonomia da economia subterrânea demonstra a importância da relação entre as ciências econômicas, sociais e políticas e, embora não apresentem soluções, os dados auxiliam no tocante a cada uma delas. Acreditando que a materialização dessas relações pode ser observada nas atividades desenvolvidas no espaço público, para o trabalho aqui apresentado é mais relevante a territorialização da economia informal (subterrânea) e, dessa forma, dos comerciantes informais. Porém, como explicitado, não serão abordadas questões específicas sobre a territorialização das redes constituintes das atividades ilegais.

A economia subterrânea brasileira deve ser cuidadosamente monitorada e, com ela, suas formas de territorialização, principalmente no que diz respeito ao tráfico de drogas e demais atividades criminosas que contribuem com a violência urbana. O objetivo aqui não é apurar e tampouco denunciar a existência de uma rede de atividades ilegais; o trabalho apresentará a análise da inserção de comerciantes informais participantes de tais atividades no espaço público: vendedores de DVD's e CD's pirateados, além de coreanos, descendentes e outros, que comercializam artigos (óculos, relógios e outros) de procedência duvidosa.



Figura 14: Comerciante informal de CD e DVD pirata.

Fonte: Arquivo da autora. Fevereiro/2008



Figura 15: Comerciante informal de CD e DVD pirata.

Fonte: Arquivo da autora. Dezembro/2009.

As figuras acima retratam formas diferentes de apropriação do espaço público para a venda de DVD's e CD's pirateados. A imagem da esquerda retrata uma calçada da Av. Central no bairro de Laranjeiras, Serra; a da direita, a Av. Expedito Garcia, no bairro de Campo Grande, em Cariacica, ambas em reconhecidos centros da Região Metropolitana da Grande Vitória.

A rede de piratarias e contrabandos tem atingido proporções gigantescas, incluindo a formação de quadrilhas de contrabandistas. Um exemplo da força dessa rede foi a descoberta da ação de Lao Kim Chong em São Paulo. Com um escritório instalado na Rua 25 de Março, Law era o responsável pela distribuição de produtos pirateados por toda a região, estendendo-se até os bairros da Moóca e do Brás.

Documentos apreendidos no escritório do Law Kin Chong, em 2006, mostravam a engenhosa intenção de expandir seus negócios com a procura de outros locais e novos pontos de venda na capital de São Paulo. O "esquema" fora erguido mediante o sistema de pequenas lojas, ocupadas quase sempre por indivíduos originários da China Continental (na realidade, imigrantes clandestinos), que se encarregavam de toda a comercialização varejista dos bens ilícitos.

A realidade é que São Paulo e o conhecido mercado popular da Rua 25 de março, tornaram-se referências para a economia subterrânea e o comércio informal, tanto no que diz respeito às mercadorias populares como brinquedos, acessórios e outros artigos,

comercializados nas diversas lojas ali distribuídas e revendidos pelos centros das cidades do Brasil, como no comércio de mercadorias ilegais.

Porém, o avanço das tecnologias e sua popularização faz com que o mercado da pirataria não se utilize de grandes redes de contrabandos internacionais, cambiando para uma produção, embora em grande escala, doméstica e regional. Em 19 de julho de 2010 os noticiários locais exibiram uma reportagem sobre a apreensão, pela Polícia Militar, de milhares de mídias pirateadas, entre CD's e DVD's, em uma residência no bairro Nova Rosa da Penha, em Cariacica. O informado pela polícia é que no local eram fabricados cerca de 3,3 mil mídias por dia, produzidas para abastecer toda a Região Metropolitana da Grande Vitória.



Figura 16: Cargas apreendidas pela Polícia Civil em Cariacica.
Fonte: www.gazetaonline.globo.com. Acesso em julho de 2010.



Figura 17: Cargas de CD's e DVD's piratas.
Fonte: www.pc.es.gov.br. Acesso em setembro de 2010.

A violência exposta nas notícias que envolvem as diversas apreensões, muitas vezes envolvendo tráfico de drogas, realizadas pelas equipes de segurança pública, transfere ao espaço público das ruas o medo e a insegurança. Os revendedores estão presentes por toda parte da cidade. No bairro de Campo Grande, na extensão da Av. Expedito Garcia (local de estudo da pesquisa), os DVD's e CD's cobrem paredes, ocupam calçadas ou perambulam carregados em mochilas por jovens comerciantes informais. A fabricação é doméstica ou não, mas pelas ruas compõem os produtos mais vendidos na avenida e, embora faça parte das atividades ilegais, a apropriação do espaço público pelos comerciantes de CD's e DVD's deve ser levada em consideração.

2.2 POLÍTICAS, PROGRAMAS E PROJETOS VOLTADOS AO SETOR INFORMAL

Diante das diretrizes e conceitos apresentados com relação à economia informal e subterrânea pode-se constatar que nos interstícios da cidade o setor informal confirma-se na existência de atividades que estão à margem da legislação, possuem pouca representatividade frente à produção econômica, embora sejam reconhecidamente importantes como demonstrado pelos dados do Ibre/FGV, e se desenvolvem nas franjas do mercado formal.

Em resposta à efetivação do setor informal e, em especial, ao crescimento do comércio informal, surgem ações, políticas e programas de iniciativa pública ou privada, que visam a efetivá-los como atividades geradoras de renda e, deste modo, contribuir com o desenvolvimento econômico local também como absorventes geradoras de emprego.

Mário Theodoro (2000), cientista econômico e coordenador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), define três etapas distintas nas trajetórias das intervenções de políticas e programas voltados especificamente ao apoio do setor informal: as abordagens técnica, política e subsidiária, a serem apresentadas a seguir.

Na abordagem técnica, implementada a partir de meados dos anos 1970, Theodoro (2000) relata o início do reconhecimento, por parte do governo, da existência do setor informal. A abordagem mostra-se um tanto generalista, já que não leva em consideração a heterogeneidade do setor, a capacidade de adaptação e, principalmente, a forma de apropriação dos espaços públicos urbanos, tratando o assunto apenas com a finalidade de regularizar ou formalizar a atividade.

Cabe acrescentar que, de forma geral, essa abordagem reforça a elaboração de políticas públicas que visavam a atender às regiões mais carentes, como o Nordeste, acreditando-se que a existência do setor informal estava diretamente relacionada à posição do país como uma nação ainda em desenvolvimento. Nesse sentido, foram aplicadas políticas, através de instituições como a SUDENE, e desenvolvidos programas específicos, como o Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda (PATRA), buscando impulsionar o desenvolvimento do país e, conseqüentemente, erradicar a atividade informal que era então vista como passageira.

A abordagem política, em meados dos anos 1980, difere da abordagem técnica principalmente por dois fatores: o reconhecimento da consolidação do setor informal, ou seja, a existência de uma economia informal não está mais atrelada a uma economia em desenvolvimento, e a mudança na abordagem deixa de ser uma questão a ser tratada por

políticas de desenvolvimento econômico para entrar nas discussões de políticas de inclusão social e resgate da cidadania.

Exposta desta forma vê-se o desenvolvimento de programas e ações que busquem apoiar as atividades informais, e não mais erradicá-las; muitos desses programas estão ligados diretamente a ONG's. *“Não se trata mais, portanto, de formalizar o informal, mas de aproveitar suas características e potencialidades para enfrentar o desemprego, um dos pilares do resgate da cidadania, de acordo com o novo discurso oficial”*¹⁸ Não se pode deixar de lado que o país enfrentava, nesse momento histórico: o fim do governo militar, com resquícios de uma crise econômica que afetava o mercado de trabalho, ou seja, o novo governo tem como peça chave de discurso as políticas de geração de emprego.

A abordagem subsidiária, definida por Theodoro (2000), é a que mais se aproxima ao tratamento dado ao setor informal na atualidade. No início dos anos 1990, após a queda do Governo Collor, os programas de apoio ao setor se esgotavam e não apenas o setor informal, mas as questões sociais em geral, foram tiradas de foco pela ação governamental. Diante disso, reforça-se a existência de grupos organizados em prol da resolução de problemas sociais. Dentre estes grupos destaca-se a “Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida”, liderada pelo sociólogo e ativista Betinho – em contraponto à ação do governo, que apenas manifesta-se após a pressão da população, criando o Conselho de Segurança Alimentar.

Com a pobreza novamente como foco das ações do Governo, o apoio ao informal vem como alternativa para a população mais carente, para a qual onde surgem, como iniciativa do governo federal, instituições como o Comunidade Solidária, que coordena e auxilia a formação do Programa Banco do Povo. Outros programas também foram criados, como o PROGER, coordenado pelo Ministério do Trabalho e o BNDES-Trabalhador e BNDES-Solidário, ambos coordenados pelo BNDES.

O que se vê é uma tentativa de administração conjunta, em que a sociedade organizada tem uma função primordial para a realização das ações de apoio ao setor informal. Theodoro (2000) reforça essa afirmativa mostrando que *“o papel que o Estado propõe assumir é menos transformador – no sentido mesmo do estado desenvolvimentista dos anos 1950-1970 – e mais gestor. A palavra de ordem é governar a miséria e reduzir conflitos – com a ajuda da sociedade civil”*.

¹⁸ THEODORO, Mário. As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília, DF, 2000.

Nos três níveis de abordagem, o que se vê é a confirmação e afirmação do setor informal como uma questão a ser pesquisada e analisada com critério, tanto pelo poder público como pela sociedade civil organizada. Passando num primeiro momento por um subproduto relativo ao subdesenvolvimento do país, em seguida visto como uma alternativa para o tratamento de outras questões como a pobreza e, ao final, em uma abordagem mais otimista, Theodoro (2000) expõe como a questão deve ser gerenciada, envolvendo tanto o poder público como a sociedade civil.

Atualmente, deve-se atentar para outras medidas do governo em prol tanto da definição do setor informal quanto da elaboração de políticas mais específicas para o tratamento da questão. O apoio à Micro e Pequena Empresa, com a aprovação da Lei Complementar Nº 128/2008¹⁹ – lei que cria condições especiais para o trabalhador informal, tornando-o uma espécie de Empreendedor Individual -, tem sido a alternativa para que o comércio informal se legalize.

Em entrevista à Agência Brasil, o atual Ministro do Trabalho, Carlos Lupi²⁰, manifestou as intenções do governo em “*mudar o conceito de informalidade para reduzir a proporção de trabalhadores informais nas próximas pesquisas sobre o nível de emprego*”. Cabe acrescentar que, pela nova definição para o setor, os profissionais liberais e autônomos são considerados trabalhadores formais. Na mesma reportagem, o ministro afirma:

O cidadão que não tem outra opção a não ser trabalhar sem carteira assinada, esse sim, deve ser considerado informal, porque está à margem da formalidade. Já os autônomos, que não pagam a previdência pública por opção, têm de ser separados da informalidade. (...) Essa mudança é importante para a definição de políticas públicas. Precisamos ter um retrato mais real do mercado de trabalho.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) é quem dá suporte para o desenvolvimento do dito Empreendedor Individual, disponibilizando espaços para a capacitação, para o cadastro do empreendedor e para a adaptação posterior ao cadastro. O que é oferecido ao informal que queira se cadastrar no programa é, além da criação de uma figura jurídica, a possibilidade de acesso a crédito nos bancos públicos e a benefícios da Previdência Social, como aposentadoria.

Depois de formalizado, esse empreendedor pode procurar o Banco do Brasil e abrir uma conta como empreendedor individual. A partir daí, ele terá no mínimo R\$ 1 mil de crédito, que poderá ser dividido entre o cheque especial e o cartão de crédito. A

¹⁹ A Lei foi aprovada em de 19 de dezembro de 2008, e tem como finalidade alterar a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterar as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dar outras providências.

²⁰ Entrevista disponível no site: <http://jbonline.terra.com.br/extra/2008/12/29/e291217270.html>. Acesso realizado em dezembro de 2008.

*fatura do cartão poderá ser dividida em até 18 vezes com juros mínimos de 2,2% ao mês - explicou o gerente executivo do Banco do Brasil, Antônio Sérgio Rocha*²¹

De posse de tantos benefícios, resta saber como os governos municipais lidarão com uma questão um pouco mais específica: Como gerir a implantação desses novos empreendedores, agora formalizados? Como lidar com o empreendedor individual, antes tido como informal, após sua formalização? Pode-se dizer que ele passaria a fazer parte de uma informalidade apenas pela forma de apropriação dos espaços públicos urbanos? Até que ponto esta nova Lei não aumenta a distância entre a gestão e o planejamento urbano, já que desconsidera a forma de implantação desses empreendedores nos espaços da cidade, seja em suas residências ou nos espaços públicos urbanos?

Assim como fenômenos qualificados de urbanos não podem ser analisados independentemente das políticas sociais e econômicas como um todo, estas não podem ser analisadas independentemente do significado do urbano em cada área e em cada momento histórico (SCHERER, 2005)

A informalidade e, conseqüentemente, o comércio informal ambulante, são fenômenos da “*evolução da cidade, que enfatizam a necessidade de consideração das características do processo de modernização*”²² e, principalmente, do tratamento da cidade como condição para compreender, também, a reprodução destes fenômenos.

O surgimento do comércio informal torna-se, então, combustível para o “*motor das profundas transformações que, sem estímulos de qualquer ordem, mesmo os de planejamento, produzem conseqüências cuja regularidade de ocorrência fazem pensar que o homem se organiza em cidades naturalmente.*”²³

O crescimento da cidade não é questão de mera agregação de pessoas; compreende também mudanças na área central de comércio, que refletem em suas territorialidades, multiplicando e reinventando profissões ou mesmo crescendo o valor de terreno, sendo tudo isso mensurável em termos de mobilidade da população.

As relações sociais da cidade contemporânea, bem como as relações de comércio, estão inseridas na lógica da mercadoria, onde cada um dos espaços por ela ocupados representa uma possibilidade singular, historicamente configurada, sempre móvel e mutante, porém sempre imbuída do mesmo caráter mercantil.

²¹ Idem 20.

²² DANTAS, E. W. C. Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995). *Geo Crítica / Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales - vol. IX, núm. 202 - Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005. Disponível em www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm. Acesso em 13 out. 2006.

²³ QUIRINO, José Francisco. “Como Cresce a Cidade?”. *Dossiê Cidades*, n. 5, pp. 25-32, mar.-mai./1990. Disponível em: www.usp.br/revistausp/n5/artigo4.pdf. Acesso em: 20 fev 2007.

Da necessidade de atrair fluxos de capital surgem, de forma cada vez mais disseminada e dominante, os discursos da cidade como mercadoria a ser oferecida no mercado global. Cada indivíduo, nessa relação, assume na cidade o papel, ora como consumidor, ora como vendedor, tornando-se negociador de sua própria força de trabalho.

Os últimos vinte anos de governo foram marcados pela elaboração de políticas sociais voltadas à questão urbana e aos processos de exclusão social, que se tornaram foco central na perspectiva de consolidação de um futuro melhor para o país. Em contrapartida, como resultado das inúmeras políticas de desenvolvimento econômico, o Brasil encara o ano 2000 como um ano de muitas contradições. De um lado, o desenvolvimento econômico se fortalece, de outro, a desigualdade social atinge cada vez mais a população mais carente, concentrando a metade da riqueza do país nas mãos de apenas 10% da população mais rica. (Santos Jr, 2008)

Como resultado dessa desigualdade social, o país enfrenta uma crise urbana que agrava problemas sociais diante da dinâmica de produção e gestão da cidade fundamentados na desigualdade e na segregação. As cidades, em especial as metrópoles, antes detentoras de uma gama de possibilidades – de trabalho, de melhores condições de vida, de diversidade cultural – têm se transformado cada vez mais em espaços de violência, de degradação ambiental, de fragmentação.

Paralelamente, as camadas mais ricas continuam acumulando cada vez mais e podem usufruir de um padrão de consumo semelhante ao dos países desenvolvidos, enquanto processos de exclusão social atingem parte significativa da população e favorecem as atividades ilegais de sobrevivência. (SANTOS JR, 2008)

Segundo Santos Jr (2008), reforçando o que foi dito no tópico anterior, o modelo de produção e gestão das cidades brasileiras, por muito tempo adotado, é tão segregativo quanto a consequência de sua implantação, no sentido de privilegiar regiões e áreas mais competitivas, mantendo-as na dinâmica internacional do capital, reforçando as diferenças socioeconômicas e sustentando o que o autor chama de “nova ordem socioespacial”, onde “a cidade aparece como a expressão de uma estrutura social dualizada entre ricos e pobres, entre cidadãos e não-cidadãos” (SANTOS JR, 2008).

É na Constituição de 1988 que as questões urbanas no Brasil são levadas em consideração de modo mais incisivo pelo Governo Federativo. Mais atualmente, novas perspectivas foram levantadas desde a aprovação do Estatuto da Cidade e da criação do Ministério das Cidades, que visam a reorientar a ação do Poder Público, do mercado imobiliário e da sociedade na materialização de leis e políticas públicas, que dependerão fundamentalmente da ampla mobilização da sociedade brasileira.

Em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade e o impulso para a elaboração dos Planos Diretores, reforça-se o papel dos municípios no planejamento e gestão das cidades. A criação do Ministério das Cidades, em 2003, abre uma nova perspectiva para o tratamento das questões urbanas no tocante à produção de uma política nacional de desenvolvimento urbano. Ainda que o Estatuto da Cidade referendasse o papel do município como gestor de sua política de planejamento urbano, nesse momento o Governo Federal passa a reconhecer a necessidade de elaboração de macropolíticas públicas, voltando-se novamente à questão urbana como um problema a ser tratado nacionalmente.

No que se refere às políticas públicas relativas à regulamentação do uso do solo pelas atividades do setor informal, as ações de implementação muitas vezes precedidas de iniciativas de reinserção dos trabalhadores no mercado formal, na prática, limitam-se à erradicação ou à realocação dos ambulantes, levando-se em conta a relação direta de suas atividades com o espaço físico do qual se apropriam.

Como citado anteriormente, exemplos dessas políticas apresentadas por Dantas (2005) em uma proposta de periodização na cidade de Fortaleza, determinam intervenções públicas que se alteram de acordo com a tendência de gestão. Assim, Dantas (2005) divide o período analisado, entre os anos de 1975 a 1995, em três períodos, sendo eles: modernização (erradicação e repressão), transição (repressão e/ou convivência), e revitalização.

A caracterização de cada período definido por Dantas (2005) pode ser aplicada em diversas cidades, considerando, é claro, a especificidade de apropriação em cada uma delas, além das nuances da periodização. Assim, as razões que levam um governo ou outro a adotar políticas públicas voltadas à erradicação ou realocação dos ambulantes são semelhantes, porém, a cada cidade, estas medidas são tomadas de acordo com o perfil do governo, as condições de apropriação das áreas e seu momento histórico.

Há ainda, inúmeras abordagens, de diferentes autores, que buscam periodizar e classificar o processo de urbanização do Brasil, as consequências deste processo sobre o território e as políticas públicas para resolução destas consequências, como demonstra o economista Aristides Moysés²⁴ quando propõe uma análise no recorte temporal entre os anos 1960 e 1990, apresentando a evolução do processo de urbanização brasileiro em 4 fases distintas:

²⁴ MOYSÉS, Aristides; Será que as cidades serão portadoras de esperança? Disponível em: www.observatoriodasmetrolopoles.ufrj.br/download/txt_ary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2007.

- a) Urbanização suportável: até meados dos anos 1960, quando as cidades ainda ofereciam qualidade de vida e havia ampla oferta de postos de trabalho no setor industrial, na agricultura e no comércio;
- b) Urbanização problemática: nos anos 1960-1970, quando se intensifica o processo migratório, ocorrendo a inflexão rural-urbano;
- c) Urbanização caótica: no período 1970-1980, quando se constata uma queda brutal na qualidade de vida da população que vivia nas médias e grandes cidades;
- d) Urbanização explosiva: nos anos 1990, resultado da ausência de políticas urbanas consistentes e duradouras nas fases anteriores, mas também de um novo estilo de vida urbana adotado pelas classes altas e médias, que se materializa num processo crescente de fragmentação social.

A este trabalho não cabe a opção por esta ou aquela classificação. Há, porém uma tentativa de organizar ideias, reunindo exemplos que se referem diretamente a políticas públicas adotadas sobre a dinâmica de ocupação do espaço público pelo comerciante ambulante.

Dessa forma, a sequência do capítulo, utilizando como base a classificação de Dantas (2005) em Fortaleza e outros exemplos de cidades, como Salvador, Recife e São Paulo, dará subsídio às análises posteriores, tanto no entendimento das políticas públicas adotadas na Região Metropolitana da Grande Vitória, como em seus reflexos no território estudado – a Avenida Expedito Garcia, em Cariacica-ES.

2.2.1 Modernização

O período de modernização das cidades é marcado, no Brasil, por um *boom* de desenvolvimento e, conseqüentemente, de políticas de incentivo comercial. As preocupações em solucionar e garantir melhorias ao fluxo de pedestres, em detrimento do fluxo de automóveis, e/ou da presença dos ambulantes nas ruas da cidade, determinam soluções de alteração do desenho urbano, visando a atrair os consumidores e expulsar os comerciantes ambulantes.

Nesse sentido, algumas cidades tomaram o redesenho urbano como solução para a modernização e conseqüente amenização da presença dos ambulantes, o que ocorreu, em meados dos anos 1970, com o Projeto Novo Centro, em Fortaleza. Dantas (2005) expõe que a expressão máxima dos objetivos deste projeto era a construção das ruas-jardins e a consolidação de um sistema de transporte coletivo no Centro.

A implantação desse sistema de transporte coletivo se dava como tentativa de amenização da dificuldade e do desconforto que o fluxo de automóveis causava ao deslocamento de pedestres. Junto às ruas-jardins, as intervenções faziam do Centro uma área com predominância de fluxo de pedestres, condição adequada para a expansão e ampliação da área de ocupação do comércio informal.

A tentativa de realocação dos ambulantes não foi suficiente e, mesmo com a forte fiscalização, realizada pelo Departamento de Vigilância do Município, não houve como reverter a reapropriação das ruas pelos ambulantes e *"evitar que os passos dos transeuntes, no seu ir-e-vir das compras, sejam obstaculizados, agora não mais pelos automóveis, mas simplesmente pelos mercadores de bugigangas"* (DANTAS, 2005). Do contrário, o que ocorreu foi a expansão da área de abrangência do comércio informal.

No fim da década de 1970, em uma nova gestão de governo, a Prefeitura Municipal de Fortaleza, buscando o controle do processo de ocupação dos ambulantes, e sob influente pressão do Clube de Diretores Lojistas (CDL) de Fortaleza, promove uma série de cadastramentos dos já quase 2000 comerciantes informais presentes nas ruas, objetivando deslocá-los para um novo calçadão. Pela visão da CDL, os comerciantes informais:

deturpam o aspecto visual da cidade, com um amontoado de bugigangas, tabuleiros e mesas mal dispostas, prejudicando assim não só a beleza das ruas centrais, como o movimento de pessoas que por ali trafegam (...), e exercem concorrência com as lojas, que se sentem prejudicadas pela presença constante do ambulante nas suas calçadas, o que muitas vezes afasta a freguesia. (DANTAS, 2005)

A tentativa de fixação no novo calçadão também não surtiu o efeito esperado, continuando o comércio informal a ocupar áreas consideradas impróprias pela Prefeitura, fato que levou a administração seguinte a insistir em uma forma de solucionar a problemática relativa à apropriação privada do espaço público.

As medidas adotadas seguiram um conjunto de ações que englobavam a liberação de áreas para atuarem no Centro, o recadastramento e o reforço na fiscalização. Ainda assim, as áreas não permitidas (ruas e praças, com terminais de ônibus, principalmente), mesmo as que contavam com a fiscalização ostensiva, foram ocupadas a partir da adoção de uma série de estratégias de resistência, pautadas na capacidade de intensa mobilidade intraurbana que lhes caracterizava.²⁵

²⁵ Cabe ressaltar a observação feita por Dantas (2005) sobre a capacidade de mobilidade adquirida pelo comércio de rua, onde afirma: *"Esta intensa mobilidade dá-se graças à utilização de equipamentos conduzíveis com facilidade (caixotes, carrinhos de mão, cruzetas...) e transporte de mercadorias em pequena quantidade"*.

O mapa abaixo mostra a evolução do crescimento e apropriação do comércio ambulante, nas ruas do centro de Fortaleza. As cores rosa, azul, amarelo e verde destacam as áreas apropriadas durante diferentes gestões de governo entre os anos de 1975 e 1985.

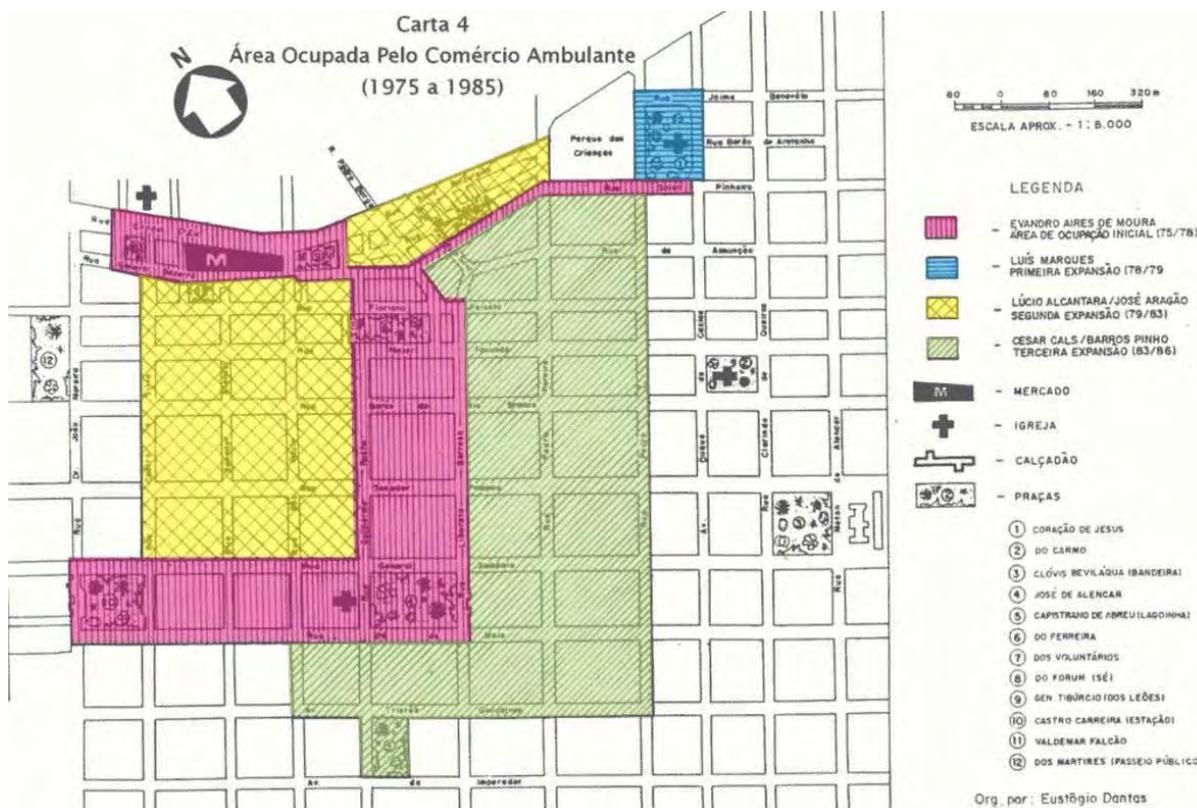


Figura 18: Evolução da ocupação do comércio informal em Fortaleza.

Fonte: DANTAS, 2005. Disponível em www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm. Acesso em 13 out. 2006.

As políticas públicas usam de pouca flexibilidade e capacidade de adaptação quando comparadas à capacidade de resistência e mobilidade dos ambulantes, visto que a burocratização para que entrem em vigor muitas vezes retarda a “solução” do problema.

É fato que a reestruturação dos centros da cidade, voltada ao incentivo do aumento e facilidade do fluxo de pedestres, pressupõe a potencialização das estruturas necessárias para a instalação do comércio ambulante informal, uma vez que este, para existir, depende apenas, e simplesmente, de um espaço onde transitem pessoas, clientes em potencial, e sua própria disposição para o trabalho. Mesmo quando o trânsito de pedestres não é favorável, as estratégias dos ambulantes mudam e adaptam-se em cruzamentos de ruas, avenidas movimentadas e sinais de trânsito, onde o cliente, agora motorizado, torna-se o alvo.

Em Campo Grande, Cariacica, as ações citadas por Dantas (2005) como parte de uma tentativa de modernização em Fortaleza, assemelham-se às ações de cadastro e remoção para local específico utilizadas atualmente, e serão apresentadas no próximo capítulo.

2.2.2 Transição

O período de transição caracteriza-se pela diminuição da criação de projetos de urbanização, voltados para a normatização do uso do espaço público pelo comércio ambulante. Nele, embora ocorram discussões relacionadas à necessidade de implantação de políticas de modernização e/ ou revitalização, ocorre o convívio ou a repressão pura e simples por parte do poder público sobre o comércio ambulante. (Dantas, 2005)

Com o aumento do número de ambulantes nas ruas e com as medidas de cadastramento, ocorrem também mudanças qualitativas. O comércio ambulante, outrora móvel, começa a fixar-se, iniciando-se a construção de barracas, que por ora obtiveram a concessão de permissão para comercialização.

Esta fase, de gradativa fixação, é caracterizada, principalmente, pela formação das feiras livres de alimentos e de artesanato, e impulsionam um olhar um pouco mais preocupado e consciente por parte do Poder Público, que reconhece a apropriação de certas áreas e age no sentido de promover um ordenamento do espaço (viadutos, praças, terrenos baldios, entre outros) já ocupado pelos ambulantes.

Atualmente, estão entre as ações desenvolvidas, o cadastramento, a determinação de um espaço específico de instalação e a padronização dessas barracas, de forma a proporcionar um maior controle do espaço (m²) ocupado, dos equipamentos utilizados e mesmo das condições sanitárias, ainda que algumas vezes essa padronização seja apenas uma questão de estética e não de adequação ao tipo de produto comercializado.

2.2.3 Revitalização

As propostas de revitalização dos centros da cidade têm ocupado um importante lugar para a compreensão da dinâmica urbana contemporânea, dada à frequência e abrangência que têm ocorrido. Nas últimas décadas, estes processos têm se caracterizado por incorporarem a “cultura” como conteúdo diferenciador das várias experiências de revitalização. Nesse sentido, o patrimônio histórico, as tradições locais, a cultura popular e outros elementos têm se transformado em mercadoria altamente valorizada no mundo contemporâneo.

Uma ambiguidade latente nos processos de revitalização situa-se na tensão entre o local e o global. No cenário altamente competitivo da atual fase da economia de mercado, as cidades precisam se destacar através de um “diferencial” (a expressão tão cara aos defensores do marketing, inclusive o das cidades). A valorização da tradição e da cultura local tem sido um dos mais explorados (BOTELHO, 2005).

Na proposição de programas que envolvam a construção de “novos” cenários aos centros antigos, como um retorno a vida bucólica e romântica, Botelho (2005) alerta que as políticas

públicas de revitalização dos centros não visam apenas à reestruturação urbana, mas também a tornar as cidades mais competitivas, seja no aspecto cultural e dos usos e costumes locais, seja no plano urbanístico e arquitetônico.

É importante observar que a maior parte dos processos de revitalização das áreas centrais, foi impulsionada pelo poder público, em especial no financiamento das intervenções. Porém, as mudanças que gradativamente provocaram a descentralização e degradação destes espaços, decorrem de uma série de mudanças ocorridas no planejamento, nas políticas públicas e nos interesses imobiliários de particulares.

Com a descentralização da cidade, o panorama de alguns centros urbanos retratava espaços públicos e imóveis com comprometimento físico e social: ruas e praças pouco povoadas ou subutilizadas, construções em situação de risco, imóveis abandonados, entre outros. O centro histórico tornou-se uma área de concentração de serviços públicos, comércio de produtos de primeira necessidade para populações de baixa renda e, conseqüentemente, proliferação de vendedores ambulantes. Não resta muita dúvida sobre o fato da revitalização ter trazido melhorias físicas ao lugar, porém, há de se avaliar o caráter dos diferentes processos dessa revitalização.

Dentre as cidades brasileiras com programas efetivados com características fortemente voltadas à revitalização, destacam-se Salvador e Recife, e os projetos para seus Centros Históricos. Baseado em uma verdadeira reconstrução do cenário urbano, o projeto do Centro Histórico de Salvador inclui desapropriações, restauro de edificações e obras civis financiadas por recursos públicos nacionais e internacionais. A expectativa, no entanto, de que a recuperação da área pudesse gerar uma valorização de seus imóveis e com isso permitir o retorno do investimento público, bem como a criação da autossustentabilidade econômica, não se confirmou.

Além disso, tal intervenção estabelecia uma nova configuração e um novo papel para a área. Foi decidido que o novo referencial para a área se basearia no binômio cultura-turismo. Não se tratava mais de restaurar as casas e devolvê-las a seus moradores anteriores, mas de torná-las visivelmente agradáveis. À área atribui-se outro papel: o de centro cultural da cidade.

A ação assemelha-se aos planos executados em Paris, Estocolmo e Viena. O velho centro é então reincorporado à vida da cidade e se torna, frequentemente, aristocrático. Essa é talvez uma das maiores críticas ao projeto de revitalização do Centro Histórico de Salvador. Mesmo com todas as intervenções, o projeto não atingiu o esperado e, com o tempo, os investimentos privados resumiram-se a pequenos pontos, enquanto ao Governo Estadual coube os grandes custos de manutenção e reparo das ruas e casarios. *“Se retirada a*

participação do Estado, o centro histórico não se sustenta e estará correndo sério risco de voltar a se degradar”.²⁶



Figura 19: Centro de Salvador.
Fonte: Marcos Weiss, 2009.



Figura 20: Cenas do Pelourinho, Salvador-BA.
Fonte: Marcos Weiss, 2009.

Na proposta de revitalização do Centro Histórico de Recife, mais especificamente do Bairro de Recife, os investimentos públicos foram pequenos, embora com um efeito multiplicador substancial e uma forte resposta do setor privado.

A gestão do processo de implantação foi conduzida com a participação direta do setor privado. Ainda na década de 1970, o Bairro de Recife foi diagnosticado sob os princípios da ótica patrimonial, como uma “*área de degradação física, com ausência de ‘vida urbana’, estigmatizada como zona ‘marginal’ e perigosa*”²⁷, e por isso merecia um tratamento especial. Com este propósito, foi criado o Escritório de Revitalização²⁸ e, mais tarde, o Plano de Revitalização do Bairro do Recife.

O Plano de Revitalização do Bairro do Recife (PRBR), iniciado em 1993, propunha a reestruturação urbana, dependente da ação e dos investimentos privados, pensada como uma ação pública para orientar os agentes investidores no Bairro. Essa indução deu-se, fundamentalmente, por meio da implantação de projetos estruturadores que poderiam, se realizados, garantir o sucesso do Plano segundo os seus objetivos.

²⁶ IV Encontro SIRCHAL - Requalificação, Revitalização e Sustentabilidade dos Centros Históricos: Análise do caso Salvador, frente aos três eixos temáticos. Salvador, 2000. Disponível em: www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/frameDiagVPT.htm. Acesso em: 22 jan. 2007.

²⁷ ZANCHETI, Sílvio Mendes. Revitalização do Centro Histórico do Recife: uma experiência de gestão com a iniciativa privada. Disponível em: www.urbanconservation.org/textos/bid.htm#topo. Acesso em 22 jan. 2007.

²⁸ A falha do Escritório de Revitalização foi o direcionamento das ações, basicamente, para um único grupo social (favelados, prostitutas e trabalhadores portuários), que tinha pouco poder de comando sobre o processo de reprodução da economia local, afastando os principais atores de importância capital capazes de alterar o processo de estagnação das funções urbanas.

O PRBR identificava a importância de introduzir novas atividades ao centro, pois a manutenção da maioria das atividades existentes somente reforçaria o ciclo vicioso da ociosidade e degradação. Além disso, também propunha a conversão de espaços, antes utilizados como estoques de indústrias, em habitações para pequenas famílias, o que poderia garantir uma maior utilização dos espaços públicos e aumento da segurança.

Ainda antes das medidas de revitalização aplicadas aos centros antigos, a presença do comércio ambulante era marcante devido, principalmente, a contínua precarização das relações de trabalho. A evolução urbana retrata um centro degradado e vazio, de onde as principais atividades administrativas, financeiras e políticas emigraram. Assim, os espaços vazios de prédios e praças são ocupados por moradores de rua e ambulantes, além do comércio especializado e tradicional, que permanece no centro.

Não se pode afirmar, portanto, a existência de um esvaziamento, mas sim, a mudança de perfil dos frequentadores; a presença dos ambulantes volta-se, principalmente, para a clientela de baixa renda que neste momento, são os maiores frequentadores do centro.

Implantadas as estratégias de revitalização, nesses casos principalmente pelo incentivo do turismo cultural, o espaço público, antes degradado, passa a ser também um espaço de consumo de mercadorias e serviços de massa, que tem relação com a crescente precarização nas relações de trabalho. Logo isso se torna uma tendência nas sociedades urbanas contemporâneas. Entretanto, o problema surge quando tal tendência cresce e impede que o espaço público exerça o seu papel de espaço de encontro e troca cultural, que somente pode existir se for utilizado por mais grupos de atores e mantiver uma diversidade de atividades e usos.

Os Planos de Revitalização, em Salvador e em Recife, assim como a maioria dos planos com este perfil de atuação aplicados nas cidades brasileiras, buscavam inserir uma mudança no significado do espaço urbano do centro e, especialmente, no espaço público. Tal mudança foi atingida, porém a inibição da multiplicação de ambulantes mais uma vez não seria resolvida apenas com cadastramentos, realocação, ou fiscalização.

Como os planos desenvolvidos para cidades como Salvador e Recife, as ações de revitalização também foram aplicadas ao Centro da Cidade de Vitória entre os anos de 1989 e 1992. Sendo as primeiras ações do poder público municipal, as de reconhecimento da necessidade de um tratamento diferencial ao espaço do Centro, a iniciativa esteve pautada no desenvolvimento cultural e na proteção do patrimônio.

Posteriormente, as ações aumentaram e transformaram-se em planos e programas de políticas públicas até apontarem a necessidade da criação de uma Divisão Administrativa

específica na PMV para o tratamento da Revitalização de Áreas Urbanas, englobando o Centro e outras áreas da cidade de Vitória.

2.2.4 Limpeza Social: o “jogo de gato e rato”

O reconhecimento da apropriação dos espaços públicos pelo comerciante informal como uma problemática urbana traduz-se, em geral, em medidas meramente repressoras e disciplinadoras na tentativa da correção do uso do solo. Tais medidas foram principalmente aplicadas em tempos em que a configuração espacial das cidades era constituída por um núcleo central, mais desenvolvido e detentor das principais atividades financeiras, político-administrativas e comerciais, em contraponto com as áreas periféricas.

A presença dos comerciantes ambulantes torna a imagem da região central desordenada, a população reclama a falta de higiene e confusão nas calçadas, além da concorrência desleal reivindicada pelos comerciantes formais. Diante desses fatores e, principalmente, do despreparo das administrações públicas frente à problemática, a resposta imediata é a punição com repressão e erradicação, em uma tentativa de limpeza social.

Como resposta às ações despreparadas, em todos os níveis, e o consequente fracasso do controle fiscal, os comerciantes informais partem para o enfrentamento com a força pública e, em episódios de frequentes desalojamentos, buscam a reconquista das ruas, o que Dios (2004) reconhece como um sucessivo “*jogo de gato e rato*”.

As políticas de punição forçosas e de fiscalização com repressão, ainda hoje estão em vigor e são retratadas e documentadas a todo o momento, em uma série de reportagens televisivas, espalhadas pelas cidades do Brasil. Rio de Janeiro e São Paulo, por configurarem um importante eixo comercial e estarem entre as cidades de maior desenvolvimento financeiro do país, atraem constantemente o aparecimento de migrantes e, conseqüentemente, do comércio informal. Aos poucos, o comércio se apropria de ruas inteiras, tornando-se marco referencial do lugar, ou de determinada condição social, como por exemplo, a Rua 25 de Março, localizada no centro da cidade de São Paulo.

Considerada uma das ruas de comércio mais movimentadas do país, a 25 de Março tem vida própria. 450 mil pessoas, entre pedestres, ambulantes e motoristas, circulam ao longo dos seus 2.500 metros e, nos dias que antecedem datas comemorativas como Natal ou Dia dos Namorados, este número chega a 1 milhão de pessoas diariamente.

Várias foram as tentativas de melhorar a circulação e a segurança das pessoas que frequentam a Rua 25 de Março. A Subprefeitura da Sé, juntamente com a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), a Guarda Municipal, a Associação dos Lojistas da 25 de

Março e a Administração do Mercado Municipal, tentou, primeiramente, o fechamento da rua para o trânsito de veículos, no horário comercial, acreditando que: *"sem o tráfego de carros a fiscalização pode ser facilitada, inibindo o número de assaltos, além de trazer um maior conforto para os comerciantes e os usuários da região"*.²⁹

A permanência dos conflitos entre a fiscalização e os comerciantes informais não cadastrados reforça a ineficiência das medidas de fechamento e fiscalização da rua. O antigo Secretário Municipal de Serviços e Subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, em entrevista divulgada no site da Prefeitura de São Paulo, expõe a postura do poder público frente aos comerciantes informais quando afirma que além do comércio ilegal de pirataria, o ambulante ilegal também faz parte dessa cadeia produtiva a ser combatida: *"Temos 81 licenças de ambulantes na região. Eles raramente dão problema. O problema são os outros cerca de 150, para mais, que são irregulares"* (MATARAZZO, 2007). A fala do secretário traz mais uma vez um questionamento importante quanto à legalidade das atividades informais. Embora o comerciante possua permissão da prefeitura para atuar no espaço público, a forma de comercialização de seus produtos, sem emissão de nota fiscal, não o torna um trabalhador formal.

Mais recentemente, outras medidas para a inibição da instalação dos ambulantes na Rua 25 de Março foram implementadas. As medidas não são diferentes, apenas mais rigorosas e focadas, como o aumento da fiscalização. Além da fiscalização, desde o dia 5 de março de 2007, o trânsito de veículos, no trecho interditado em 2006, foi liberado, a pedido da União de Lojistas da Rua 25 de Março e Adjacências (UNIVINCO), sob a alegação de que a medida é necessária devido ao descontrole da fiscalização e o crescimento expressivo no número de ambulantes.³⁰

²⁹ Reportagem, disponível no site do Ministério da Justiça, datada de 16 de fevereiro de 2007, MATARAZZO, Andréa - Subsecretário de Coordenação das Subprefeituras e subprefeito da Sé. Disponível em: www.centrosp.prefeitura.sp.gov.br/projetos/25_de_marco.php. Acesso em: fevereiro/2007

³⁰ SOUZA, Bárbara; Carros voltam a circular na 25 de Março segunda-feira. Diário de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: www.oglobo.globo.com/sp/mat/2007/03/03/294788035.asp. Acesso em: 7 mar. 2007.



Figura 21: Rua 25 de Março, São Paulo-SP.

Fonte: Disponíveis em: www.fotogarrafa.com.br/fotoarquivos/cat_economia_informal.html. Acesso em Julho/2007.

Se o problema aqui é a ocupação desordenada do espaço público pelos ambulantes, não podemos deixar de mencionar a ocupação do espaço público pelo comércio formal. Letreiros que ocupam fachadas históricas, mesas, estandes de vendas e araras de roupas que ocupam as calçadas, panfletos de propaganda jogados pelo chão. *“Tenhamos em conta que, num arbitrário controle de infrações, não se persegue com o mesmo afinco nem com “tolerância zero” as obstruções ou “prolongamento” do comércio “formal” sobre o espaço público”*³¹. Se a ordem é: limpeza e organização, o mesmo não valeria para o comércio formal?

Aliadas às ações de limpeza social, surgem algumas alternativas como forma de redução dos conflitos gerados entre poderes Municipais e comerciantes informais. Nesse sentido, em Campo Grande, especificamente na Av. Exedito Garcia, assim como no Centro de Vitória, após a realização de um cadastro social ficou estabelecido um limite onde os comerciantes poderiam utilizar as calçadas. Nos dois casos, a permissão de uso fica restrita às ruas transversais à avenida principal.

2.2.5 Criação de Camelódromos ou Shoppings Populares

Aliadas às ações de erradicação ou remoção, estratégias projetuais são utilizadas para remover os comerciantes ambulantes dos espaços públicos nos centros urbanos. Dentre essas ações está a construção ou adaptação de edifícios para a implementação dos chamados shoppings populares ou camelódromos.

Várias são as cidades que incluíram tal iniciativa em seus programas de revitalização ou requalificação do centro urbano, como as cidades de Recife, Belo Horizonte, Londrina, São Paulo, entre outras.

31 DIOS, Jorge Ramos de; O gato e o rato. Ambulantes urbanos e poder municipal. - Arqutextos 046 - Vitruvius, 2004. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq046/arq046_00.asp. Acesso em: 13 jul 2006.

A cidade de Belo Horizonte, projetada para ser um grande centro político do estado de Minas Gerais, ao longo de sua evolução urbana chega ao século XXI enfrentando, na região central, problemas semelhantes aos já citados como: subutilização de imóveis, descaracterização do patrimônio edificado e degradação dos espaços públicos, além do congestionamento e degradação físico-ambiental. Diante de tal panorama a Prefeitura Municipal uniu esforços e lançou o Programa Centro Vivo (2004) com o objetivo de reverter este quadro através de melhorias das condições físicas, ambientais e sociais de forma integrada na cidade.

O programa teve como primícia o Plano Diretor de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 7.165 de 17 de agosto de 1996), que traça diretrizes para o tratamento da região central. Nesse sentido, foram realizadas ações de implementação de projetos urbanísticos e paisagísticos para a readequação do desenho urbano e a melhoria da qualidade dos espaços públicos, além de incentivos à diversificação no uso dos imóveis e ao readensamento habitacional com a promoção de diversificação social.

No que diz respeito à vida social das ruas e ao percurso diário de pedestres, o panorama não divergia. As calçadas, em péssimo estado físico, tinham em sua própria infraestrutura e mobiliários urbanos obstáculos; somavam-se a isso o acúmulo de informações publicitárias nas fachadas dos imóveis e a alta concentração de camelôs, que conferiam um ambiente desagradável ao pedestre e dificultavam a locomoção da população e a fiscalização do comércio.

Diante disso, o programa propôs diversas ações de tratamento urbano e arquitetônico para a região, buscando a requalificação dos imóveis comerciais, a atualização dos cadastros dos ambulantes e o estímulo às atrações artísticas e culturais e aos eventos cívicos na área central, o que também reativam a economia local.

De forma mais focada à resolução da problemática dos camelôs, o Programa foi complementado com a implementação dos Centros de Comércio Popular. A partir da regulamentação da Lei nº 8.616, que compatibiliza as leis de postura urbana, contando com a participação popular de diferentes setores, a Prefeitura determinou a construção dos Centros para retirada dos ambulantes das ruas e permissão da comercialização de seus produtos de forma segura, organizada e confortável, com toda a infraestrutura necessária a um edifício comercial. Além da infraestrutura do edifício, foram realizadas intervenções urbanas externas de organização da malha viária, reforma das calçadas e melhoria da iluminação pública de toda região do entorno.

Os Centros de Comércio Popular, conhecidos como Shoppings Populares, tornaram-se lugares atraentes que, pela diversificação e maior oferta de produtos, aliados à segurança,

comodidade e baixos preços, são, atualmente, o destino de pessoas das mais variadas faixas de renda, que vão ao centro de Belo Horizonte para fazer compras.



Figura 22: Shopping Popular Oiapoque, Belo Horizonte-MG.
Fonte: Arquivo da web, disponível em www.eficienciamaxima.com.br/shopping-oiapoque-adota-projetos-sustentaveis/#more-163. Acesso em julho de 2010.



Figura 23: Shopping Oi, Belo Horizonte-MG.
Fonte: Arquivo da web, disponível em www.pancadariajornalistica.blogspot.com/2010/05/as-censao-dos-shoppings-populares.html. Acesso em julho de 2010.

Belo Horizonte tornou-se pioneira na implantação de shoppings populares. Desde 2003 foram implantados diversos centros populares no centro da cidade, estando entre eles: Tupinambás, Xavantes, Caetés, Tocantins, Barro Preto e Oiapoque. Atualmente, o Shopping Oiapoque, com 900 lojas e uma frequência de 70.000 mil pessoas por dia, em época de festividades (natal, dia das mães, dia das crianças, etc.), é um dos mais populares da região. Resultado de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada, o Shopping Oi, como é popularmente conhecido, foi o primeiro a receber os camelôs, cadastrados entre 1998 e 2002.

É importante frisar que a maior parte dos Centros Populares implementados pela Prefeitura Municipal está sob a administração privada. Os shoppings populares ou camelódromos de Belo Horizonte contam ainda com a parceria firmada entre a Prefeitura e a Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte. Tal parceria tem sido comprovadamente positiva, visto que o volume de pessoas que passam pelos shoppings populares tem sido cada vez maior, o que beneficia também o comércio no seu entorno.

A abertura dos Shoppings Populares visou à retirada dos ambulantes das ruas do centro de Belo Horizonte, porém a deficiência de fiscalização não garante a legalidade dos produtos neles vendidos. Durante as apreensões realizadas pela Polícia local, CD's e DVD's piratas, telefones celulares, computadores, videogames e medicamentos falsificados para impotência sexual são os elementos mais encontrados nas lojas.

Como reflexo dessa iniciativa, em 2008 o grupo europeu DOIMO decidiu acompanhar o sucesso dos empreendimentos populares comerciais e implantou na cidade um novo

Shopping Popular, o UAI. Com 334 unidades de negócios (espaços comerciais) e 2.704 m² de área bruta locável, o Shopping Uai segue os padrões de empreendimentos convencionais do segmento, estabelecidos pela Associação Brasileira de Shoppings Centers (Abrasce), e não é voltado ao abrigo dos comerciantes informais, embora tenha um perfil popular por propor preços mais acessíveis e voltados à classe C.

Recentemente, notícias especulativas apontavam que o dono do Shopping Oiapoque, Mário Valadares – também sócio do Tupinambás – teria adquirido o concorrente Xavantes, na mesma região. Uma grande concorrência entre os shoppings populares provoca a cobiça entre os proprietários e a possível criação de um monopólio, o que eleva os preços dos aluguéis das lojas e dificulta o cumprimento do principal objetivo do estabelecimento: atender a classe baixa, tanto no sentido de dar possibilidade de trabalho como de acesso ao consumo de produtos de baixo custo. Para se ter uma noção da elevação dos aluguéis dos boxes, nota-se que os preços variam de R\$ 140,00 a R\$ 200,00 no Shopping Xavantes (boxes de 4m²), podendo chegar a R\$ 898,00 e R\$ 1.698,48, no Shopping Oiapoque (boxes de 5m²).



CAPÍTULO 03

BAIA DE HALONG, VIETNAM. FONTE: IVANA FIGUEIREDO

municípios de Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Oficialmente, a RMGV foi criada pela Lei Complementar n° 58 de 1995, integrando os municípios de Vitória, Cariacica, Serra, Viana e Vila Velha. Em 1999 e 2001, foram incorporados, respectivamente, Guarapari (LC n° 159/1999) e Fundão (LC 204/2001).

A história da evolução urbana do Município de Cariacica e, conseqüentemente, a consolidação do atual centro comercial, o Bairro de Campo Grande, se confunde com a formação da RMGV. Nesse sentido, tendo como ponto de partida a ligação tênue entre a capital do Estado e Cariacica, faz-se pertinente a análise da configuração do Centro de Vitória, na perspectiva da descoberta de um percurso de interligação entre os dois centros e que, provavelmente, também possua forte interferência nos demais centros dos municípios da RMGV.

Serão apresentadas, além do histórico de formação do Centro, evidências da apropriação de seus espaços públicos por comerciantes informais, assim como as ações, por parte do poder público, que incentivaram a migração destes para outros centros da região metropolitana.

Para tanto, as análises subseqüentes neste capítulo apresentarão o comerciante informal abordando aspectos pertinentes à problemática no que diz respeito à política, ao programa ou projeto desenvolvido, ao tipo de mercadoria vendida, à forma ou possibilidade de movimentação pelo território e à espacialização dos comerciantes informais. Porém, tais aspectos serão apresentados em três etapas de aproximação do território, na tentativa de entendê-lo a partir de uma visão ampliada.

A primeira etapa, desenvolvida no subcapítulo 3.1, seguirá o percurso delineado do Centro de Vitória ao bairro de Campo Grande, no município de Cariacica. Neste momento, serão utilizadas bibliografias específicas sobre Vitória, pesquisas em programas elaborados pela Prefeitura Municipal de Vitória e trabalhos acadêmicos que elucidarão a formação do bairro Campo Grande como um subcentro metropolitano.

A segunda etapa apresentará o bairro de Campo Grande em um compilado de informações pesquisadas nos arquivos cedidos pela Prefeitura Municipal de Cariacica e em trabalhos acadêmicos relativos ao bairro. As informações colhidas foram espacializadas pela autora. O intuito do subcapítulo 3.2 é dar subsídio comparativo à leitura elaborada no subcapítulo seguinte e provocar uma análise crítica acerca da forma de planejamento adotada pelo município no território de estudo.

Dando seqüência ao capítulo 3, na terceira e última etapa desenvolvida no subcapítulo 3.3 serão apresentados os levantamentos de campo e entrevistas realizados pela autora no período de desenvolvimento desta dissertação. As entrevistas foram abertas e não

estruturadas, porém, somadas aos levantamentos de campo, auxiliam diretamente a construção dos mapeamentos propostos neste subcapítulo. Busca-se elaborar uma forma de mapeamento que auxilie nas conclusões finais de análise da apropriação do espaço público pelo comerciante informal.

A análise será, então, marcada pelas manifestações e apropriações ocorridas no espaço público da Avenida Expedito Garcia e suas imediações. Acontecimentos com diferentes formas de espacialização, amplitude cronológica - que seguirão ora os levantamentos disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Cariacica (2006), ora os relatos de entrevistas com os próprios camelôs, colhidas durante a pesquisa realizada para esta dissertação - e capacidade de produzir efeitos, tornam-se alvo deste estudo.

3.1 DE VITÓRIA A CARIACICA: A CONSOLIDAÇÃO DO BAIRRO CAMPO GRANDE COMO UM SUBCENTRO METROPOLITANO

3.1.1 Evolução e consolidação do centro urbano de Vitória

No percurso de ligação entre a cidade de Vitória, a capital do Estado, e o bairro de Campo Grande, em Cariacica, o Centro de Vitória torna-se um marco da consolidação urbana. Esta é, portanto, uma rota de estudo do trabalho: a linha tênue que interliga os centros urbanos dos dois municípios.

Sede da capital do Estado, o Centro foi alvo de grandes e importantes intervenções urbanas. Estendendo sua área comercial em linha reta, acompanhando o mar e o Porto, intervenções como aterros, aberturas de vias, tratamentos pontuais nos espaços públicos, construção de praças e edifícios emblemáticos fizeram do local, nos anos 1940 e 1950, o berço da alta sociedade capixaba.

Vitória – empório comercial de larga área da região leste brasileira e centro administrativo e cultural do estado do Espírito Santo – não desperta muito cedo. Suas ruas centrais se vão movimentando à medida que os ponteiros dos relógios se aproximam das 8 horas. Confundem-se, então, nos logradouros públicos, colegiais em uniformes coloridos, e homens e mulheres, que se ocupam em atividades econômicas. Os bondes que servem os bairros de Jucutuquara, Praia do Canto, Santo Antônio, Praia Comprida, Cruzamento e Praia do Suá passam a chegar à Praça Costa Pereira, com maior frequência. E deles vão despencando pessoas e mais pessoas, que, em passos rápidos, buscam escolas, lojas, escritórios, “ateliers”, seus locais de trabalho, enfim.³²

Na citação acima, extraída de um dos textos que compõem o estudo elaborado para o Projeto de Planejamento Interativo do Centro que foi realizado pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), Araujo (2006) se apropria de um trecho de relatos da década de 1950 para demonstrar a movimentação de bens e pessoas naquele momento da história. A citação expõe a dinâmica da época, em que já se confundiam pessoas de passagem e trabalhadores, além do meio de transporte coletivo, o bonde, importante forma de ligação entre os bairros.

A figura abaixo retrata o cenário da citação acima. Na Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória, um dos espaços de maior bucolismo ainda na atualidade, a presença das pessoas paradas no ponto do Bondinho, indo e vindo por entre calçadas e rua, os veículos, carros de

³² BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse Estatística do Município de Vitória, 1951, *apud* Araujo, 2006 p. 92.

passageiro e de carga estacionados nas ruas e o bonde no Centro demonstram a movimentação concentrada neste importante espaço.



Figura 25: Praça Costa Pereira, data não identificada. Destaque para a presença dos bondes e grande número de automóveis de carga.

Fonte: IJSN.

Embora já consolidado como lugar de centralidade, e consequência do histórico crescimento econômico, a tendência do Centro é tornar-se cada vez mais adensado. Nesse sentido, os aterros são elementos fundamentais de constituição do território físico da capital. Inicialmente realizados por particulares como forma de extensão de seus terrenos residenciais ou comerciais, aos poucos foram apropriados pelo Poder Público para a implantação de grandes intervenções, como vias, atividades do Porto, entre outras.

A preocupação advinda da necessidade de modernização se refletia nas intervenções propostas pelo Poder Público. O próprio Plano Urbanístico de Vitória, em 1951, demonstrava a preocupação na abertura de vias que dessem vazão ao acesso dos automóveis de passeio e carros de carga que se dirigiam ao Centro da Cidade.

Nos anos 1950, mais especificamente no governo de Jones dos Santos Neves (1950 a 1954), a criação de um extenso aterro promove a expansão territorial e impulsiona ainda mais a transformação desse território como uma área de apropriação comercial, administrativa e portuária. Os 96.000m² de aterro seriam berço do prolongamento de vias

estruturantes e edifícios públicos, distribuídos entre instituições bancárias, sedes administrativas de importantes empresas, como a CVRD, e associações de servidores públicos (CAMPOS JR, 2002).



Figura 26: Esplanada Capixaba antes do aterro de Jones dos Santos Neves. 1950.
Fonte: Centro Interativo, PMV.



Figura 27: Esplanada Capixaba com o aterro de Jones dos Santos Neves concluído. 1956.
Fonte: Centro Interativo, PMV.

Entre as décadas de 1960 e 1980, o Espírito Santo enfrenta a substituição do tradicional padrão agroexportador da economia, vinculado principalmente à produção cafeeira, pelo

modelo industrial exportador, marcado pela instalação de indústrias mineradoras. Nesse aspecto, dois pontos de iniciativa federal são relevantes e provocam sensíveis alterações na realidade territorial do Centro. O primeiro, como relata REIS (2007), é o impulso dado pelo programa do Governo Federal de erradicação dos cafezais, implementado no interior do estado. O segundo é a criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, que despertou um crescimento forçado e a dispersão na implantação de novos pólos industriais em outros municípios. (IJSN, 2001)

O II Plano Nacional de Desenvolvimento criado pelo governo federal, que tem como objetivo conter os fluxos migratórios para os grandes centros, industrializando as cidades de porte médio, foi perseguido pela elite capixaba como a grande solução de seus problemas. Os Grandes Projetos Industriais foram atraídos para a Grande Vitória, numa tentativa de se industrializar o estado de maneira rápida, e sob as benesses do governo federal. (...) O resultado de tal importação desembocou no inchamento da Grande Vitória e na produção de uma população localizada nas periferias dos centros urbanos, com mão de obra sem qualificação, recebendo salários ínfimos e que demandava políticas públicas para sua inclusão no município.³³

É importante ressaltar que a Grande Vitória, em 1960, ainda não constituía legalmente uma região metropolitana, fato que será efetivado principalmente com as consequências da alteração da base econômica do estado para a industrial-exportadora. Um exemplo disso se dá na contabilização, em 30 anos, de um impressionante crescimento populacional, tendo a população saltado de 194.000 habitantes em 1960, para 1.065.000 em 1991, o que representa, em apenas três décadas, um crescimento de cinco vezes no total da população (IBGE, 2000).

O inchaço populacional é pautado pelo fenômeno migratório ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, representando a recomposição do quadro social da região e alterando o mercado de trabalho, principalmente no que diz respeito às ofertas de trabalho nos ramos do setor industrial e da construção civil (IJSN, 2001).

O Estado se preparava para a sustentação dessa nova economia. Ao se deparar com um novo padrão econômico, a região da Grande Vitória inicia sua consolidação como polo minero-siderúrgico de referência nacional e internacional, o que só é possível com a busca pelo atendimento à demanda por investimentos e atividades diversificadas.

Com a proposta e efetivação da implantação, reestruturação e ampliação de infraestruturas, vias são abertas, facilitando o fluxo de pessoas e mercadorias entre municípios. Estrategicamente, o território é repensado visando à implantação de novas indústrias. Em Vitória, surgem novos bairros voltados exclusivamente para a absorção de demandas por

³³ ARAUJO, Leonor Franco de. Análise Histórica da Evolução Urbana do Centro de Vitória. Planejamento Urbano Interativo do Centro. Prefeitura Municipal de Vitória: Vitória, 2006.

residências para os novos habitantes, como Jardim da Penha, Mata da Praia, Jardim Camburi e, aos poucos, inicia-se a descentralização da expansão urbana do Centro da capital. É importante destacar que este crescimento continua acompanhando a linha do mar.

Mais do que populacional, o fenômeno expõe o seu aspecto social: Vitória cresceu enquanto foi acessível à população ou enquanto a sociedade capixaba era engrossada com os novos endinheirados, ainda que assalariados e de classe média. Quando sobreveio a crise na década de 1980, a evolução do preço do solo - bem finito monopolizado - continuou, tornando-se inacessível à maioria, diminuindo-se as taxas de crescimento do Município. (ABE, 1999)

Marcada também pela verticalização do Centro de Vitória e consolidação dessa área central como área de desenvolvimento de atividades de comércio e serviços, pode-se afirmar que a década de 1960 é fundamental para o atual retrato do espaço socioterritorial da região. É nessa década que, no Centro, inicia-se a maior parte das invasões de áreas públicas pela população de baixa renda, o que impulsiona a desvalorização dos imóveis e, conseqüentemente, da vida urbana do centro da cidade.

Na década de 1980, os índices de crescimento populacional, que eram há muito impressionantes, caem. Ainda assim, em 1991 a Grande Vitória alcança um percentual de 98% da população concentrada na área urbana; o município de Vitória chega a 100%. Os perímetros urbanos são estendidos, agregando áreas rurais e expandindo o aglomerado urbano. A média estadual de urbanização da população atinge 74% (setenta e quatro).

O Centro de Vitória já não comporta as demandas a que lhe são oferecidas, o valor da terra passa a ter atributos definidores para a distribuição socioespacial. Na busca de ocupações alternativas, a população se distribui em áreas de encostas e mangues adjacentes aos núcleos consolidados.

No início da década de 1980, observa-se que os interesses e as atividades de diversos segmentos percorrem o sentido para a região norte de Vitória, perfazendo os bairros Praia do Canto, Enseada do Suá, Bento Ferreira, Jardim da Penha e Jardim Camburi, novos pólos de atração de investimentos e de consumo de setores mais abastados. Observa-se um esvaziamento econômico e institucional na região central da capital.

As figuras abaixo retratam a ocupação dos espaços públicos pelo comerciante informal que pode ser observada nesse contexto urbano. Classe composta por desempregados e subempregados, o aparecimento do mercado informal, desenvolvido às margens do comércio formal, é visto por Campos Jr (2002) como um dos fatores causadores do afastamento da sociedade elitista do Centro de Vitória.

A figura 28, de acordo com a legenda do arquivo do IJSN, mostra a região próxima à Praça Costa Pereira e ao Teatro Glória; nessa área estão concentradas diversas lojas comerciais e

instituições, que conferem à região grande movimentação, tornando o local propício para a apropriação por comerciantes informais.



Figura 28: Centro de Vitória década de 1980.
Fonte: IJSN.



Figura 29: Rua da Alfândega. Centro de Vitória década de 1980.

Fonte: IJSN.

A figura 28, da mesma forma, mostra uma região de grande movimentação no bairro do Centro de Vitória, e retrata a ocupação da Rua da Alfândega, entre a Av. Jerônimo Monteiro, a principal avenida do Centro de Vitória, e a Rua Duque de Caxias, por barracas de camelôs. Ao passo que a cidade formal busca sua expansão urbana, a cidade informal ocupa os interstícios do centro já consolidado.

No início dos anos 1990, no governo de Vitor Buaiz (1989 a 1992), inicia-se uma mobilização por parte do governo municipal pela revitalização do Centro de Vitória. As ações estavam inicialmente voltadas para o desenvolvimento cultural e a proteção do patrimônio histórico, ressaltando a importância histórica da região no contexto da formação do Município de Vitória e mesmo do Estado do Espírito Santo. Mais tarde, despertou-se para a importância de ações pela preservação e melhoria da qualidade de vida dos moradores daquela região, incluindo esforços para conter a ocupação desordenada das áreas de encosta.

Nesse sentido, ações como a recuperação e preservação de edificações e a criação de programas que incentivem a população a voltar para o Centro, como o Morar no Centro, buscam a modificação da imagem negativa criada nos últimos tempos. Tenta-se resgatar, através da ampliação e aprofundamento do conhecimento sobre a região, a complexidade e os laços de afetividade ali existentes.

As ações em busca do resgate da identidade e da importância cultural do Centro para a população de Vitória não cessaram nos anos 1990. A partir dessa década, as sucessivas administrações municipais desenvolveram diversos projetos em continuidade à revitalização

do Centro de Vitória. Em 1996, a ação fez parte do projeto “Vitória pro Futuro”, um planejamento estratégico traçado para indicar os caminhos do desenvolvimento da cidade até o ano de 2010.

A partir da iniciativa do planejamento estratégico, as ações de revitalização foram intensificadas com a criação, na estrutura administrativa municipal, da Divisão de Revitalização de Áreas Urbanas, responsável pela execução das ações já traçadas pelos estudos e projetos do Programa de Revitalização do Centro.

É importante ressaltar que, ao mencionar as ações de revitalização do Centro de Vitória, deve-se chamar atenção para o fato de que o Centro Histórico nunca esteve morto. Alguns autores questionam a utilização da palavra revitalização principalmente por este fato, por dar-se a impressão, quando analisado, da existência de uma cidade fantasma “*causada muito mais pelo desaparecimento das referências do presente que pela real saudade do passado*” (VARGAS, 2009).

Fazendo parte do programa, em 2006, o Planejamento Interativo do Centro trouxe uma nova roupagem às pesquisas e diagnósticos já elaborados para a região, com a proposta de tornar ainda mais participativo o processo de ação de desenvolvimento local. O interessante aqui é a adoção de uma metodologia participativa com a elaboração de diagnósticos participativos rápidos e seminários para a elaboração do diagnóstico preliminar.

Os estudos do Planejamento Urbano Interativo geraram uma série de textos, onde é possível levantar a presença e influência, segundo os setores da população consultados, do comércio informal ambulante no Centro de Vitória.

De acordo com o levantamento de dados socioeconômicos junto ao comércio informal do Centro, realizado em 2000 pela Administração Regional do Centro, trabalham diariamente, na região, cerca de 300 camelôs, distribuídos nas calçadas da Vila Rubim até a loja C&A, incluindo os ambulantes que não têm barraca, como os vendedores de vale transporte, balas, etc., que trabalham com tabuleiros ou banquinhas. Atualmente, existem aproximadamente 400 camelôs na região, segundo informação da Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (KROHLING, 2006).

As figuras 30 e 31 retratam trechos das ruas do Centro de Vitória. Ocupando os espaços públicos das calçadas, vagas de estacionamento ou praças, das principais avenidas e regiões mais movimentadas do Centro, os camelôs distribuem-se em barracas ou outras estruturas improvisadas.

Na figura 30 as barracas dos comerciantes informais dividem espaço com as vagas de estacionamento de motocicletas, além de se instalarem nos espaços das calçadas. Este trecho da Av. Jerônimo Monteiro, especificamente, é historicamente marcado pela presença dos camelôs, visto que possuem permissão para se estabelecerem neste local.

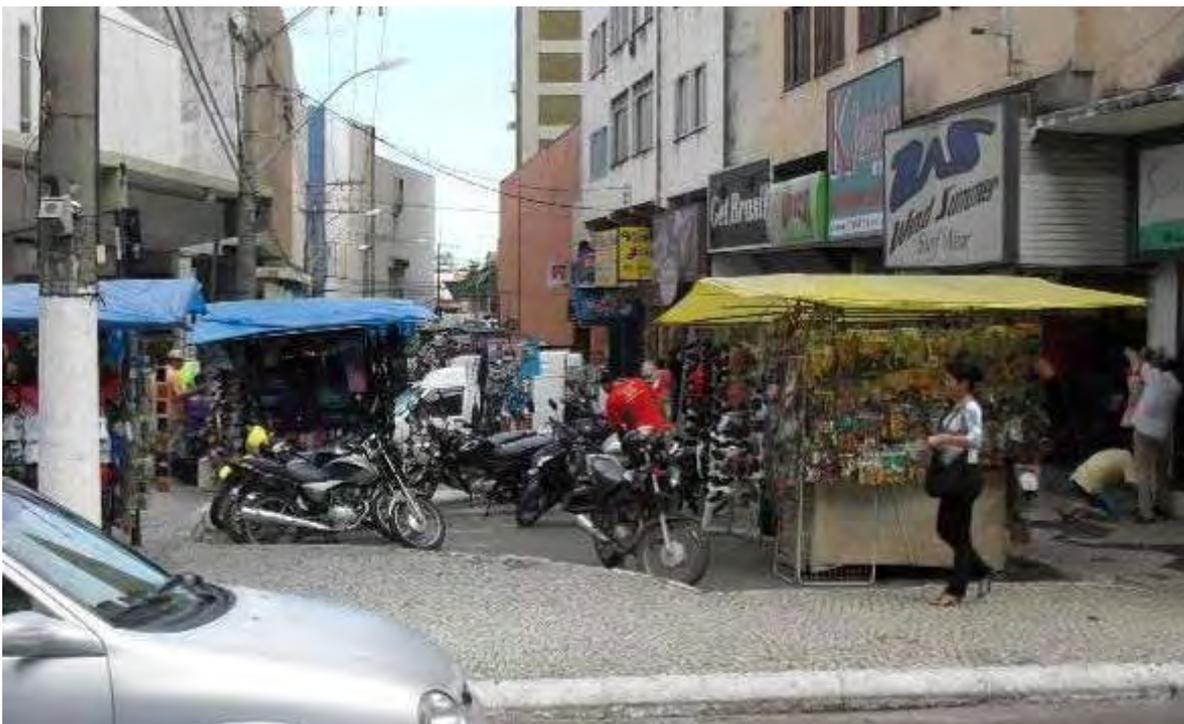


Figura 30: Rua Dep. Nelson Monteiro com a Av. Jerônimo Monteiro - Centro de Vitória.
Fonte: Arquivo da autora, novembro/2009.



Figura 31: Rua Governador José Sete - Centro de Vitória, próxima a edifícios de escritórios.
Fonte: Arquivo da autora, novembro/2009.

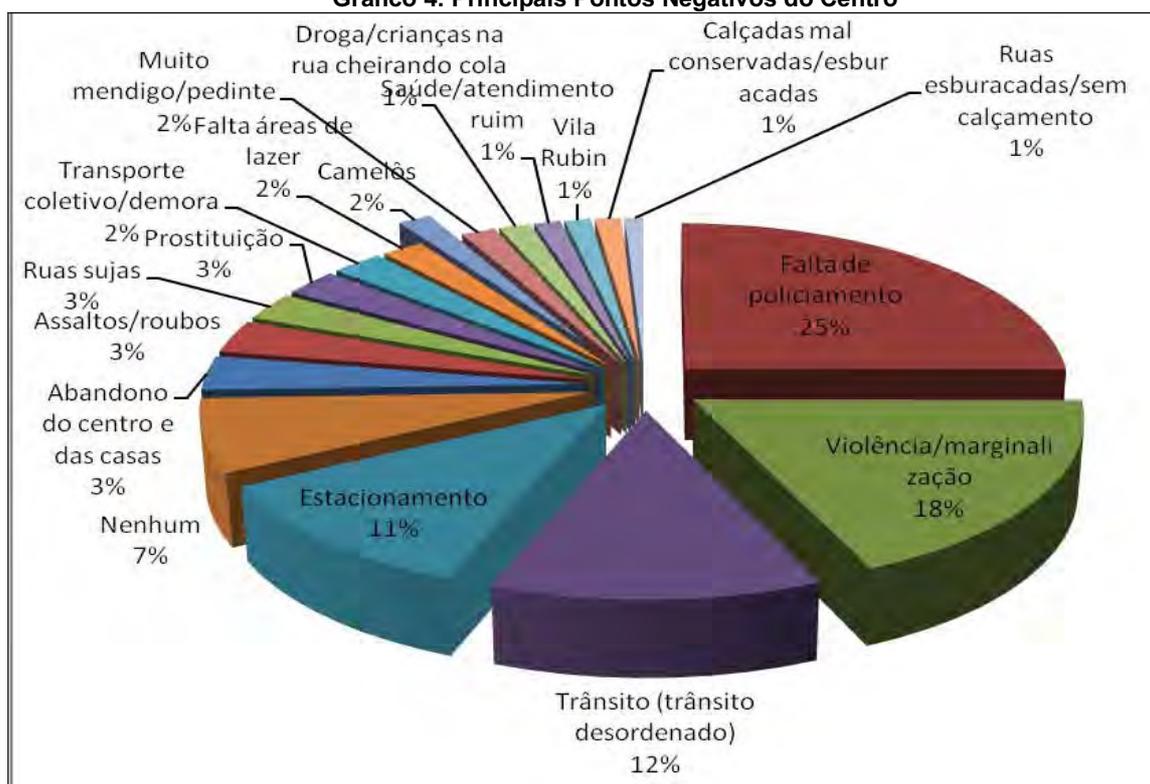
Diferente da região da figura 30, a comerciante instalada de forma improvisada, como demonstra a figura 31, possui um caráter sazonal (já que não possui permissão para se instalar no local). Instalada em uma praça entre edifícios de escritórios, a comerciante

aproveita-se da movimentação dos trabalhadores locais para revender produtos alimentícios (biscoitos e queijos), comprados de um pequeno produtor agrícola.

Desde o início do Planejamento Urbano Interativo, o diagnóstico, elaborado a partir de entrevistas e outras atividades diretamente realizadas com os camelôs, permitiu traçar um perfil do comerciante: aproximadamente 63% são residentes nos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) e apenas 37% são residentes em Vitória. A maioria dos ambulantes era do sexo masculino, predominando pais de família desempregados há mais de 03 anos, sendo que os mais antigos atuam no comércio informal há mais de 18 anos.

Outro fato interessante é a escolha do local de compra da mercadoria vendida. Segundo as pesquisas, os camelôs optam por realizarem as compras em atacados da Região Metropolitana, visto que se torna cada vez menos rentável a viagem para outros estados e países distribuidores como São Paulo, Belo Horizonte ou Paraguai.

Gráfico 4: Principais Pontos Negativos do Centro



Fonte: CD-ROOM - Planejamento Interativo do Centro, 2006.

O gráfico acima, elaborado a partir de dados levantados nas pesquisas do Planejamento Interativo do Centro, demonstra o aparecimento dos camelôs do Centro como um ponto negativo. A violência urbana é o que mais preocupa os entrevistados, aparecendo tanto na indicação de falta de policiamento como na presença da violência/marginalização. A pesquisa foi realizada entre os dias 14 a 21 de Janeiro de 2006 e foram entrevistadas 810

peças, dentre as quais apenas 2% indicaram a presença dos camelôs como um ponto negativo no centro.

Embora tenha sido apontada como um ponto negativo na pesquisa realizada em 2006, é notório que a presença dos ambulantes faz parte da imagem do Centro de Vitória. Como mencionado, a pesquisa também apontou que mais da metade dos ambulantes presentes no Centro não são moradores de Vitória, retrato que tem sido alterado atualmente pela determinação da PMV no consentimento de permanência de trabalhadores informais moradores da cidade. Tal determinação ocasionou a migração dos comerciantes para os municípios onde residem, o que pôde ser observado através dos levantamentos realizados para esta dissertação, que demonstrou a existência de comerciantes que já trabalharam no Centro de Vitória e atualmente trabalham apenas em Campo Grande, ou ainda que trabalham alternadamente em vários centros.

3.1.2 A expansão do Centro de Vitória a Campo Grande

Cariacica, assim como o município de Serra, tornou-se abrigo da população de menor poder aquisitivo, atraída pelas novas oportunidades de emprego da Grande Vitória. As transformações da malha municipal ocorreram, sobretudo, através de parcelamentos generalizados do solo urbano, os quais deram origem a diversos loteamentos populares, em geral de caráter totalmente irregular.

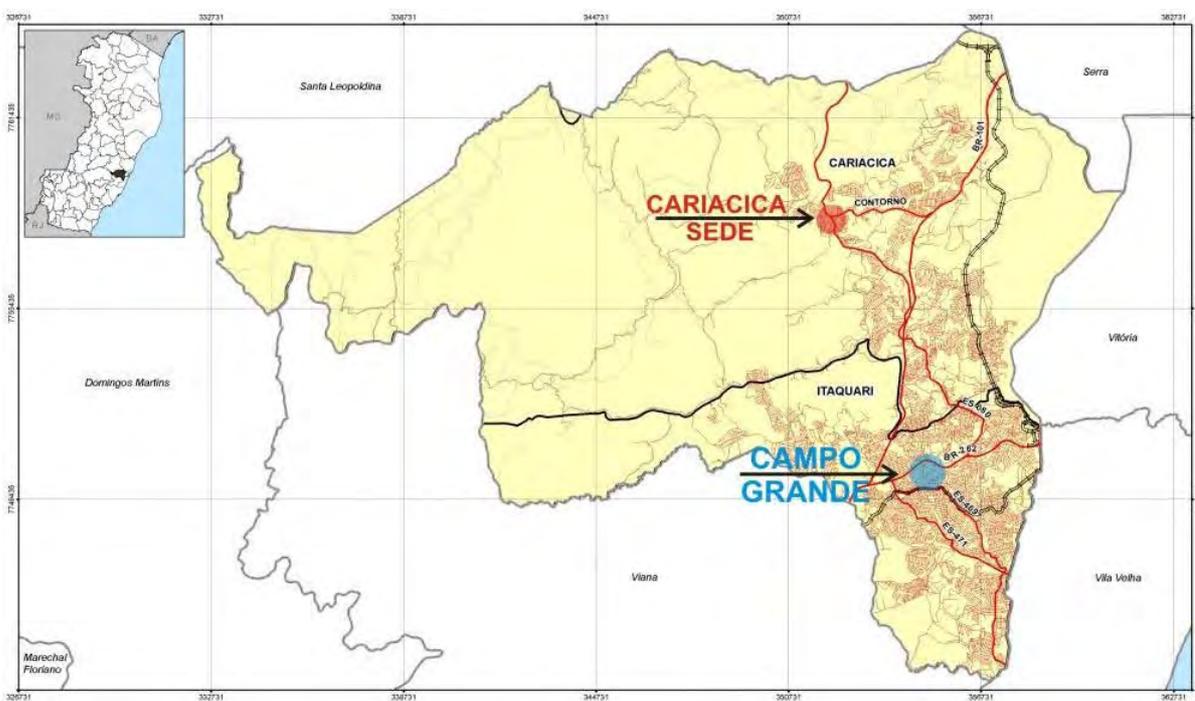


Figura 30: Município de Cariacica - Sistema Viário. Em destaque os bairros de Cariacica Sede e Campo Grande. Fonte: IJSN, 2009. Editado pela autora.

Cortado por diversas rodovias e ferrovias, a ocupação urbana municipal estrutura-se margeando os principais eixos viários – a Rodovia José Sete (ES-080), a BR-262, a BR-101 (Rodovia do Contorno), a Estrada de Ferro Vitória-Minas e a Estrada de Ferro Leopoldina.

Como apresentado, o período entre os anos 1960 e 1980 foi fundamental para a formação da Região Metropolitana da Grande Vitória, que sofreu uma série de modificações em sua malha urbana. Embora em alguns municípios as alterações da malha não tenham efetivamente acrescentado ao desenho de suas áreas já urbanizadas, dando-se apenas no preenchimento dos vazios, as atividades de comércio e serviço interferiram, significativamente, no caráter meramente residencial de alguns bairros. Interessa aqui o fortalecimento das atividades comerciais em Cariacica, que veio, obviamente, acompanhando a ocupação e expansão da malha urbana municipal.

Seguindo a transposição do Canal da Baía de Vitória pela Ponte Florentino Avidos (popularmente conhecida como 5 Pontes), na década de 1950, intensificam-se o surgimento de bairros como Jardim América, Itaquari e Porto de Santana, sendo o primeiro originado para absorver os operários da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), e os outros dois localizados em região vizinha às instalações da Companhia Vale do Rio Doce.

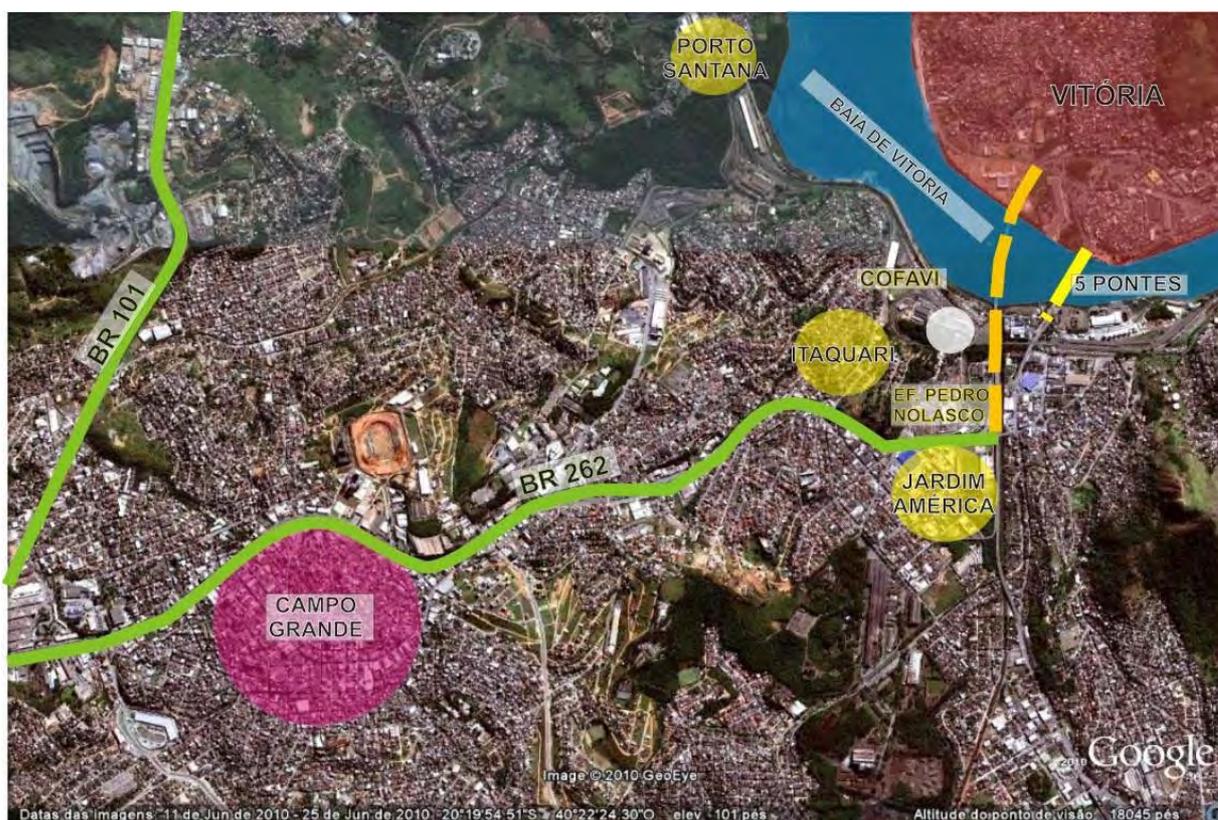


Figura 31: Município de Cariacica – referenciais de expansão urbana.

Fonte: Google Earth. Editada pela autora.

O município de Cariacica absorveu a expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), atual Belgo Mineira, além de outros investimentos menores na área da

metalurgia. Na década de 1960, com o início do crescimento populacional, aliado a melhorias de infraestrutura, como a pavimentação da BR 262, a expansão começa a seguir para além de Jardim América, impulsionando o surgimento de outros bairros, dentre eles: Alto Laje, Dom Bosco e Campo Grande, todos margeando a rodovia.

As primeiras ocupações na região de Campo Grande aconteceram no fim do século XVIII, ainda com a chegada dos jesuítas à Cariacica (BEZERRA, 1951). Porém, até 1950, o bairro era constituído por uma única propriedade rural, da família Novaes. Cabe acrescentar que o primeiro comprador e loteador da região foi o dono da antiga Imobiliária Itacibá, Expedito Garcia (REIS, 2007).

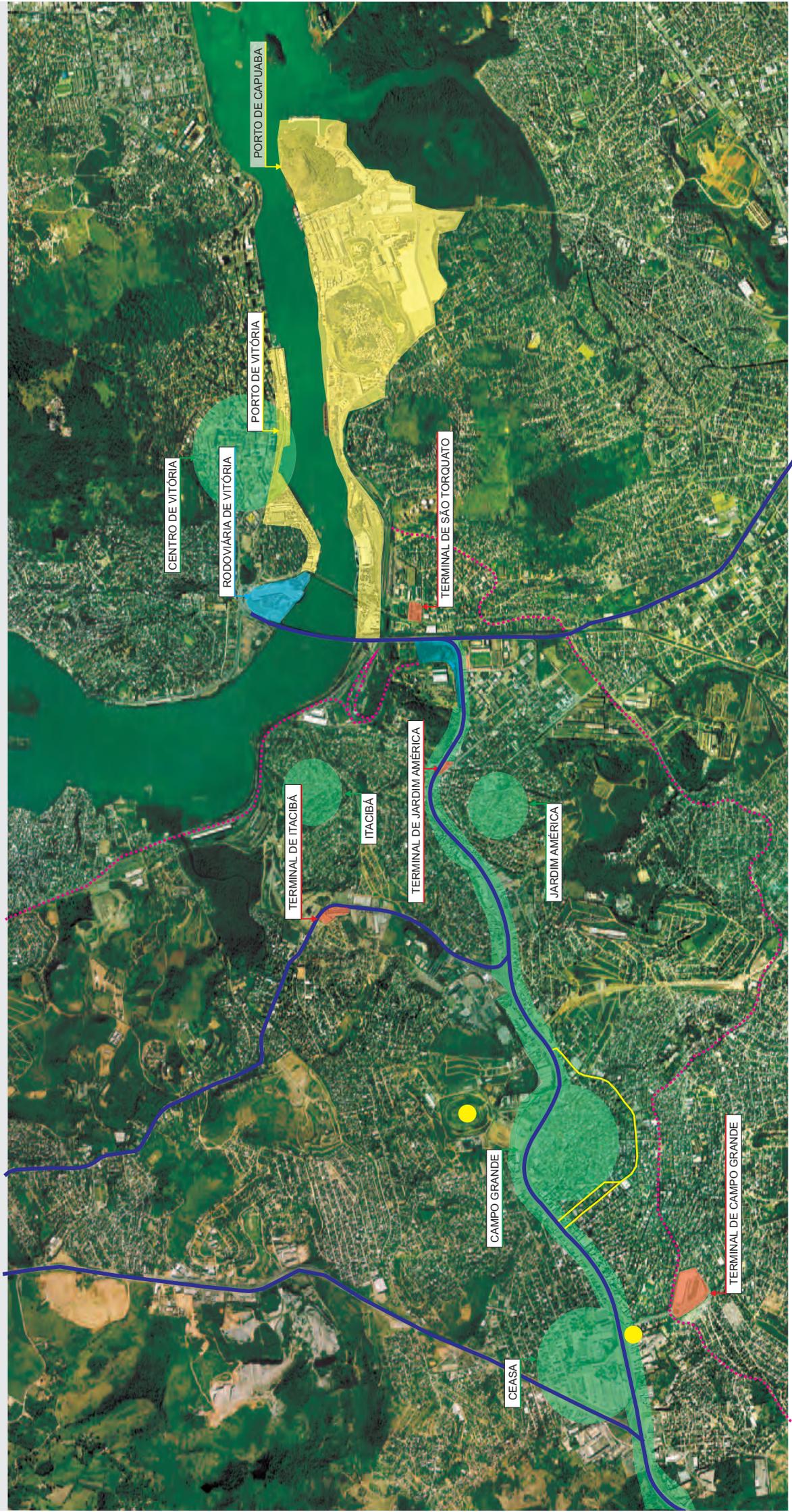
(...) fundamentalmente, Campo Grande irá integrar a história da produção do espaço urbano em Vitória, ou seja, a princípio como um bairro que irá abrigar, no Município de Cariacica, parcela expressiva da população migrante de baixo nível de renda, via de regra descendente de imigrantes italianos e alemães, que, fugindo da crise da produção cafeeira na zona rural do Estado, foram atraídos para a Grande Vitória (REIS, 2007).



Figura 32: Foto aérea do bairro de Campo Grande, município de Cariacica, década de 1970. Destaques: em amarelo, limite do bairro; em azul, a BR 262; e em vermelho, a EF Leopoldina. Fonte: IJSN. Editado pela autora.

Nesse sentido, Reis (2007) ressalta, ainda, a ligação dos migrantes à formação do centro comercial, quando esses, ao saírem do interior, vendiam suas propriedades e, como forma de arrecadação, instalavam pequenos estabelecimentos como: bares, mercearias, armarinhos e atividades comerciais de pequeno porte, que se localizavam na região central do bairro.

Campo Grande está distante, aproximadamente, 9 km do Centro de Vitória. O bairro se localiza a oeste da capital, tendo como delimitação a BR-262 ao norte e a E.F. Leopoldina ao sul.



LEGENDA

- Sistema Viário Estruturante - BR 101 e BR 262
- Sistema Viário Arterial - Av. Expedito Garcia
- Ferrovias - Santa Leopoldina e Vitória-Minas
- Terminais Rodoviários - T. de Itacibá, T. Campo Grande, T. Jardim América e T. São Torquato (Vila Velha)
- Outros Terminais - Rodoviária de Vitória e Ferroviária
- Pólos Geradores de Tráfego - Campo Grande, Itacibá, Jardim América e Centro de Vitória
- Portos - Porto de Vitória e Porta de Capuaba
- Futuros Pólos Geradores de Tráfego - Estágio Kleber Andrade e novo Shopping Cariacica



Fonte: Aerofotogrametria IEMA/ES, 2008. Editada pela autora.
SEM ESCALA

A BR-262 torna-se um importante eixo de investimento (tanto para o município como para Campo Grande), visto que se multiplica a instalação de empresas e comércios dos setores de transportes, representações, comércio atacadista, indústrias, etc., ao longo de sua extensão. É na década de 1960, por exemplo, que se dá a implantação da Central de Abastecimento do Espírito Santo S/A – CEASA/ ES – no trecho de interseção entre a BR-262 e a BR-101 (Rodovia do Contorno), fato importante, que atrai para o circuito municipal pequenos produtores de hortifrutigranjeiros, que transitam e consomem os produtos e serviços ali oferecidos.

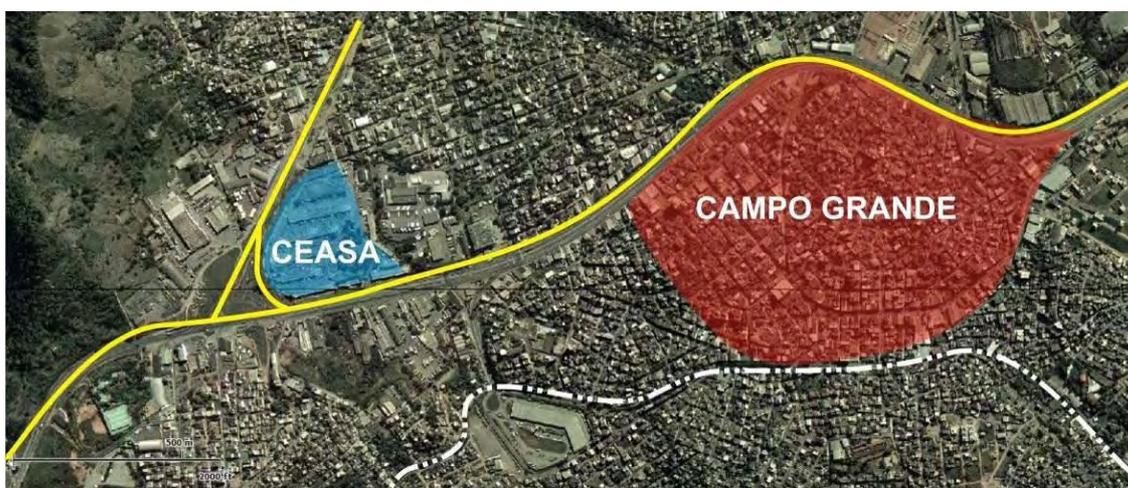


Figura 34: Imagem aérea da região de Campo Grande e arredores. Em destaque a CEASA, o Terminal de Campo Grande e o próprio bairro. Fonte: Google Earth. Editada pela autora.

Contudo, na década de 1970, com a abertura da Rodovia José Sete (ES-080), Itacibá, Tucum e Santana expandiram a malha urbana e se consolidaram como bairros. Posteriormente, com a presença da Estrada de Ferro Leopoldina, onde paralelas ao seu traçado percorrem, descontinuadas, as ruas Rio Grande do Sul e Walfredo, surgem, também, os bairros de Vale da Esperança, Bela Aurora e Rosa da Penha.

Cabe acrescentar que na década de 1970, Cariacica ainda mantinha sua sede na Rodovia José Sete (ES-80), delimitada pela poligonal do bairro Cariacica Sede, preservando, inclusive, a sede administrativa. Com o prolongamento da malha urbana seguindo os demais eixos viários estruturantes, outros loteamentos proporcionaram a ocupação de áreas vizinhas a Campo Grande e permitiram, com isso, a mudança da sede administrativa para o novo eixo de urbanização. Mais tarde, na década de 1980, os vazios ainda restantes na região são preenchidos por novos loteamentos populares.

Na ausência de políticas habitacionais realmente eficientes, a população de menor poder aquisitivo caminhava para alternativas de moradia onde o valor da terra fosse mais acessível, ainda que as condições de moradia fossem precárias. Na corrida pela expansão

urbana para absorção dessa parcela da população, o município de Cariacica se destaca, até alcançar a marca de município mais populoso da região metropolitana, na década de 1990.

A tabela abaixo demonstra, através de dados fornecidos pelo IBGE (2010), o crescimento populacional dos municípios da Grande Vitória, destacando o período entre as décadas de 1980 e 1990, principalmente em Serra e Cariacica.

Tabela 2: Crescimento populacional dos municípios da Grande Vitória

Municípios	1970	1980	1991	2000	2010
Cariacica	101.422	189.099	274.532	324.285	348.738
Serra	17.286	82.568	222.158	321.181	409.267
Vitória	133.019	207.736	258.777	292.304	327.801
Viana	10.529	23.440	43.866	53.452	65.001
Vila Velha	123.742	203.401	265.586	345.965	414.586
Grande Vitória	385.998	706.244	1.064.919	1.337.187	1.565.393

Fonte: IBGE, 2010.

Ainda na década de 1980, enquanto as transformações do território metropolitano ultrapassavam as fronteiras da capital, acompanhando as novas estruturas viárias metropolitanas e definindo importantes e novos subcentros de comércio e serviço, o município de Cariacica tem sua ocupação intensificada com o surgimento de, aproximadamente, mais 100 bairros.

A proximidade com os importantes eixos viários faz então das décadas de 1980 e 1990, um período marcante para o crescimento do comércio varejista em Campo Grande. A partir do momento em que se encurtam os limites entre os municípios de Santa Leopoldina, Viana e Domingos Martins com Cariacica, gradativamente desloca-se para Campo Grande o fluxo de consumidores que, até então, faziam suas compras mais específicas no Centro de Vitória (IJSN, 1983).

Nesse sentido, buscando reforçar a importância que foi dada, nos anos 1980, a este pólo de comércio ainda em formação, Reis (2007), citando uma reportagem do Jornal A Tribuna³⁴, transcreve:

A pujança comercial do bairro pode ser sentida também no aglomerado de 496 casas comerciais existentes na Av. Expedito Garcia, transversais e demais ruas, conforme dados do Posto de Arrecadação do Município. Numa extensão de três quilômetros

³⁴ As dificuldades em encontrar informações sobre Cariacica são grandes. Por muito tempo, o interesse em seu desenvolvimento se deteve apenas no estudo das ocupações informais, reforçando sua importância na absorção da população de menor poder aquisitivo. Dessa forma, os dados aqui apresentados são um compilado de informações recolhidas em teses e estudos mais recentes, indiretamente relacionados ao município. A maior parte das informações, como afirma Reis (2007), são um compilado de reportagens de jornais de circulação estadual que remontam a história da cidade cotidianamente contada.

podem ser encontradas: 104 lojas; 7 supermercados; 13 farmácias; 20 açougues; 42 quitandas; 9 padarias; 40 casas de material de construção; 3 alfaiatarias; 56 mercearias; 96 casas de secos e molhados; 94 bares e 12 lanchonetes.

Na Av. Expedito Garcia encontram-se, ainda, quatro agências bancárias, uma financeira e outra da Caixa Econômica Federal. Há um colorido especial nesta rede formada pelo pequeno comércio. Os moradores podem defrontar-se com lojas populares e até algumas mais sofisticadas. Existem também lojas de conserto de fogões, geladeiras e bicicletas. (A Tribuna, 1980, apud REIS, 2007).

Enquanto isso, ao longo da linha limite com a baía de Vitória, nos bairros que compreendem de Porto de Santana a Bela Aurora, incluindo Jardim América, implantam-se atividades de suporte ao setor mineiro-exportador, como as oficinas de locomotivas em Porto de Santana, oficinas de manutenção de vagões na região próxima à Itacibá, o pátio de Porto Velho, instalações administrativas da Superintendência da EFVM e o terminal ferroviário de passageiros, além da Estação Pedro Nolasco.

A consolidação da malha urbana durante o processo de ocupação do município de Cariacica, como já foi dito, deu-se a partir de um crescimento desordenado e informal, com baixa receita fiscal, investimento precário em planejamento e administrativamente marcado por uma sequência de corrupção e descontinuidade política.

Os loteamentos formados eram descontínuos entre si, com carência ou ausência de espaços verdes e áreas de lazer, além da precariedade de equipamentos e infraestrutura urbana. Toda desarticulação aumentava a dependência por transporte coletivo e dificultava o deslocamento intrabairros, visto que as rodovias regionais cumpriam este papel apenas nos bairros próximos a elas.

A falta de articulação entre bairros diminui as possibilidades de um desenvolvimento local, ou seja, inibe a geração de novos centros de comércio e serviço, mantendo as regiões ainda dependentes dos centros já existentes, nesse caso, Campo Grande.

Datada de 1978, a imagem aérea, que segue abaixo, demonstra a evolução da ocupação do bairro de Campo Grande e seus arredores. Nota-se o surgimento de novos núcleos urbanos (bairros) preenchendo os vazios localizados nos limites do bairro, como descrito por Abe (1999):

As características comuns dessas ocupações são a diversidade de traçados dos loteamentos, a desarticulação entre eles, a descontinuidade entre as vias, os vazios entre eles, posteriormente preenchidos com o prolongamento sem critério das ruas, a falta de áreas verdes e de equipamentos sócio-comunitários, a infraestrutura urbana básica ausente ou precária. Dentre outras consequências, os bairros dependem excessivamente do transporte coletivo e das rodovias regionais ou das estradas originalmente rurais, não agregam escala suficiente para gerarem subcentros de comércio e serviços e não têm internamente capacidade de criarem empregos que lhes dêem um mínimo de autonomia. (ABE, 1999)



Figura 35: Campo Grande – 1970. Destaques: em amarelo, limite do bairro; em azul, a BR 262; e em vermelho, a EF Leopoldina. Fonte: Arquivo IJSN. Editado pela autora.

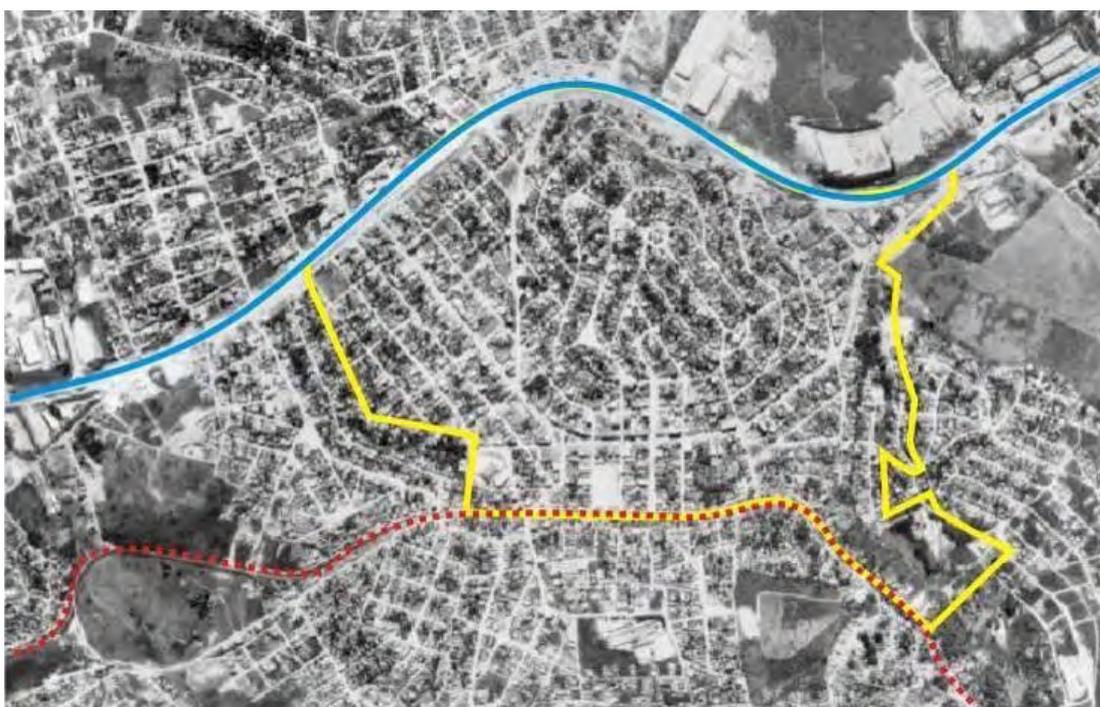


Figura 36: Campo Grande – 1978. Destaques: em amarelo, limite do bairro; em azul, a BR 262; e em vermelho, a EF Leopoldina. Fonte: Arquivo IJSN. Editado pela autora.

Além da fragilidade no campo da habitação, é importante ressaltar que durante um período de 20 anos (1983 a 2003), Cariacica passou por 12 diferentes administrações, com sucessivos afastamentos por irregularidades administrativas, assassinatos e problemas de saúde, fator que ajudou a fragilizar ainda mais as ações de planejamento e desenvolvimento territorial. O Quadro 3 apresenta um resumo dos acontecimentos políticos.

Quadro 3: Histórico político municipal da década de 1980 ao governo atual.

PERÍODO DE GOVERNO	PREFEITO	OBSERVAÇÕES
1983 a 1984	Vicente Santório Fantini	Em outubro de 1984 é afastado devido a um derrame cerebral.
1984 a 1986	Nelço Secchin	Vice prefeito de Vicente S. Fantini, em fevereiro de 1986 é afastado sob a acusação de corrupção.
1986 a 1987	Claudionor Antunes Pinto	Permanece de 12 de Fevereiro de 1986 a março de 1987, como interventor.
1987 a 1989	Milton da Rocha Melo	Presidente da Câmara assume em abril de 1987 a janeiro de 1989, no lugar do interventor.
1989	Vasco Alves de O. Júnior	Governou de 1 de janeiro de 1989 a 18 de maio de 1989. Foi afastado por acusação de irregularidades administrativas.
	Augusto César Meloti Melo	Vice de Vasco Alves, assume o lugar de Vasco.
	Vasco Alves de O. Júnior	Governou durante 14 dias. Afastado após anulação de uma liminar da justiça.
	Augusto César Meloti Melo:	Governou entre os meses de setembro e outubro.
1989 a 1992	Vasco Alves de O. Júnior	Retorna à Prefeitura por decisão do Conselho Superior da Magistratura do Espírito Santo, governando de 3 de outubro de 1989 até abril de 1992.
1992	Augusto César Meloti Melo	Governou de abril a dezembro de 1992.
1993 a 1996	Aloizio Santos	Eleito e empossado sob a égide da Lei Orgânica do Município de Cariacica.
1997 a 2000	Dejair Camata	Morreu em acidente automobilístico em 26 de março de 2000.
2000	Jesus dos Passos Vaz	Assumiu no dia 26 de março e no dia 1º de novembro é afastado pela Câmara de Vereadores.
	Joscelino Miguel da Silva	Assumiu na manhã do dia 2 de novembro.
2001-2003	Aloizio Santos	Assumiu o cargo no primeiro minuto, numa iniciativa inédita, tendo sido o primeiro prefeito do país a assumir o Governo de madrugada. A solenidade na Câmara foi bastante concorrida pelos políticos, população e imprensa, pela novidade.
2004-2008	Helder Salomão	Candidato de oposição, elegeu-se com 72,46% dos votos, contra 27,54% do candidato a reeleição Aloizio Santos.
2008-Atualmente	Helder Salomão	Reeleito com 70,89% dos votos válidos.

Fonte: PMC.

Diante de tamanha fragilidade, é fato que, por anos, Cariacica tenha ficado a mercê, salvo em alguns pequenos casos, da especulação de empreendedores imobiliários que exploravam, principalmente, a população de baixa renda. Assim, os loteamentos foram projetados e implantados, na maioria dos casos, com uma nítida demonstração de falta de preocupação com o futuro por parte das administrações municipais, dos órgãos metropolitanos pertinentes e dos próprios loteadores. As consequências disso são constantemente enfrentadas na atualidade.

Ao todo, segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Cariacica, ao longo dos anos de 1940 a 1990, surgem 360 ocupações, entre loteamentos, desmembramentos e ocupações irregulares, tendo a maior concentração ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980.

As ilustrações a seguir destacam loteamentos e bairros originados nas décadas de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, e 1990, tendo como limite o perímetro urbano municipal regulamentado na década de 1990. Mais tarde, com a aprovação do Plano Diretor Municipal de Cariacica (Lei Municipal Nº 018/2007), este perímetro é alterado. Nota-se a concentração das ocupações nas principais vias que atravessam o município, a BR 101 (em azul) e a BR 262 (em vermelho).

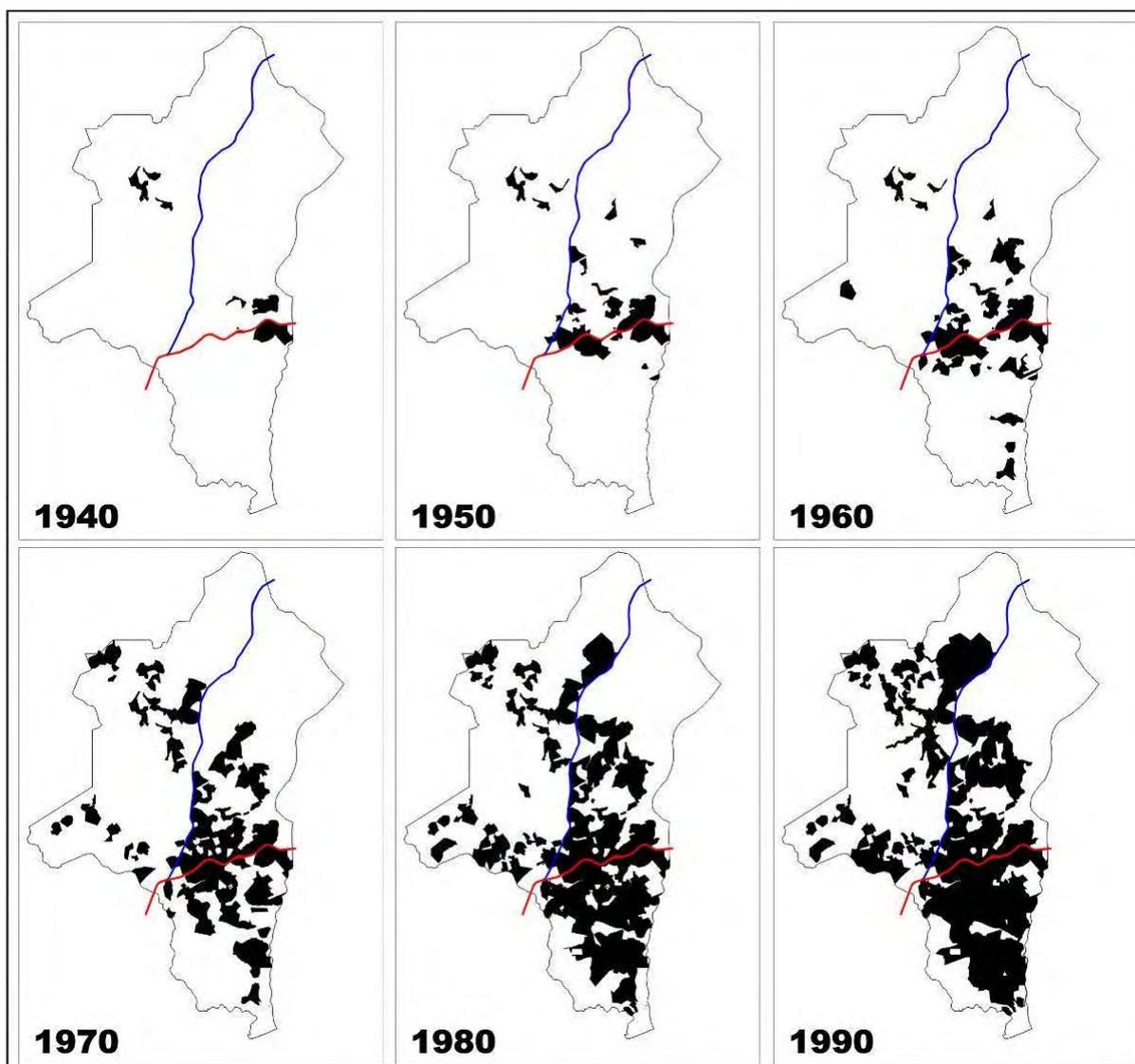


Figura 37: Evolução Urbana do Município de Cariacica, de 1940 a 1990.
Fonte: PMC.

A sobreposição das diferentes décadas de expansão, demonstrada na figura a seguir, resultam a configuração do território municipal podendo notar que as partes norte e sul do perímetro urbano foram consolidadas a partir da década de 1980.

Em seus diversos discursos e entrevistas, o atual prefeito do município, Helder Salomão, orgulha-se em ressaltar que, após seu ingresso na administração, em 2005, nenhum loteamento foi aprovado. Tal justificativa se dá, segundo o prefeito, pela preocupação em conter a expansão e ocupação desregrada, em um território ainda tão carente de infraestrutura.

A tabela abaixo, extraída dos arquivos de diagnóstico da tentativa de elaboração do Plano Diretor Urbano de Cariacica, em 2004 (não concluído)³⁵, apresenta quantitativamente os dados expostos na figura 38, permitindo, então, afirmar que as décadas de 1970 e 1980 foram importantes para a ocupação urbana municipal.³⁶

Tabela 3: Histórico da ocupação do município de Cariacica.

Década	Loteamentos		Desmembramentos		Ocupação Espontânea		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant	%	Quant.	%
Até 40	9	2,89	2	6,25	-	-	11	3,06
50	35	11,26	3	9,38	-	-	38	10,56
60	33	10,61	3	9,38	5	29,41	41	11,39
70	83	26,69	5	15,63	4	23,53	92	25,56
80	87	27,97	10	31,25	7	41,18	104	28,28
90	64	20,58	9	28,11	1	5,88	74	20,55
Total	311	100,00	32	100,00	17	100,00	360	100,00

Fonte: PMC/SEMDUR/GPU

À medida que Campo Grande vai se consolidando como um subcentro metropolitano, Cariacica expande sua malha urbana. Percebendo a importância que o bairro adquire junto à região metropolitana, algumas ações no sentido de melhorar as condições do comércio na Av. Expedito Garcia foram fundamentais durante esses anos.

Tais intervenções se iniciam na década de 1980 com a primeira proposta de “Reurbanização da Av. Expedito Garcia”. A obra consistia na pavimentação e sinalização da avenida e, como toda obra, gerou grande polêmica entre os comerciantes.

³⁵ Cabe acrescentar que o Município aprovou o seu primeiro Plano Diretor no ano de 2007, sendo publicado em julho de 2007, através da Lei Municipal Nº 018/2007.

³⁶ A década correspondente a cada loteamento refere-se ao ano de sua ocupação, quando identificado, e/ou do decreto de sua aprovação e se entende como ocupação espontânea os parcelamentos originados por ocupações informais.



Figura 39: Vista da entrada da Avenida Expedito Garcia, na década de 1980, bairro Campo Grande. Cariacica-ES.

Fonte: Biblioteca Virtual do IJSN. Disponível em www.ijsn.es.gov.br/follow.asp?urlframe=biblioteca/index.htm. Acesso em agosto/2009.



Figura 40: Vista da Avenida Expedito Garcia, na década de 1980, bairro Campo Grande. Cariacica-ES.

Fonte: Biblioteca Virtual do IJSN. Disponível em www.ijsn.es.gov.br/follow.asp?urlframe=biblioteca/index.htm. Acesso em agosto/2009

Vários comerciantes da Avenida Expedito Garcia foram ouvidos pela reportagem, e foram unânimes em aceitar a obra de reurbanização [...]. Para Paulo de Tarso, da Farmácia Campo Grande: “Agora vai melhorar; é o progresso que está chegando ao bairro. No momento a obra está nos atrapalhando, mas a empresa está imprimindo um ritmo acelerado. E em breve terminará [...]”.

Antonio Carlos Esquincalha, da Sapataria A Dominante, comentou: “Para o futuro será muito bom, mas no presente, acabou por derrubar o nosso comércio em meio por meio; só espero que esta obra seja entregue no prazo prometido. A exemplo, estamos na semana do dia das Mães, onde o comércio é sempre bom e acredito que

teremos uma queda de 60% em nossas vendas” (CORREIO POPULAR, 1983, apud REIS, 2007).

As figuras 39 e 40, parte do acervo virtual do IJSN, retratam a imagem do centro de Campo Grande na década de 1980. Nota-se a presença de caminhões, que constantemente transitavam pela região e a tipologia das edificações, constituídas, em sua maioria, de dois ou mais pavimentos, onde o primeiro é quase sempre utilizado para o comércio, porém ao fundo observa-se uma construção já com impulso à verticalização.



Figura 41: Shopping Campo Grande, localizado na Av. Expedito Garcia, Campo Grande, Cariacica-ES.
Fonte: REIS, 2007.

Um ponto marcante para a consolidação do comércio em Campo Grande, foi a construção do *Shopping Campo Grande* (figura 43), em 1981, com a instalação de grandes lojas que possuíam matriz no Centro de Vitória, como a Dadalto e a Elmo Calçados. Marca-se, nesse momento, a ascendência e o reconhecimento de Campo Grande como um importante centro urbano de comércio e serviços.

Ao mesmo tempo, a década de 1990 é um importante marco para o município no que diz respeito às atividades ligadas à retroárea do complexo portuário da RMGV. Com grandes vazios disponíveis ao longo das rodovias de alimentação do Porto, Cariacica inicia o incentivo da implantação e desenvolvimento de atividades de logística.

O processo de desenvolvimento industrial, intensificado nos anos 1960, definem a lógica de implantação industrial da região metropolitana.

A implementação do Centro Industrial de Vitória (CIVIT), a instalação do Porto de Tubarão, da Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e das usinas de pellets de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) gerou o deslocamento da atividade industrial para a região norte da Grande Vitória e o gradativo processo de

desindustrialização da região sul. O município de Serra ao norte e o de Cariacica ao sul, configuram os pólos territoriais dominantes do processo de deslocamento industrial ocorrido na região da Grande Vitória (ABE, 1999).

Nas proximidades da BR-101, em 1995, entram em funcionamento as Estações Aduaneiras do Interior (EADI's). A posição estratégica das EADI's possibilita a distribuição e o recebimento das cargas vindas tanto pelas principais rodovias que cortam o estado, como também pela interligação existente entre a malha ferroviária da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e o complexo portuário.

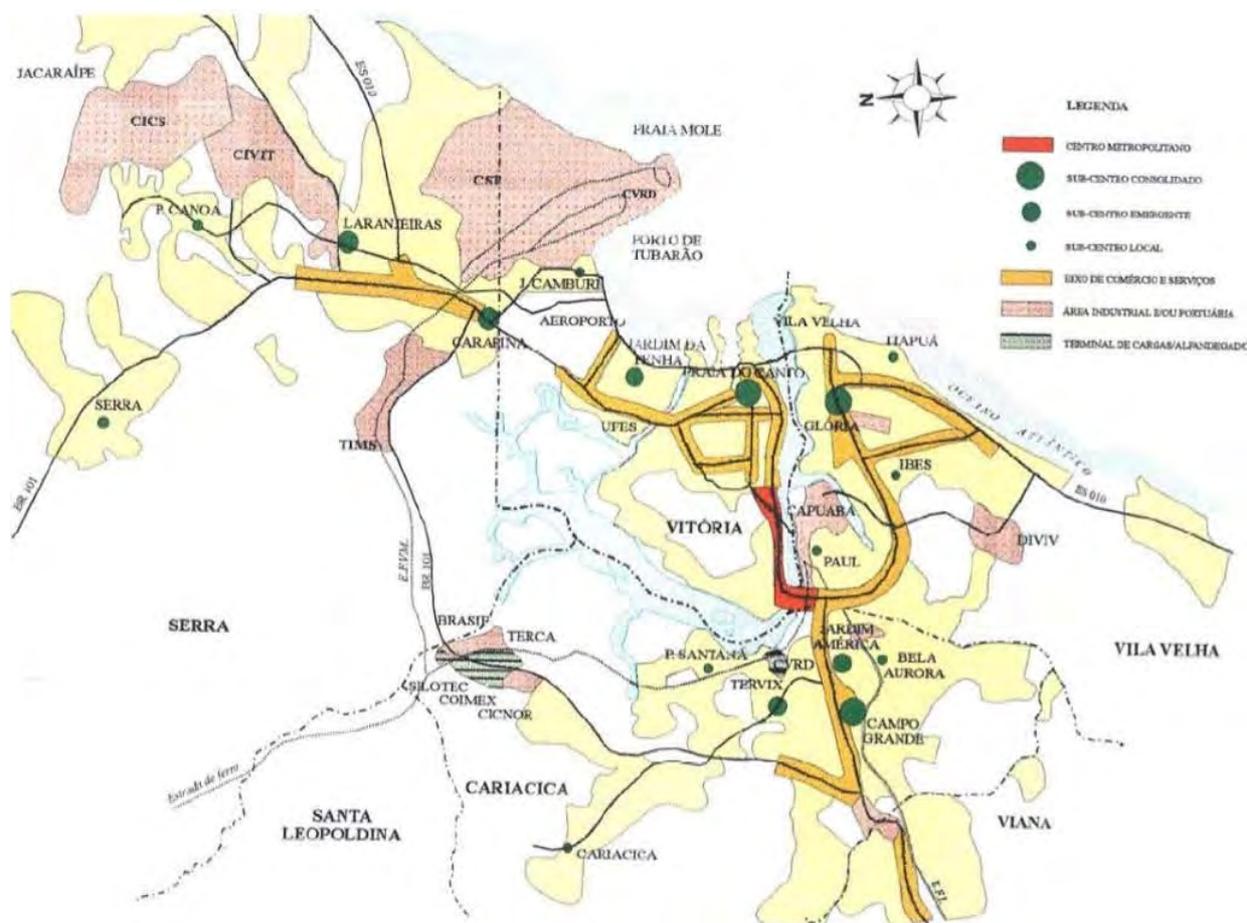


Figura 42: Mapa esquemático de espacialização das relações econômicas da Grande Vitória.
Fonte: CDC – Companhia de Desenvolvimento de Cariacica

É também na década 1990 que novas ocupações das periferias, fora da malha urbana, resultam no adensamento das áreas ao norte, oeste e sul do município, seguindo as margens da BR-101 e ES-080. Nesse período, Campo Grande definitivamente se consolida como grande pólo comercial e de serviços da região metropolitana.

Na condição de “subcentro principal”, as atividades desenvolvidas no bairro de Campo Grande influenciam diretamente o desenvolvimento dos bairros de seu entorno. Abe (1999),

ao identificar os setores urbanos municipais, integra ao “Setor Campo Grande” os bairros de Campo Grande, Cruzeiro do Sul, Palestina, São Vicente, São Rafael, Santo André, São Geraldo, Santa Luzia, Santa Bárbara, Vila Capixaba, Santa Cecília e Dom Bosco³⁷, demonstrando haver uma relação direta e dependente entre eles. Cabe ressaltar que muitos desses bairros são originados de loteamentos e ocupações e que constituíram-se bairros pelo reconhecimento de seus moradores, não havendo qualquer oficialização dessa delimitação.

Segundo Abe:

O bairro Campo Grande é apontado como subcentro principal da Região Metropolitana devido à multiplicidade e variedade de seus equipamentos de comércio, serviços e institucionais, principalmente na Avenida Exedito Garcia. Aí são encontrados lojas e magazines, escritórios diversos, profissionais liberais, assistências técnicas em geral, associações, cursinhos profissionalizantes, confecções, supermercados, fotógrafos e outras atividades. Sua movimentação comercial é considerada a segunda no Estado, atendendo no provimento das necessidades de consumo não apenas aos bairros do município, mas também às necessidades da população do interior do estado usuária do CEASA (ABE, 1999).

Atualmente, Campo Grande detém uma grande diversidade de estabelecimentos, distribuídos em edifícios comerciais e de uso misto. Dentre estes (demonstrados na figura 43), se destacam ainda o *Shopping* Campo Grande, grandes lojas de eletrodomésticos como a Ricardo Eletro, Eletrocity e Lojas Americanas, além de instituições como a Câmara Municipal de Vereadores, a Faculdade PIO XII e outros diversos serviços e unidades administrativas da Prefeitura, como a Secretarias de Agricultura, Assistência Social, Obras, Desenvolvimento Econômico e Turismo e Meio Ambiente.

³⁷ No ano de 2009 a PMC iniciou um projeto de recadastramento municipal, visando à atualização da base de dados do cadastro imobiliário. No mesmo projeto foi inserido o Plano de Organização Territorial – POT, que busca organizar, a partir dos levantamentos de campo e reuniões comunitárias, as delimitações de bairro e regiões administrativas. Até aquele ano o município contava com 298 bairros em todo seu território, urbano e rural, e ao final do POT (2010), com a aprovação das novas delimitações, o município conta agora com 100 bairros.

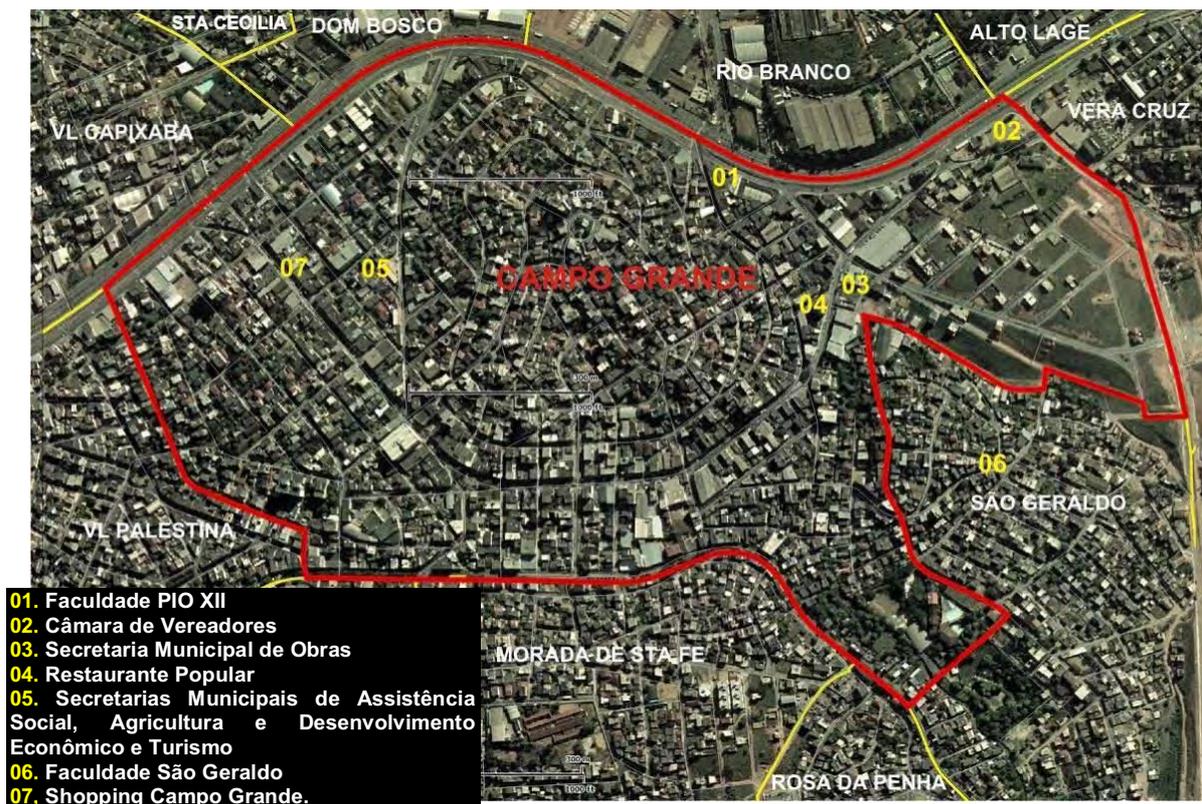


Figura 43: Campo Grande e seus equipamentos urbanos.
 Fonte: Imagem aérea editada pela autora. Google Earth, 2009.

A figura 44 sobrepõe, na imagem aérea de 1998, a delimitação dos bairros do entorno imediato de Campo Grande, demonstrando a consolidação da região.

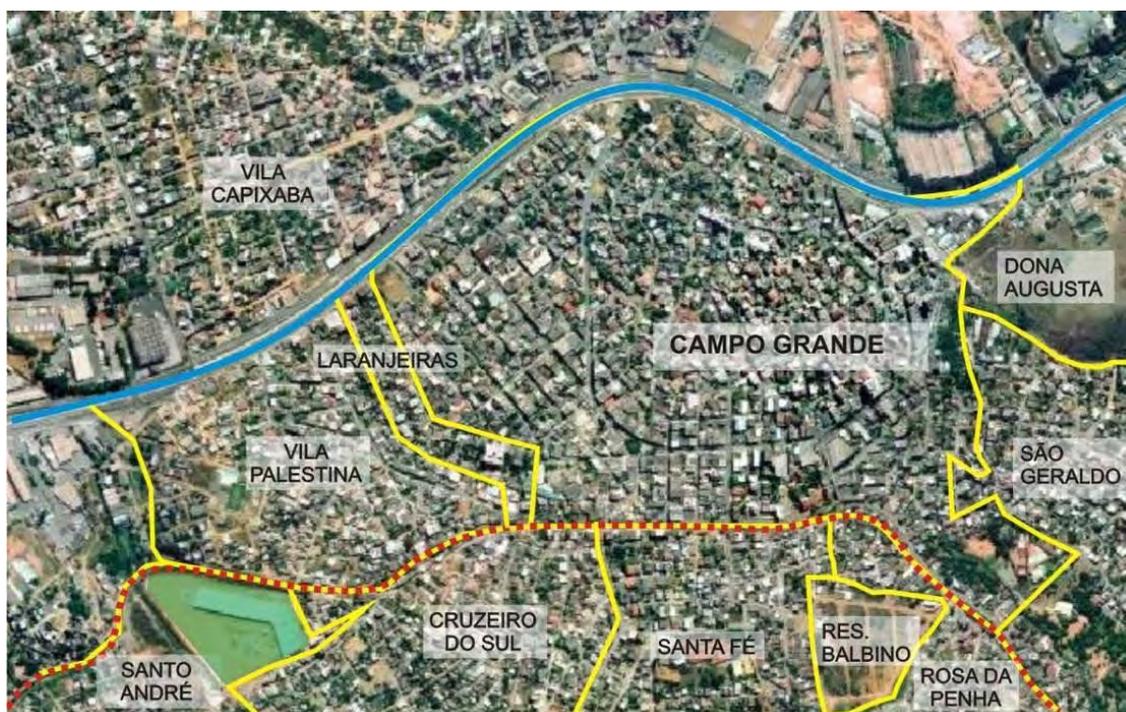


Figura 44: Campo Grande - Cariacica, 1998.
 Destaques: em amarelo, limite do bairro; em azul, a BR 262; em vermelho, a EF Leopoldina e em verde início da implantação do Terminal de Campo Grande (término da obra em 2001).
 Fonte: Imagem aérea editada pela autora, IJSN, 1998.

Consolidando-se como uma das principais referências municipais o bairro de Campo Grande tem seus limites alterados na medida em que cresce a especulação imobiliária. Isso pode ser observado na divulgação de alguns empreendimentos como edifícios residenciais, ou outros localizados em bairros do entorno e forçosamente anunciados como Campo Grande.

A flexibilização e apropriação indevida dos limites do bairro de Campo Grande acontece, por exemplo, com a implantação de um Terminal do Sistema Transcol. Ainda que não esteja nos limites do bairro, localizando-se no bairro de Santo André, o Terminal recebeu a denominação de Terminal de Campo Grande, aproveitando-se da proximidade e comprovando a exaltação que o bairro passa a adquirir dentro da região metropolitana.

Diante da preocupação com a mobilidade e acessibilidade no fluxo de automóveis e pedestres, a implantação do Terminal de Campo Grande, em 2001, é um fator de fundamental importância. Junto a sua implantação são criadas novas linhas específicas de ônibus responsáveis pela ligação entre diversos pontos do município e o centro de atividades comerciais e de serviço – Campo Grande.

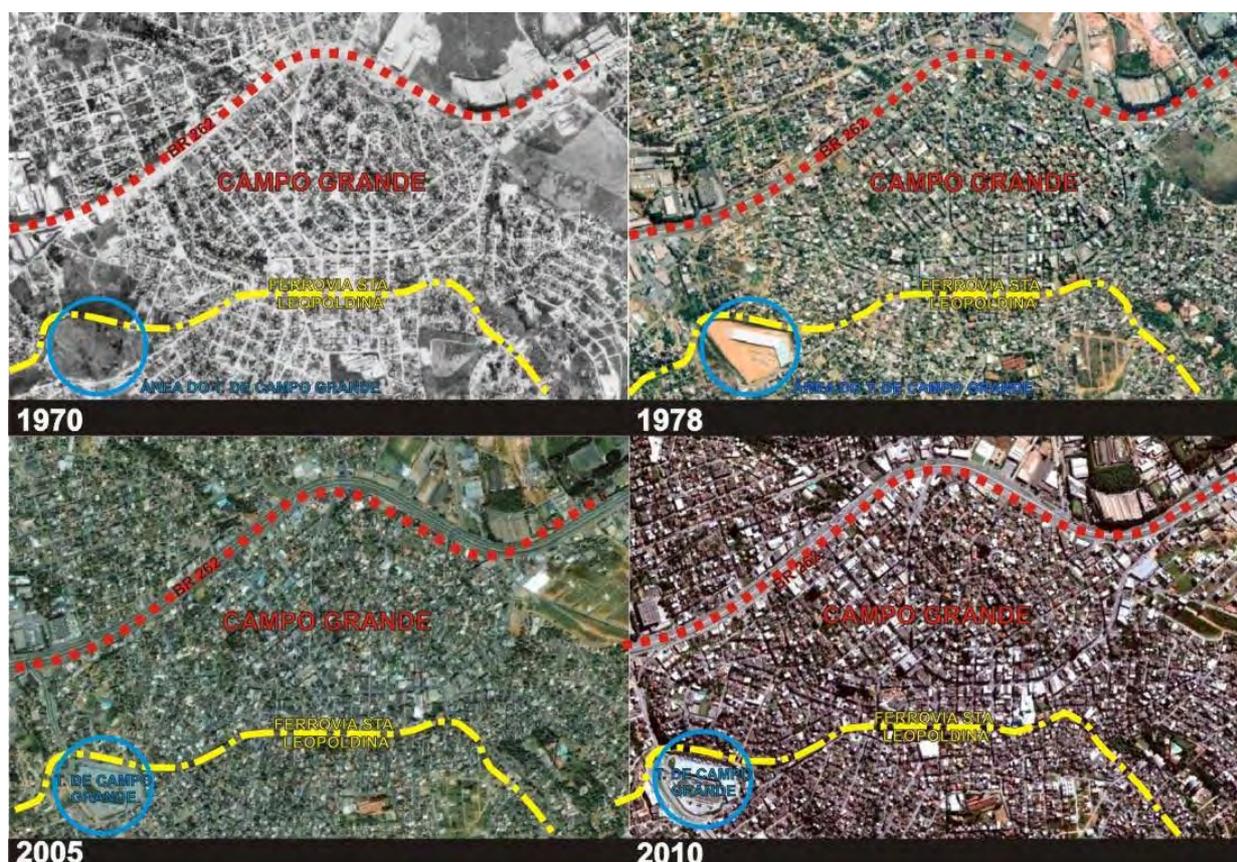


Figura 45: Evolução urbana com destaque para implantação do terminal de Campo Grande.
Fonte: Imagem editada pela autora.

A implantação do Sistema Transcol iniciou-se na década de 1980, com a criação, em 1984, da Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória – CETURB-GV. Vinculada à

Secretaria dos Transportes e Obras Públicas, a CETURB seria responsável pela implantação do sistema que provocou uma reavaliação de todo o transporte público da Região Metropolitana.

O Sistema Transcol consistiu na alteração de um sistema de alimentação radial para um sistema Tronco-Alimentador. Sendo assim, as linhas intermunicipais passam a ser de dois tipos: Trocais e Alimentadoras. As primeiras foram concebidas para trafegarem pelos principais corredores da região metropolitana, integrando os Terminais Urbanos. As linhas alimentadoras cumpriam o papel de alimentação bairro-terminal. Os terminais são então propostos, buscando promover a integração física, operacional e tarifária entre as linhas alimentadoras e troncais.

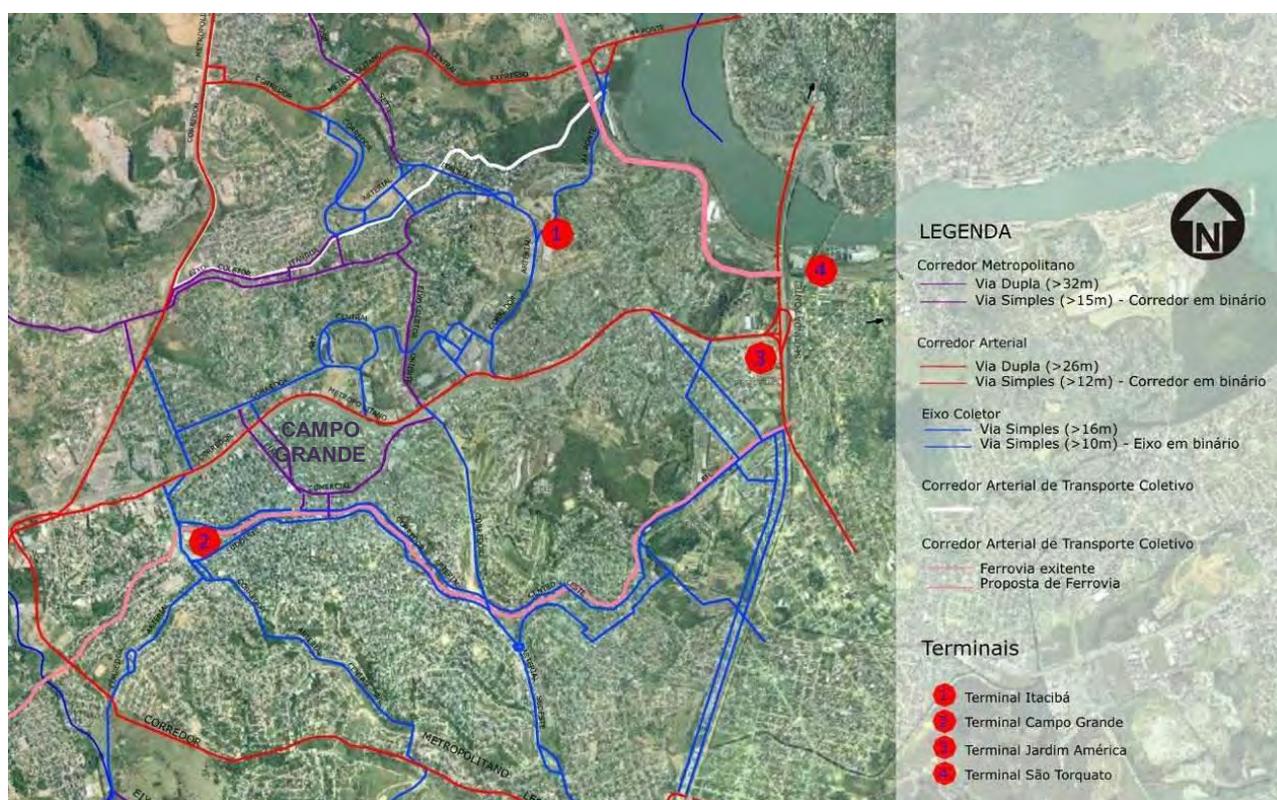


Figura 46: Sistema viário estruturante de Cariacica.
Fonte: Imagem Geobases, editada pela autora.

Em Cariacica, a implantação do Sistema Transcol, inicialmente em Itacibá, foi de extrema importância para facilitar o acesso da população aos outros municípios. Atualmente, o sistema é ainda responsável por todo o transporte público municipal e conta com três terminais: Itacibá (1989), Campo Grande (2001) e, mais recentemente, Jardim América (2009). Das linhas alimentadoras que percorrem o município 13 passam pela Avenida Expedito Garcia, o que facilita o acesso à região e impulsiona a movimentação do comércio.

Campo Grande concentra, na Av. Expedito Garcia, um dos mais importantes centros de atividades de comércio e serviço da Região Metropolitana. A região é conhecida como o

maior *shopping* a céu aberto do estado do ES. O Pólo comercial é o maior ativo da economia local, movimentando um considerável número de pequenas empresas e transformando-se no bairro de maior arrecadação financeira do município.

De maneira sintética pode-se resumir a evolução da estrutura comercial de Campo Grande como uma progressiva concentração de estabelecimentos comerciais na mesma área em que se deu a gênese da função comercial no bairro, ou seja, a parte baixa do bairro, ao longo da Avenida Expedito Garcia. Desta maneira, as mais significativas mudanças da estrutura comercial de Campo Grande estão associadas ao progressivo aumento do número de estabelecimentos e da diversificação das funções comerciais que se concentravam na Expedito Garcia, refletindo o crescimento da magnitude de Campo Grande como subcentro comercial de pequeno porte nas décadas de 1960 e 1970, até sua consolidação como importante subcentro regional na metrópole capixaba, na década de 1980, quando se verifica a instalação de filiais de importantes redes de lojas sediadas no Centro de Vitória. (REIS, 2007)

Segundo os dados de acompanhamento de IPTU por Bairro, fornecidos pela Secretaria Municipal de Finanças da PMC, dos 05 (cinco) bairros de maior arrecadação no município expostos na tabela abaixo, Campo Grande é o Bairro de maior arrecadação e com o maior número de imóveis cadastrados.

Tabela 4: Acompanhamento de IPTU por Bairro (Exercício de 2010)

Bairro	Quantidade de Imóveis	Valor lançado Total Cota Única	Valor pago ³⁸ Total cota única + parcelada	% Não Paga
CAMPO GRANDE	7115	2.034.515,55	1.042.834,34	30,79
JARDIM AMERICA	4151	949.127,30	448.747,19	45,22
VILA CAPIXABA	2374	808.943,95	500.395,17	33,40
CONTORNO	121	600.651,28	193.228,00	47,93
ITACIBA	3077	417.472,95	155.905,55	61,03

Fonte: SEMFI/PMC

Em Campo Grande, devido principalmente à facilidade de acesso da população, a região central, configurada na extensão da Avenida Expedito García, foi a primeira a se consolidar. Sua posição estratégica, próxima à rodovia federal, a BR 262, e à CEASA fez com que à avenida fossem agregadas não apenas o comércio de mercadorias, mas também importantes outros estabelecimentos de serviços.

³⁸ Os pagamentos relacionados na tabela são referentes às cotas efetuadas até 22/07/2010.

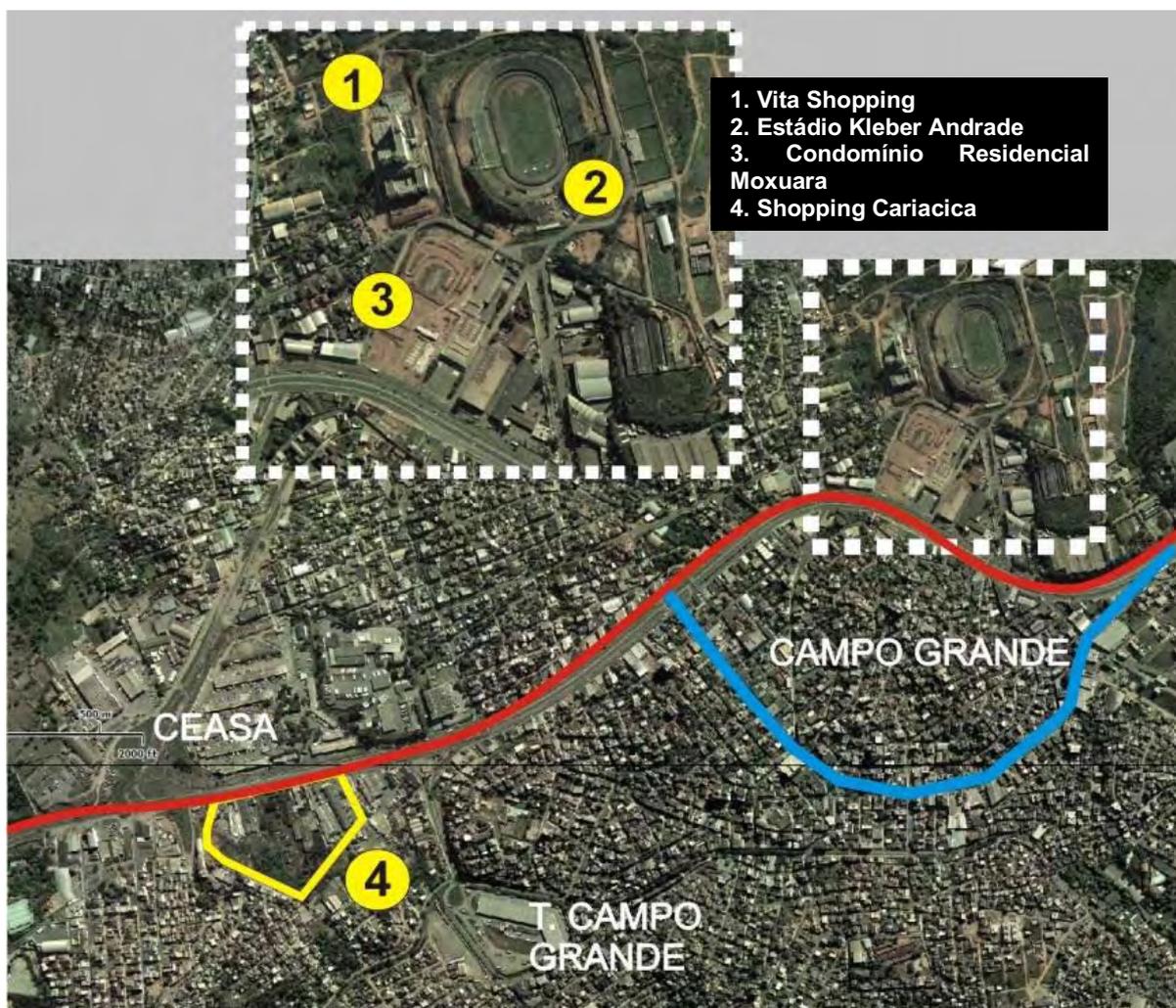


Figura 47: Empreendimentos na região do entorno de Campo Grande.
 Fonte: Google Earth, 2010. Imagem editada pela autora.

Reforçando uma nova fase onde o principal responsável pela construção da malha urbana municipal é a especulação imobiliária, outras possibilidades de empreendimentos começam a surgir nos arredores de Campo Grande. A população assistiu a divulgação da implantação de um grande *shopping* (*Vita Shopping*), com inauguração prevista para 2005, além de vários edifícios residenciais multifamiliares.

Mais tarde, em 2008, surge a implantação de um condomínio fechado localizado próximo à área do *shopping*, o Condomínio Residencial Moxuara e, recentemente, em 2010, a requalificação do Estádio Kleber Andrade ambos os empreendimentos localizados no bairro Dom Bosco. A importância de cada empreendimento se dá principalmente na evidência da consolidação da centralidade desenvolvida em Campo Grande, em relação à região metropolitana.

O *Vita Shopping*, apresentados nas imagens simuladas das figuras abaixo, empreendimento da Equimedical Empreendimentos & Participações S.A, seria um complexo comercial com 3 lojas âncoras, 198 lojas satélites e 8 salas de cinema. A estrutura foi erguida, porém a obra

foi paralisada por problemas financeiros da organização. Embora não estivesse localizado dentro de Campo Grande o Vita Shopping aproveita-se de sua localização estratégica (3km distante da Expedito Garcia) para a venda do sucesso do empreendimento. A obra atualmente encontra-se paralisada com rumores de uma possível venda para a implantação de um Hotel da rede Ibis.



Figura 48: Simulação da fachada principal do edifício Vita Shopping em Cariacica-ES.
Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=587869. Acesso em abril/2009.



Figura 49: Estrutura erguida para a implantação do Vita Shopping.
Fonte: www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=587869. Acesso em abril/2009.

Em um terreno em frente à obra paralisada do *Vita Shopping*, erguem-se 6 torres de 16 pavimentos compreendendo um condomínio residencial, o Residencial Moxuara. Iniciadas as obras em março de 2009 o condomínio foi completamente vendido nos primeiros meses de lançamento. Privilegiado também por sua localização, o condomínio está entre o Estádio Kleber Andrade, do *Vita Shopping* e a BR 262, além é claro da proximidade com o bairro de Campo Grande.



Figura 50: Imagem da obra do Residencial Moxuara, março/2009.

Fonte: www.goldfarb.com.br/cariacica/dom+bosco/apartamento-residencial+mochuara.php. Acesso em abril/2009.



Figura 51: Simulação gráfica de uma das torres do Residencial Moxuara.

Fonte: www.goldfarb.com.br/cariacica/dom+bosco/apartamento-residencial+mochuara.php. Acesso em abril/2009.

O estádio Kleber Andrade foi recentemente, adquirido e inserido no planejamento estratégico do Governo do Estado do Espírito Santo. A obra prevê a transformação do estádio em um centro de treinamento, aumentando a capacidade de público e criando um novo anexo com salas e quadras poliesportivas visando o desenvolvimento de programas de esporte e lazer.

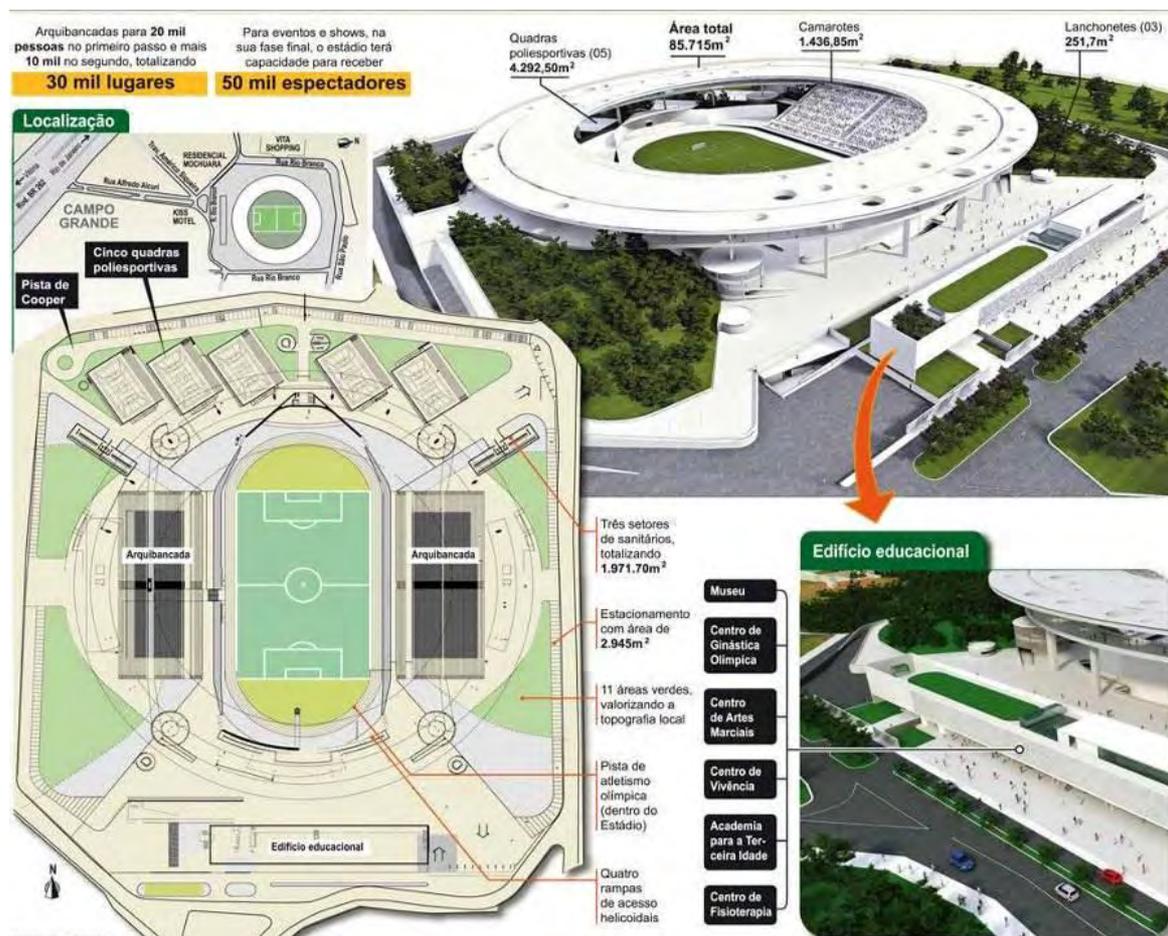


Figura 52: Infográfico: Projeto do novo Estádio Kleber Andrade.

Fonte: http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/04/507875-nasce+o+novo+estadio+kleber+andrade.html. Acesso em abril/2009.

Completando os mais recentes empreendimentos localizados nos arredores de Campo Grande e reforçando a permanente dinâmica comercial de Campo Grande e seu caráter de concentração de comércio e serviços municipal, também em 2009, os jornais de circulação estadual, como demonstrado na figura 53, anunciam a implantação do segundo maior *Shopping* do Estado.



Figura 53: Montagem a partir de recortes de jornal de circulação local e estadual.
Fonte: A Tribuna, setembro/2009 e Notícia Agora, setembro/2009.

Tantos investimentos privados e públicos, iniciados nos últimos dois anos e previstos ainda para os próximos dois anos, inserem Cariacica em um novo circuito imobiliário, sendo o bairro de Campo Grande detentor de maior parte da especulação. Em entrevista ao jornal “A Gazeta”, o Secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Ricardo Vereza Lodi, confirma serem estas expectativas positivas da administração e afirma:

Os investimentos estruturantes estão sendo feitos e as normas postas, caso do Plano Diretor Municipal, são claras. Só este ano a prefeitura vai colocar cerca de R\$ 180 milhões em infraestrutura. Sem contar as obras do Estado, caso da rodovia Leste Oeste e da Alice Coutinho (que vai ligar a BR-262 à Leste Oeste), que vão melhorar o trânsito da cidade. Toda essa conjuntura faz com que Cariacica comece a deslanchar no mercado imobiliário. Os investidores estão confiando na cidade. (A Gazeta, 2010)

Na Av. Expedito Garcia os comerciantes disputam espaço com outros fatores como: o intenso fluxo de automóveis de grande e pequeno porte, devido principalmente, a instalação de grandes lojas de móveis e supermercados e a freqüente carga e descarga de suas mercadorias; a deficiência de sinalização e fiscalização no trânsito; a escassez de estacionamento, entre outros. Porém a avenida continua atraindo novos investimentos.

A implantação de grandes empreendimentos nos arredores do bairro de Campo Grande cumpre o previsto pela Lei Complementar nº 018/2007 (PDM). De acordo com o PDM a porção central do Bairro de Campo Grande está classificada como uma Zona de Ocupação Controlada, enquanto o entorno se insere em uma Zona de Ocupação Preferencial (ZOP).

Tal caracterização na Lei define o centro do bairro como uma região adensada, com infraestrutura básica (rede de esgoto, distribuição de água, iluminação pública), e uso predominantemente misto (comércio e residência na mesma edificação). Porém, o zoneamento especialmente, aponta uma preocupação para a contenção do aumento do

adensamento construtivo e populacional da região que pode proporcionar uma super utilização da infraestrutura existente ocasionando diversas complicações urbanas.

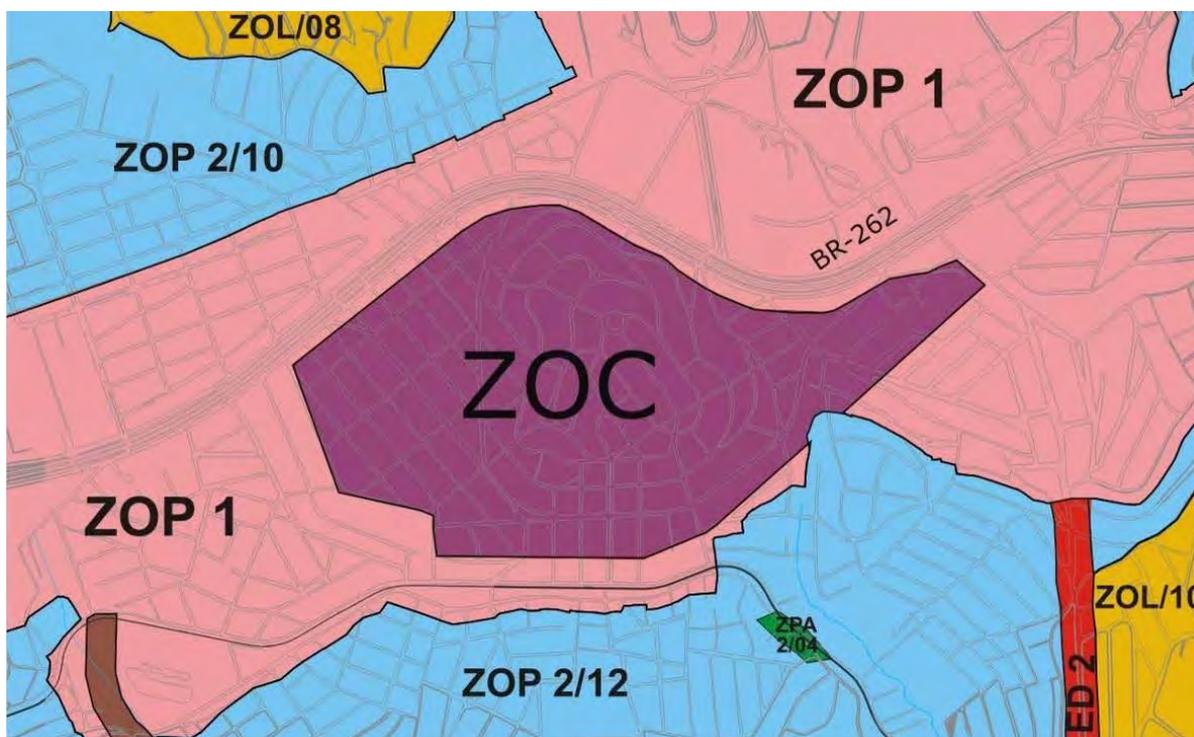


Figura 54: Anexo 03 – Mapa de Zoneamento – do PDM. Em destaque a Zona de Ocupação Controlada situada no Bairro Campo Grande.
Fonte: PMC.

A definição torna-se um fator de inibição para a implantação de grandes empreendimentos, o que se reforça ainda mais com a ausência de terrenos vazios na região. A figura 54 apresenta em destaque um recorte do Zoneamento do PDM (anexo 03 da Lei). É importante ressaltar que a existência da ZOP 1 (em rosa) envolvendo o bairro de Campo Grande cria uma grande mancha ao longo da BR 262.

Conceitualmente, a ZOP 1 é caracterizada por uma região dotada de melhor infraestrutura básica, onde busca-se o estímulo à ocupação. Estendendo-se por toda a BR 262, esse zoneamento prevê a existência de um novo espaço de centralidade, com a instalação de serviços e instituições que movimentariam a região. Aos poucos, esta centralidade vem sendo conquistada, primeiro com a instalação de grandes companhias de transporte, como as viações Águia Branca e Itapemirim e, posteriormente, com instituições como a Câmara de Vereadores e o Fórum de Cariacica, a sede da PMC, o Ministério Público, a Unidade de Pronto Atendimento do Trevo, entre outros.

As políticas desenvolvidas pelo Poder Público podem estimular ou inibir o surgimento de novas centralidades. No caso de Cariacica, o PDM estimula o desenvolvimento de centralidades locais (subcentros) que ampliem o comércio e os serviços locais. Essas centralidades locais foram identificadas a partir de diagnósticos que levaram em

consideração a concentração de usuários e estabelecimentos comerciais, além da circulação de automóveis existentes no local.

Os incisos de I a VII do artigo 119 no PDM (Lei Complementar Nº 018/2007) denominam os subcentros em Cariacica Sede (SC/01), Nova Rosa da Penha (SC/02), Porto de Santana (SC/03), Bela Aurora (SC/04), Castelo Branco (SC/05), Itacibá (SC/06) e Novo Horizonte (SC/07), conforme localização apresentada na figura 56.

O reconhecimento e estímulo dos subcentros não altera a importância de Campo Grande como centro municipal. Embora em menor escala, os subcentros tornam-se espaços para o desenvolvimento local, possibilitando a desconcentração de serviços de Campo Grande e o melhor atendimento dos usuários, principalmente pela proximidade de acesso.

Desenvolvidos em bairros onde, na maior parte das vezes, o senso de comunidade ainda é mantido, torna-se comum o aparecimento do comércio informal em praças e calçadas das localidades. Nesse sentido, a maior parte do comércio concentra-se na venda de alimentos (lanches) e sua localização torna-se um verdadeiro evento a cada dia. Em Cariacica Sede essa cena pode ser presenciada durante o dia e à noite. Na Praça Principal instalam-se barracas de lanche que, despropositadamente, ao oferecerem bancos e mesas, proporcionam também o encontro entre os moradores.



Figura 55: Praça Principal, Bairro Cariacica Sede. Destaque para barraca de lanche de comerciante informal. Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2009.

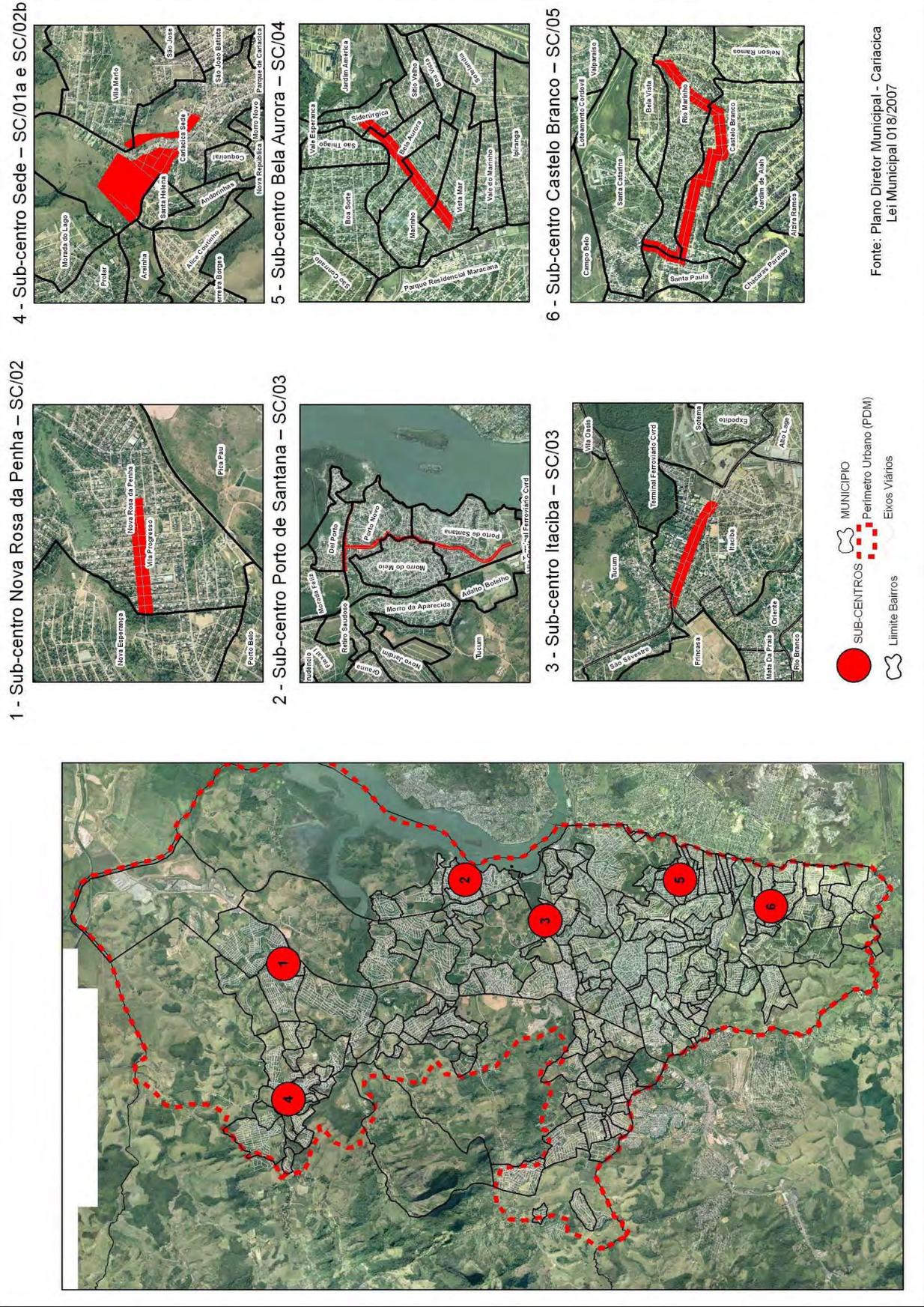


Figura 56: Subcentros de Cariacica, segundo o PDM.
Fonte: GPU/PMC.

Ao mesmo tempo, em subcentros mais próximos à Campo Grande, onde a ligação se faz pelas rodovias, vêem-se surgirem novas centralidades reunindo serviços, lojas comerciais e instituições bancárias, além do comércio informal. Em Itacibá, bairro localizado ao longo da Rodovia ES-080, o desenvolvimento é acompanhado da implantação de importantes empresas, do Terminal Rodoviário de Itacibá, da unidade de ensino do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e da concentração de lojas comerciais e grande supermercados, ao longo da Av. Manoel Joaquim dos Santos.

Na Avenida Manoel Joaquim dos Santos existem cerca de cem lojas comerciais. As lojas vão desde a venda de eletrodomésticos, móveis, confecções, calçados, magazine até oficinas especializadas. A variedade de oferta, aliada à facilidade de acesso é o que atrai não só pessoas do bairro como também das regiões vizinhas. Esse potencial de atração tem deslocado alguns comerciantes informais, que cotidianamente dividem-se entre Campo Grande e Itacibá; a maioria deles são moradores do bairro de Itacibá.³⁹

A limitação espacial para a expansão do comércio em alguns subcentros possivelmente impeça grande ampliação destes no sentido de alcançarem a dimensão atingida pelo Centro de Campo Grande. Ainda assim, a dependência de moradores de outros bairros dos serviços e do comércio de Campo Grande vem diminuindo com a implantação de agências bancárias, lojas especializadas, entre outros.

Outro fator importante, evidenciado nas figuras 57, 58 e 59, é a dificuldade no tratamento dos espaços públicos para adequação, ampliação, auxílio e expansão das atividades comerciais nos subcentros. Espaços em processo de consolidação configuram-se por uma ocupação espontânea, sem planejamento prévio; os bairros possuem lotes pequenos e poucos ou nenhum espaço livre para intervenções, como calçadas.

³⁹ Essa constatação se deu através de abordagens informais em visitas ocorridas durante o horário de 12:30h às 13h, no período de 2008 e 2010.



Figura 57: Concentração de comércio ao longo da Rodovia ES-080, bairro Itacibá.
Fonte: Arquivo da autora. Julho/2010.



Figura 58: Rodovia ES-080, bairro Itacibá. Camêlo utilizando o carro como suporte da mercadoria e barraca de água de coco.
Fonte: Arquivo da autora. Julho/2010.



Figura 59: Comércio informal de frutas localizado na Avenida Manoel Joaquim dos Santos.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2008.

Os subcentros indicados pelo PDM são regiões centrais de bairros com características urbanísticas semelhantes: lotes pequenos, traçado irregular, ausência de espaços públicos, inadequação do sistema viário, dificuldades de acessibilidade para deficientes físicos, apropriação do espaço da calçada e da rua pelo comércio formal e informal. A ação pontual do Poder Público nessas regiões poderia alterar tal quadro, proporcionando aos moradores do bairro correspondente ao subcentro e arredores, um leque de opções, e promovendo o desenvolvimento econômico local.

A consolidação do bairro de Campo Grande como importante centro municipal ocorre aliada a uma série de dificultadores a serem considerados como resultado da consolidação. Entre os fatores mais importantes está a dificuldade de acesso a este centro devido às condições urbanas conturbadas (trânsito, falta de acessibilidade, etc.). A promoção do desenvolvimento dos subcentros, portanto, se mostra como uma provável solução para a diminuição da grande concentração de pessoas em Campo Grande, o que promoveria melhor distribuição na arrecadação municipal no território.

3.2 A AÇÃO DO PODER PÚBLICO NO ESPAÇO DA AVENIDA EXPEDITO GARCÍA

Para melhor entendimento da espacialização do comércio informal na Avenida Expedito Garcia, uma segunda aproximação será realizada, relacionando o espaço do comércio formal e o comércio informal.

Diante da dificuldade de obter dados oficiais sobre a evolução urbana de Cariacica e, conseqüentemente, de estudos específicos sobre o comércio informal, serão utilizados dados secundários e pesquisas disponíveis. Sendo assim, para a abordagem do comércio formal serão apresentados índices e mapeamentos semelhantes aos desenvolvidos na tese de doutorado do geógrafo Luis Carlos Tosta dos Reis (2004), agregando a estes informações mais atualizadas geradas a partir de levantamentos de campo, jornais, revistas e outras publicações, além de dados disponibilizados pela PMC.

Em seguida, registrar-se-á a presença do comércio informal através de duas tentativas de organização do espaço público por parte da PMC. A primeira, semelhante às ações desenvolvidas no restante dos municípios da região metropolitana, consistindo em **ações de transição**, onde o levantamento de dados e cadastro dos comerciantes visam ao reconhecimento dos comerciantes informais e ao controle da ocupação do espaço público. A segunda, ainda em andamento, consiste em uma intervenção projetual, parte do Programa Calçada Viva, o Projeto de Urbanização e Paisagismo da Av. Expedito Garcia elaborado por uma consultoria contratada pela PMC e, até o presente momento, parcialmente executado.

Das duas iniciativas serão consideradas a forma de espacialização e o diagnóstico realizado. A análise dos dados determinará, então, os primeiros registros oficiais do comércio informal, ou seja, o reconhecimento do comércio informal nos espaços públicos da avenida pela PMC.

Cabe acrescentar que as informações apresentadas têm como delimitação espacial a poligonal desenhada no mapa ilustrativo da figura 60. Dessa forma, embora Reis (2004), em seu mapeamento, aborde todo o bairro de Campo Grande, o trabalho se deterá à análise da Av. Expedito Garcia e seus arredores imediatos, acreditando ser este o mais significativo espaço de apropriação do comércio informal.

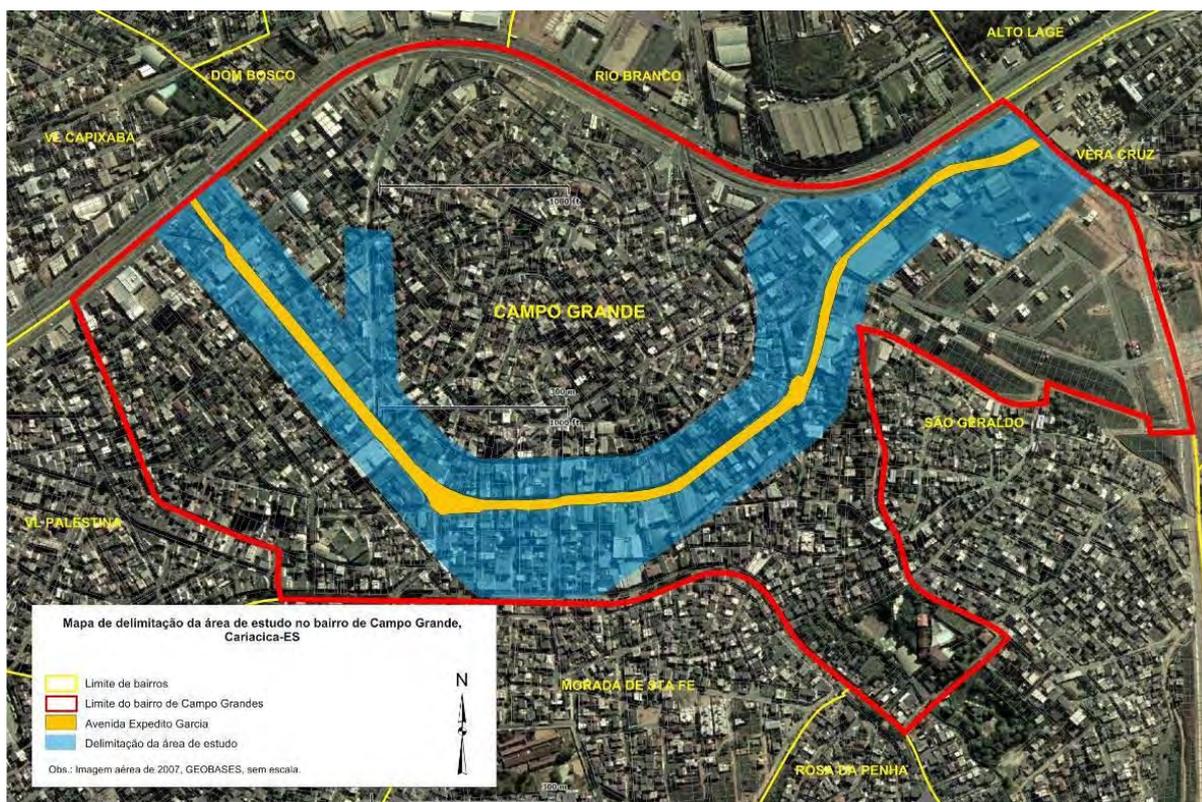


Figura 60: Mapa de delimitação da área de estudo (em azul).
Fonte: Imagem aérea Geobases, IJSN, 2008. Editada pela autora.

3.2.1 Campo Grande - comércio, serviço e lazer

Percorrendo temáticas específicas, como densidade de ocupação, mobilidade e acessibilidade, infraestrutura, uso e ocupação do solo, vazios urbanos e espaços de lazer, apresentam-se neste subcapítulo elementos estruturadores para o desenvolvimento das atividades comerciais em Campo Grande e, conseqüentemente, a apropriação do espaço público urbano pelo comércio informal.

Com o crescimento populacional, já apresentado nos tópicos anteriores, a população de menor poder aquisitivo caminhou para a ocupação de regiões mais afastadas de Campo Grande, nas periferias do Município. Ao mesmo tempo, Campo Grande vem sendo alvo da grande especulação imobiliária em Cariacica, absorvendo grande parte da demanda de ocupação pelo comércio e instituições de serviço, reforçando seu caráter de espaço de centralidade.

O adensamento ocupacional, a concentração de construções, pessoas ou atividades influenciam a vivência atribuída a determinado lugar. Embora muitas vezes as conseqüências de tal adensamento não sejam imediatamente perceptíveis, vários são os inconvenientes gerados que desenvolvem um sentimento de repúdio. Ainda que este seja o

panorama da maioria das grandes cidades, notam-se cada vez mais pessoas ambicionando a vida em centros urbanos.

Campo Grande beira este panorama. Perfazendo uma área de aproximadamente 917.500 m², o bairro enfrenta problemas de trânsito, com grandes nós de congestionamento, ausência de áreas de lazer, espaços pouco acessíveis, devido à topografia acidentada, alto índice de circulação de pessoas, ocupação informal dos espaços públicos, entre outros problemas.

As figuras abaixo retratam a densidade ocupacional de edificações do bairro. No emaranhado de edificações com 100% de taxa de ocupação, é quase imperceptível o aparecimento de árvores, espaços livres (ainda que existam terrenos vazios) e mesmo o tecido viário onde, devido à topografia acidentada e à ocupação irregular, desenvolvem-se estreitas ruas e avenidas. Sendo assim, se tornará relevante a análise tipológica das edificações, a mobilidade no local e o uso e ocupação da área, além de questões ambientais, como a coleta de lixo.



Figura 61: Foto aérea do Bairro Campo Grande e seus arredores. Destaque para a densidade de ocupação demonstrada pela imagem. Fonte: PMC, 2005.

Pesquisas recentes divulgadas preliminarmente pelo IBGE (CENSO 2010) apontam uma população de 12.897 habitantes concentrados no bairro Campo Grande. Porém, a partir dos dados fornecidos pela Coordenação de Cadastro Imobiliário da Secretaria Municipal de Finanças de Cariacica (SEMFI), dos 160.118 imóveis cadastrados no município, o bairro

possui 7.115 imóveis, a maior concentração municipal. Destes, a Av. Expedito Garcia concentra grande parte das edificações de uso misto.



Figura 62: Tipologia construtiva de dois pavimentos e ausência de afastamentos.
Fonte: PMC, 2005.

A figura 63 apresenta trecho da avenida onde se nota a densidade das quadras que delimitam sua extensão, perfazendo ao longo da Av. Expedito Garcia um extenso “paredão” com as edificações alinhadas ao limite do lote. Ao mesmo tempo, o mapa abaixo, elaborado a partir da base de dados da SEMFI, demonstra a alta densidade de ocupação do bairro Campo Grande. Preenchidos em preto encontram-se representados os lotes ocupados por edificações e em branco os lotes vazios. Em amarelo estão os lotes que não foram identificados. É importante ressaltar que a demarcação colorida preenche por completo o lote não levando em consideração a área da edificação, visto que, embora a maior parte das edificações possua 100% de taxa de ocupação, não foi disponibilizado tal detalhamento no levantamento de imóveis.



Figura 63: Perspectiva aérea da Av. Expedito Garcia. Destaque na parte inferior da figura para a Praça Principal, localizada na Av. Expedito Garcia e o trecho da própria avenida. Fonte: PMC, 2005.



Figura 64: Lotes edificados e não edificadas do bairro de Campo Grande. Fonte: Cadastro imobiliário PMC, 2010.

Ao longo dos anos, a delimitação do bairro Campo Grande sofreu diversas modificações com a implantação de novos loteamentos. Dentre eles, no final da década 1980, é aprovado o Loteamento Dona Augusta.

Aprovado em 1988, o loteamento D. Augusta foi incorporado ao bairro Campo Grande principalmente por sua relação de proximidade. Atualmente, é para onde se voltam as especulações imobiliárias, sugerindo o surgimento de uma ocupação residencial para a população de maior poder aquisitivo do município, porém essa ocupação não se efetivou. Nesse sentido, pode-se observar que, embora a proximidade com Campo Grande tenha desenvolvido este potencial, a dificuldade de acesso à região vem provocando uma lenta ocupação.

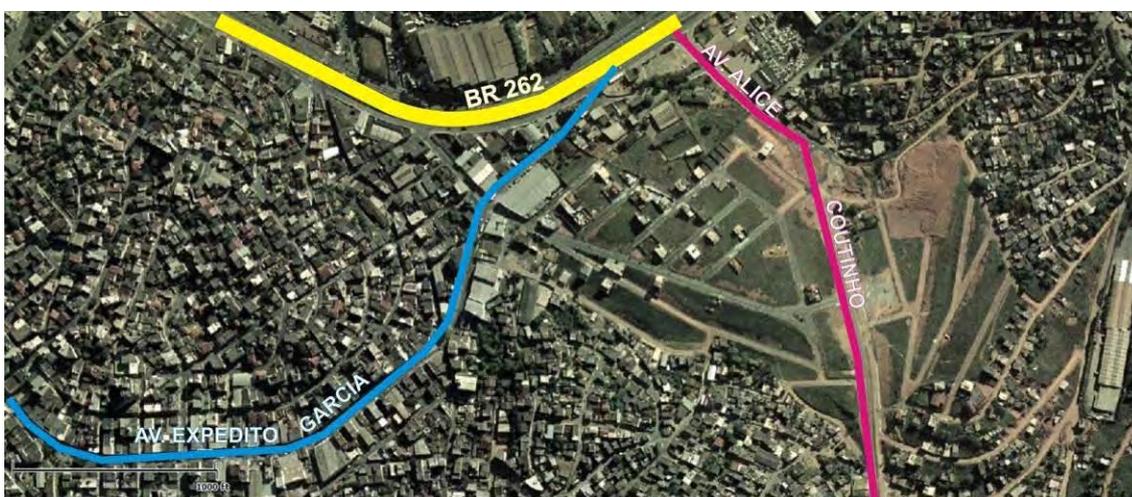


Figura 65: Imagem esquemática (editada pela autora) de parte do bairro Campo Grande e área vazia onde está localizado o loteamento Dona Augusta.

Fonte: Aerofotogrametria disponibilizada pelo Geobases (IEMA/ES, 2008), em www.geobases.com.br.



Figura 66: Loteamento Dona Augusta: baixa densidade de ocupação.

Fonte: Aerofotogrametria disponibilizada pelo Geobases (IEMA/ES, 2008), em www.geobases.com.br.

Atualmente, encontra-se em execução uma via de ligação (Avenida Alice Coutinho) entre a BR 262 e o Bairro de Campo Grande, beneficiando diretamente o bairro Dona Augusta. A criação deste eixo de ligação potencializa a ocupação do loteamento, oferecendo-lhe um

novo e estruturado acesso, evidenciando ainda mais o surgimento da especulação imobiliária e aumentando a procura pela implantação de novos investimentos, como edifícios multifamiliares e condomínios habitacionais.

Com a baixa ocupação, a topografia acidentada, que configura espaços estrategicamente isolados, e vias inclinadas e tortuosas, o loteamento torna-se palco da apropriação dos espaços por eventos efêmeros, que se tornam marcos de uma cultura jovem. Frequentemente as ruas e terrenos vazios são preenchidos por crianças e adultos determinados em “empinarem pipa”, praticarem o “free style” dos ciclistas e desenvolverem competições como o “Corredor Dona Augusta”, um evento que reúne jovens de diversos bairros de Cariacica e outros municípios para uma disputa de som (hip hop). Neste evento, ao mesmo tempo em que o som é tocado, vários jovens se distribuem para dançar, criando uma linha limite entre grupos divergentes, ou não, (os corredores), onde acontecem os choques de pessoas (esbarrões e empurrões), dança semelhante à dos bailes funks.



Figura 67: Foto da disputa de som realizada no Loteamento Dona Augusta.

Fonte: www.youtube.com. Acesso março de 2010.



Figura 68: Foto da disputa de som realizada no Loteamento Dona Augusta.

Fonte: www.youtube.com. Acesso março de 2010.



Figura 69: Foto de evento de funk, conhecido como Corredor Dona Augusta, no loteamento Dona Augusta.

Fonte: www.youtube.com. Acesso março de 2010.



Figura 70: Apropriação das ruas do Loteamento Dona Augusta por ciclistas da modalidade free style.

Fonte: www.youtube.com. Acesso março de 2010.

Ainda que as atenções do bairro Campo Grande estejam exclusivamente voltadas à sua área comercial, a importância dos relatos de tais acontecimentos se dá na identificação da apropriação e transformação de outros espaços vazios e criação de novas opções de vivências. Tais acontecimentos revelam espaços e necessidades, como a carência de áreas públicas de lazer e de espaços livres que possibilitem o desenvolvimento da convivência espontânea.

É importante relatar que os acontecimentos mencionados são elementos que reforçam o bairro de Campo Grande como centro municipal a partir do instante em que agregam grupos de moradores de diversos bairros.

Apesar de ter sua origem nos anos 1950, sendo umas das primeiras regiões urbanas consolidadas do município de Cariacica, Campo Grande reproduz exatamente a realidade dos novos bairros municipais. Ocupados de forma desordenada, com poucas intervenções municipais, a maior parte dos bairros de Cariacica não tem áreas de lazer, praças e parques bem estruturados, ou ainda outros espaços dentro da malha urbana que se aproximem dessas funções para o desenvolvimento de atividades de brincadeiras, jogos e esportes. Para tanto, a população transforma espaços residuais e desenvolve outros programas que atendam suas expectativas de lugar.

A ordenação dos espaços públicos, nas grandes cidades, é algo bastante complexo. As ações nesse sentido sugerem inúmeras intervenções pontuais, que capturam potencialidades e desenvolvem intensos programas para o desenho urbano. Como já foi demonstrado, Campo Grande não possui nem grandes e nem extensos espaços livres. A região mais significativa, configurando uma praça, está localizada no centro da Av. Expedito Garcia, merecendo especial atenção.



Figura 71: Foto panorâmica da Praça Principal de Campo Grande.
Fonte: Arquivo da autora. Fevereiro/2009.

A praça principal, da forma como está implantada, tem como uma de suas funções a organização do trânsito, desenvolvendo-se como uma rotatória. Ainda assim, não perde o caráter de lugar de encontro e contemplação, abrigando, cotidianamente, diferentes

personagens. Idosos utilizam alguns de seus equipamentos (as mesas de dama), configurando um espaço de jogo. Localizados nas extremidades da praça, compõem um quadro bucólico, onde permanecem durante todo o dia entre um grupo de pessoas e moradores do bairro, integralmente aliados àquele ambiente onde parecem permanecer por anos.



Figura 72: Praça Principal de Campo Grande. Em destaque, a presença de idosos nas mesas de jogos de tabuleiro. Fonte: SEMDUR/PMC, maio de 2008.



Figura 73: Foto de parte da Praça Principal. Em destaque, a presença de moradores de rua. Fonte: Arquivo da autora, dezembro de 2009.

Aos moradores de rua resta a procura por qualquer estrutura semelhante a uma casa, como teto, água e luz. Aproveitam-se das estruturas existentes na praça e reproduzem o “lar”, em busca de sobrevivência, ainda que por uma noite. Frequentemente, a praça, com suas marquises, bancos e outras estruturas, é então utilizada como dormitório pela população de rua.

Recentemente, a PMC realizou uma intervenção nos canteiros ajardinados que serviam de domicílio para moradores de rua. Os canteiros foram retirados e a área gramada foi pavimentada; nela foram implantadas outras mesas e cadeiras de jogos. Ao mesmo tempo, a Secretaria Municipal de Assistência Social atuou na tentativa de remoção das pessoas, porém a problemática persiste.

A mesma praça é também utilizada como ponto de encontro em diversas manifestações municipais, cumprindo o papel de espaço concentrador e palco da “promoção da cidadania”. Sendo Campo Grande o bairro de maior fluxo e concentração de pessoas, é ali que ocorrem as manifestações e atos políticos que buscam atingir grande parcela da população.

As figuras a seguir retratam a apropriação do espaço público urbano como espaço de manifestação política e popular. Utilizada em uma estratégia de ação que busca difundir ideias e ideais ao maior número de pessoas, as fotos apresentam eventos promovidos pela população, em que se confundem os conceitos de homem e espaço público.



Figura 74: Ato público da ACAD (Associação Cariaciquense de Amigos dos Deficientes) em prol da sensibilização pela adaptação nos acessos às lojas de Campo Grande.
Fonte: Arquivo da autora, dezembro de 2009.



Figura 75: Caminhada de Luta das Pessoas com Deficiência.
Fonte: Arquivo da autora, dezembro de 2009.

A utilização da Praça de Campo Grande, mesmo diante de uma infraestrutura deficiente, como palco de manifestações públicas, reforça a importância desse espaço na construção da cidadania do munícipe. Enquanto parques e espaços do consumo e do lazer se confundem nas cidades contemporâneas, assistir ao desenvolvimento da função primordial do espaço público espalhar-se pelas ruas e praça de um bairro é notar a resistência deste frente à privatização dos espaços livres apontados como reflexo da vida contemporânea e de sua construção. (SERPA, 2007).

Durante os levantamentos de campo, foram observadas outras modalidades de eventos temporários, como o suporte para estandes de divulgação de campanhas municipais na área da saúde e outras ações, voltadas à sensibilização dos lojistas locais (como o Programa Cariacica Legal, desenvolvido pela SEMDETUR e SEMFI para a legalização e desburocratização na abertura de empresas jurídicas).

Embora se apresente como um elemento aparentemente escondido em meio à movimentação constante de pedestres e veículos, quase como um espaço residual, sem forma própria, insignificante, a praça de Campo Grande é parte de um complexo sistema contínuo e estruturador da região quando condiciona, cotidianamente, o espaço do engajamento cívico, o lugar da troca de ideias e a realização da cidade democrática.

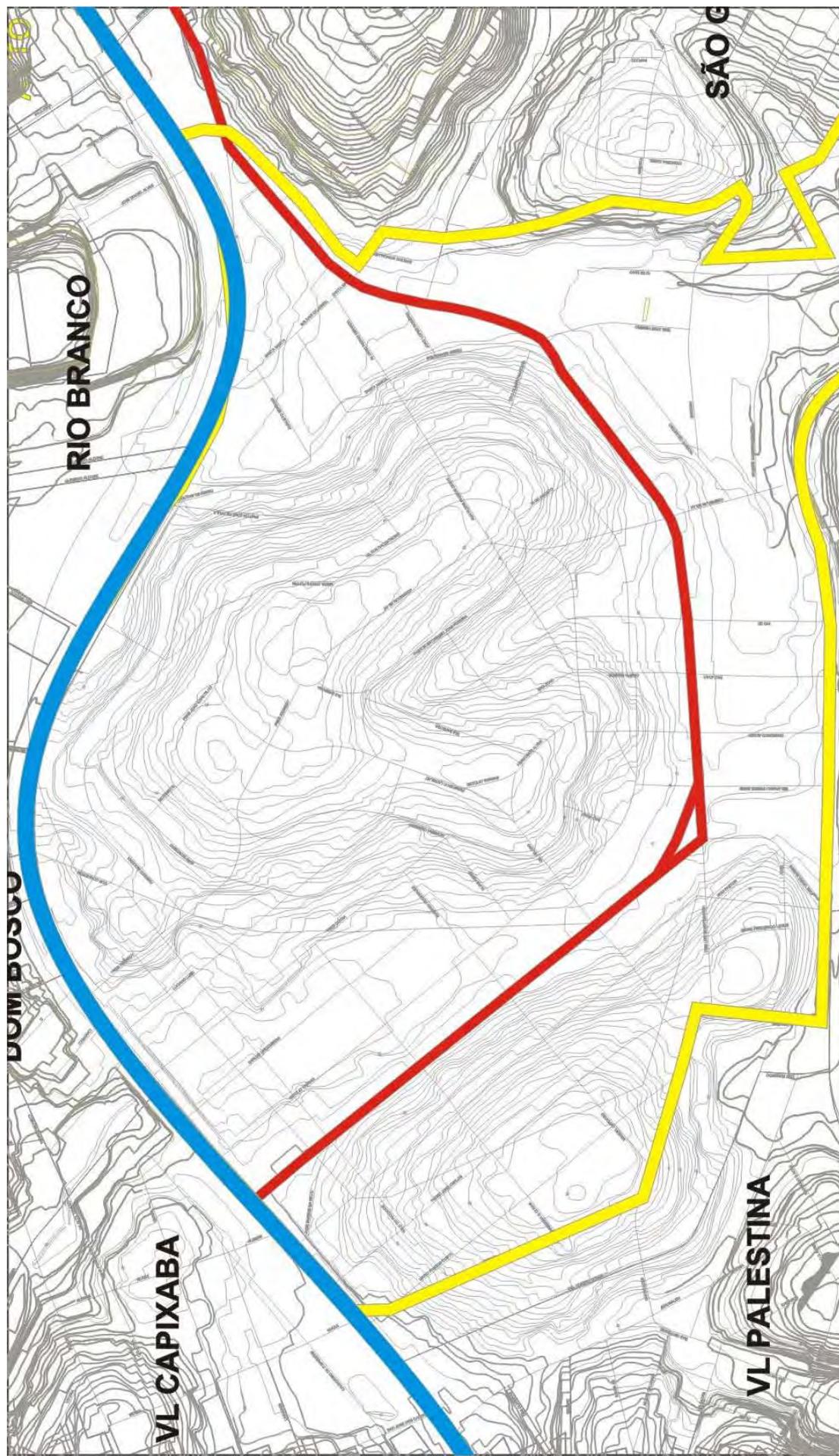


Figura 76: Topografia do bairro Campo Grande.

Ao analisar as condições físico-morfológicas apresentados na figura 76, percebe-se que a topografia do bairro é extremamente acidentada, sendo em alguns trechos a área do entorno da avenida mais plana que as áreas restantes. Nesse sentido, observa-se que a maior concentração, no Bairro, dos estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo da Av. Expedito Garcia acompanha sua morfologia, assim como os pontos mais planos tornam-se os mais propícios à apropriação informal.



Figura 77: Esquina da rua Barberina Girle Cunha com a Av. Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2009.

A figura 77 apresenta um dos trechos acidentados do entorno da avenida, onde as dificuldades de acessibilidade são grandes para veículos e pedestres. A quantidade de escadarias distribuídas neste e em trechos semelhantes, reforça a ineficiência de acesso e circulação, reduzindo as possibilidades do comércio e de circulação da própria população.

Ao mesmo tempo, os trechos mais acidentados não proporcionam um lugar propício à instalação de barracas pelos ambulantes, que se concentram nas vias mais planas. Ainda assim, os ambulantes tendem a desafiar as condicionantes, mesmo naturais; na figura 78 percebe-se a improvisação e insegurança da barraca “fixada” do outro lado da mesma esquina da rua Barberina Girle Cunha.



Figura 78: Esquina da rua Barberina Girle Cunha com a Av. Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Março/2010.

As figuras seguintes apresentam uma classificação do uso do solo no bairro Campo Grande. Tomando o estudo da relação da Avenida Expedito Garcia e seu entorno imediato, pode-se confirmar a grande concentração de comércio existente nessa região.

O primeiro mapa, representado na figura 79, foi elaborado a partir do cadastro imobiliário da SEMFI da PMC. A extensão da avenida perfaz aproximadamente 1.600m, onde se concentram lojas de confecção, calçados, móveis e eletrodomésticos, restaurantes e lanchonetes, escritórios e outros serviços, além de lojas especializadas e de pequenos concertos.

Na ocupação das edificações, é importante relatar que, embora estejam estabelecidas há muitos anos, existe uma constante movimentação de pequenas lojas e, atualmente, destaca-se a chegada de grandes lojistas de renome nacional, como as Lojas Americanas e a Casa e Vídeo.

Não há uma setorização característica das lojas no espaço da avenida, porém existem algumas concentrações, como as lojas especializadas na venda de móveis nas duas extremidades. Algumas lojas possuem duas filiais na avenida, o que confirma o grande potencial de comercialização da região.

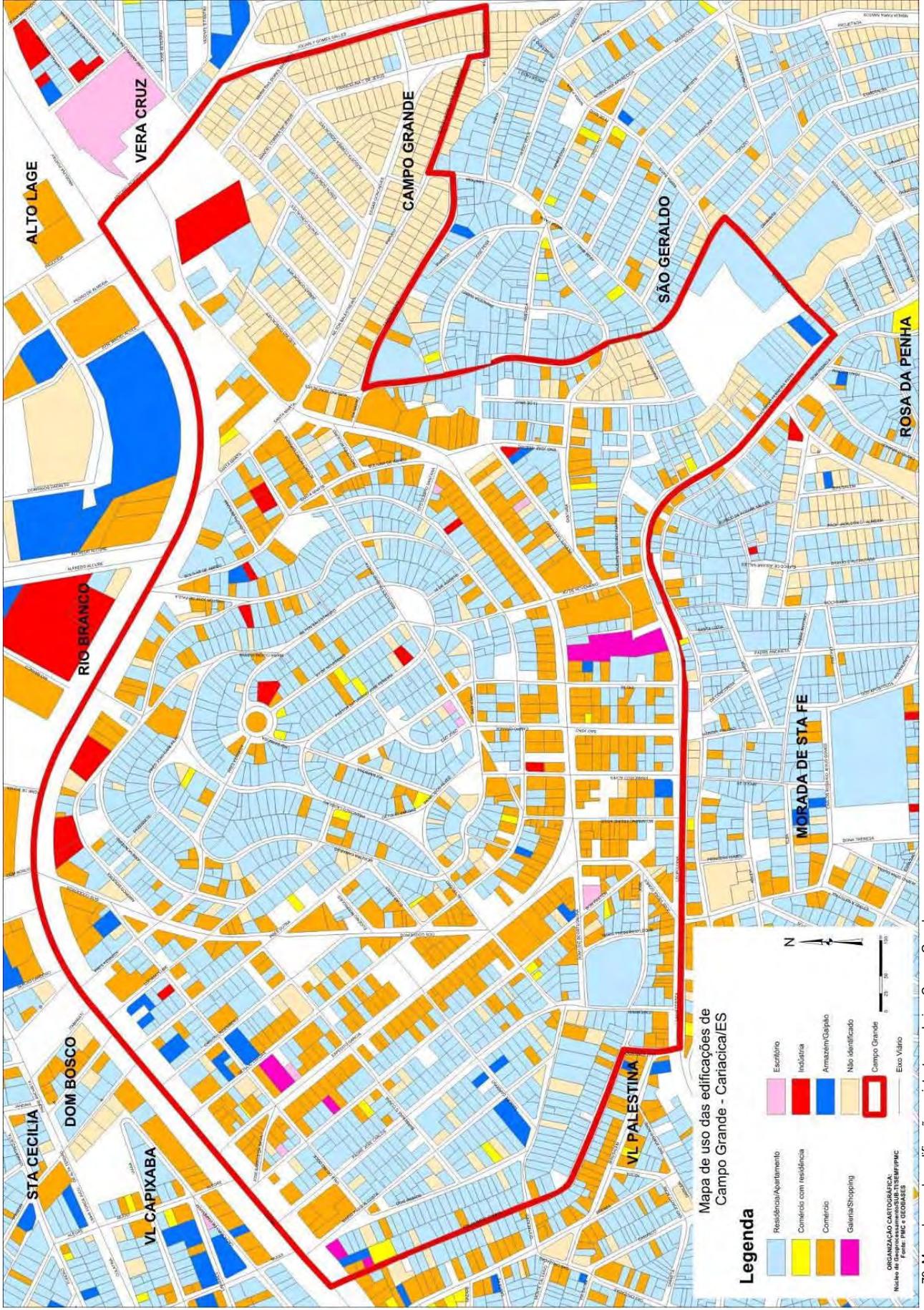


Figura 79: Mapa de uso das edificações existentes no bairro Campo Grande.
Fonte: Organização cartográfica Núcleo de geoprocessamento/SEMFI-PMC.

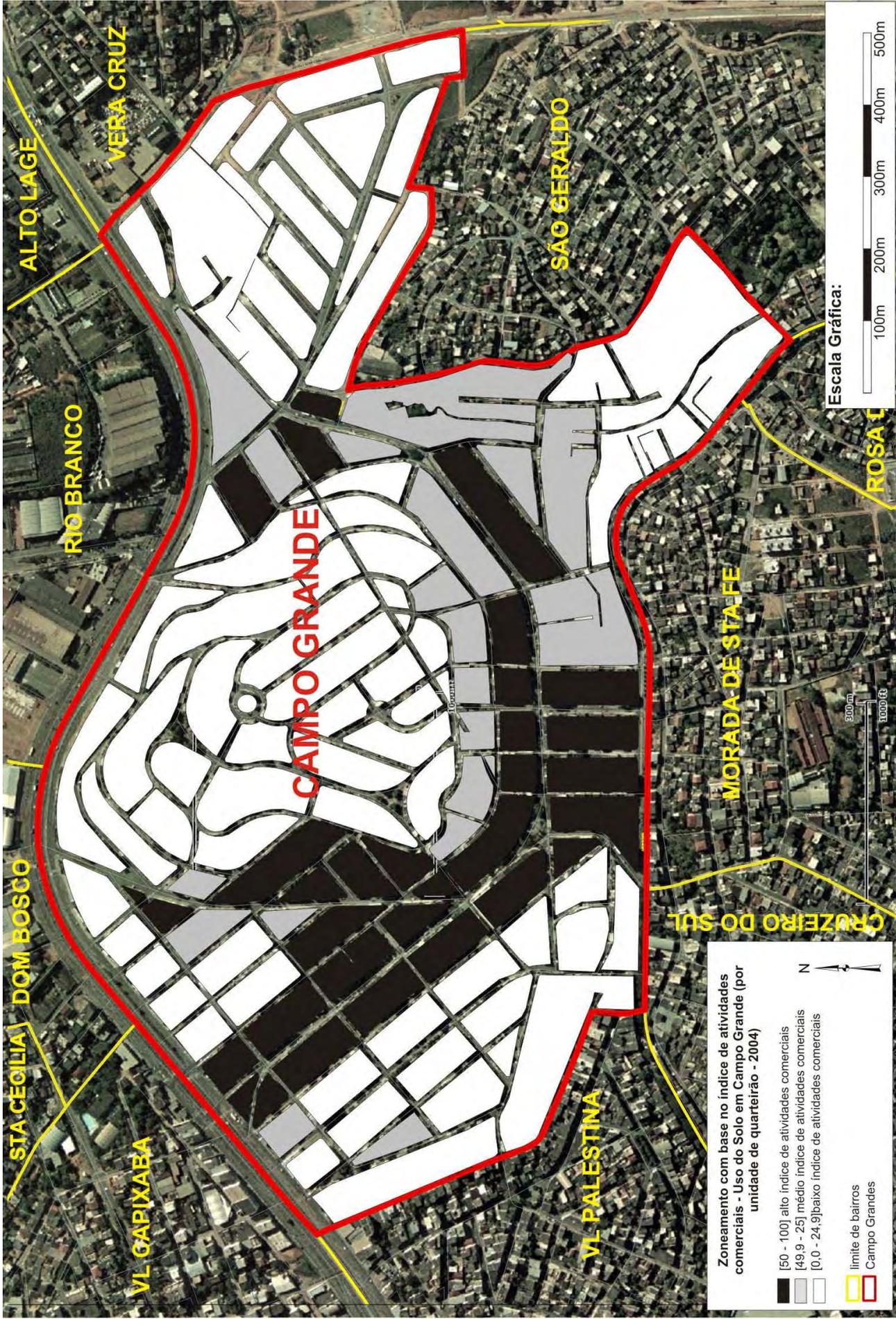


Figura 80: Zoneamento com base no índice de atividades comerciais. Fonte: Geobases (2009). Editado pela autora. Imagem aérea disponível em www.geobases.es.gov.com.br.

Auxiliados pela forma de apresentação utilizada por REIS (2007), os mapas contextualizam a ocupação quadra a quadra, apresentando em uma escala de cores (preta, cinza e branca) o número de estabelecimentos comerciais nela existentes. Dessa forma, pode-se observar que as quadras localizadas ao longo da Avenida Expedito Garcia possuem de 50 a 100 estabelecimentos comerciais, concentrados principalmente no trecho nordeste da avenida.

Atraídos pela diversidade do comércio e pela alta concentração de trabalhadores, segundo os dados apresentados pelo Estudo Integrado de uso e Ocupação do Solo e Circulação Urbana da RMGV, Campo Grande é um dos principais responsáveis pela geração de viagens por motivo de trabalho da Grande Vitória, gerando, no pico da manhã, 14000 viagens (externas). (PDTU, 2008)

A existência de um alto número de atração de viagens externas por motivo trabalho reforça que o bairro abriga grande parte dos trabalhadores não residentes e apresenta Campo Grande não apenas como um centro comercial, mas também um importante polo de geração de emprego.

O Estudo Integrado apresenta ainda que, dentre os principais deslocamentos internos dos municípios da RMGV, um dos mais significativos percursos em Cariacica é o trajeto entre Itacibá-Cariacica Sede em direção a Campo Grande.

Campo Grande também tem destaque na origem e destino de viagens (externas) por motivo de estudo apresentando na hora pico da tarde, 4500 e 5800 respectivamente. (PDTU, 2008)

É nesse panorama que surgem os elementos de estudo deste trabalho. Ocupando os espaços restantes, residuais, entre uma esquina e outra, uma loja fechada e um degrau, corrimãos e paredes cegas. Usando como suporte a necessidade e criatividade, Campo Grande, além de referência como importante centro comercial da Região Metropolitana da Grande Vitória, depara-se constantemente com a apropriação do comércio informal.

3.2.2 Projeto de Urbanização e Paisagismo da Av. Exedito Garcia – Calçada Viva

Cientes de que a região delimitada pela Avenida Exedito Garcia se configura em um importante pólo para a cidade de Cariacica, iniciou-se, entre os anos de 2006 e 2007, um movimento por parte da PMC onde população e poder público se uniram para proporcionar a este espaço possibilidades de melhorias, que condicionariam uma maior qualidade de atendimento aos seus usuários.

O Município de Cariacica é hoje exemplo na utilização de um dos instrumentos de participação popular brasileiro, o Orçamento Participativo (OP), classificado pela ONU entre as 40 melhores práticas de gestão pública urbana. O OP é um processo dinâmico de aproximação do debate das necessidades locais entre o Governo Municipal e a população.

Em Cariacica, o OP foi implantado em 2005 e, desde então, tem acontecido anualmente, tendo como objetivo a eleição de obras locais, regionais e uma obra da cidade, a qual é destinado um montante maior do orçamento. O Orçamento Participativo 2008 (que ocorreu no ano de 2007) obteve como resultado da eleição da Obra da Cidade (pra onde seriam destinados R\$ 1.500.000,00) a execução da Primeira Etapa do Projeto de Urbanização e Paisagismo da Av. Exedito Garcia: o Projeto Calçada Viva.

Elaborado pela PMC, através da contratação de uma empresa de consultoria, a IDEAR, o projeto é efetivamente a segunda tentativa do Poder Público de tratamento do espaço público da Avenida Exedito Garcia. A primeira ocorreu por volta de 1981 com a proposta de pavimentação da extensão da avenida e suas calçadas.

O objetivo do projeto é composto pelo diagnóstico da região, envolvendo o uso do espaço público e seus fluxos, pela proposta de tratamento das calçadas, com pavimentação adequada à mobilidade e acessibilidade universal, pela nova sinalização vertical e horizontal, pela distribuição de equipamentos urbanos, além de um novo paisagismo.

Embora tenha sido elaborado pela PMC, o projeto Calçada Viva surgiu da iniciativa da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cariacica, em parceria com o Sebrae, como parte da execução do Projeto Varejo Vivo, que tem por objetivo melhorar o comércio da região, tornando-o mais atrativo para os clientes e a comunidade residente.

Ao propor a análise do projeto, este trabalho busca identificar aproximações entre a ação do poder público no espaço público e a apropriação do comércio informal na avenida. Nesse sentido, o Projeto Calçada Viva traz como uma das problemáticas a serem sanadas, a presença dos ambulantes (camelôs) nas ruas, esquinas e calçadas, como podemos notar na citação do diagnóstico, transcrita abaixo:

(...) mas possuem problemas semelhantes como piso irregular, marquises invadindo por demais o espaço urbano, mobiliário não adequado e mal implantado, degraus

invadindo o espaço público, objetos, ambulantes e lixo também, no espaço da calçada, alta concentração de pedestres no espaço da calçada, grande quantidade de veículos na margem da calçada, falta de sinalização vertical e horizontal (MADEIRA, 2008).

É importante notar que a PMC já possuía um cadastro dos ambulantes atuantes na avenida, elaborado e atualizado desde 2004 pela equipe da Coordenação de Postura Municipal.

Torna-se importante aqui a apresentação e análise do diagnóstico do Projeto Calçada Viva visto ser esta a principal fonte de informações, com relação ao espaço territorial escolhido, fornecidas pela PMC. O Diagnóstico do Projeto Calçada Viva é apresentado em forma de relatório, contendo um levantamento de campo, onde são mapeados os conflitos existentes na avenida, um relatório fotográfico, onde são exaltados esses conflitos, e um relatório que integra os relatórios anteriores, além de outros temas relativos à conceituação do projeto, como as normativas e legislações de mobilidade e acessibilidade. No diagnóstico, a Av. Expedito Garcia é dividida em 31 (trinta e um) trechos (14 trechos do lado esquerdo e 17 do direito), o que facilita a apresentação do mapeamento e conduz à análise.

Nos mapeamentos, o Projeto apresenta uma marcação específica nas esquinas onde estão localizados os camelôs (ver figura 81). A mancha alaranjada criada não apresenta outras informações, como a quantidade, a forma de fixação, entre outras. O mesmo desenho utilizado para o mapeamento do diagnóstico é utilizado no levantamento fotográfico que além deste precede uma análise textual de cada trecho.

A figura 81 exemplifica o diagnóstico dos trechos 5, 6 e 27, onde é detectada a presença de camelôs na Rua Gil Veloso. Os textos referentes aos trechos 5 e 6 apenas citam a existência dos camelôs, não possuindo, como já mencionado, qualquer outra classificação ou análise. Para identificar que tipo de interferência estes camelôs criaram no território levantado naquele momento (2006/2007), é necessário recorrer ao relatório fotográfico (fotos 201 e 202 do relatório).



Figura 81: Trecho do mapeamento elaborado para o diagnóstico do Projeto Calçada Viva.
 Fonte: SEMPLAD/PMC, 2007. Editado pela autora.



Figura 82: Relatório Fotográfico do Projeto Calçada Viva (Foto 201 / Trecho 27). Destaque para a grande concentração de ambulantes na rua perpendicular à avenida.

Fonte: SEMPLAD/PMC, 2007



Figura 83: Relatório Fotográfico do Projeto Calçada Viva (Foto 202 / Trecho 27). Destaque para a presença de camelô utilizando suporte para mercadorias que possibilite fácil locomoção pela avenida.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2007

A fragilidade do diagnóstico apresentado pelo projeto é notoriamente identificada quando se cruzam os relatórios fotográficos e o mapeamento. A figura 82, por exemplo, corresponde à foto 201 do relatório, onde são identificadas, através de marcações em elipses verdes, apenas as condições da pavimentação da avenida, deixando em segundo plano qualquer outra análise, como a presença, no último plano da foto, de uma barraca de camelô. Ao mesmo tempo, o mapeamento, como foi observado na figura 81, identifica a presença de camelôs na rua.

Da mesma forma, a figura 83, também extraída do relatório fotográfico do projeto, traz outra análise, como a pavimentação da calçada em pedra portuguesa (que é identificada como uma problemática pelo constante desprendimento das peças que a constituem e o perigo que representam quando estão soltas) e, mais uma vez, a pavimentação da própria avenida. Por sua vez, a foto também apresenta o camelô na esquina da rua, porém, como pode ser averiguado no mapeamento da figura 80, não há qualquer registro de sua existência.

Ainda que o diagnóstico seja preliminar, conclui-se que a representação dos ambulantes de forma aleatória e despreocupada com a classificação do tipo de apropriação do espaço, reforça a fragilidade do tratamento da problemática no projeto Calçada Viva. A presença dos ambulantes é apresentada como qualquer outro obstáculo ali levantado, seja uma escada

ou rampa, seja uma lixeira (próprio lixo) ou um poste, simplesmente como um elemento “fora do lugar”.

Ao ser questionada sobre a fragilidade no resultado dos diagnósticos para o projeto, a PMC justificou que o prazo era curto e as intempéries do percurso do contrato foram muitas (burocracias administrativas). É sabido que as contratações de projetos são marcadas por grandes negociações de revisão de prazos de entrega e orçamento e pouco subsídio para os levantamentos e diagnósticos. Nesse sentido, a população é prejudicada com um projeto aquém das expectativas criadas.

Embora o diagnóstico não tenha um aprofundamento na presença dos comerciantes informais, por conta desta problemática o Projeto Calçada Viva sofreu com duas grandes interferências. Ao elaborar o Projeto, pensou-se na criação de um espaço aberto, que abrigasse principalmente os comerciantes informais de alimentos que trabalham no período da noite. Tal espaço poderia também, durante o dia, servir de base para os comerciantes informais especializados em artesanato, oferecendo-lhes uma estrutura de vigilância, banheiros públicos, além de suporte e cobertura para as barracas.

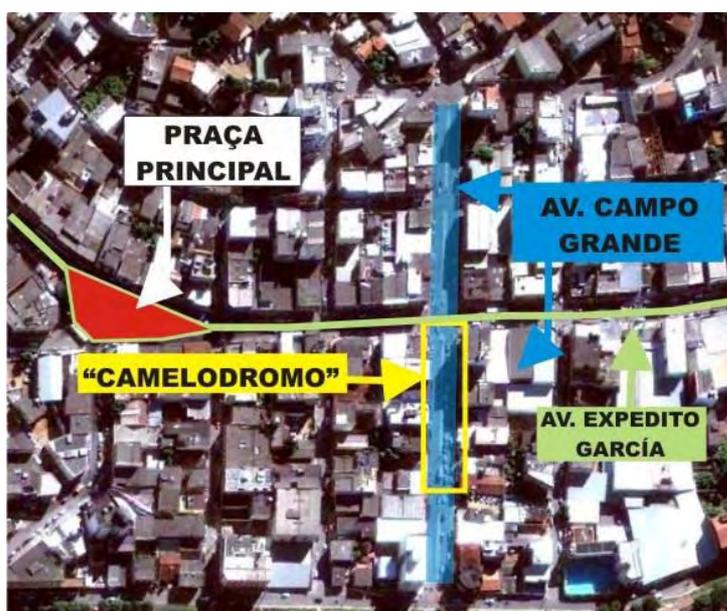


Figura 84: Proposta de localização do “camelódromo”.
Fonte: Google Earth. Editada pela autora.

Embora o nome não tenha sido oficializado, pois o caráter deveria ser diferente, o “Camelódromo”, como ficou popularmente conhecido, seria implantado no trecho mais plano da Avenida Campo Grande. Abaixo, imagens disponibilizadas pela PMC da simulação do espaço.

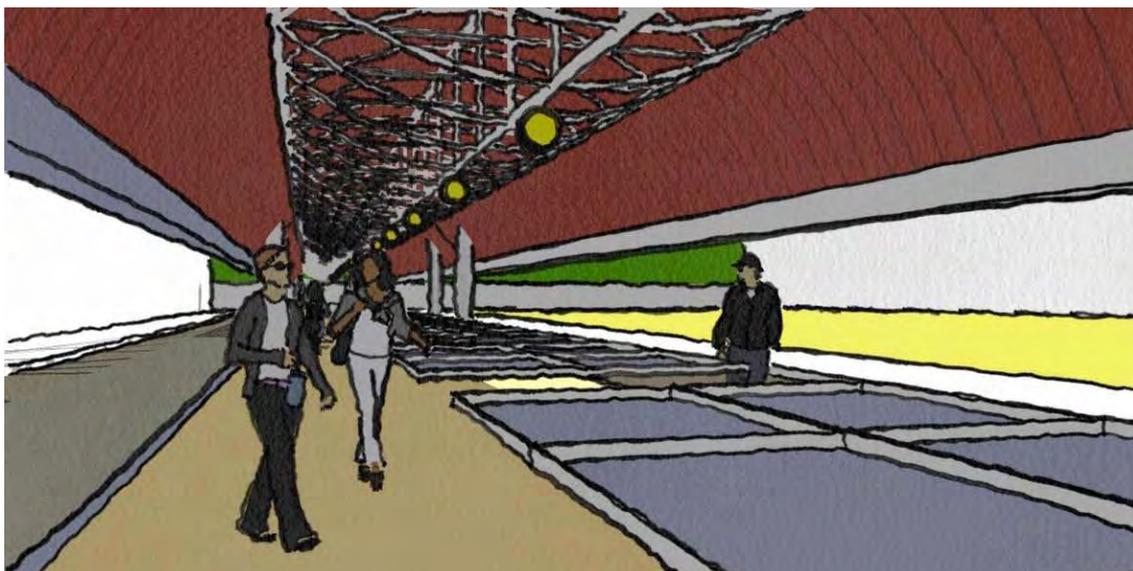


Figura 85: Simulação do Projeto Calçada Viva. Trecho da Avenida Campo Grande.
Fonte: SEMPLAD/PMC.

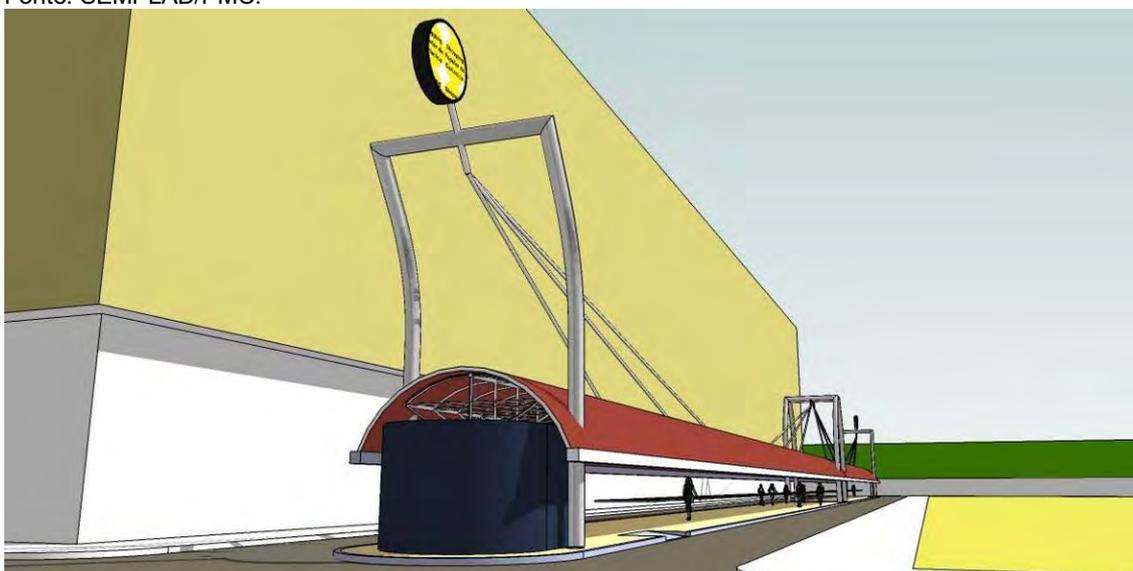


Figura 86: Simulação do projeto Calçada Viva. Trecho da Avenida Campo Grande.
Fonte: SEMPLAD/PMC.

A grande crítica ao Projeto partiu da Associação de Moradores de Campo Grande. Organizados, os moradores mobilizaram a PMC manifestando-se contrários à permanência dos ambulantes ou a qualquer outro tipo de uso da Avenida Campo Grande. A iniciativa alegava que os ambulantes não têm cuidado com o lixo gerado e principalmente os camelôs noturnos, com o barulho que geram com aparelhos de som em alto volume no período da madrugada, incomodariam a população.

Cabe acrescentar que tais reivindicações surgiram durante o período pré-eleitoral, o que auxiliou na decisão de não execução desta etapa, aguardando a elaboração de um estudo mais detalhado de fluxo para posterior implantação do equipamento. Tal estudo não foi realizado e a execução do restante da obra seguiu com a orientação municipal de não

implantação do equipamento na Avenida Campo Grande ou mesmo de qualquer melhoria de pavimentação.

Posteriormente, a execução das obras do projeto sofreu diversas paralisações devido, principalmente, à ineficiência da construtora contratada. Atualmente, a primeira etapa, que deveria estar finalizada desde dezembro de 2009, encontra-se paralisada devido ao abandono da construtora.

Desde o início da execução a obra apresenta problemas. Os acabamentos não foram realizados corretamente, existem diversas adequações de projeto pendentes (figura 87), houve a substituição do material implantado na pavimentação que, por sua vez, é de má qualidade, ou seja, o projeto não foi executado com êxito, gerando transtornos, à PMC e aos usuários, que vão além da obra em si.



Figura 87: Trecho da Av. Expedito Garcia com acabamento de calçada mal executado.
Fonte: Arquivo da autora. Setembro/2009.

Muitos moradores reclamam dos buracos e falhas na pavimentação das calçadas, além da ausência de sinalização vertical e horizontal em trechos onde a obra foi executada. Com relação à sinalização, é notória a dificuldade do uso correto das rampas já implantadas, visto que o estacionamento de veículos não foi reorganizado.



Figura 88: Rampa para acesso à calçada na Avenida Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Julho/2009.

Em entrevista e visita técnica com membros da Associação de Deficientes Físicos de Cariacica, pode-se observar não apenas as dificuldades encontradas na avenida mas também as irregularidades e fragilidades existentes nos trechos, já concluídos, da obra.

A figura 88 retrata a atual condição de um trecho do Projeto Calçada Viva já executado. Neste sentido, embora a obra tenha sido concluída nesta região, o projeto ainda prevê alterações na sinalização. Pode-se notar que a ausência da sinalização dificulta a plena utilização dos espaços criados. As rampas implantadas para darem plena acessibilidade aos deficientes físicos ou qualquer pessoa com mobilidade reduzida, sem sinalização ou fiscalização são constantemente obstruídas por veículos estacionados, como demonstra a figura 88.

Constantemente, a obra é alvo de reclamações dos usuários e moradores de campo Grande, incluindo denúncias ao Ministério Público com relação à demora e à falta de planejamento da execução. A figura 89 expõe trecho de jornal de circulação estadual que demonstra a insatisfação da população com o abandono das obras do Projeto Calçada Viva e, conseqüentemente, com os erros e entulhos que ficaram no caminho.

Em Campo Grande, atraso em reforma de calçadas

A obra era feita na Avenida Expedito Garcia, mas foi interrompida desde o final do ano passado

■ A obra de reforma da calçada que corta a Avenida Expedito Garcia, a mais movimentada do município de Cariacica, está paralisada desde o ano passado. A obra começou em junho de 2008 e, no mês de novembro do ano seguinte, ela foi abandonada pela construtora responsável, deixando a população em meio a buracos, rachaduras e sendo obrigada a caminhar pela via em desnível. Até mesmo o piso antiderrapante e podotátil (para locomoção de pessoas com deficiência visual) não escapou dos problemas.

A construção da calçada para toda a avenida estava orçada em R\$ 2,9 milhões. Somente a primeira etapa exigiria o investimento de R\$1,3 milhão e seria concluída em três meses, após o

início dos trabalhos. A construtora Santa Edwiges, que abandonou a obra e construiu a calçada de forma irregular, recebeu 50% desse valor.

A empresa, segundo a prefeitura, abandonou a primeira etapa da obra - que vai do trecho que compreende a BR 262 até a interseção com a Avenida Campo Grande - alegando ser fim de ano, época de festividades. No entanto, a empresa nunca mais retornou aos trabalhos, obrigando a administração municipal a rescindir o contrato, em janeiro deste ano.

Um segurança, que preferiu não se identificar, contou que uma mulher se feriu ao cair em um dos grandes buracos encontrados na via. "Há 15 dias, uma senhora caiu e teve fratura exposta no braço. Ela não foi a única, várias pessoas já caíram em buracos daqui. Os cadeirantes nem conseguem passar na calçada. Ela está sendo feita de forma errada, desde o início", conta. (Melina Mantovan)

Nova empresa vai concluir serviço na via

■ A Prefeitura de Cariacica explicou que rescindiu o contrato com a construtora, porque a empresa não cumpriu o cronograma previsto, atrasando os trabalhos que estavam previstos. A previsão é de que o edital de licitação para contratação de uma nova empresa seja aberto neste semestre. A empresa vencedora construirá o restante da calçada e ficará responsável pela manutenção da primeira etapa, que está com problemas, e a reforma das praças. Por isso, o projeto da Calçada Viva será readequado, mas o valor da obra ainda não foi definido. A Secretaria de Obras faz agora o levantamento das áreas com problemas para aplicar medidas paliativas, como a tapagem de buracos e melhoria nos acessos para a população.

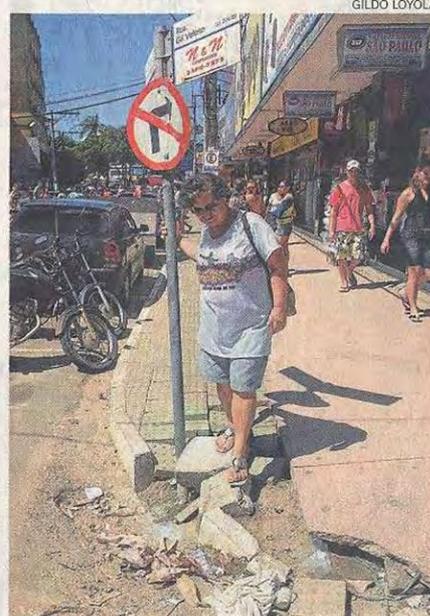


Figura 89: Recorte de jornal relatando o abandono das obras do Projeto Calçada Viva. Fonte: A Gazeta, 9 de abril de 2010.

A cada reportagem semelhante à anterior o Projeto fragiliza-se ainda mais, perdendo a credibilidade e a importância diante da população. Com o atraso das obras, multiplicam-se os problemas e o diagnóstico realizado em 2006/2007 desatualiza-se cada vez mais, dando margem a questionamentos acerca do alcance do Projeto.

Embora tenha sido apresentado seguido de diversas críticas, o diagnóstico do Projeto de Urbanização e Paisagismo da Av. Expedito Garcia – Calçada Viva – auxiliará diretamente o trabalho. Na sequência do subcapítulo serão apresentados os mapeamentos elaborados, pela IDEAR (empresa contratada pela PMC), a partir do diagnóstico do projeto e de seu arquivo fotográfico, onde trechos específicos são destacados para a análise da presença dos camelôs na área de abrangência da avenida. Objetiva-se apontar falhas como a ausência de mapeamento dos camelôs já apropriados em regiões não levantadas no diagnóstico, porém claramente visualizadas no arquivo fotográfico do mesmo projeto.

A Figura 90, elaborada pela autora, apresenta o bairro de Campo Grande com destaque para a Av. Expedito Garcia. As informações contidas no mapeamento são uma sobreposição de elementos levantados no Diagnóstico do Projeto Calçada Viva (mapeamento e levantamento fotográfico), dando destaque aos quatro trechos com as manchas alaranjadas apontados para o registro da presença dos comerciantes informais. Ressalta-se que o destaque 2 já foi anteriormente apresentado.

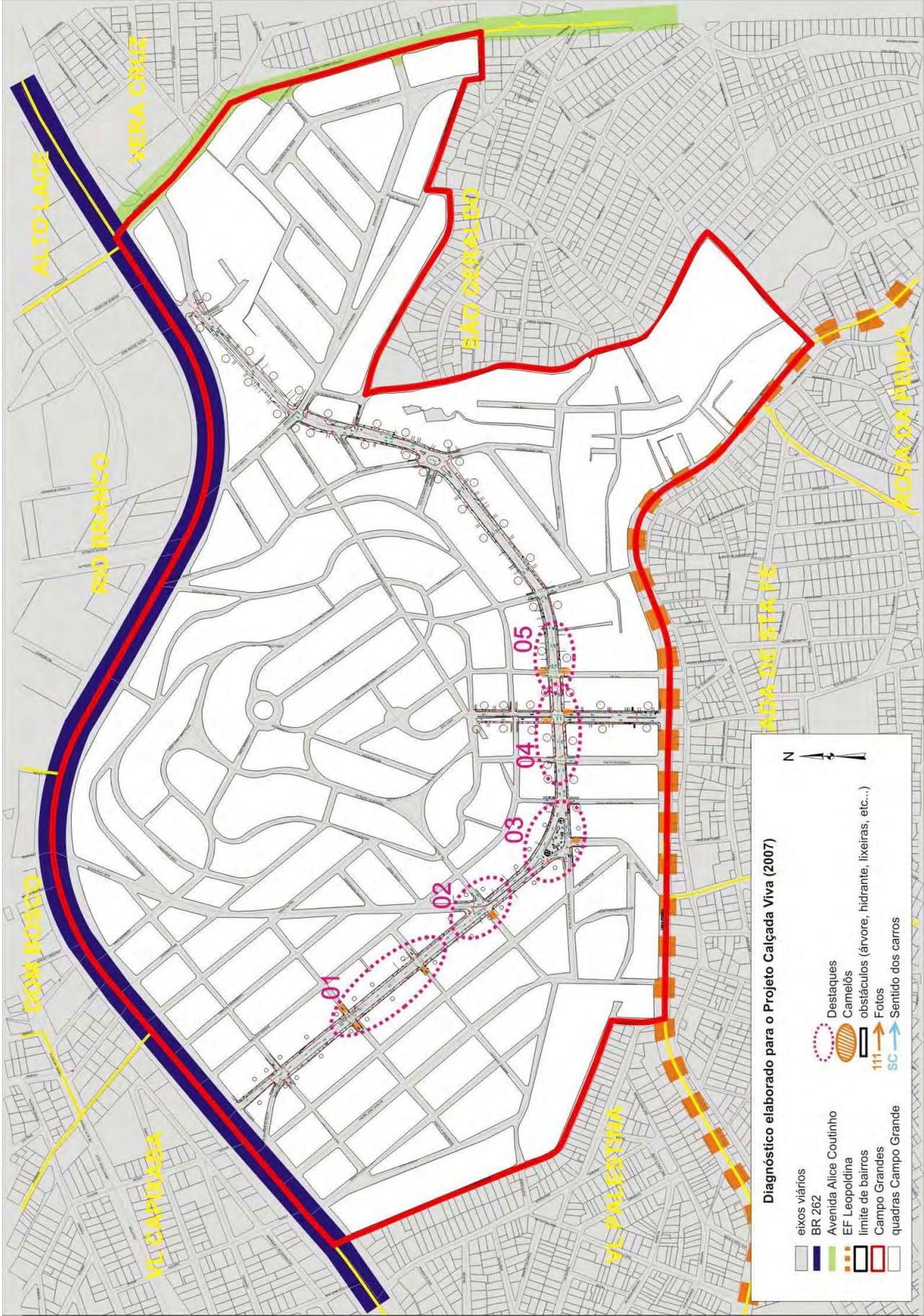


Figura 90: Diagnóstico elaborado para o Projeto Calçada Viva. Fonte: SEMPLAD/PMC. Editado pela autora.

DIAGNÓSTICO ELABORADO A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO CAÇADA VIVA [URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA] - 2007
DESTAQUE 01



FOTO 227

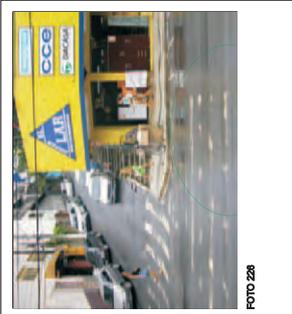


FOTO 228



FOTO 225

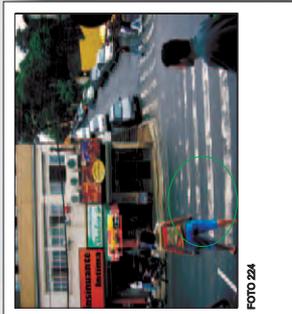


FOTO 224



FOTO 223A

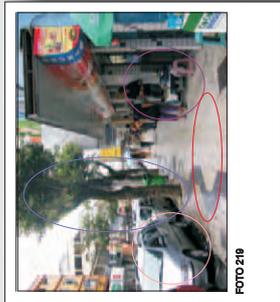


FOTO 218



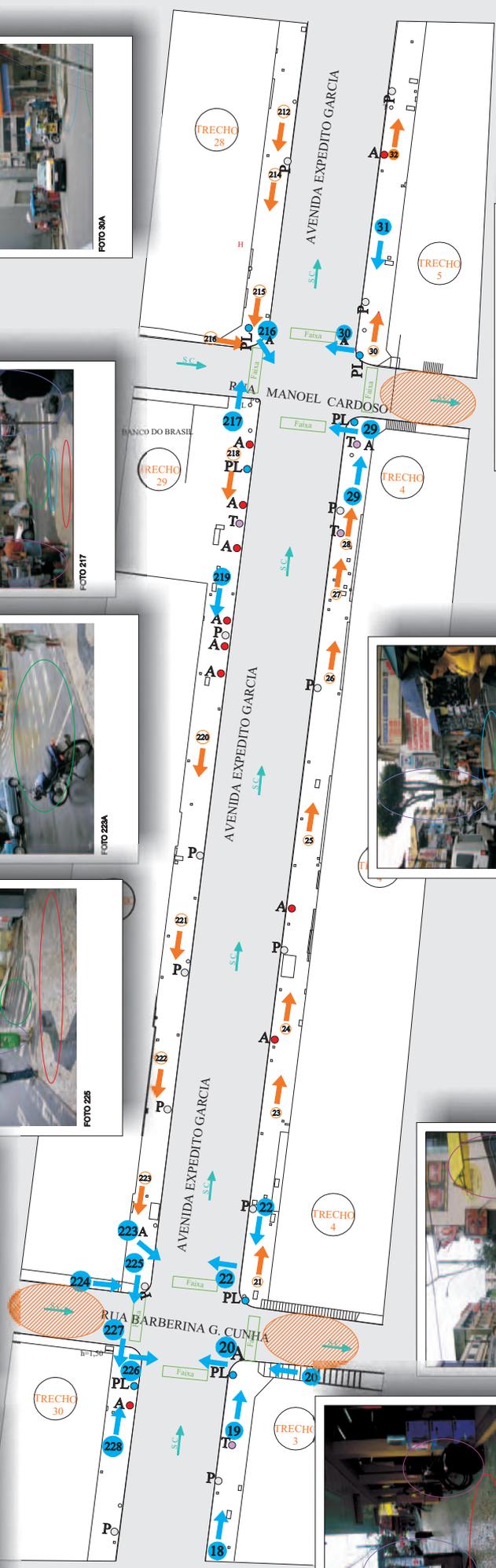
FOTO 217



FOTO 208A



FOTO 208A



LEGENDA

- CAMELOS
- CAIXAS DIVERSAS
- ÁRVORE
- HIDRANTE
- LUZ LINEIRA
- PLACA DE SINALIZAÇÃO
- POSTE
- SEMÁFORO
- CABINE TELEFÔNICA
- FOTOS
- FOTOS EM DESTAQUE
- SENTIDO DOS CARROS

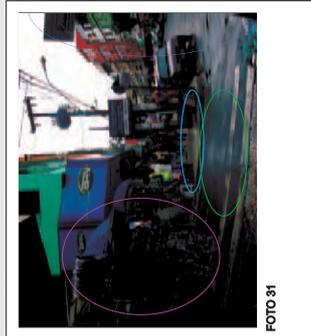


FOTO 31



FOTO 28A



FOTO 28



FOTO 22



FOTO 19



FOTO 18

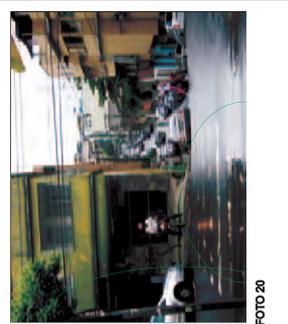


FOTO 20

A) **DESTAQUE 01:** Trecho compreendido entre as ruas Barberina G. Cunha e Manuel Cardoso (Figura 91).

A Rua Barberina G. Cunha atravessa transversalmente a Av. Expedito Garcia. A Figura 91 apresenta a sobreposição entre os trechos analisados e as algumas fotos identificadas em cada trecho. No contexto da elaboração do diagnóstico para o Projeto de Urbanização e Paisagismo da Av. Expedito Garcia, o Calçada Viva (2007), a rua apresentava camelôs nos dois lados em que faz encontro com a avenida, não sendo especificado, no mapeamento, o local exato de apropriação (esquina ou extensão da calçada) ou o número de camelôs existentes em cada região.

A figura 92 ilustra a presença de um camelô vendendo CD e DVD (em destaque com retângulo tracejado em vermelho) em frente ao comércio (loja de móveis), apropriando-se das paredes da loja para expor sua mercadoria. Nota-se, também, a presença de uma escadaria, o que confirma a inclinação da rua neste trecho, fato que dificulta a fixação de barracas de camelôs.



Figura 92: No mapeamento, foto 226 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

Ao analisar a figura 93, observa-se que a mesma esquina encontra-se ocupada agora por dois camelôs; o vendedor de CD e DVD da figura anterior (92) permanece na calçada e, em parte da rua Barberina G. Cunha, um camelô utiliza uma barraca. Nota-se, contudo a dificuldade do camelô na montagem da barraca, devido, principalmente, à inclinação da via.



Figura 93: No mapeamento, foto 22 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.



Figura 94: No mapeamento, foto 20 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

Do outro lado da avenida, o mapeamento indica a mesma marcação alaranjada para demarcar a presença de camelôs, porém, tal informação não se confirma com a observação da figura 94 – foto 20 do levantamento fotográfico. Neste trecho observa-se, portanto, uma incompatibilidade no Diagnóstico do Projeto Calçada Viva entre mapeamento e relatório fotográfico.

Em outro trecho do mapeamento, a Rua Manuel Cardoso apresenta, no encontro com a avenida outra indicação da presença de camelôs (ver figura 91). As figuras 95 (foto 216 A) e 96 (foto 216) confirmam a existência de dois camelôs no lado direito, um ocupando a calçada sem estrutura de fixação e outro na rua utilizando uma barraca. No lado esquerdo, nota-se também a presença de um camelô na rua.



Figura 95: no mapeamento, foto 216A do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.



Figura 96: No mapeamento, foto 216 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

É importante ressaltar que o mapeamento do projeto não apresenta a localização de camelôs no trecho da esquina entre a Rua Manoel Cardoso com a Av. Expedito Garcia, indicado no mapeamento como Trecho 28 e 29. Porém, através do relatório fotográfico, foi constatada a presença de dois camelôs: um vendedor de alimentos (churros), aproveitando-

se da extensão generosa da calçada, e outro de artigos variados, em uma barraca implantada na rua.



Figura 97: No mapeamento, foto 29 A do levantamento fotográfico da PMC
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

Nesta primeira análise, notam-se, mais uma vez, as deficiências encontradas no diagnóstico do Projeto Calçada Viva. Deficiências estas que se refletem em projeto quando, por exemplo, não há um pré-dimensionamento que busque avaliar a capacidade de absorção da estrutura proposta para abrigar os camelôs frente ao efetivo número de comerciantes informais existente na avenida.

De todo modo, cabe um questionamento quanto à preocupação do poder público em elaborar, avaliar e viabilizar projetos de intervenção urbana desprendidos de uma política integrada, onde as análises sociais, econômicas, urbanísticas e ambientais deveriam caminhar juntas.

DIAGNÓSTICO ELABORADO A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO CAÇADA VIVA [URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA] - 2007

DESTAQUE 03



FOTO 184



FOTO 195



FOTO 46

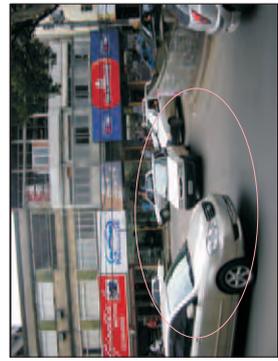


FOTO 45



FOTO 54



FOTO 183



FOTO 52A



FOTO 52



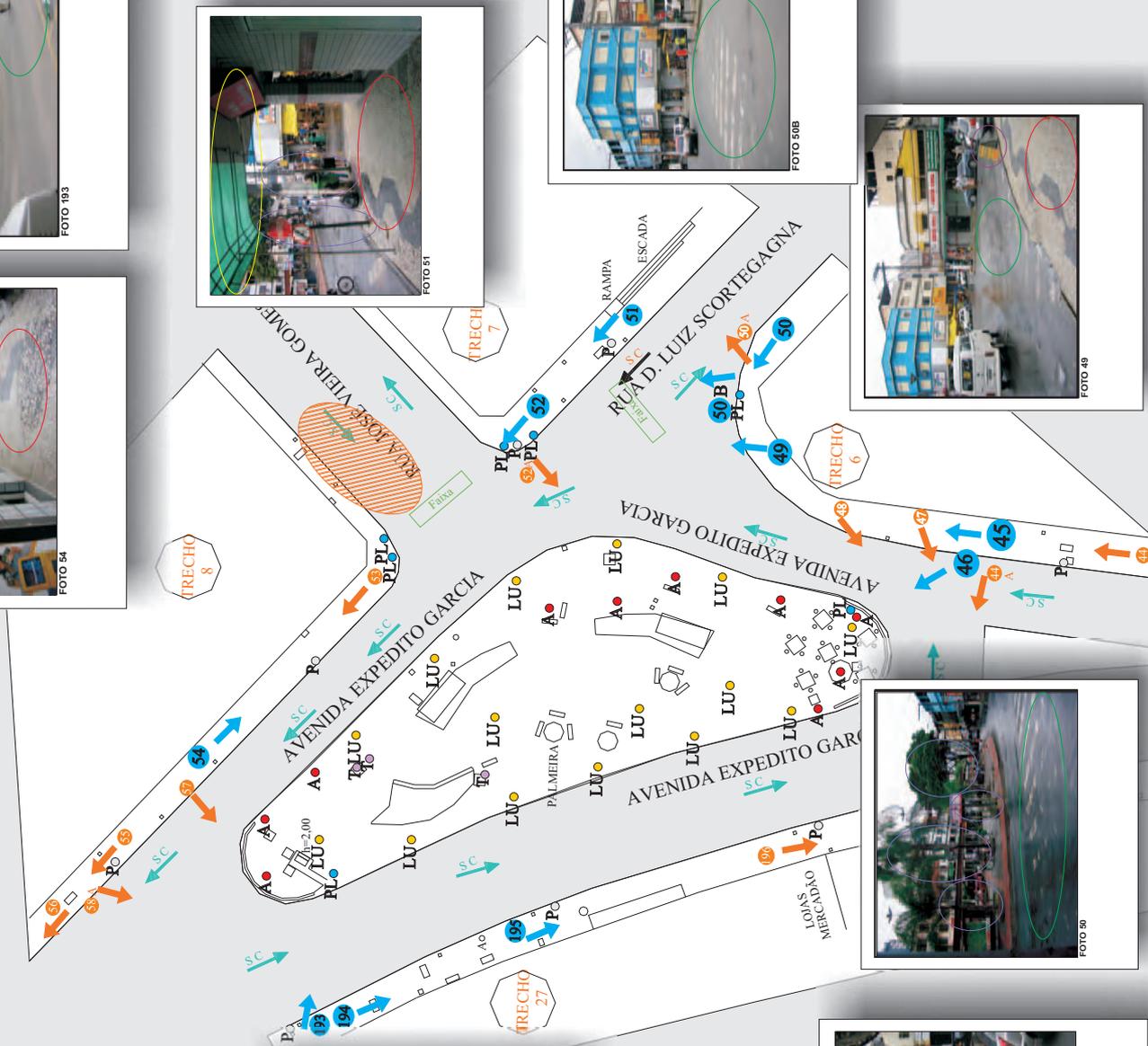
FOTO 50B



FOTO 48



FOTO 56



LEGENDA

- CAMELÔS
- CAIXAS DIVERSAS
- ÁRVORE
- HIDRANTE
- LIXEIRA
- PLACA DE SINALIZAÇÃO
- POSTE
- SEMÁFORO
- CABINE TELEFÔNICA
- FOTOS
- FOTOS EM DESTAQUE
- SENTIDO DOS CARROS

B) **DESTAQUE 03:** Trecho compreendido pela região do entorno da Praça de Campo Grande, abordando as Ruas D. Luiz Scortegagna e José Vieira Gomes (Figura 98).



Figura 99: No mapeamento, foto 50 B do levantamento fotográfico da PMC
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

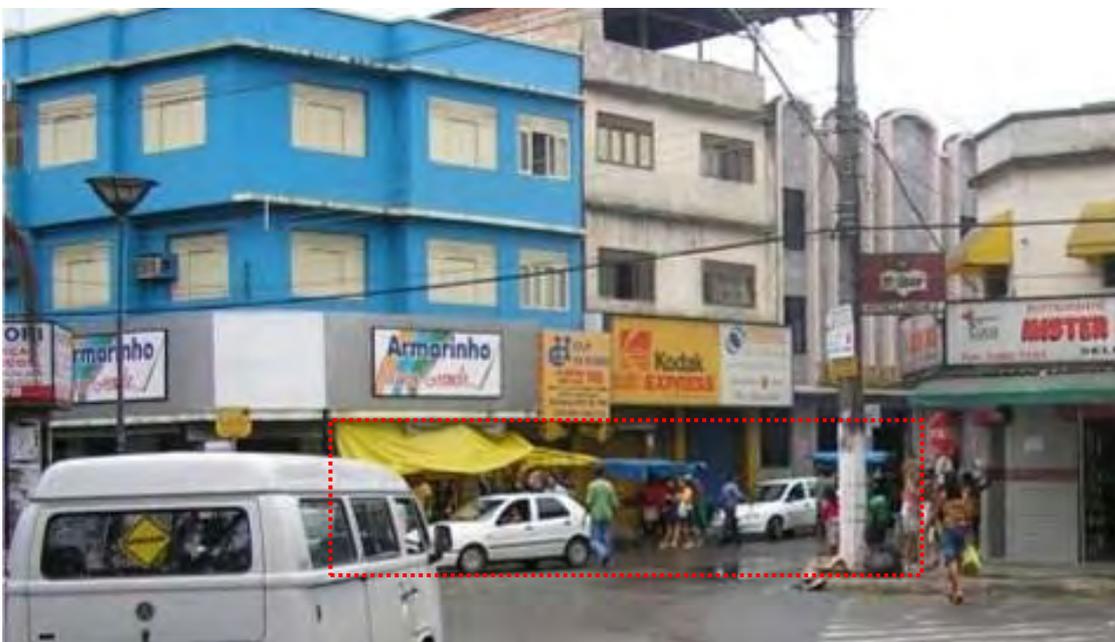


Figura 100: No mapeamento, foto 49 do levantamento fotográfico da PMC
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.



Figura 101: No mapeamento, foto 52 do levantamento fotográfico da PMC
 Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

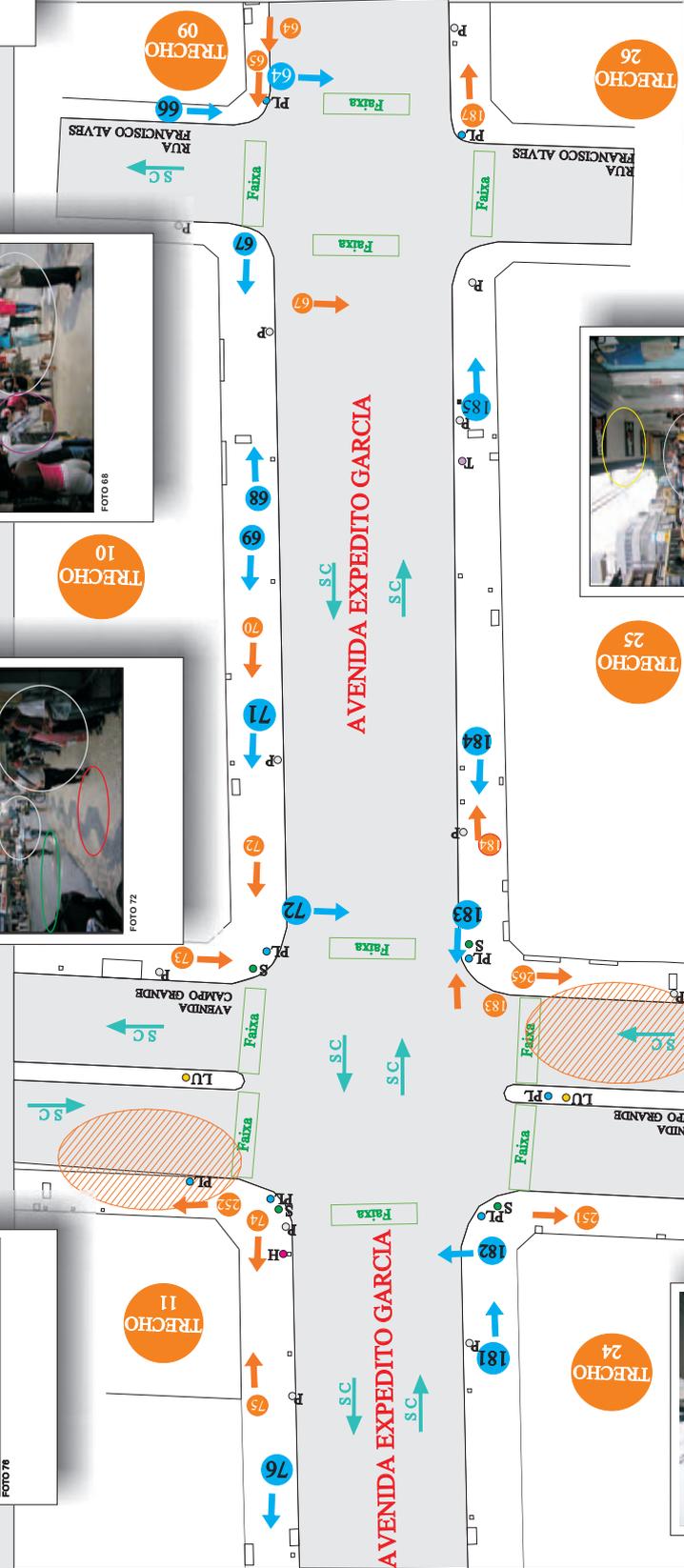
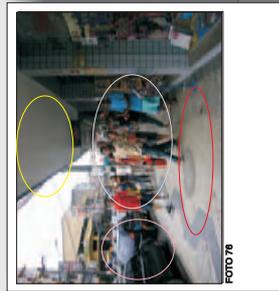
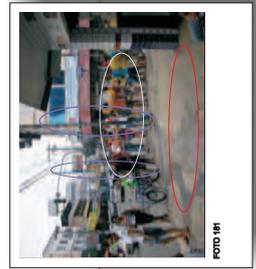
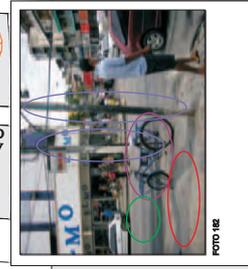
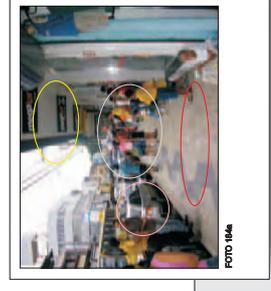
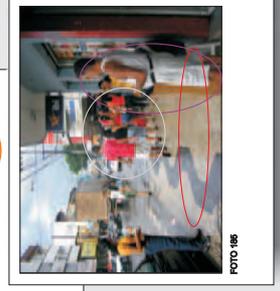
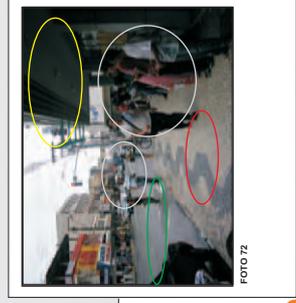
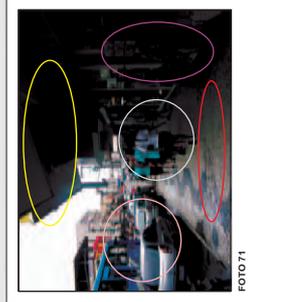
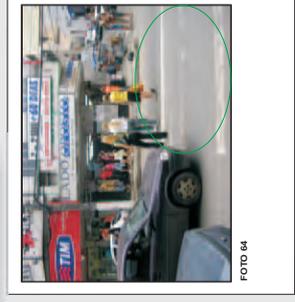
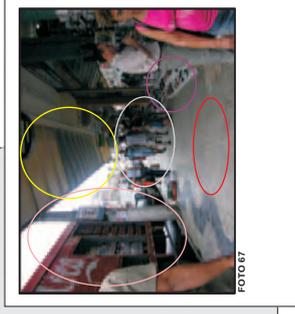
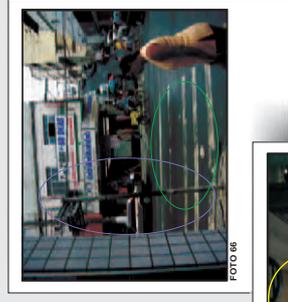
A sequência das figuras 99, 100 e 101 confirmam o levantamento do mapeamento, apresentando a existência de camelôs na Rua José Vieira Gomes. Deve-se atentar, porém, para uma característica importante a ser pontuada nas imagens. A figura 99 demonstra a existência de três barracas de camelôs, sendo cada uma de um proprietário. Na figura 100, obtida pelo mesmo ângulo da figura 101, há a impressão de apenas duas barracas de camelô; isso ocorreu devido ao fato de terem sido fotografadas em dia de chuva, razão pela qual os camelôs se uniram e cobriram suas barracas com uma espécie de lona amarela, que protege os produtos expostos fora da cobertura das barracas unitárias.

A figura 100, portanto deixa nítida esta intenção; caso não houvesse a nova estrutura comum, os produtos expostos ficariam desprotegidos da chuva. Alerta-se ainda para a relação existente entre o comerciante informal e sua estrutura de venda e a estrutura do comércio formal. As paredes, grades ou degraus das lojas formais são utilizados não apenas como suporte para exposição de suas mercadorias, mas como extensão de área de venda do camelô, que extrapola o limite das ruas (por eles estipulado) criando uma relação de “inquilinismo”.

DIAGNÓSTICO ELABORADO A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO CAÇADA VIVA [URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA] - 2007
DESTAQUE 04

LEGENDA

-  CAMELÔS
-  CAIXAS DIVERSAS
-  ÁRVORE
-  HIDRANTE
-  LIXEIRA
-  PLACA DE SINALIZAÇÃO
-  POSTE
-  SEMÁFORO
-  CABINE TELEFÔNICA
-  FOTOS
-  FOTOS EM DESTAQUE
-  SENTIDO DOS CARROS



C) **DESTAQUE 04:** Trecho compreendido entre a Avenida Campo Grande e a Rua Francisco Alves (Figura 102)

O mapeamento do projeto apresenta a existência de camelôs apenas nos dois braços da Av. Campo Grande, porém o relatório fotográfico registra imagens de camelôs que utilizam elementos flexíveis e de fácil locomoção para exporem seus produtos. Na figura 103, vê-se a presença de um camelô vendendo toalhas de mesa e utilizando como suporte para o produto o próprio corpo.



Figura 103: No mapeamento, foto 72 do levantamento fotográfico da PMC
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

A Av. Campo Grande é a via mais larga entre as vias que cortam a Av. Expedito Garcia. Tal característica, aliada ao baixo movimento de veículos e aos aspectos geográficos no que diz respeito à morfologia, estando em um trecho plano da região, além da localização estratégica, no meio da Av. Expedito Garcia, conferem à Av. Campo Grande relevantes aspectos para a apropriação pelos comerciantes informais.

As figuras 104 e 105 confirmam a localização apontada no mapeamento, retratando a presença de camelôs nas esquinas da Av. Campo Grande. Porém, as figuras 106 e 107 identificam outros trechos, onde os camelôs estão instalados e não são apresentados no mapeamento.



Figura 104: No mapeamento, foto 264 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.



Figura 105: No mapeamento, foto 249 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.



Figura 106: No mapeamento, foto 251 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.



Figura 107: No mapeamento, foto 68 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.



Figura 108: No mapeamento, foto 64 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

As figuras 107 e 108 retratam as esquinas da Rua Francisco Alves com a Av. Expedito Garcia, demonstrando a existência de camelôs se apropriando da rua. Nota-se, ainda, a grande frequência de pedestres neste trecho, que é um dos mais movimentados da avenida.

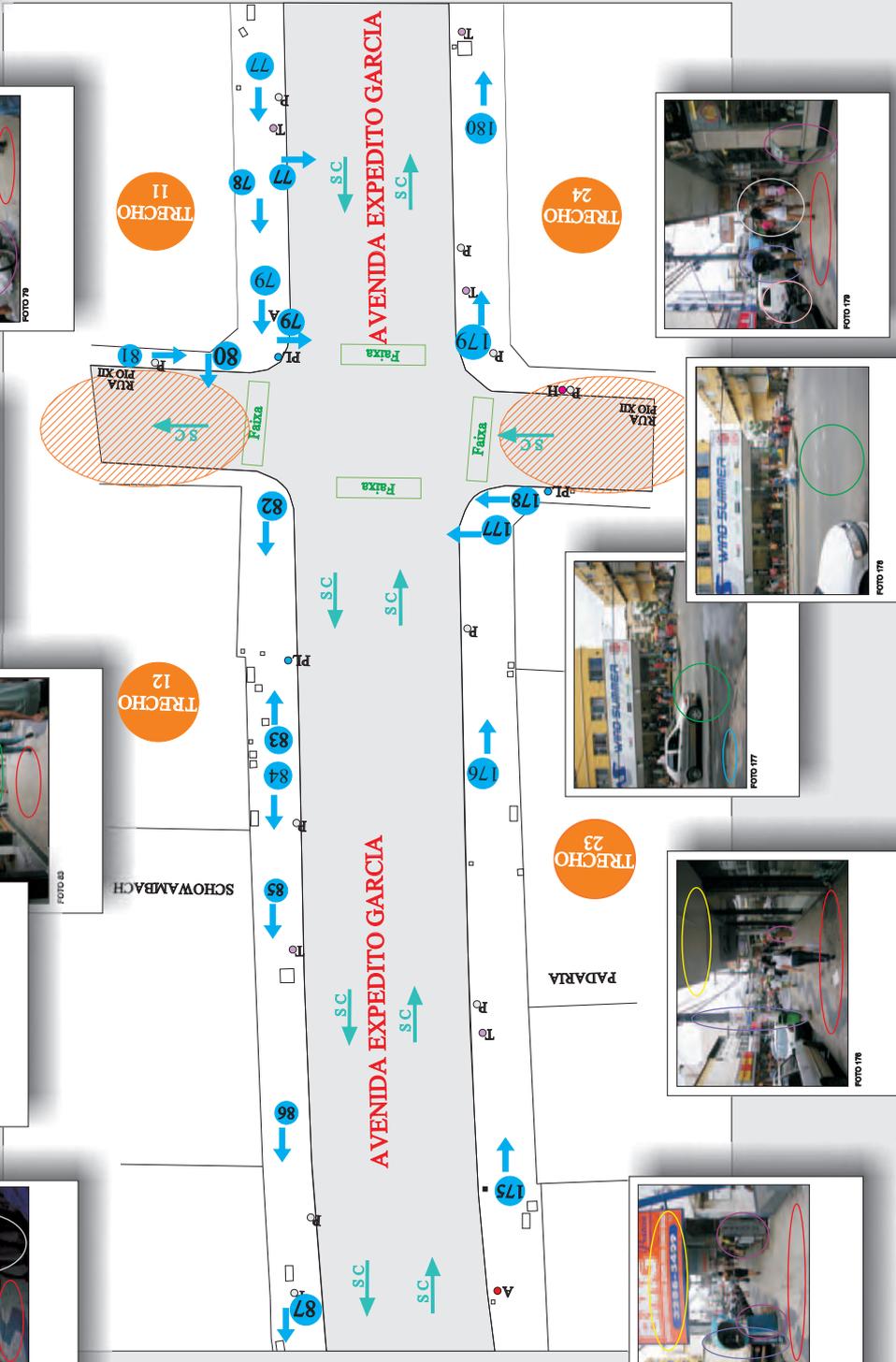
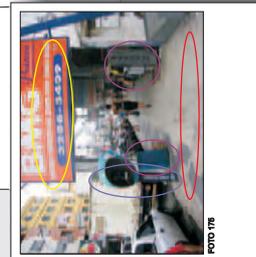
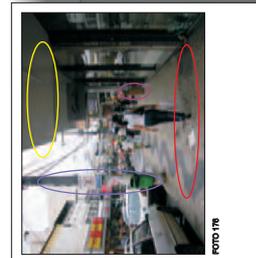
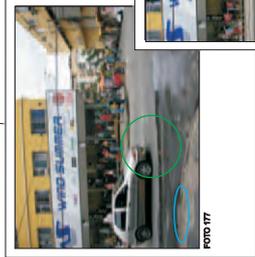
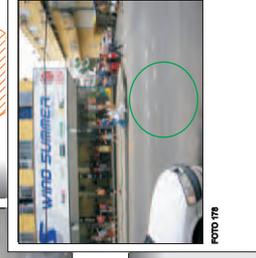
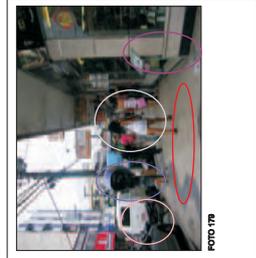
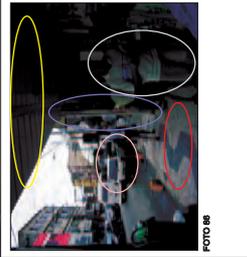
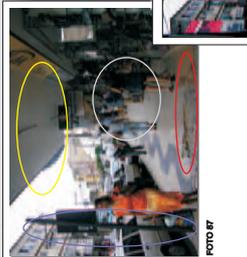
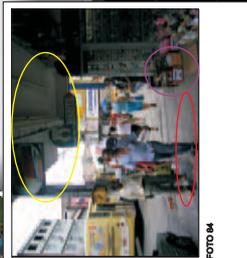
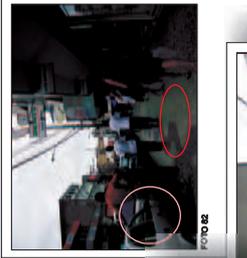
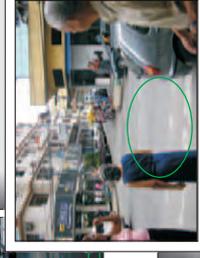
Nos mesmos trechos apontados no mapeamento pelas esquinas dos Trechos 09, 10, 25 e 26, não há nenhum registro da presença de camelôs.

DIAGNÓSTICO ELABORADO A PARTIR DOS DADOS DO PROJETO CAÇADA VIVA [URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA] - 2007

DESTAQUE 05

LEGENDA

- CAMELÔS
- CAIXAS DIVERSAS
- ARVORE
- HIDRANTE
- LIXEIRA
- PLACA DE SINALIZAÇÃO
- POSTE
- SEMÁFORO
- CABINE TELEFÔNICA
- FOTOS EM DESTAQUE
- SENTIDO DOS CARROS



D) **DESTAQUE 05:** Trecho compreendido pela Rua Pio XII e seus arredores (Figura 109).

As figuras 110 e 111 retratam as esquinas da Rua Pio XII com a Av. Expedito Garcia, demonstrando a existência de camelôs se apropriando da rua, conforme apontado no mapeamento (figura 109) do Diagnóstico do Projeto. Cabe ressaltar que este é um dos trechos apresentados com maior concentração de camelôs no espaço da rua. Nota-se, também, que entre os camelôs, a figura 111 registra, na esquina da direita, uma barraca vendendo hortaliças, fato que atualmente ocorre em quase toda a extensão da Avenida Expedito Garcia.



Figura 110: No mapeamento, foto 117 do levantamento fotográfico da PMC.
Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.



Figura 111: No mapeamento, foto 172 A do levantamento fotográfico da PMC.

Fonte: SEMPLAD/PMC, 2006.

Os mapeamentos apresentados nas figuras 91, 98, 102 e 109 apresentam recortes da Avenida Exedito Garcia e, sobrepostos a eles, algumas fotos que fazem parte do levantamento de campo realizado durante o diagnóstico do Projeto de Urbanização e Paisagismo da Avenida Exedito Garcia. Uma grande crítica ao diagnóstico é a sua superficialidade e incoerência, já que se pode observar através das fotos outros pontos onde os comerciantes se fazem presentes e que não foram mapeados, como demonstrado em vários trechos acima.

Os mapas ilustram a presença dos comerciantes informais, porém também validam a necessidade da intervenção proposta. Intervenção esta que sofre com os percalços citados, além da falta de conscientização dos comerciantes formais no tratamento do acesso a suas lojas. Nesse sentido, é importante relatar que, em se tratando um projeto de iniciativa da CDL, era de se esperar maior compreensão dos lojistas no sentido de intervirem em seus espaços de forma a proporcionar acessibilidade a todos.

Embora o Calçada Viva não tenha evoluído para a construção de uma política municipal de cuidado e planejamento dos espaços públicos, ele oferece uma grande possibilidade de discussão. O projeto abriu espaço para a temática do comércio informal, primeiro como obstáculo nas calçadas e depois como possibilidade de acréscimo na economia da micro e pequena empresa. Nesse sentido, vê-se surgir entre as ações da Prefeitura, outras possibilidades de avaliação. Os resultados dessa nova possibilidade ainda não foram tabulados. A SEMDETUR não possui um estudo aprofundado sobre os comerciantes informais que ingressaram no mercado formal através da Lei 128, que será melhor explanada no próximo tópico.

3.2.3 Coordenação de Postura Municipal: cadastro e fiscalização – diurno

Na estrutura administrativa da PMC, a Coordenação de Postura atualmente faz parte da Gerência de Controle Urbano da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUR), após a reforma administrativa realizada em maio de 2009. Anteriormente, o controle e a fiscalização, realizados pela Coordenação, era responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Trânsito (SEMSUT), enquanto a Gerência de Controle Urbano era lotada na Secretaria Municipal de Obras (SEMOB) e não existia a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação, sendo esta parte da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano (SEMPHAD).

Pode-se observar que, durante algum tempo, as políticas de Desenvolvimento Urbano de Cariacica estiveram descentralizadas e distribuídas entre diversas secretarias, o que dificultou o trabalho de planejamento e fiscalização do espaço público municipal.

O Código de Postura Municipal foi instituído junto com o Código de Obras em 1971, e é por ele, na medida do possível, que as ações da Coordenação de Postura são pautadas.

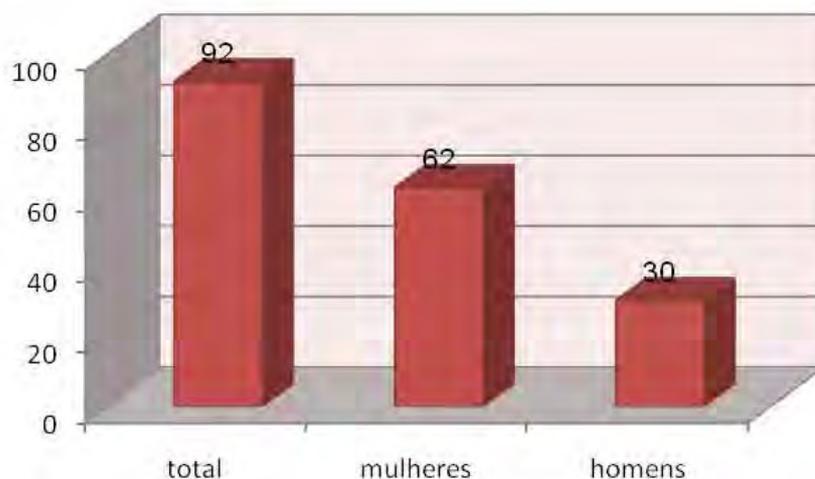
Nos primeiros contatos com a Coordenação de Postura, observou-se a existência de uma equipe pequena e sem estrutura de ação, responsável por toda a fiscalização municipal que envolve a liberação de eventos (fechamento de vias) em espaços públicos, as feiras livres, os terrenos baldios, os cemitérios municipais, entre outros. No que diz respeito ao comércio informal, as abordagens são realizadas especialmente na Avenida Exedito Garcia, e objetivam fiscalizar o tipo de mercadoria vendida e o aparecimento de novos comerciantes.

Nesse sentido, desde 2004, a Coordenação possui um cadastro dos comerciantes existentes nas ruas de Campo Grande. Não dispondo de um local adequado para o armazenamento das mercadorias apreendidas, a própria sala do coordenador é utilizada como depósito. Ainda assim, a apreensão de mercadorias, conforme relato do Coordenador, só é possível em ações com a participação da polícia federal.

Em entrevista, o Coordenador de Postura Antônio Cezar Martins, relatou a existência do cadastro, elaborado em 2004 pela equipe da coordenação, afirmando que, embora na coordenação exista apenas um arquivo referente a este cadastro, ele é periodicamente atualizado, ou seja, o arquivo de cadastro dos comerciantes informais, disponibilizado pela PMC, é referente a 2009. A lista de cadastros foi realizada de forma preliminar, contendo: nome completo, sexo, tipo de mercadoria vendida e endereço do ponto de trabalho.

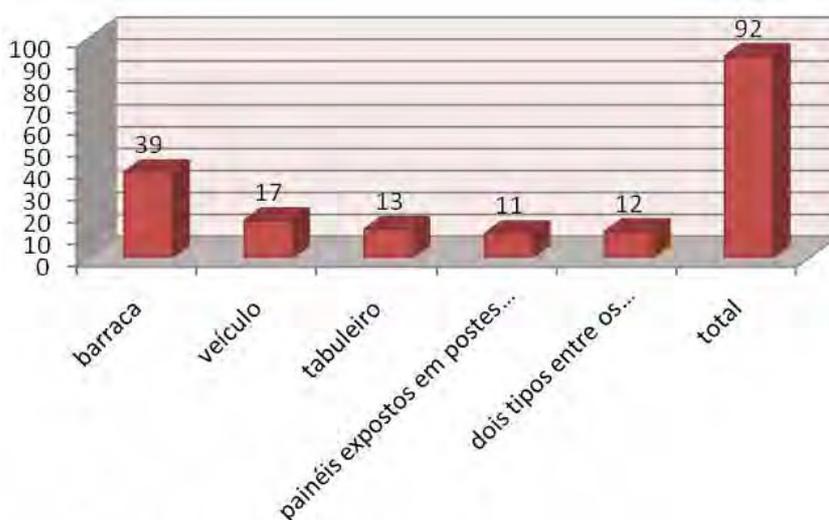
A existência do cadastro gerou uma possibilidade de análise de dados na qual se pôde traçar um perfil do comerciante informal da Avenida Exedito Garcia, em 2009, abordando quatro pontos: localização, tipo de mercadoria, tipo de instalação e o sexo do comerciante. Como a PMC não possui nenhum mapeamento desses comerciantes, optou-se por elaborá-lo, para melhor apresentação dos dados oficiais.

Durante os 5 (cinco) anos passados (2004-2009) foram levantados 92 (noventa e dois) pontos de atuação de comerciantes informais nas imediações da Avenida Exedito Garcia. Destes, 62 (sessenta e dois) são mulheres (perfazendo um total de 67,4%), e 30 (trinta) são homens (32,60%), demonstrando um predomínio de mulheres nesse tipo de atividade, o que pode ser justificado pela maior porcentagem de mulheres desempregadas.

Gráfico 5: Comerciantes Informais na Av. Expedito Garcia - 2009

Fonte: SEMSUT/PMC, 2009.

Com relação ao tipo de instalação, foram levantadas quatro diferentes formas de apropriação do espaço público, sendo elas: com barraca, tabuleiro, painel ou veículo. Alguns comerciantes utilizam dois dos tipos de instalação apresentados. Sendo assim, pode-se observar que, dos 92 comerciantes, a maior parte, 39 (trinta e nove) comerciantes (42,39%), utiliza apenas uma barraca para a exposição de seus produtos. Seguindo a análise, 17 (dezessete) comerciantes usam algum tipo de veículo (18,47%), 13 (treze) utilizam apenas um tabuleiro (14,13%) e 11 (onze) utilizam painéis expostos em postes, paredes ou outro tipo de estrutura não especificada pela lista disponibilizada (11,95%). Os demais 12 (doze) comerciantes (13,04%) mescla o uso de dois ou mais tipos de instalação para apropriação do espaço público e exposição de suas mercadorias.

Gráfico 6: Tipo de estrutura para expor a mercadoria

Fonte: SEMSUT/PMC, 2009

Com relação ao tipo de mercadoria vendida, é possível notar grande semelhança entre os comerciantes informais do restante da cidade e mesmo dos demais centros da região

metropolitana. As mercadorias vão desde artigos pirateados, falsificados, ou de origem duvidosa, como bonés, óculos, brinquedos, eletroeletrônicos, peças de celular, calçados, DVD's e CD's, entre outros, até artigos mais comuns de revenda ou fabricação própria, como bijuterias, roupas, panos de prato e outros tipos de artesanato e alimentos, como: cocada, churros, salgados e mesmo água de coco. Entre os serviços oferecidos, estão os pequenos consertos, e não há nenhum item à venda que se destaque como uma alguma especialidade do local ou da região, como ocorre, por exemplo, com as fitinhas do Senhor do Bonfim, em Salvador, ou com o bolo de rolo, em Recife.

O levantamento cadastral, apresentado pela Coordenação de Postura, não possui um mapeamento das informações. Embora os comerciantes informais estivessem identificados por endereços (rua onde estão localizados), o cadastro não apresenta a forma exata de apropriação, não sendo possível, por exemplo, saber se estão localizados na calçada da via ou na própria rua, e tampouco a que distância da avenida se encontram. Porém, diante da atual condição de apropriação, acredita-se que o cadastro faça referência às esquinas com a Expedito Garcia. Ainda assim, optou-se pela espacialização do levantamento através da inserção de manchas nas ruas, conforme o mapa apresentado na figura 112. Cabe ressaltar que tal mapeamento foi elaborado pela autora de posse das informações levantadas pela Coordenação de Postura.

A divisão apresentada consiste, portanto, na definição de índices de concentração de comerciantes informais por rua, levando-se em conta a rua com maior número de comerciantes, pintada em tom ocre e possuindo acima de 11 comerciantes. Em seguida, na cor amarela concentram-se entre 6 e 10 comerciantes e, na cor preta, de zero a cinco comerciantes informais. Como não há registros de comerciantes informais ao longo da avenida (fora das esquinas), assim como nas demais ruas que vão de encontro a ela, optou-se por representá-las em preto.

Pode-se notar a maior concentração de comerciantes informais na região central da Avenida, compreendida entre as ruas José Vieira Gomes, Rua Gil Veloso, Rua Belarmino Freire Assis, Rua Francisco Alves, Av. Campo Grande, Rua PIO XII e Rua 15 de novembro. Nota-se, ainda, que a maior concentração de comerciantes informais está no trecho de maior circulação de pessoas, onde se localizam as agências bancárias e a praça principal.

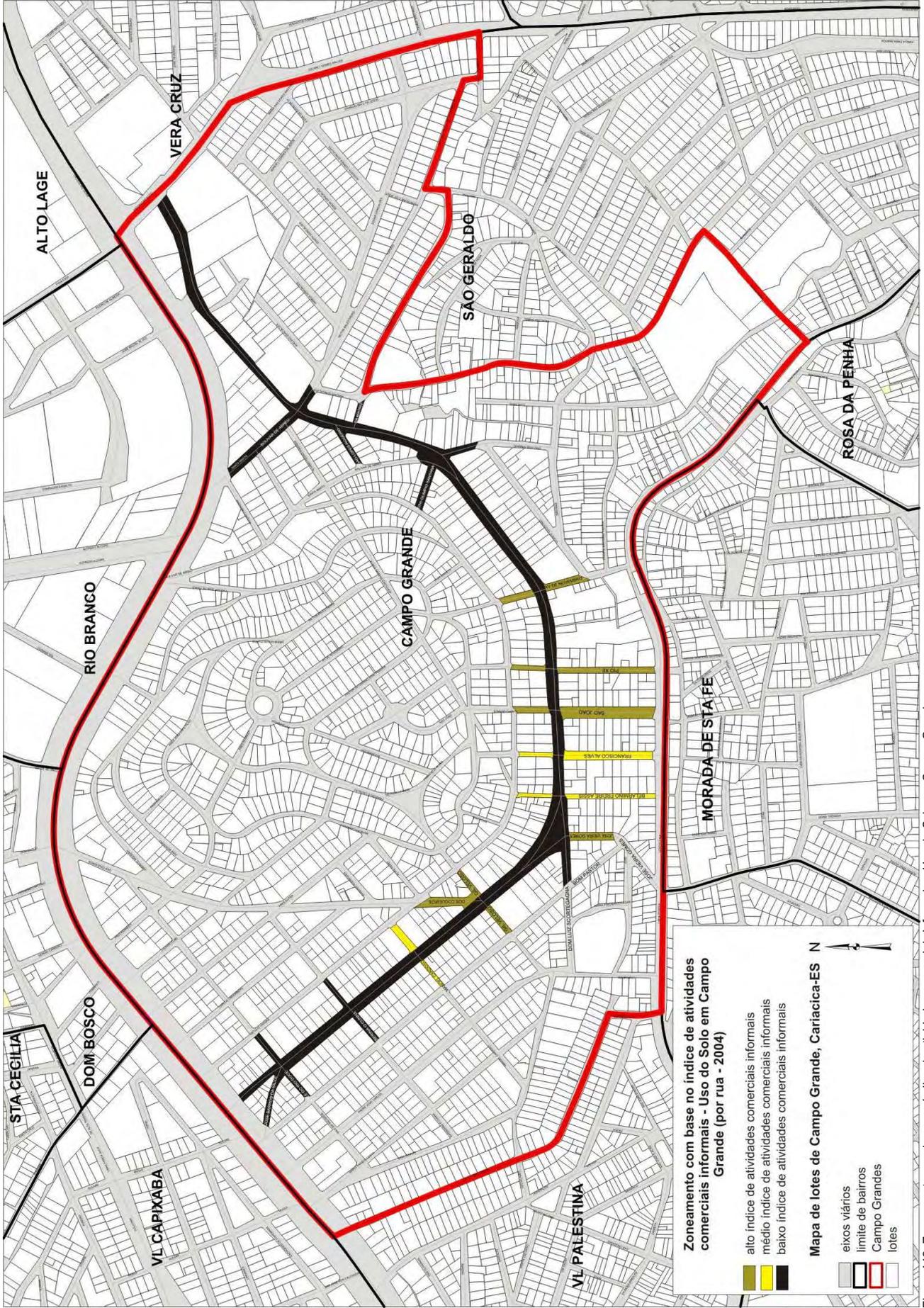


Figura 112: Zonamento com base no índice de atividades comerciais informais – Uso do Solo em Campo Grande.

Atualmente, a política de apoio e desenvolvimento à micro e pequena empresa tem analisado a informalidade como uma nova possibilidade. Buscando atrair o máximo de comerciantes informais para a formalidade, a aprovação da Lei Complementar nº 128⁴⁰ tem tido grande rebatimento em Cariacica. Equipes de trabalho de diferentes secretarias, entre elas a SEMFI, SEMDETUR e SEMDUR se mobilizaram na elaboração de estratégias para o incentivo da formalização do comerciante informal.

A Praça Principal em Campo Grande tornou-se um grande escritório de conscientização, onde a Prefeitura esclarecia as dúvidas da população, inserindo a Lei como uma política municipal. Paralelamente a isso, a Coordenação de Postura promoveu, em 2010, nova atualização do cadastro existente e iniciou a ação de padronização das barracas dos ambulantes de Campo Grande.



Figura 113: Barracas padronizadas pela PMC na Rua José Vieira.
Fonte: Arquivo da autora. Abril, 2010.

A padronização de barracas é uma medida adotada pela PMC nas feiras livres buscando a criação de um ambiente organizado, ainda que informal. Na Av. Exedito Garcia poucas barracas foram padronizadas e a escolha se deu entre os ambulantes cadastrados mais antigos. Embora o objetivo seja organizar o espaço público urbano ocupado informalmente, a padronização, segundo informações dos próprios ambulantes, não cumpre seu objetivo. As barracas são pequenas, de aparência frágil e, como a diversidade de oferta é uma das

⁴⁰ A Lei foi aprovada em de 19 de dezembro de 2008 e tem como finalidade Alterar a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterar as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dar outras providências.

principais características dos comerciantes informais, não atendem às demandas exigidas para a exposição das mercadorias.

3.2.4 Coordenação de Postura Municipal: cadastro e fiscalização – noturno

Após as 18h, a Av. Expedito Garcia ganha uma nova ambiência. Sendo um bairro consolidado, com poucos edifícios vazios e tendo o comércio diurno como principal atividade de renda, Campo Grande enfrenta problemas semelhantes a outros centros urbanos, estando entre eles a ausência de vida noturna.



Figura 114: Avenida Expedito Garcia durante o dia.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto, 2009.

Ao levantar o questionamento do que seria a Avenida Expedito Garcia após a movimentação intensa do dia (ver figura 114), desvendou-se um território não menos complexo e diversificado. Na avenida, são oferecidos lanches rápidos, bebidas, refeições e aperitivos em um ambiente de diversão e descontração. Os usuários são moradores do bairro de Campo Grande e arredores e, principalmente, os estudantes das duas faculdades localizadas próximas à avenida.



Figura 115: Avenida Expedito Garcia durante a noite.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto, 2009.

A figura 115 revela a movimentação noturna da avenida no mesmo trecho retratado na figura 114. Diante deste panorama, a PMC, desde o Projeto Calçada Viva, iniciou uma discussão acerca de como intervir na avenida de maneira contínua. Inicialmente, pensou-se na proposta da criação de um espaço público semelhante às feiras livres, onde durante o dia os ambulantes expusessem suas mercadorias e, à noite, o lugar seria uma praça alimentação.

A intervenção projetual não foi concretizada e, buscando continuar a discussão, a Coordenação de Postura com a supervisão da Gerência de Controle Urbano iniciou um estudo da situação dos ambulantes noturnos da Av. Expedito Garcia. Foram realizados levantamentos de campo com a aplicação de questionários a todos os comerciantes informais noturnos e, de forma integrada, a Coordenação de Postura, a Gerência de Vigilância Sanitária e o responsável pela aplicação e incentivo da Regularização dos Empreendedores Individuais se uniram em prol da finalização da informalidade municipal.

Durante o levantamento de campo foram identificados vários pontos a serem considerados para a permanência ou não dos comerciantes informais. Itens relacionados aos seguintes fatores:

- I. Segurança: redução da utilização de botijões de gás acondicionados de qualquer forma;

- II. Vigilância sanitária: eliminação da utilização de produtos altamente perecíveis quando armazenados fora da temperatura ideal;
- III. Resíduos: redução e coleta seletiva do lixo gerado e redução do derramamento de resíduos (como óleo de fritura) diretamente nas galerias pluviais.



Figura 116: Estrutura de barraca utilizada por comerciante informal noturno. Destaque para o número de botijões de gás ao lado da estrutura da barraca. Fonte: Arquivo da autora. Campo Grande, Abril/2010.

Após os estudos de campo, a equipe da PMC elaborou um relatório contendo sugestões de posicionamentos a serem adotados diante da atividade, da realidade local e da Lei Complementar 128. Sendo assim, a equipe traçou o perfil do empreendedor individual cariacaquense, que deveria:

- I. Possuir o comércio como única fonte de renda;
- II. Padronizar o espaço utilizado para uma área de no máximo 6 m², com horário de funcionamento de 18h às 23h;
- III. Não utilizar mesas e cadeiras, restringindo-se à utilização de, no máximo, 10 bancos;
- IV. Utilizar apenas uma botija de gás, com o tratamento adequado e seguro;
- V. Responsabilizar-se individualmente pela destinação final do óleo produzido;
- VI. Padronizar uniformes e identificação pessoal;

- VII. Não utilizar projeção de imagens e respeitar a legislação ambiental referente à poluição sonora;
- VIII. Instalar as barracas após o fechamento das lojas formais, respeitando, inclusive, as épocas de horário especial de funcionamento, como o Natal;
- IX. Proibir ligações clandestinas de energia, devendo o empreendedor solicitar ligação oficial à concessionária responsável (ESCELSA).

A apresentação do perfil do comerciante ideal é, no mínimo, equívoca. O perfil não trabalha os pontos levantados na pesquisa, não leva em consideração a intenção dos comerciantes informais e, mais uma vez, impõe condições antes de criar alternativas.

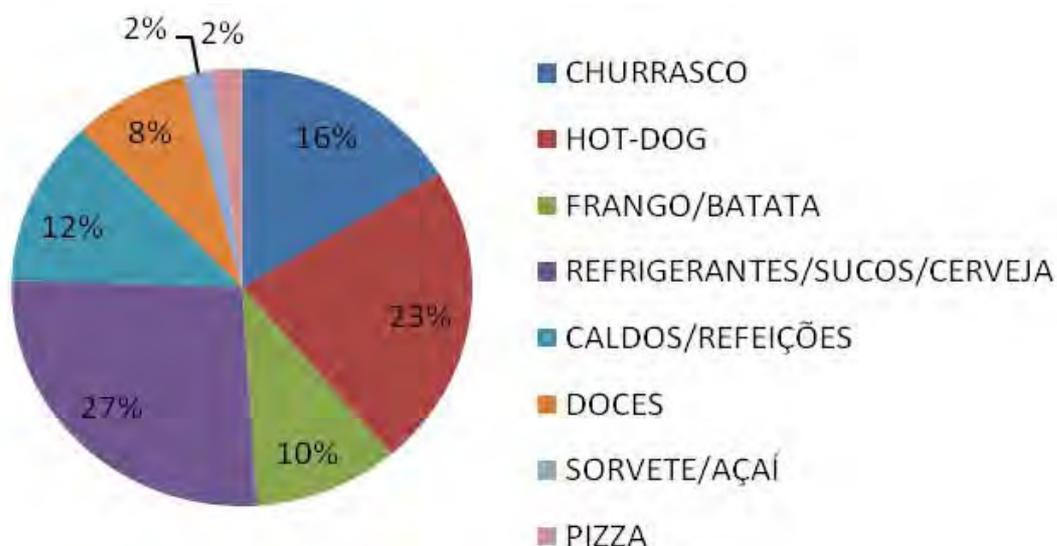
A continuidade do estudo e desenvolvimento de um plano de ação para os comerciantes noturnos encontra-se paralisada, segundo informações da Coordenação de Postura, por falta de orçamento. Porém, é clara a necessidade de uma supervisão mais consistente junto à Coordenação para a constituição de uma política ou mesmo de normativas.



Figura 117: Barraca de comerciante informal com equipamentos de TV e DVD.
Fonte: Arquivo da autora. Abril/2010.

Atualmente, existem, 31 (trinta e um) comerciantes atuando no horário noturno. Os gráficos a seguir, elaborados pela equipe de fiscalização e postura da PMC, traçam o perfil desses comerciantes.

Gráfico 7: Produto Comercializado



Fonte: SEMDUR/PMC, 2010

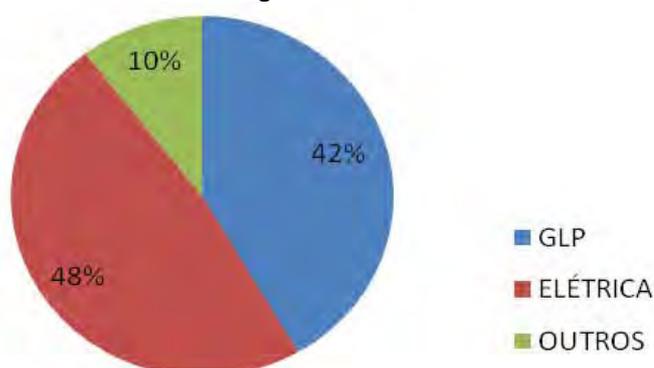
A pesquisa apresentada pela SEMDUR preocupa-se exclusivamente com os vendedores de lanches que, segundo o gráfico 7, possuem grande diversidade de oferta de mercadorias, predominando a venda de bebidas (27%) e cachorros-quentes (23%). Os comerciantes de cachorro- quente dividem-se entre barracas e automóveis adaptados, ao passo que, no caso dos demais alimentos comercializados, predomina a exposição dos produtos em suportes de barracas, como observado na figura 118.



Figura 118: Carro adaptado para venda de cachorro-quente e bebidas.
Fonte: Arquivo da autora. Campo Grande, abril/2010.

A grande preocupação nesses casos são os produtos utilizados como acompanhamentos do lanche, como molhos, maioneses, catchup e outros, que dependem de um cuidado especial para a manutenção de suas propriedades e tornam-se extremamente perecíveis em temperatura não ideal. A preocupação da vigilância sanitária é ainda maior com produtos caseiros, em que não é possível a fiscalização da produção.

Gráfico 8: Fonte de Energia



Fonte: SEMDUR/PMC, 2010

A pesquisa realizada alerta também para o tipo de energia utilizada na produção e manutenção dos alimentos comercializados, além da energia para iluminação das barracas. A predominância do uso da energia elétrica (48%) alerta para uma preocupação importante: como a avenida não está preparada para o atendimento desse tipo de comércio, as instalações elétricas são improvisadas e os famosos “gatos”, além de ilegais, podem oferecer grande risco aos usuários.

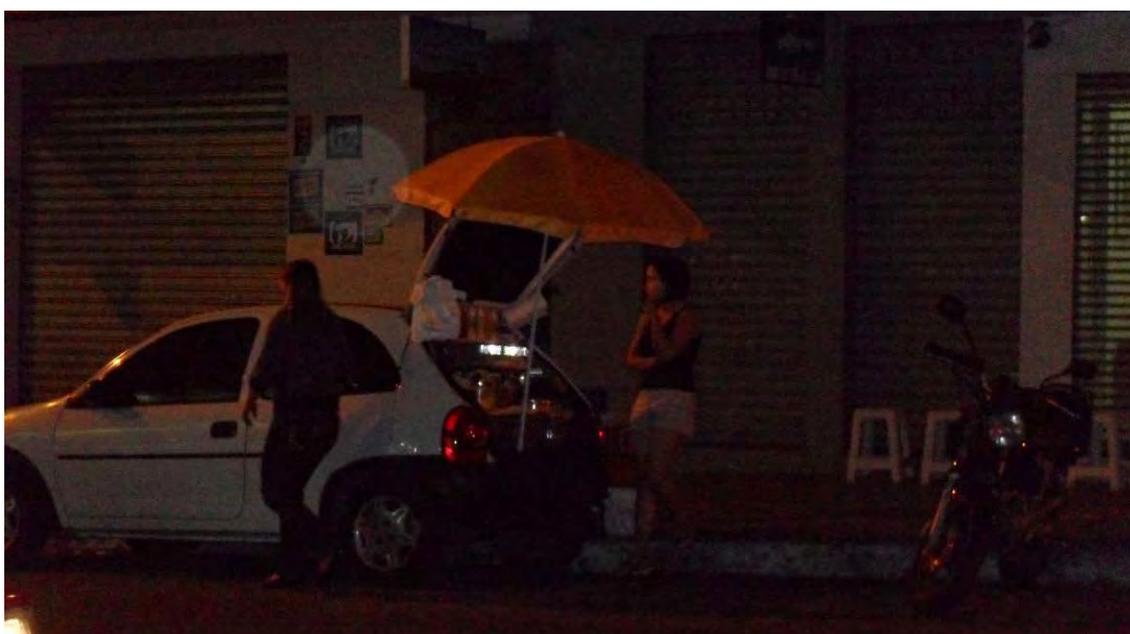


Figura 119: Carro adaptado para vender lanches sem estrutura de iluminação.

Fonte: Arquivo da autora. Abril/2010.

No período noturno não existem apenas comerciantes informais de lanches. Acompanhando a movimentação e aglomeração de pessoas nas barracas e carros encontram-se

vendedores de CD's e DVD's pirateados, além de outros produtos vendidos por descendentes orientais (roupas, óculos, relógios e outros produtos).



Figura 120: Comerciantes informais de alimentos (doces) e CD's e DVD's piratas.
Fonte: Arquivo da autora. Campo Grande, abril/2010.

Gráfico 9: Tempo de Atividade



Fonte: SEMDUR/PMC, 2010

Pelo gráfico 9 podemos observar que o comércio de alimentos na Av. Expedito Garcia, no período noturno, não é recente. Sessenta e cinco por cento dos comerciantes informais trabalham na avenida entre um e sete anos, existindo um número considerável (19%) trabalhando há mais de 8 anos.

Os estudos elaborados pela Coordenação de Postura, mais uma vez não apresentam dados especializados, sendo as informações relativas ao questionário aplicado. Dessa forma, ao

que parece, não há uma análise da inserção do comerciante informal no espaço público. Embora o questionário apresente dados relevantes, como o tipo de energia utilizada ou o tempo de trabalho, faz-se necessário um olhar mais direcionado e analítico, desprendido de determinações preestabelecidas, que busque desenvolver ou propor alternativas aos problemas já identificados, como o risco com o gás utilizado e o perigo na exposição dos alimentos, entre outros.

3.3 O COMERCIANTE INFORMAL E A APROPRIAÇÃO DA AVENIDA EXPEDITO GARCIA.

A terceira aproximação sobre a avenida será apresentada a partir de levantamentos realizados durante o período de pesquisa (2007-2010), através de prospecções *in loco*, entrevistas, análise de percursos, levantamentos fotográficos, aerofotogrametrias e mapeamentos elaborados pela autora a partir de informações fornecidas pela PMC. Algumas dessas análises foram apresentadas nos itens anteriores e agora serão sobrepostas.

Nessa fase, em especial, será levada em consideração a abordagem específica ao comerciante informal a partir de três diferentes categorias de análise, sendo elas: o tipo de mercadoria vendida; a forma como se movimenta no território e sua espacialização.

Após a escolha da região abordada pelo trabalho, partiu-se para a definição de um percurso que direcionasse o mergulho na área. Embora a Avenida Expedito Garcia seja o limite da área de estudo, é necessário ter uma maior apreensão das possibilidades de fluxo do local. Inicialmente, o trabalho possuía uma proposta de abordagem dos subcentros metropolitanos, percorrendo um caminho que revelasse a rede existente entre eles. Nesse momento, acreditou-se que uma possibilidade de materialização dessa rede surgiria através da própria malha urbana e do reconhecimento das direções de expansão dos subcentros que se deram, principalmente, através da estruturação da malha viária.

Como apresentado, um dos aspectos relevantes no processo de formação de Cariacica deu-se partir da estruturação do sistema viário, das rodovias federais. Nesse caso, o transporte público e o percurso por ele determinado foi o suporte para o traçado de análise, sendo escolhido apenas o ponto de parada em cada dia de levantamento. Partindo de Vitória em direção a Cariacica, a travessia se tornou a descoberta, revelando aspectos importantes para o levantamento específico da Avenida Expedito Garcia.

Realizado sempre a pé, o contato direto com as situações muitas vezes gerou grande dificuldade de registro fotográfico, algumas vezes pelo constrangimento do comerciante e outras pela sensação de insegurança do local.

É fato que a principal ferramenta de apreensão, além da sensibilidade do olhar, foi a câmera fotográfica. *“Máquina de captura, meio de transporte da imagem, caixa ilusionista, lugar*

onde finalmente me refugio com o olhar externo a mim mesma.”⁴¹ Ferramenta por onde seria possível ver e rever cada ponto de apropriação e registrar mesmo o que se movimenta, ou que é efêmero, o que surge naquele momento.

As entrevistas eram realizadas conforme a abertura e receptividade do ambulante, não havendo um questionário predeterminado ou mesmo um quantitativo a ser alcançado; dessa forma as informações foram registradas e são reveladas no decorrer do trabalho. Cabe ressaltar que algumas dessas entrevistas foram realizadas em algumas reuniões promovidas pela PMC.

Desde os primeiros levantamentos, a captura das imagens foi imprescindível para as futuras análises. No decorrer dos dois últimos anos, mais precisamente entre agosto de 2008 (mês de realização do primeiro levantamento de campo) e março de 2010, o foco do trabalho foi o espaço público da Avenida Expedito Garcia e suas áreas imediatas. Constituem este espaço os quase 1.700m de extensão da avenida e as esquinas expandidas nas ruas transversais a ela, compreendendo o espaço em azul apresentado na figura 121.

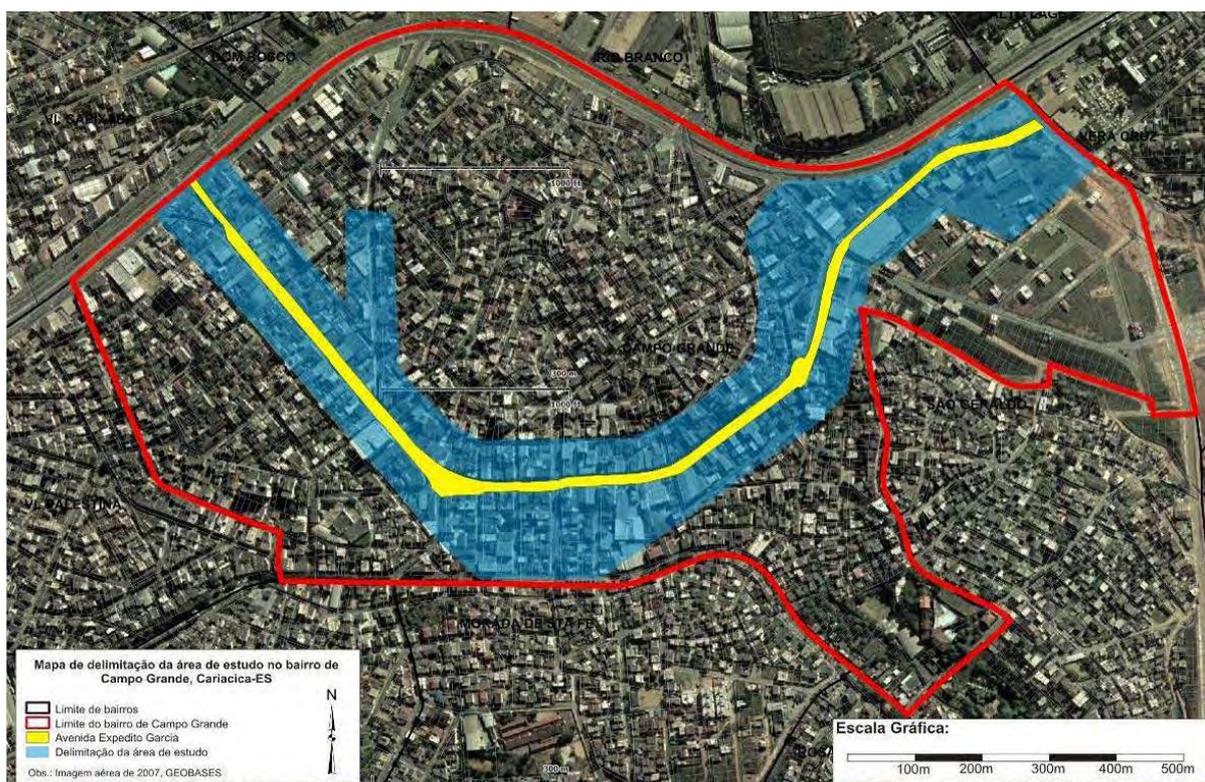


Figura 121: Área de abrangência do estudo. Fonte: Geobases. Editado pela autora.

⁴¹ CAMPOS, Alexandre; CANÇADO, Wellington; MARQUEZ, Renata; TEIXEIRA, Carlos M (organizadores). Espaços Colaterais. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas/ICC, 2008.

As figuras abaixo retratam a vivência do TRECHO 01, marcado pela amplitude do espaço público (calçadas), menos utilizado em relação aos demais trechos, devido ao tipo de lojas / produtos concentradas. Pode-se notar o baixo aparecimento de camelôs e a pouca circulação de pessoas.



Figura 123: Trecho 01 - Foto da Av. Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2009.



Figura 124: Foto da Av. Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2009.

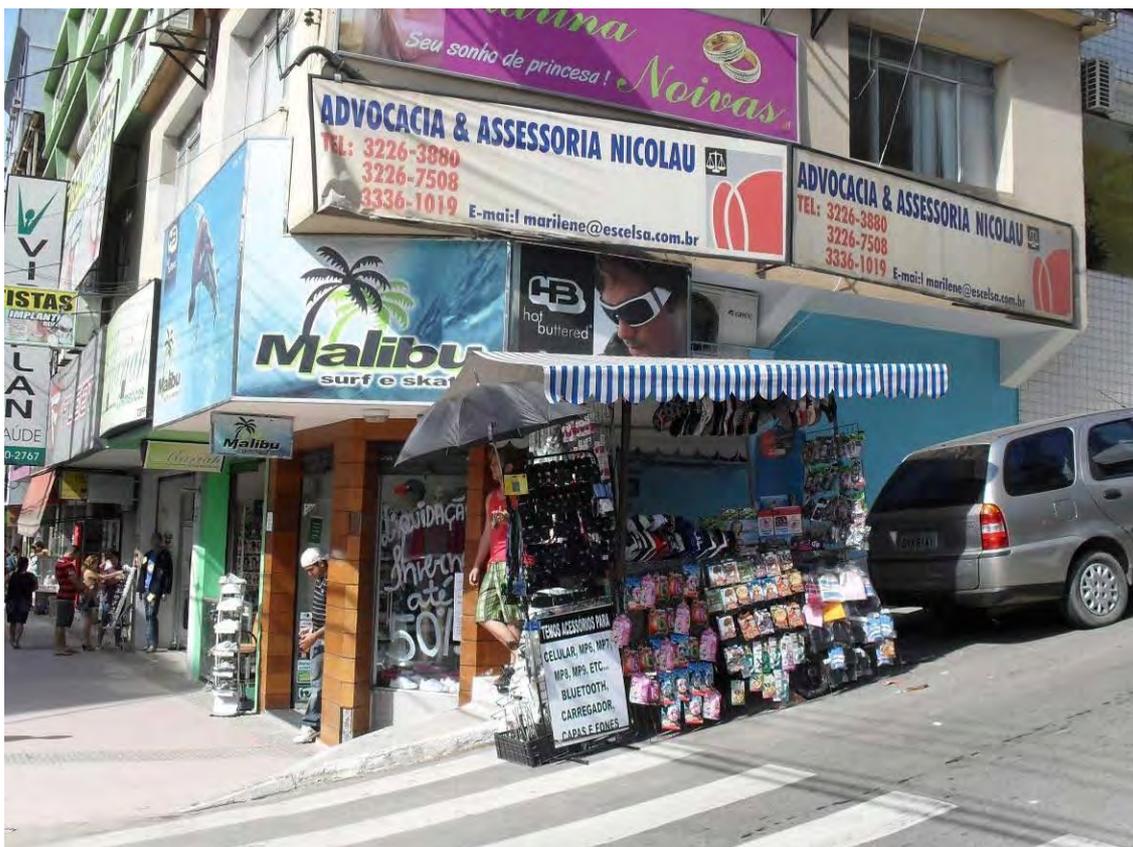


Figura 125: Esquina da Avenida Expedito Garcia com a Rua Barberina G. Cunha.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2009.



Figura 126: Esquina da Avenida Expedito Garcia com a Rua Manuel Cardoso.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2009.

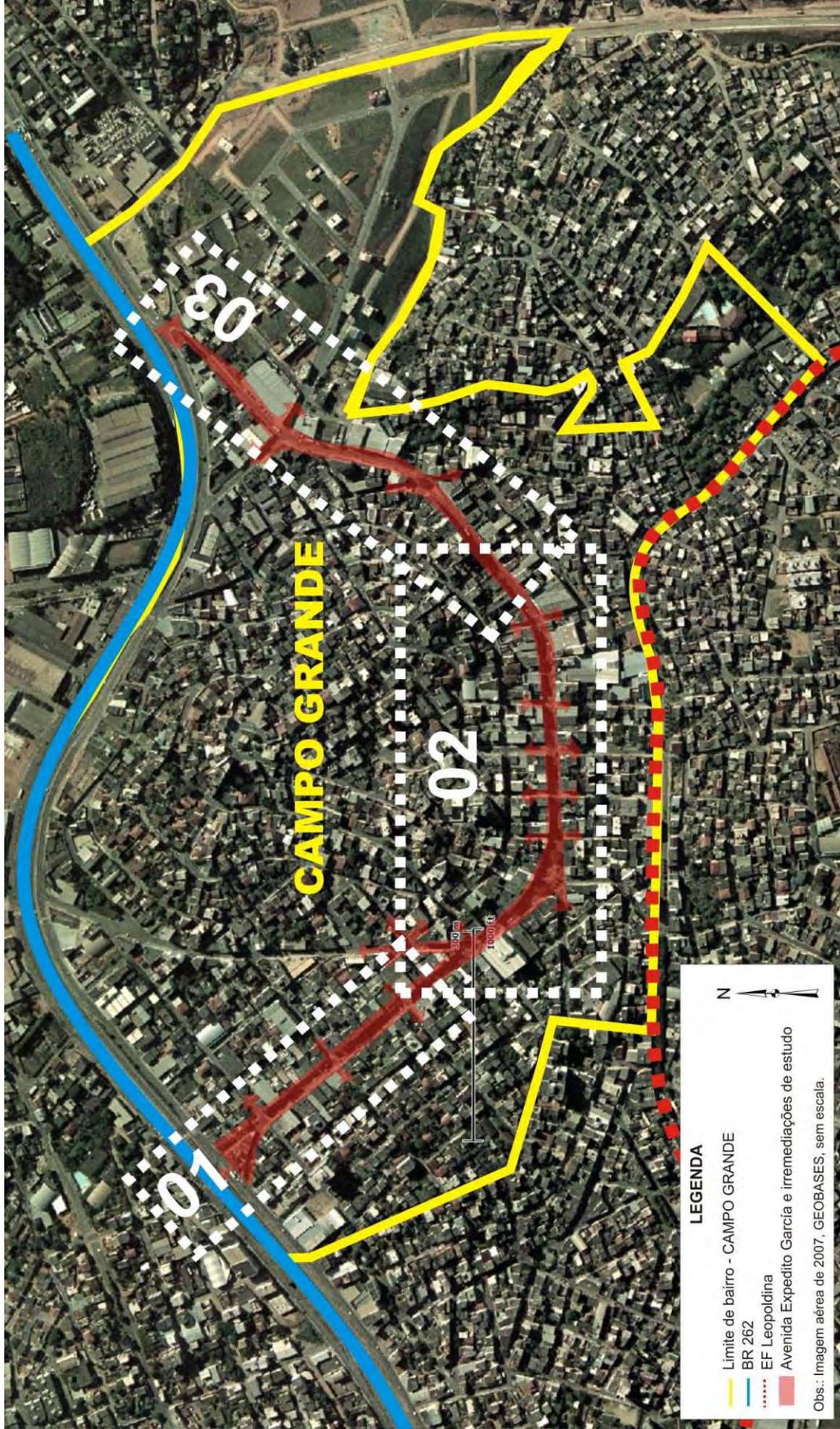
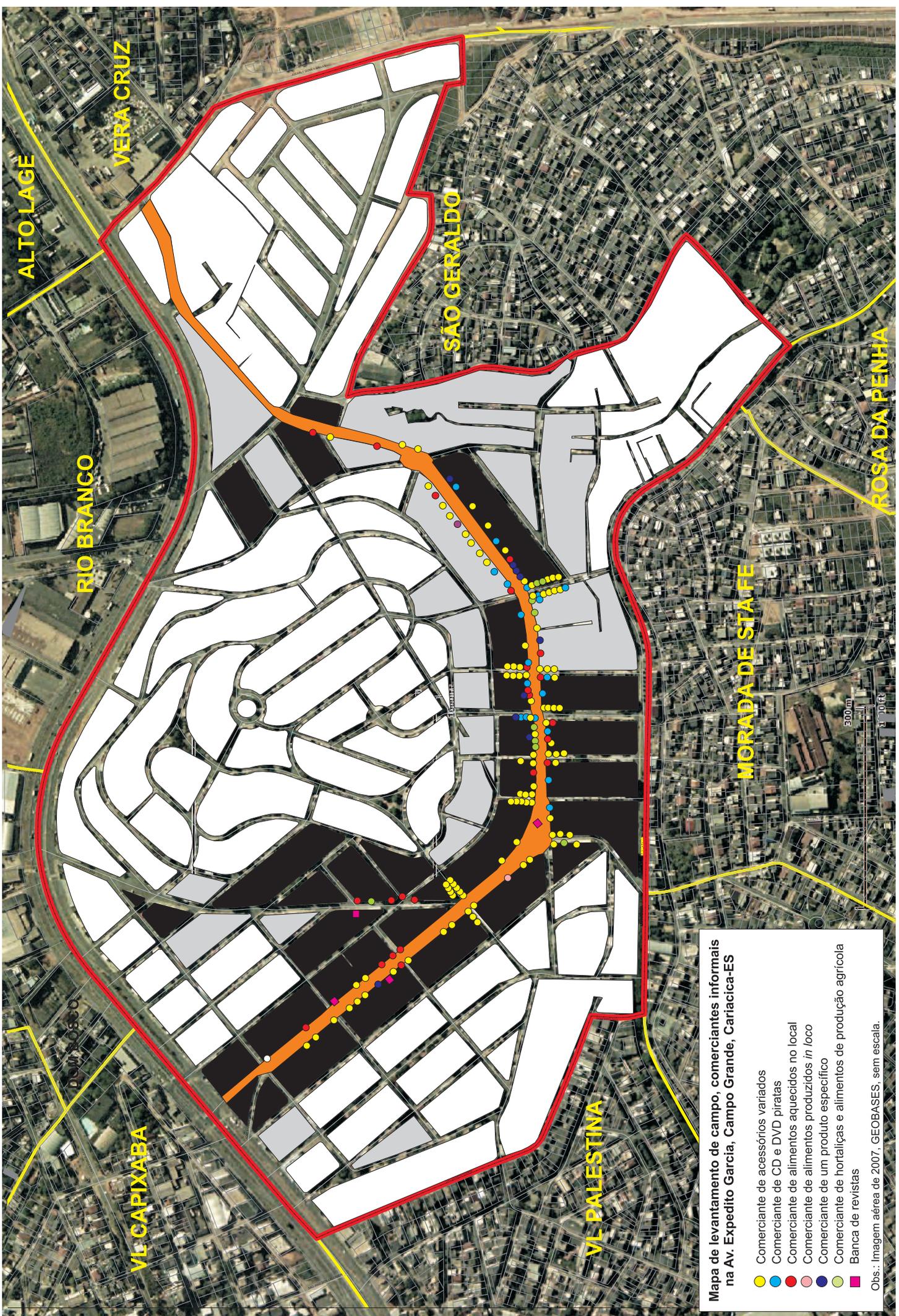


Figura 127: Delimitação da área de estudo.
Fonte: Geobases (2008). Editada pela autora.



Mapa de levantamento de campo, comerciantes informais na Av. Expedito Garcia, Campo Grande, Cariacica-ES

- Comerciante de acessórios variados
- Comerciante de CD e DVD piratas
- Comerciante de alimentos aquecidos no local
- Comerciante de alimentos produzidos *in loco*
- Comerciante de um produto específico
- Comerciante de hortaliças e alimentos de produção agrícola
- ◆ Banca de revistas

Obs.: Imagem aérea de 2007. GEOBASES, sem escala.

O **trecho 02** inicia-se no encontro das ruas Gil Veloso e Ministro Eurico Sales com a Av. Expedito Garcia. Nesse trecho pode-se observar uma forte alteração na ambiência da área de estudo, em relação ao primeiro e ao terceiro trechos. Marcado pelo início do sentido duplo de fluxo de veículos, nota-se, também, o aparecimento marcante do comércio informal.

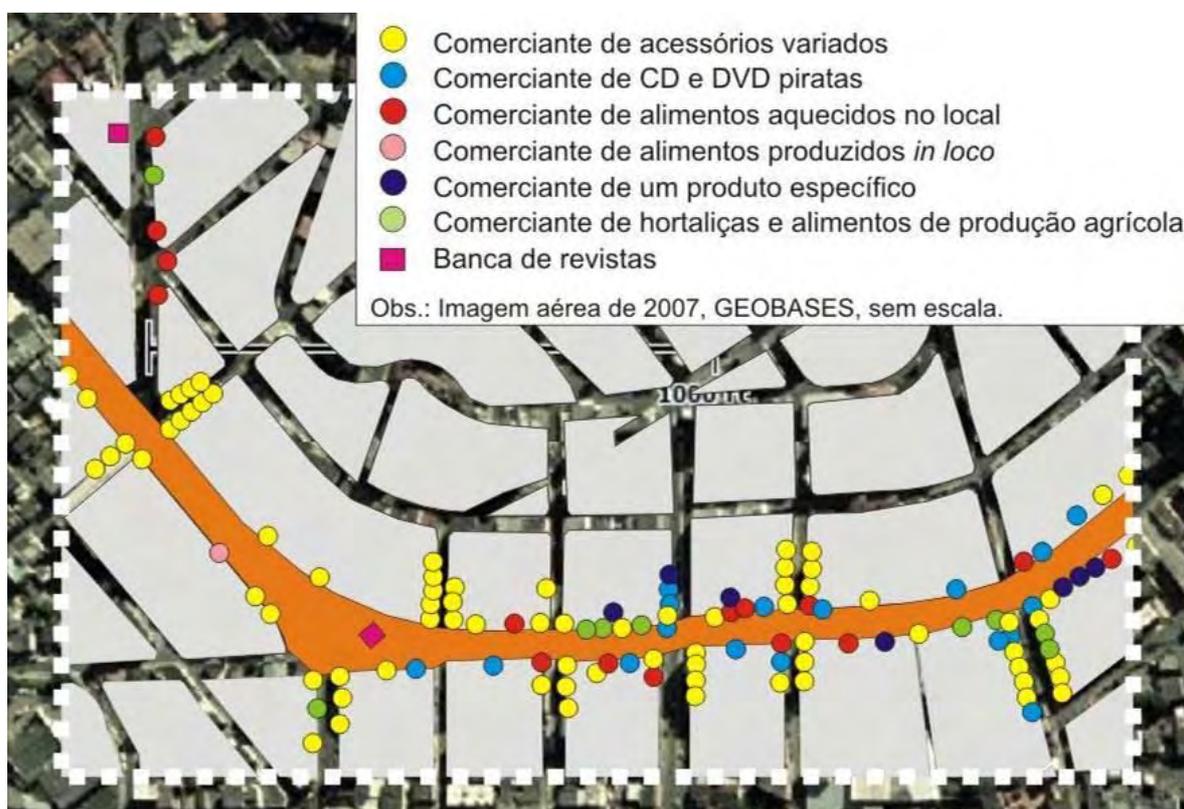


Figura 129: Recorte de trecho da Avenida Expedito Garcia – TRECHO 02.
 Fonte: Imagem aérea Geobases/IJSN, 2007. Editada pela autora.

No início do trecho, constata-se a presença de alguns estabelecimentos que motivam essa agitação, como as instituições bancárias da Caixa Econômica Federal e do Banestes. Apesar do estreitamento das calçadas, o fluxo de pessoas cresce ao longo do percurso. Na esquina da Rua Gil Veloso com a Av. Expedito Garcia concentra-se um grande número de comerciantes informais, sendo todos cadastrados pela PMC.

Encontram-se ali vendedores de brinquedos, panos de prato, óculos e bijuterias em geral, além de bolsas, carteiras e outros acessórios. A esquina da Rua Gil Veloso (figura 129), com a presença dos camelôs, já se transformou em referência, principalmente no comércio de brinquedos (ursos de pelúcia, almofadas divertidas, bonecos e bonecas).



Figura 130: Esquina da Rua Gil Veloso com a Av. Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto de 2008.



Figura 131: Praça principal da Av. Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto de 2008.



Figura 132: Proximidades da Praça principal da Av. Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto de 2008.



Figura 133: Calçada localizada em frente à unidade do Banestes, na Av. Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Agosto de 2008.

A Praça Principal, localizada na região central da avenida, também faz parte do trecho 02. Da forma como está configurada, cercada por vias de trânsito intenso, sem sinalização

horizontal para travessia de pedestre e com escasso e degradado mobiliário urbano, o que deveria ser um espaço de refúgio e descanso, torna-se cada vez mais repugnante.

Ainda assim, frente a tantas possibilidades aqui expostas, vê-se surgir uma apropriação singular. Entre os diversos pontos repulsivos que fariam desse um espaço degradado e fadado à simples função de canteiro central, ou rotatória, um conjunto de cinco ou seis mesas de jogos recria uma vivência bucólica. Senhores idosos, moradores e passantes “gastam” o tempo entre uma partida e outra de dama e recriam cenas do início da ocupação, quando Campo Grande era uma fazenda recém-loteada e a praça, um local de encontro e diversão.

As figuras seguintes denotam o papel da praça em cada momento da expansão do centro comercial. A figura 133, retrata um espaço tranquilo, onde poucas pessoas circulam e permanecem. Em contrapartida, a figura 134 retrata um espaço atualmente confuso; embora com a presença de senhores nas mesas de dama, a proximidade com a rua obriga a criação de elementos rígidos (como a mureta que circula as mesas) para proteção dos usuários do espaço. A praça é um lugar de insegurança.



Figura 134: Praça Principal da Avenida Expedito Garcia.
Fonte: Arquivo IJSN. Sem data.



Figura 135: Praça Principal Avenida Exedito Garcia.
Fonte: Arquivo da autora. Dezembro de 2009.

O restante do trecho é marcado pela alta concentração de lojas, circulação de pessoas e comerciantes informais. Durante os levantamentos de campo, pode-se notar o aparecimento e crescimento de comerciantes informais, principalmente nas calçadas. Cabe ressaltar que o cadastro apresentado pela Coordenação de Postura permite a permanência dos camelôs instalados em barracas nas esquinas da avenida.

Nas ruas transversais à Avenida Exedito Garcia fixam-se barracas e tabuleiros improvisados. As mercadorias vão desde produtos industrializados de origem duvidosa até hortaliças, salgados, bolos e cocadas, acessórios para celular, roupas e outros itens. Nas calçadas transitam vendedores ambulantes não cadastrados, ora vendendo frutas, artigos de prata, roupas de cama e toalhas de mesa e outros artigos marcados pela facilidade de locomoção (vassouras e espanadores, etc), muitas vezes potencializadas com o uso de suportes com rodas, além dos vendedores de DVD e CD.

É notório que o comércio informal concorre com o comércio formal em Campo Grande. Diversas são as semelhanças entre eles: desde a grande variedade das mercadorias em uma mesma barraca ou loja; a facilidade de acesso, concentrando em uma mesma região supermercados, lojas de serviço com pequenos consertos, lojas de calçados e confecções; até a forma de apropriação do espaço para exposição das mercadorias.

O segundo trecho da avenida é marcado por tais semelhanças, e por ele concorrem clientes e vendedores que oferecem a animação corriqueira de um centro urbano comercial. O pouco cuidado com o espaço urbano é demonstrado com a apropriação indevida, com a

extensão do espaço de loja na implantação de bancas nas calçadas ou exposição de produtos fora das limitações das lojas.

As paredes externas por vezes se tornam prateleiras expositoras; a calçada, que deveria ser um espaço de passagem e de parada para acesso às vitrines das lojas, é extensão da área comercial, seja pelo hábito gerado pelos próprios lojistas ou pela permanência e circulação dos camelôs.



Figura 136: Estabelecimento comercial utilizando as paredes externas e o espaço da calçada para a exposição de mercadorias.

Fonte: Arquivo da autora. Agosto de 2009.



Figura 137: Comerciante informal expondo seus produtos com suporte nas paredes externas às lojas da Av. Expedito Garcia.

Fonte: Arquivo da autora. Agosto de 2009.

Ao ultrapassar a esquina da Rua 15 de Novembro inicia-se o **trecho 03**. Novamente a ambiência da avenida é fortemente alterada com a desaceleração dos acontecimentos.



Figura 138: Recorte de trecho da Avenida Expedito Garcia – TRECHO 03.
 Fonte: Imagem aérea IEMA/ES, 2008. Editada pela autora.

Nesse trecho encontram-se pequenas lojas especializadas em serviços de conserto, lojas de móveis e eletrodomésticos (algumas com duas filiais na avenida) e pequenas lanchonetes. Na medida em que a avenida se aproxima da Rodovia BR-262, os estabelecimentos oferecem produtos e serviços semelhantes às lojas da Rodovia como, por exemplo, lojas de material de construção.

A presença de vários estabelecimentos fechados diminui a circulação de pessoas e, conseqüentemente, o número de comerciantes informais. Nesse trecho observam-se, principalmente, ambulantes que se utilizam de suportes que facilitem a circulação e pouca diversidade de produtos; a maior parte deles são vendedores de CD's e DVD's.



Figura 139: Comerciante informal utilizando a estrutura da edificação para a exposição de produtos.
Fonte: Arquivo da autora. Dezembro de 2009.



Figura 140: Comerciante informal utilizando a loja fechada para a exposição de produtos.
Fonte: Arquivo da autora. Dezembro de 2009.

Fica clara a existência e participação dos comerciantes informais na dinâmica do centro comercial configurado pela Av. Expedito Garcia. Os comerciantes espalham-se por entre ruas e calçadas, apropriando-se de paredes, degraus, postes e, por vezes, do próprio corpo para darem visualização às suas mercadorias.

A inter-relação entre comércio informal e formal é forte e tênue; muitas vezes não fica claro quem reproduz o quê ou quem precisa de quem para sua existência. Formal e informal

ocupam os espaços públicos urbanos como extensão de suas atividades de reprodução de bens, de espaço das diferenças e de espaço das simultaneidades. O processo de privatização do espaço público aprofunda as diferenças sociais, acentua exclusões e cria uma cidade apartada e cada vez mais restritiva principalmente aos que buscam alternativas de sobrevivência que escapam das restrições pré-determinadas.



CAPÍTULO 04

PRAIA DE CASTELLDEFELS, ESPANHA. FONTE: MARIANA BETARELO

4 CAPÍTULO 04: A ESPACIALIZAÇÃO DA APROPRIAÇÃO DOS COMERCIANTES INFORMAIS

O contato com as etapas de construção de um fato espacial, sua concepção e execução, pontua o discurso de quem age, define um fato, um acontecimento espacial e revela seu autor como sujeito que inventa e, ao mesmo tempo, é constantemente inventado. (CAMPOS; CANÇADO; MARQUEZ; TEIXEIRA, 2002)

Não se pretende acreditar que se esgotam neste instante todas as possibilidades de avaliação; porém, diante da metodologia proposta, esta é a última fase para a apresentação e conclusão das hipóteses defendidas por este trabalho.

Tais hipóteses pretendiam defender a existência dos camelôs, ambulantes ou comerciantes informais como sujeitos de uma história traçada em um território em construção - espacial e social. Construção capaz de inventar e (re)inventar territórios revelando um cotidiano de relações simbióticas, ou não, que preservam o dinamismo dos acontecimentos da cidade.

Em uma sobreposição de informações foi demonstrado o aparecimento de espaços delimitados pelas relações do comerciante informal com o meio em que interage, seja o espaço público, elementos construídos de edifícios particulares, e ainda as diferentes possibilidades de ação de planejamento ou organização por parte do poder público.

Buscando materializar a interdependência dos territórios revelados entre formal e informal, público e privado, criou-se uma classificação que levasse, portanto, em consideração, as escalas apresentadas por Smith (2000), do corpo ao urbano e, através delas, desvendasse o território delimitado pelo centro comercial da Av. Expedito Garcia, em Campo Grande, Cariacica-ES.

A construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados; o corolário também é válido. A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala contém a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social tem lugar (SMITH, 2000).

Ao discorrer sobre a construção das escalas a partir de relações que percorrem questões econômicas cooperativas e competitivas Smith (2000) apresenta um limite geográfico traçado inicialmente através da territorialização institucional das nações, mas avança ao apresentar em cada escala (corpo, casa, comunidade, cidade, região, nação, globo) aspectos específicos como a identidade, a diferença, as fronteiras e finalmente as possibilidades de resistência para “saltar escalas”.

Neste trabalho o comerciante informal percorre diversas escalas que se revelam desde a razão de existência do trabalho, envolvendo questões econômicas e sociais, às diferentes formas de apropriação, construção e permanência no espaço público.

Um espaço construído pela ação de fiscalização, controle e intervenção do poder público no território, pela apropriação do espaço público por comerciantes formais e informais, pela cooperação desta apropriação, pela reivindicação da comunidade residente, pela transformação noturna do espaço da avenida. Espaço onde se revelam possibilidades de encontro e reconstrução da cidadania, ao que Holston (1996) definiria como o “espaço da cidadania insurgente”.

No início do trabalho acreditava-se que o comerciante informal dependesse muito mais do espaço urbano do que foi revelado. A constante reprodução desse acontecimento, seja no centro urbano ou em outras partes da cidade, demonstra uma certa autonomia frente aos desafios a eles impostos. Autonomia esta que se revela em oportunismo, criatividade e empreendedorismo. As relações vão além do espaço construído ou apropriado.

Por outro lado a espacialização descoberta na Avenida Exedito Garcia foi imprescindível para as definições aqui levantadas. O entendimento do território enquanto espaço das relações e da estruturação do espaço urbano da avenida revelou o que se apresentam como classificações das apropriações. Não seria possível a exploração se não houvesse o percurso no território e a revelação do espaço urbano como uma das escalas a serem desvendadas.

Dessa forma, o estudo das apropriações resultou na criação de uma classificação que revelasse não apenas tipologias físicas, mas as demais relações existentes na apropriação do comércio informal ambulante no espaço público urbano - a **apropriação autônoma/neutra**, a **apropriação híbrida/integrada**, a **apropriação branda** e a **apropriação de coerção**.⁴²

As quatro classificações reforçam, portanto, a dualidade existente entre os conceitos de público e privado, de formal e informal ao mesmo tempo em que apresentam similaridades entre os mesmos conceitos.

Caracterizadas tanto pela forma de apropriação do território como da possibilidade de existência, a classificação permeia entre conflitos e possibilidades que convivem entre si.

⁴² Cabe ressaltar que estas são, porém, proposições preliminares frente a um território específico – a Avenida Exedito Garcia -, ou seja, é extremamente possível a continuidade de investigação e revelação de outras relações de apropriação.

Neste sentido a apropriação autônoma ou neutra revelará uma relação solitária, porém não menos cúmplice, entre o comerciante informal e o território, ou a forma em que se apropria do território, sempre em movimento, característica de andarilhos, mascates, etc. Num segundo momento tem-se a integração entre os conceitos, apropriação que se dá a partir da negociação para convivência, até mesmo no território. A criação de uma forma híbrida de se relacionar para reduzir conflitos que, ao mesmo tempo em que revelam possibilidades de coexistência, apresentam a fragilidade no tratamento de algumas questões, principalmente na ação do poder público.

Ainda assim, nesse espaço de informalidade versus formalidade alguns comportamentos, ainda que visem lucro, são permitidos ou tolerados o que definiu, portanto, a apropriação branda, protagonizada por artistas de rua que, momentaneamente, utilizam praças, parques, sinais de trânsito ou calçadas, para desenvolverem sua arte e lucrarem com as peças encenadas ou produzidas. Por fim, apresentar-se-á a apropriação de coerção onde as normas, convencionais ou não, definem a ocupação e apropriação do espaço público tencionando as relações de convívio, porém, revelando possibilidades de reação e ativismos.

4.1 APROPRIAÇÃO AUTÔNOMA/NEUTRA



Figura 141: Comerciantes informais nas ruas da cidade de Vitória-ES. [1] Vendedor de colchas e redes no bairro Jardim da Penha. [2] Vendedor de bolsas na Avenida Reta da Penha. [3] Vendedor de abacaxis no bairro Jardim da Penha. [4] Catador de recicláveis no bairro Jardim da Penha.

Fonte: Arquivo da autora, 2006.

Dentre as escalas postas por Smith (2000) confundem-se as definições no que aqui se apresenta como apropriação autônoma ou neutra. Embora, a princípio, a escala do corpo aparente ser peça fundamental desta apropriação, visto estar representada pelo elemento (corpo) isolado que transita pela cidade, o corpo aqui não vislumbra uma luta que o destaque como ser de apropriação autônoma ou neutra.

Da mesma forma, a luta pelo direito ao trabalho ou a invenção do trabalho pode se confundir com as questões que Smith (2000) define como a escala da casa, quando apresenta o debate de Wodiczko com o “Poliscar”, porém mais uma vez não há destaque entre a luta deste comerciante informal e os que serão apontados nas demais classificações.

Autônoma, porém, é a iniciativa isolada do comerciante informal, de percorrer o território em busca de “mercado consumidor”, pois seu corpo, aliado aos produtos e elementos que lhe dão suporte, transita os territórios da cidade traçando redes que são ora termitentes ora sazonais.

A observação dos diversos comerciantes que transitam ou permanecem na extensão da avenida Expedito Garcia utilizando-se, cada um a seu modo, de abordagens e mecanismos diferenciados para a venda de seus produtos, destaca a existência deste grupo que transpõe o espaço da avenida estendendo-se a quase todo o município. Certamente o registro na avenida é casual, muitas vezes devido apenas ao acesso que ela dá aos bairros da intermediação, porém o constante encontro nos demais bairros, principalmente os mais carentes, localizados ao longo da BR-262 e outras vias importantes do município, exaltam o valor de seu registro.

São eles personagens municipais que perambulam por entre as ruas suprindo uma necessidade local, a existência do comércio. Em Cariacica, destacam-se em localidades onde não há supermercados ou o acesso de chegada e saída é precário, dessa forma oferecem uma gama diversa de produtos - “quinquilharias” - e suprem uma lacuna local.



Figura 142: Moradores avaliando as mercadorias do comerciante informal em Porto de Santana, Cariacica-ES.
Fonte: Arquivo da autora. Julho/2009

O comerciante não possui vínculo com o lugar e tampouco é identificado pela população como um obstáculo, ou algo negativo, pois utiliza o espaço público, as vias públicas sempre em movimento para expor suas mercadorias. Transita por entre as ruas com livre acesso e é

quase sempre recebido com grande expectativa. Utilizando o próprio corpo, que empurra um carrinho carregado de mercadorias, ou em veículo próprio, apropriam-se dos espaços públicos de forma neutra, sem alterá-los ou atribuir-lhes outro uso.



Figura 143: Comerciante informal na Rua Manuel Coutinho no bairro Porto de Santana, Cariacica-ES.
Fonte: Arquivo da autora. Julho/2009

Nesta classificação observa-se que o comerciante informal age de forma autônoma no sentido de ter iniciativa própria na escolha do local a ser momentaneamente apropriado e não possuir dependência da constante circulação de pessoas, como observado na Avenida Expedito Garcia.



Figura 144: Fotomontagem de trecho da avenida Expedito Garcia, destaque para presença de comerciante informal (joias) na foto da esquerda e ausência do comerciante na foto da direita.
Fonte: Arquivo da autora, agosto/2009.

Nesse sentido, sua instalação é transitória, podendo ser sazonal, e os produtos oferecidos, em grande parte, possuem valor e qualidade inferiores ao oferecido no mercado e, portanto, atingem um público menos exigente com a qualidade ou procedência da mercadoria. Tal

afirmação se faz diante do território percorrido no município de Cariacica, porém, como apresentado, a cada apropriação são permitidas outras abordagens e inserções.

Os territórios percorridos e apropriados de forma neutra não apresentam, a estes comerciantes informais, nenhuma resistência, seja local, da comunidade residente ou ainda do poder público visto que sua atuação é pontual e vista como complementar à estrutura local. Algumas vezes, devido aos produtos oferecidos, principalmente alimentícios, o poder público age através de alertas da Vigilância Sanitária, quanto à qualidade de produção e manufatura dos produtos, porém a ação é quase inexistente.



Figura 145: Comerciante informal de peixes nas imediações da área de intervenção do Eixo estruturador Leste-Oeste, Cariacica-ES.

Fonte: Arquivo da autora. Julho/2009.

A relevância do mapeamento desta apropriação autônoma ou neutra está principalmente na identificação de carências em territórios isolados ou com dificuldades de acesso. Além disso, o traçado dos comerciantes revela uma rede de percursos onde se encurtam as distâncias e se reconstroem relações entre a comunidade e o espaço urbano.

4.2 APROPRIAÇÃO HÍBRIDA/INTEGRADA

Desde o início dos trabalhos alertou-se para a existência de uma linha tênue entre o formal e o informal, não apenas na escolha da mercadoria mas, principalmente, na forma de associativismo para apropriação do espaço público, fato evidenciado a partir dos levantamentos, de campo e fotográfico, e das entrevistas. A captura de detalhes do espaço da avenida auxilia no entendimento de seu cotidiano.

Representando o espaço da produção, do consumo e da administração das relações sociais, Smith (2000) destaca a escala do *espaço urbano*. Um espaço dividido entre atividades e funções, onde a geografia, conquistada pela dispersão do espaço do trabalho e do espaço de moradia, define núcleos / fronteiras que rompem a coerência da escala e revelam movimentos contrários ao dito desenvolvimento das cidades.

Caminhando por movimentos aparentemente contrários, os comerciantes informais pertencentes à apropriação híbrida ou integrada, embora façam parte da mesma realidade de “luta” dos demais comerciantes, pelo direito ao trabalho, possuem uma abordagem diferenciada. No crescimento da apropriação do espaço público pelo comerciante informal e “remando contra a maré” das ações governamentais de controle e erradicação de sua permanência cotidiana, os comerciantes apresentam possibilidades de permanência aliando-se ao setor formal. Da mesma forma, a relação também pode ser inversa sendo a iniciativa do comerciante formal para criação de uma aliança com o comerciante informal.

A aliança se dá em diversos aspectos: da ocupação, da complementariedade, do fortalecimento, mas principalmente para convivência e redução de conflitos. Da mesma forma é apresentada tanto na esfera local como na de governo, em as diversas tentativas de controle. O hibridismo é, portanto, uma apropriação na construção de aliança buscando a diminuição dos conflitos e a exaltação de possibilidades alternativas.

A Avenida Exedito Garcia passa por uma reestruturação de construção das relações entre comerciantes e poder público. Neste sentido, o registro, a padronização e o pagamento de taxas mensais ou anuais, até mesmo a certificação de empreendedores individuais, são algumas ações visando à redução de conflitos que, ao mesmo tempo, não tornam os impactos físicos, de circulação e apropriação do espaço público, menos relevantes.



Figura 146: Trecho da Avenida Expedito Garcia. Destaque para a Banca de Revistas “JN Variedades” contendo um estande de venda de CDs e DVDs.
Fonte: Arquivo da autora. Abril/2010.

Outros aspectos de hibridismo podem ser identificados na escolha das mercadorias a serem comercializadas. Ao longo da avenida encontram-se bancas de revista que possuem, dentre seus produtos ofertados, artigos típicos do comércio informal (CD e DVD pirata) o que pressupõe uma transferência de tecnologia e oportunidade.

Ao mesmo tempo, vemos relações de complementariedade devido à mesma oportunidade exaltada no exemplo anterior. No período noturno estabelecimentos formalizados, localizados ao longo da avenida, unem-se a comerciantes informais para complementarem sua atividade. Ou seja, existe uma linha de tolerância e integração que permite a permanência do comércio informal como extensão do formal.



Figura 147: Integração entre o proprietário da loja e comerciante informal, em um regime de cooperação.
Fonte: Arquivo da autora. Abril/2010.

A figura 145 exemplifica a apropriação de hibridismo onde a loja, localizada na esquina da Avenida Expedito Garcia, fornece ao comerciante informal e seus clientes, as bebidas e o comerciante a comida. Em troca mantem-se a movimentação existente durante o dia, também, no período noturno, quando a maior parte das lojas encontra-se fechada.

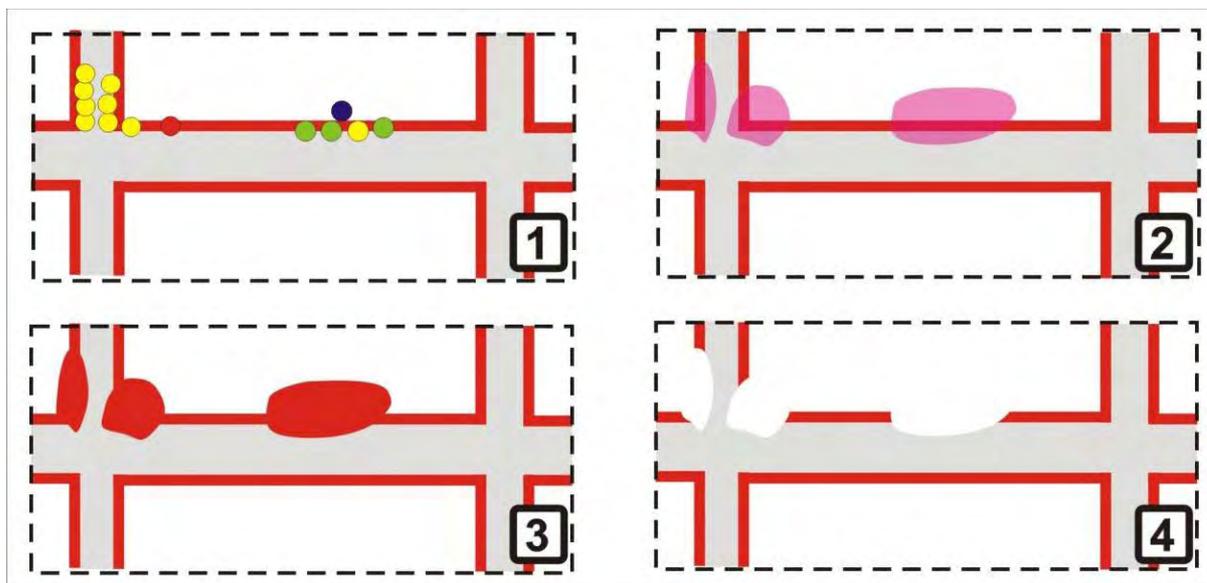


Figura 148: Detalhe esquemático da presença do comerciante informal em uma apropriação híbrida. [1] Trecho exemplificando a presença de comerciantes informais. [2] Apropriação do espaço público indicada nas manchas em rosa. [3] Início da relação híbrida com a integração entre o espaço público da rua e da calçada. [4] Privatização do espaço público da calçada com a extensão das atividades do espaço privado.

Os detalhes esquemáticos anteriores buscam elucidar a relação construída nesta apropriação. O primeiro quadro apresenta um trecho onde as marcações circulares coloridas (amarelo, vermelho, verde e azul) representam a apropriação dos comerciantes informais no espaço público das calçadas, concentrados principalmente nas esquinas do território simulado.

O segundo acentua a zona de influência criada pela presença dos comerciantes informais que pode se consolidar e apropriar-se do espaço público, tornando-se um obstáculo, um conflito ou relacionar-se de forma harmônica através de relações com os próprios agentes formais em acordos, adaptações e cooperações desenvolvidas. A segunda opção é esquematicamente demonstrada quando a zona de influência consolidada em manchas vermelhas do terceiro quadro evoluem para uma continuação do espaço formal criando uma relação de tolerância e integração entre o formal e o informal.

4.3 APROPRIAÇÃO BRANDA



Figura 149: Cenas da intervenção artística urbana da Urucum Dança-Teatro – Bunda e Progresso – realizada na Avenida Expedito García, em maio de 2011.

Fonte: Urucum Dança-Teatro. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=T6XIWHa0rwY>.

Cumprindo a função de espaço do acontecimento, aliado a escassez dos espaços públicos, as calçadas das cidades tornam-se cada vez mais palco de artistas de rua que reivindicam ou protestam a produção de sua arte.

A terceira classificação pode ser observada com o encontro de personagens comuns, principalmente em praças e parques. Marcados pelo desenvolvimento criativo, os artistas de rua não apenas vendem uma mercadoria, mas algumas vezes desenvolvem sua arte nos espaços da calçada.

De forma leve, como um espetáculo de rua, os artistas reúnem um público interessado não apenas em consumir sua arte, mas em assistir ao processo criativo de sua produção. Transparecendo novidade e beleza, fazem com que a população lance mão dos possíveis transtornos causado pela utilização das ruas e calçadas como palco de seus espetáculos.



Figura 150: Artista de rua produzindo azulejos pintados à mão. Cariacica-ES
Fonte: Arquivo da autora. Dezembro/2009.

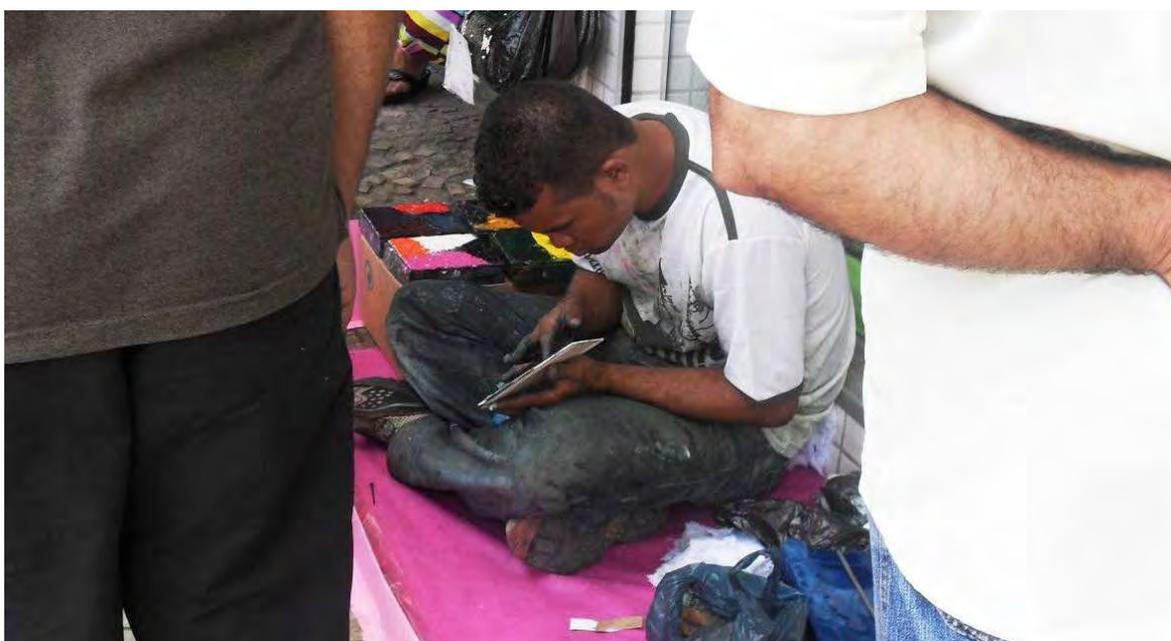


Figura 151: Artista de rua em calçada da Av. Expedito Garcia, Campo Grande.
Fonte: Arquivo da autora. Dezembro/2009.

Nesta apropriação vê-se a possibilidade de reintegração do espaço público como o espaço da cidadania onde o corpo reivindica a produção da identidade do lugar. E, se a arte é uma forma de reivindicação, este é também o espaço do ativismo da reconstrução da convivência social.

4.4 APROPRIAÇÃO DE COERÇÃO



Figura 152: Área demarcada por comerciante informal para delimitação do espaço de sua barraca. Cariacica – ES. Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2010.



Figura 153: Carro “guinchando” barraca para ocupar espaço reservado pelo próprio comerciante informal. Fonte: Arquivo da autora. Agosto/2010.

A apropriação de coerção é desenvolvida a partir das ações de imposição ou criação de regras e normas passíveis de serem elaboradas tanto pela população residente, por grupos que se sobressaem ou pelo poder público.

A coerção é uma das formas mais claras de estímulo à espacialização dos comerciantes, tanto no que se refere à opção pelo local de fixação, pois a normatização imposta pelo Poder Público delimita áreas de convívio, assim como, os impulsiona à escolha por alternativas móveis, que facilitem o deslocamento no caso de necessidade de fuga ou de criação de um determinado percurso de trabalho. Ao definir a localização de implantação dos agrupamentos, a área máxima permitida para cada barraca ou a padronização em tipologias, cria-se um padrão de comércio de rua onde o informal aos poucos se formaliza.

As ações de coerção se multiplicam e se expandem no comércio informal, demonstrando até mesmo alterações de percurso entre municípios. Tal evidência pode ser observada quando, nas entrevistas, alguns comerciantes informais relataram que apesar de moradores do município, passaram a trabalhar em Cariacica depois da proibição de instalação de barracas no Centro de Vitória. Este movimento transitório embora quase pontual se dá, principalmente, entre os subcentros da Região Metropolitana.

Outra forma de coerção pode ser evidenciada através da delimitação de áreas de atuação de comerciantes informais mais antigos na região - habitantes de um espaço já apropriado. Um exemplo claro no bairro Campo Grande é a barraca do conhecido “Cláudio, da Batata”. Cláudio possui a maior barraca de lanches da Avenida Exedito García (figuras 151 e 152). A barraca é instalada aproximadamente às dezenove horas, antes disso, porém, para garantir o “estacionamento” da barraca, alguns funcionários de Cláudio chegam mais cedo bloqueando o estacionamento de outros carros garantindo a apropriação do local de costume.

Cláudio se tornou exemplo de luta para os comerciantes informais. Consolidou sua sobrevivência com os lucros “da informalidade”, trabalha em Campo Grande há dez anos, atualmente possui dez funcionários, foi candidato a vereador de Cariacica e sustenta-se como representante dos comerciantes informais. Vê-se o surgimento de um movimento de articulação política em prol de interesses do grupo o que auxilia na criação de controles e monitoramentos das áreas de apropriação do comerciante informal.

Pode-se afirmar que a maior concentração de comerciantes informais na extensão da Av. Exedito Garcia encontram-se em suas esquinas, isso, principalmente, devido à tentativa de controle exercida pelo poder municipal, com a liberação para permanência de algumas barracas nas vias transversais. Nesse sentido, este tipo de apropriação insere-se nos contextos da apropriação de coerção, embora alguma barracas já estejam padronizadas e

insiram-se na dinâmica apresentada como a apropriação híbrida onde o formal e o informal confundem-se.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CAMPO GRANDE, CARIACICA. FONTE: IVANA S MARQUES

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades estão cheias de histórias no tempo: umas, sedimentadas e catalogadas, outras, dispersas, em forma de rastros e vestígios. (...) Entretanto, ainda que óbvio, seu registro nunca é totalmente legível, porque cada incursão pelo palimpsesto das superfícies urbanas revela apenas traços dessas relações (HOLSTON, 1996).

É fato que este trabalho não apresenta soluções frente às problemáticas levantadas, mas agrega elementos para uma análise de avaliação e planejamento na construção dos espaços públicos urbanos. Procura, portanto, revelar alguns dos *traços* encontrados nos espaços percorridos.

A busca por apropriações cotidianas, pelo redesenho das relações entre homem e espaço, por espaços de interesse público e não pela propriedade privada, da quebra do imaginário onde o espaço público é sinônimo do espaço de paternalismo e o privado do espaço de privilégio, ultrapassa fronteiras e limites e se revela entre intervenções convencionais como possibilidades em intervenções efêmeras.

Mas como revelar intervenções que provoquem, construam e reconstruam o que Holston (1996) denomina como a *cidadania insurgente* ou o *espaço da cidadania insurgente*? Essa poderia ser uma das questões e para tanto foi preciso incluir conflitos, ambiguidades, o inesperado e ir além do planejamento convencional que busca futuros utópicos baseados numa análise superficial do cotidiano e de suas possibilidades de mudanças embora tenha sido necessário, algumas vezes, basear-se no convencional.

A apropriação particular da Avenida Expedito Garcia se desenvolveu sem um planejamento específico, com os edifícios aos poucos sendo ocupados por estabelecimentos comerciais e de serviço. As tentativas de urbanização da avenida tomaram como princípio a potencialização da região comercial, buscando atrair mais clientes e melhorar o ambiente dos lojistas.

Dentre tais tentativas de urbanização, o trabalho se deparou com a iniciativa do poder público em ações de reconhecimento da presença dos camelôs, como a criação de cadastros e fiscalização, além da tentativa de organizá-los no espaço da avenida, mantendo-os nas ruas transversais. As ações confirmam a coexistência entre os espaços público e privado, entre as atividades formais e informais. Porém, *“mais do que entender as*

*instâncias pública e privada em campos estanques, pensamos na mobilidade que há entre público e privado*⁴³.

Entre os horários de intenso movimento a Avenida Exedito Garcia é percorrida por inúmeras pessoas e comerciantes informais, ora transitando por suas calçadas ora estacionados. Apesar dos cadastramentos municipais formalizarem (permitirem a permanência) 92 comerciantes, no período entre as 8h da manhã e as 18h da tarde, observou-se, nos levantamentos de campo, a presença de 130 comerciantes, fato que atenta para a existência de cerca de 40 comerciantes informais não cadastrados. Somados a estes estão os comerciantes do período noturno que se concentram em trechos menores e somam 31 comerciantes.

É fato que o controle da expansão das cidades torna-se cada vez mais um grande desafio para as administrações municipais. Observa-se a cada dia o crescimento dos conflitos de uso e ocupação, do direito a terra, à moradia e ao trabalho. Em Cariacica isso não é diferente. Ao agir de forma pontual considerando o tratamento apenas das questões de circulação e paisagismo a Prefeitura apresenta uma fragilidade frente às possibilidades de ação na vivência e construção do espaço público da avenida.

Maior do que as questões do comerciante informal e da divisão e oportunidade de geração de renda, este trabalho buscou atentar para a diversidade de possibilidades que o conflito entre público e privado, formal e informal podem apresentar.

A compartimentalização escondida entre o espaço do capital e do trabalho revela as relações econômicas existentes na permanência da informalidade. Os índices apontam para um *deficit* econômico importante no funcionamento do país; há que se reverter este quadro dando maiores possibilidades e alternativas de permanência às relações sociais do território em contraponto às relações econômicas.

O acontecimento informal revela espaços que subvertem a lógica mercantil dominante. Espaços como a apropriação do Loteamento Dona Augusta, que quebram protocolos e desvendam uma vizinhança inédita, aproximam desconhecidos e catalisam relações imprevisíveis. No bailado de empurrões e esbarrões, nas acrobacias das bicicletas, na apropriação que vai até o céu, com as pipas, os espaços não têm plano, não têm escalas,

⁴³ GANZ, Louise. Lotes Vagos: Ação Coletiva de Ocupação Urbana Experimental. In: Espaços Colaterais. Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas/ICC, 2008.

apenas protagonistas; não têm proprietário e sim habitantes, curiosos, consumidores, vizinhos, experimentadores de *espaços da cidadania insurgente*.

(...) práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do estado. Encontram-se, noutras palavras, nas lutas sobre o que significa ser membro do estado moderno – razão por que me refiro a elas com o termo cidadania (HOLSTON, 1996).

O desenho urbano torna-se o grande desafio para a apropriação informal, revelando frestas urbanas, espaços não planejados e que ganham diferentes possibilidades de uso. Os elementos construídos são suportes, apoios; o grande fluxo de pessoas, a possibilidade de sucesso das vendas. A escolha da mercadoria vai da época do ano à disponibilidade de transporte. A iniciativa não é de planejamento, embora repense o território urbano e suas relações com a população.

A intenção de apresentar um território com nítidas similaridades entre os demais centros da Região Metropolitana da Grande Vitória gerou os levantamentos e mapeamentos até agora apresentados, que não fogem das análises convencionais do tecido urbano. Convencional também se torna a presença do comércio informal nos centros urbanos. O que difere aqui é a apreensão das possibilidades concedidas a esse território.

Tecer o território conturbado da Avenida Expedito Garcia, em Campo Grande, e toda expectativa, seja política, imobiliária ou especulatória existente foi algo mais desafiante do que a própria apreensão do comércio informal. Casteñeda e García (2007) definem bem o que é a proposta de apreensão da informalidade quando dizem que não é possível escrever, mas *descrever, relacionar e nunca esgotar*.

Porém, o desafio foi ainda além e exigiu um exercício de entendimento da reinvenção do social e de suas formas de expressão, da territorialização dessa nova cidadania que se altera todas as vezes que novos personagens são revelados e, da mesma forma, quando se revelam novos conflitos. *“Os lugares da cidadania insurgente são encontrados na intercessão desses processos de expansão e erosão”* (HOLSTON, 1996).

Por fim os estudos apresentados aliados à experimentação e o mergulho em um território tão pouco explorado e de temática tão contraditória faz concluir que a produção do planejamento, da arquitetura e do urbanismo deva dar visibilidade aos conflitos o que não pressupõe apenas solucioná-los, mas considerá-los na produção de relações sociais experimentadas e compreendidas em seu cotidiano. Criar cartografias, classificações, definições ou tipologias são sempre ferramentas, porém fica o desafio de aplicá-las com mais veemência no exercício do planejamento.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABE, André Tomoyuki. **Grande Vitória, ES: crescimento e metropolização**. São Paulo, 1999. Tese (doutorado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1999.

ARANTES, Antonio A. (org.); **O Espaço da Diferença**. – Campinas, SP: Papyrus, 2000.

ARANTES, P.; BRAGA, E. C. **Do espaço fixo ao espaço em fluxo. Fluxo e pensamento: a presença do bergsonismo**. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Santos, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0338-1.pdf>. Acesso realizado em 25 de setembro de 2008.

ARAUJO, Leonor Franco de. **Análise Histórica da Evolução Urbana do Centro de Vitória**. Planejamento Urbano Interativo do Centro. Prefeitura Municipal de Vitória: Vitória, 2006.

AZEVEDO, Aluísio de. **O cortiço**. São Paulo: Martins Fontes, 1970.

BEZERRA, Omyr Leal; Cariacica (Resumo Histórico): Espírito Santo. 2. ed. – Cariacica: IPEDOC, 2009.

BOTELHO, Tarcísio R.; **Revitalização de centros urbanos no Brasil: uma análise comparativa das experiências de Vitória, Fortaleza e São Luís**. Revista Eure (Vol. XXXI, Nº 93), Santiago de Chile, 2005. Disponível em: www.scielo.cl/pdf/eure/v31n93/art04.pdf. Acesso em: 18 jan 2007.

BRAGA, Thaiz Silveira; **Estrutura e dinâmica da ocupação informal na região metropolitana de Salvador: uma análise dos anos 90**. Salvador, 2003. Disponível em: www.libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000316874. Acesso em: 28 out. 2006.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal Urbano e Formas de Participação na Produção**. São Paulo: IPE, 1983

CAIXETA, E. M. M. P. **Cidade lúdica: a arte/paisagem na cidade contemporânea**. Disponível em: www.unifacs.br/anpap/autores/154.pdf. Acesso em: 19 fev. 2007.

CAMPOS, A.; CANÇADO, W.; MARQUEZ, R.; TEIXEIRA, C. M. (org.) **Espaços Colaterais**. – Belo Horizonte: Instituto Cidades Criativas/ICC, 2008.

CAMPOS JÚNIOR, C. T.. **A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória**. Vitória - Espírito Santo: Florecultura, 2002.

CAMPOS, Martha Machado. **Arte na cidade: da paisagem às dinâmicas urbanas**. In: I SEMINÁRIO ARTE E CIDADE, Salvador, 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Lugar No/Do Mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo, 2007. Disponível em: www.ffch.usp.br/dg/gesp.

CARNEIRO, Aline Barbosa. **Paisagem: conceito, personagem e enquadramento**. – Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo – Vitória, 2006.

CASTAÑEDA, Alberto y GARCÍA, Jon. **Hábitat y espacio público. El caso de los vendedores informales en el espacio público físico de Bogotá**. Alcaldía Mayor de Bogotá, Secretaría de Gobierno, Instituto para La Economía Social, PNUD, ONU-Hábitat. Bogotá, 2007.

COCCO, Giuseppe; SILVA, Gerardo (org.) **Territórios Produtivos: oportunidades desafios para o desenvolvimento local** – Brasília, DF: Sebrae, 2006.

CORTÉS, José Miguel G.; **Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social**. São Paulo: Editora Senac, 2008.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DANTAS, E. W. C. **Apropriação do espaço público pelo comércio ambulante: Fortaleza-Ceará-Brasil em evidência (1975 a 1995)**. Geo Crítica / Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales - vol. IX, núm. 202 - Barcelona: Universidad de Barcelona, 2005. Disponível em www.ub.es/geocrit/sn/sn-202.htm. Acesso em 13 out. 2006.

DIOS, Jorge Ramos de; **O gato e o rato. Ambulantes urbanos e poder municipal**. - Arquitectos 046 - Vitruvius, 2004. Disponível em: www.vitruvius.com.br/arquitectos/arq046/arq046_00.asp. Acesso em: 13 jul 2006.

ETCO, Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial. **Economia Subterrânea: uma visão contemporânea da economia informal no Brasil** – Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FAILLA, P. O.; **Periferia. La heterotopia del no-lugar**. Urbano, maio, ano/vol. 07, nº 009, Chile, 2006. Disponível em: www.redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/198/19800914.pdf. Acesso em: 21 nov. 2006.

FEATHERSTONE, M. **O flâneur, a cidade e a vida pública virtual**. In: ARANTES, Antônio A. (org). O espaço da Diferença. Campinas-SP: Papirus, 2000.

FERREIRA, Willian Rodrigues. **O espaço público nas áreas centrais: a rua como referência – um estudo de caso em Uberlândia – MG**. Tese de Doutorado (Departamento de Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: FFLCH-USP, 2002.

GONÇALVES, Thalimar Matias. **A dinâmica do espaço urbano: um estudo sobre o bairro Parque Residencial Laranjeiras, Serra-ES**. Monografia de conclusão do curso de Geografia. Departamento de Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos** – São Paulo: Contexto, 2006.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

HOLSTON, James. **Espaços de cidadania insurgente**. Cidadania. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p.243-254, Brasília, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Economia Informal Urbana 2003**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2005.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Estudo básico da organização sócio-econômica do município de Cariacica**. Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones Santos Neves. Vitória-ES, 1983.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Perfil Regional: Região Metropolitana da Grande Vitória**, Governo do Estado do Espírito Santo: Vitória-ES, 2008.

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves. **Revista do COMDEVIT**, Ano I, Edição 01, Vitória-ES, 2008.

IV Encontro SIRCHAL - **Requalificação, Revitalização e Sustentabilidade dos Centros Históricos: Análise do caso Salvador, frente aos três eixos temáticos**. Salvador, 2000. Disponível em: www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/frameDiagVPT.htm. Acesso em: 22 jan. 2007.

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Espetacularização urbana contemporânea**. In FERNANDES, A; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). Cadernos PPGAU/FAUFBA. Salvador, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Ano 2, n. especial, 2004.

JEUDY, Henri Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (org.) - **Corpos e Cenários Urbanos. Territórios urbanos e políticas culturais** – Salvador: EDUFBA, PPG-AU/FAUUFBA, 2006.

KROHLING, Leliane. **Levantamento e Análise de Indicadores da Economia Evolução Urbana do Centro de Vitória**. Planejamento Urbano Interativo do Centro. Prefeitura Municipal de Vitória: Vitória, 2006.

LAMAS, José P. G. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbentrian, Junta de Investigação Científica e Tecnológica, 1992.

LEFEBVRE, Henri; **O Direito à Cidade** – São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Contra-usos da cidade. Lugares e espaços públicos na experiência urbana contemporânea**. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2007.

LÉVY, Pierre. **O Que é o Virtual?** – tradução de Paulo Neves – São Paulo: Ed. 34, 1996.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. - São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MAGNAVITA, Pasqualino Romano. - **Revista de Arquitetura e Urbanismo - O Lugar da Diferença**. Volume 8, p. 64-73 - Salvador-BA, 2003.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza; **Apropriações do espaço público: alguns conceitos. Estudos e Pesquisas em Psicologia** (online), V.2, UERJ- RJ, 2007.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MICHELETTI, C.; POCHMANN, M.; **Ministro do Trabalho afirma que reforma trabalhista deve ser inclusiva e gerar emprego**. Disponível em: www.carreiras.empregos.com.br/comunidades/rh/noticias/251103-debate_reforma_trabalhista.shtm. Acesso em: 5 mar 2007.

MOLLIER, Jean-Yves, **O Camelô: Figura Emblemática da Comunicação**. São Paulo: Editora da USP, 2009.

MOYSÉS, Aristides; **Será que as cidades serão portadoras de esperança?** Disponível em: www.observatoriodasmetroles.ufrj.br/download/txt_ary.pdf. Acesso em: 12 jan. 2007.

NISHIKAWA, Ayako; **O espaço da rua articulado ao entorno habitacional**. In Desenho urbano. Anais do II SEDUR – Seminário sobre desenho urbano no Brasil. São Paulo, Bernamy Tukienicz, 1986.

PEREIRA, Gabriela Leandro; **Escapes possíveis na produção da cidade: Aproximações Cartográficas do bairro Alice Coutinho**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória. **Planejamento Urbano Interativo do Centro**. Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade – SEDEC. Vitória-ES.

POCHMANN, Márcio. **Informalidade reconfigurada**. Revista Fórum - Edição 54, 2007. Disponível em: www.revistaforum.com.br/sitefinal/EdicaoNoticialIntegra.asp?id_artigo=730

QUEIROGA, Eugenio F. **A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa**. 2001. 351p. Doutorado (Tese em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUIRINO, José Francisco. **Como Cresce a Cidade?** Dossiê Cidades, n. 5, pp. 25-32, mar.-mai./1990. Disponível em: www.usp.br/revistausp/n5/artigo4.pdf. Acesso em: 20 fev 2007.

RAMOS, Maria Helena Rauta (org.); **Metamorfoses sociais e políticas públicas urbanas.** – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REIS, Luis Carlos Tosta dos. **Descentralização e desdobramento do núcleo central de negócios na cidade capitalista: estudo comparativo entre Campo Grande e Praia do Canto na Grande Vitória-ES.** Doutorado (Tese em Geografia) Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro: 2007.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas** – São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (1908).

ROCHA, P. M. D. de **O. Intervenção performática contra-institucional como guerrilha estética.** Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: www.vis.ida.unb.br/posgraduacao/disserta_tese/dissertacao_polyannamorgana.pdf. Acesso em 25 nov. 2006.

ROLNIK, Raquel; **A cidade e a lei.** - São Paulo-SP: Studio Nobel, 2003.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina; Editora da UGRGS, 2007.

SÁ CARNEIRO, Ana Rita; MESQUITA, Liana de Barros; **Espaços Livres do Recife** – Recife: Prefeitura da Cidade do Recife/ Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Reforma Urbana: desafios para o planejamento como práxis transformadora.** In COSTA, Geraldo Magela; MENDONÇA, Jupira Gomes de. **Planejamento Urbano no Brasil: trajetória, avanços e perspectivas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2008.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos (Coord). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro.** São Paulo, Projeto, 1985.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K.; **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial.** - Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, Milton; **Espaço e Método.** – São Paulo: Nobel, 1997.

_____ ; **Metamorfoses do Espaço Habitado.** São Paulo: Hucitec, 1988.

_____ ; **Por uma geografia nova.** - São Paulo: Hucitec, 1978.

_____ ; **Pensando o espaço do homem.** - São Paulo: Hucitec, 1986.

SCHERER, Rebeca; **Do direito à cidade ao direito ao trabalho: uma revisão pessoal.** Revista USP, 1990. Disponível em: www.usp.br/revistausp/n5/artigo10.pdf. Acesso em: 20 nov. 2005.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Economia Informal Urbana: Observatório Sebrae julho de 2005.** SEBRAE, 2005

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade** – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea** - São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Leticia Tabachi. **Acontecimentos urbanos: os escapes da cidade.** Salvador, 2007. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, 2007.

SILVA, Patrícia Pugliesi e; **A nova informalidade na Região Metropolitana de Salvador.** Salvador, 2002. Disponível em: www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_62/pag_79.pdf. Acesso em: 05 fev. 2007.

SMITH, Neil. **Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica.** In: O Espaço da Diferença, ARANTES, Antonio A. (org.). Campinas: Papyrus, 2000 (p. 132-159).

SOUZA, Bárbara; **Carros voltam a circular na 25 de Março segunda-feira.** Diário de São Paulo. São Paulo, 2007. Disponível em: www.oglobo.globo.com/sp/mat/2007/03/03/294788035.asp. Acesso em: 7 mar. 2007.

SOTO, Hernando de. **Economia Subterrânea. Uma análise da realidade peruana.** Rio de Janeiro: Globo, 1987.

THEODORO, Mário. **As Bases da Política de Apoio ao Setor Informal no Brasil.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Brasília, DF, 2000.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário: o lugar, a arquitetura e a imagem do comércio.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

VOGEL, Arno e SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Quando a rua vira casa**. Rio de Janeiro: IBAM, 1983.

ZANCHETI, S. M.. **Revitalización del Barrio de Recife**. Ciudad y Territorio, Estudios Territoriales, México, v. 11, n. 00, p. 114-125, 2003.